

PDI

2016 - 2025

**Plano de Desenvolvimento
Institucional**

2ª Revisão



UFAM

DIRIGENTES

REITOR

Sylvio Mário Puga Ferreira

VICE- REITORA

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

David Lopes Neto

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS- GRADUAÇÃO

Selma Suely Baçal de Oliveira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Almir Oliveira de Menezes

PRÓ-REITORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Maria do Socorro Lima Verde

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria da Glória Vítório Guimarães

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Angela Neves Bulbol de Lima

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Maria Vanusa do Socorro de Souza Firmo

FICHA TÉCNICA

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria da Glória Vitório Guimarães

COORDENAÇÃO DA REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - Portaria GR N° 1526/2021

Kleomara Gomes Cerquinho

Herbett Segundo Rodrigues

Juliana Verçosa de Freitas

Patrick Filgueiras da Silva

Renato Nogueira Carvalho

Arivano Sousa Silva

Isabel Cristina Vega

COMISSÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL DA REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - Portaria GR N° 1527/2021

Fernando Scheibe

Joana Angélica Ferreira Monteiro Cabral Stoller

Sergio Augusto Freire de Souza

COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - Portaria GR N° 1528/2021

GESTORES - GRUPO G1

Unidade/Cargo	Nome
Reitor	Sylvio Mário Puga Ferreira
Vice-Reitor	Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Pró-Reitor de Ensino de Graduação	David Lopes Neto
Pró-Reitor Adjunto de Ensino de Graduação	Vanessa Klisia de Aguiar Gonçalves Ferreira
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	Selma Suely Baçal de Oliveira
Pró-Reitor de Extensão	Almir Oliveira de Menezes
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Kleomara Gomes Cerquinho
Pró-Reitor de Administração e Finanças	Angela Neves Bulbol de Lima
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Maria Vanusa do Socorro de S. Firmo
Pró-Reitor de Inovação Tecnológica	Tanara Lauschner
Chefe de Gabinete	Almir Liberato da Silva
Prefeita do Campus Universitário	Carmem Silva Viana Guimarães
Diretora Executiva	Sheila Furtado Farias
Assessora de Comunicação	Ana Carla dos Santos Souza
Assessora de Relações Internacionais e Interinstitucionais	Leda Duwe Leão Brasil
Assessor Técnico da ARII	Décio Luiz Reis
Presidente da Comissão Permanente de Avaliação	Thomaz Décio Abdalla Siqueira
Diretora do Departamento de Finanças	Maria da Glória Vitório Guimarães
Diretor do Departamento de Material	Nycolle Oliveira Souza Santos
Diretor do Departamento de Convênios e Contratos	Katia Rejane da Silva Rufino
Diretor do Departamento de Administração Pessoal	Moisés Alves dos Santos Filho
Diretora do Departamento de Assistência Estudantil	Karime Rita de Souza Bentes
Diretor do Departamento de Saúde e Qualidade de Vida	Ronaldo Vitoriano Bastos
Diretora do Departamento de Apoio ao Ensino	Raimunda Monteiro Sabóia
Diretora do Departamento de Legislação e Normas	Caroline de Oliveira Collyer

Diretora do Departamento de Registro Acadêmico
Diretora do Departamento de Programas Acadêmicos
Diretora do Departamento de Programas e Projetos de Extensão
Diretora do Departamento de Políticas Afirmativas
Diretor do Depto. de Acompanhamento e Avaliação de Impacto das Ações de Extensão
Diretor do Departamento de Articulação e Planejamento de Extensão
Diretor do Departamento de Cultura e Produção de Imagem
Diretor do Departamento de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia
Diretora do Depto. de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado
Diretora do Departamento de Acompanhamento e Avaliação da Pós-Graduação
Diretor do Departamento de Programas Institucionais
Diretor do Departamento de Pesquisa
Diretor do Departamento de Captação de Recursos e Instrução de Projetos
Diretora do Departamento de Estruturação e Processos Institucionais
Diretora do Departamento de Orçamento
Diretor da Procuradoria Educacional Institucional
Assessoria de Planejamento de Viagens

Izaura Maria da Silva Jardim
Jane Maria Castro Guidão
Maria de Nazaré de Lima Ramos
Cláudia Guerra Monteiro
Irlane Maia de Oliveira
Paulo César Araújo Negreiros
Guaraciaba de Menezes Tupinambá Jr.
Samuel Vinente da Silva Júnior
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Verde Coelho
Adriana Malheiro Alle Marie
Maria Rita Santos da Silva
Jamal Silva Chaar
Jorge Yoshio Kanda
Joseane Batalha Pinto
Alessandra Santos Taveira Medrado
Osmarino Pereira de Souza
Tatiane de Souza Silva

GRUPO G2 - Portaria N° 1525/2021

Diretores das Unidades Acadêmicas

Unidade
Escola de Enfermagem de Manaus
Faculdade de Artes
Faculdade de Ciências Agrárias
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Direito
Faculdade de Educação
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Faculdade de Estudos Sociais
Faculdade de Informação e Comunicação
Faculdade de Letras
Faculdade de Medicina
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Psicologia
Faculdade de Tecnologia
Instituto de Ciências Biológicas
Instituto de Ciências Exatas
Instituto de Computação
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente
Instituto de Natureza e Cultura
Instituto de Saúde e Biotecnologia

Nome
Esrón Soares de Carvalho Rocha
João Gustavo Kienen
Carlos Victor Lamarão Pereira
Débora Teixeira Ohana
Carlos Alberto de Moraes R. Filho
Sílvia Cristina Conde Nogueira
João Otacílio L. dos Santos
Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares
Allan Soljenítsin B. Rodrigues
Robert Langlady Lira Rosas
Edson de Oliveira Andrade
José Eduardo G. Domingues
Ana Cristina Fernandes Martins
João Caldas do Lago Neto
Rozana de Medeiros Sousa Galvão
Túlio de Orleans Gadelha Costa
José Luiz de Souza Pio
Raimundo Nonato Pereira da Silva
Geone Maia Corrêa
Sandra Helena da Silva
Ana Cláudia Fernandes Nogueira
José de Ribamar da Silva Nunes
Vera Lúcia Imbiriba Bentes

Representantes das Unidades Acadêmicas

Unidade
Escola de Enfermagem de Manaus
Faculdade de Educação
Faculdade de Estudos Sociais
Faculdade de Informação e Comunicação
Faculdade de Medicina
Faculdade de Psicologia
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Instituto de Computação
Faculdade de Ciências Agrárias
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Educação Física de Fisioterapia

Nome
Thayrone Jefté de Araújo Nery
Ana Rita Gomes Vieira
Adoni Zedeque Amaral Menezes
Ingrid de Souza Lima
Anna Luísa Oliveira dos Santos
Paulo Guilherme da Encarnação Matos
Victoria Leal Alves
Solano Lima Oliveira
Wenderson Gomes dos Santos
Alcinira Furtado Farias
Vinícius Cavalcanti

Faculdade de Odontologia
Instituto de Ciências Exatas
Instituto Natureza e Cultura
Faculdade de Saúde e Biotecnologia
Instituto de Ciências Biológicas
Faculdade de Artes
Faculdade de Direito
Faculdade de Letras
Faculdade de Tecnologia
Instituto e Ciências Exatas e Tecnologia
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

Erivan Clementino Gualberto Junior
Larissa Silveira Moreira Wiedemann
Adelson Florencio de Barros
Tiago Gonçalves Santos
Ítalo Thiago Silveira Rocha Matos
Sandrine da Silva Praia
Jamilly Radhji Mota da Silva
Carla Caroline Leite Duarte Porto
Agnus Dei Lopes de Melo
Reinaldo Monteverde Soares
Keise Raiane Franco Fernandes
Kalyson Alfredo Novo de Macedo

Representante dos Coordenadores de Programas de Extensão

Josafá da Silva Lima
Rita Christina Gomes Corrêa

Representante dos Coordenadores dos Programas de Inovação

Gabriel Martins Cavalcante

Representante dos Programas de Pós-Graduação

Eduardo Luzeiro Feitosa
Camila Ferreira da Silva Lopes
Daniel Reis Armond de Melo

DIVULGAÇÃO E JORNALISMO

Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Amazonas – ASCOM/UFAM

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Av. Rodrigo Otávio nº 6.200 - Prédio do Centro Administrativo Campus Universitário Senador
Arthur Virgílio Filho - Bairro Coroado Manaus (AM) – CEP: 69077-000
Fone: (0xx92) 3305-1484
E-mail: proplan@ufam.edu.br



APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 da Universidade Federal do Amazonas, aprovado pelo Conselho Universitário em 23 de novembro de 2015, pelo mesmo Conselho, expressa o compartilhamento de um rico debate e de uma permanente aprendizagem entre os diversos seguimentos da comunidade universitária e setores da sociedade na qual se encontra inserida. Sendo motivo de grande satisfação, uma vez que, após intenso trabalho, concluir-se-á a primeira revisão de um indispensável instrumento de planejamento institucional até o ano de 2025.

Como um indispensável instrumento de planejamento institucional, o PDI 2016-2025 foi construído por meio de metodologias participativas e representa muito mais do que um documento técnico ou um cumprimento de uma exigência legal. Expressa princípios fundamentais e caminhos norteadores para o desenvolvimento da UFAM a serem trilhados pelos próximos dez anos e aqui apresentados sob a forma de compromisso coletivo com a ação, o acompanhamento e a avaliação, eventos cruciais para a prospecção coletiva elaborada pela Instituição.

Ao reiterar princípios historicamente defendidos pela comunidade universitária da UFAM, ao definir objetivos e estabelecer estratégias e metas, de forma articulada e coerente, a UFAM posiciona-se politicamente de forma responsável, ética, democrática, competente e comprometida com a busca pelo cumprimento de sua missão.

Nesse sentido, ciente de sua responsabilidade e relevância para o desenvolvimento do Estado e da Região Amazônica, a UFAM prospecta o seu futuro reafirmando-se como Instituição pública de ensino, pesquisa e extensão que busca intensificar e aprimorar os caminhos contínuos para a produção de conhecimento, a formação de recursos humanos e a inclusão social, com vistas aos entendimentos atuais e dos futuros desafios que se apresentam pela sociedade às universidades brasileiras, (e) especialmente às universidades amazônicas, reiterando seu histórico compromisso com a competência acadêmico-científica com compromisso social.

Como consta no próprio PDI, a cada dois anos seria realizada uma revisão objetivando verificar avanços e corrigir problemas que poderiam surgir durante este período. Por conseguinte, em 2018, foi feita a primeira e em 2021 a segunda revisão do PDI 2016-2025, executada pelo Departamento de Planejamento Estratégico da Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, havendo a participação expressiva e direta da comunidade acadêmica nesse processo de revisão.

Gestão da Elaboração do PDI 2016-2025 (01/07/2013 a 30/06/2017)

Márcia Perales Mendes da Silva • Reitora

Hedinaldo Narciso Lima Reitora • Vice-Reitor

Gestão da Revisão do PDI 2018 (01/07/2017 a 30/06/2021)

Sylvio Mário Puga Ferreira • Reitor

Jacob Moysés Cohen Reitor • Vice-Reitor

Gestão da Revisão do PDI 2021 (11/08/2021 a 11/07/2022)

Sylvio Mário Puga Ferreira • Reitor

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe • Vice-Reitora

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	25
1.1 Aspectos metodológicos	26
1.2 Produtos do Planejamento Estratégico (PE)	28
1.3 ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO – EFD	30
CAPÍTULO 2. PERFIL INSTITUCIONAL	32
2.1 Histórico	32
2.2 Áreas de atuação acadêmica	33
2.3 Hospital Universitário Getúlio Vargas	40
2.4 Diretrizes estratégicas	41
2.4.1 Missão	42
2.4.2 Visão	42
2.4.3 Valores	43
2.4.4 Princípios	43
2.4.5 Competências	43
2.4.6 Mapa estratégico	43
2.4.7 Cadeia de Valor	44
CAPÍTULO 3. DETALHAMENTO DAS AÇÕES	49
3.1 Quantificações dos objetivos e metas	52
3.2 Cronograma de execuções dos objetivos e ações e quadros com especificação de objetivos e metas constituídas em ações	52
CAPÍTULO 4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	105
4.1 Inserção regional	105
4.1.1 Democratização da sociedade	105
4.1.2 Interiorização da Universidade	105
4.1.3 Contribuições em relação à educação indígena	107
4.1.4 A região amazônica como espaço amplo para os estudos sobre as cidades, políticas territoriais, seus povos tradicionais e modos de vida	108
4.1.5 Política de Ciência e Tecnologia e as Tecnologias Sociais para as populações tradicionais na Amazônia	109
4.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	110
4.3 Organização didático-pedagógica da instituição	111
4.3.1 Perfil acadêmico e profissional do egresso.	112
4.3.2 Seleção de conteúdos.	113
4.3.3 Princípios metodológicos.	114
4.3.4 Processos de avaliação da aprendizagem e de autoavaliação	115
4.3.5 Estratégias e atividades práticas	115
4.3.6 As Atividades Complementares na formação de Bacharéis e Licenciados	117
4.3.7 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares	118
4.3.8 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos	119
4.3.9 Avanços tecnológicos.	119
4.4 Políticas de Ensino	122
4.4.1 Acessibilidade e a Educação Inclusiva na Graduação	123
4.4.2 Educação a Distância no Ensino de Graduação	123
4.4.3 Internacionalização na Graduação	124
4.4.4 Política de Autoavaliação Institucional e Avaliação Externa	124
4.5 Políticas de Extensão	124
4.5.1 Política de Extensão da UFAM	126
4.6 Política de Pesquisa	126
4.7 Política de Inovação	127
4.8 Política de Gestão	127
4.9 Responsabilidade Social da Instituição de Ensino Superior	128
4.9.1 Política de Gestão Ambiental	129
CAPÍTULO 5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA)	131
CAPÍTULO 6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL	150
6.1 Corpo Docente.	150

6.1.1	Composição, Titulação e Regime de Trabalho.	150
6.1.2	Índice de Qualificação do Corpo Docente.	155
6.1.3	Plano de Carreira e Políticas de Qualificação dos Docentes.	156
6.2	Corpo Técnico Administrativo	156
6.2.1	Composição, Titulação e Regime de Trabalho	156
6.2.2	Plano de Carreira e Políticas de Qualificação dos Técnicos.	158
CAPÍTULO 7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		160
CAPÍTULO 8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES		167
8.1	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas).	167
8.1.1	Programa Bolsa Acadêmica	167
8.1.2	Programa Auxílio Moradia	167
8.1.3	Programa Bolsa Trabalho	167
8.1.4	Programa Bolsa Permanência	168
8.1.5	Restaurante Universitário e outras ações	168
8.2	Estímulos à permanência (programas de nivelamento e atendimento psicopedagógico)	169
8.2.1	Programa Institucional de Apoio Pedagógico (PIAP)	169
8.3	Organização estudantil (espaço para participação estudantil)	170
8.4	Acompanhamento dos egressos	170
CAPÍTULO 9. INFRAESTRUTURA		172
9.1	Infraestrutura física	172
9.2	Biblioteca	173
9.2.1	Apresentação	173
9.2.2	Estrutura Administrativa	173
9.2.3	Finalidade e serviços	175
9.2.4	O Acervo	176
9.2.5	Espaço físico para estudo e horário de funcionamento	178
9.2.6	Expansão física	179
9.3	Laboratórios	180
9.4	Recursos tecnológicos e de audiovisual	186
9.4.1	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Eletrônica e da Informação (CETELI)	186
9.4.2	Centro de Educação a Distância – CED	187
9.4.3	Ambiente Virtual de Aprendizagem da Telessaúde	190
9.5	Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto no 5.296/04 e Decreto no 5.773/06)	191
9.6	Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI	192
CAPÍTULO 10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		197
10.1.1	O que é a CPA/UFAM?	197
10.1.2	Atribuições da CPA/UFAM.	198
10.1.3	Atribuições da CSA	198
10.1.4	SINAES	199
10.1.5	Avaliação das IES	201
10.1.6	Avaliação Interna (autoavaliação)	203
10.1.7	Metodologia	203
CAPÍTULO 11. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS		206
11.1	ORÇAMENTO ANUAL – LOA	206
11.2	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016-2025	207
11.3	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - REVISADA	209
11.4	POLÍTICA DE CONCESSÃO DE DOTAÇÃO	210

Lista de Figuras

Figura 1 Mapa Estratégico da UFAM	34
Figura 2 Linha do tempo dos eventos do PDI UFAM.	48
Figura 3 Linha do Tempo – PE/UFAM	51
Figura 4 I Revisão do PDI 2016 - 2025	52
Figura 5 II Revisão do PDI 2016 - 2025	52
Figura 6 Eixos da Estratégia Federal do Desenvolvimento	56
Figura 7 Portal UFAM	58
Figura 8 Legenda para o cronograma das ações	78
Figura 9 Cronograma das Ações / Vetor 1	79
Figura 10 Cronograma das Ações/ Vetor 2	83
Figura 11 Cronograma das Ações/ Vetor 3	90
Figura 12 Cronograma das Ações/ Vetor 4	98
Figura 13 Cronograma das Ações/ Vetor 6	105
Figura 14 Cronograma das Ações/ Vetor 7	110
Figura 15 Cronograma das Ações/ Vetor 8	112
Figura 16 Cronograma das Ações/ Vetor 9 (Parte I)	114
Figura 17 Cronograma das Ações/ Vetor 9 (Parte II)	119
Figura 18 Cronograma das Ações/ Vetor 10	126
Figura 19 Cronograma das Ações/ Vetor 11	128
Figura 20 Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant – INC	132
Figura 21 Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari – ISB	132
Figura 22 Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia de Itacoatiara – ICET	132
Figura 23 Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente de Humaitá - IEAA	132
Figura 24 Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins - ICSEZ	132
Figura 25 Graduados da Licenciatura Indígena	132
Figura 26 Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação – CETELI	147
Figura 27 Programa de Extensão ‘Nossa África’	150
Figura 28 Programa de Extensão ‘Pé de Pincha’	150
Figura 29 Distribuição das Bibliotecas Setoriais	197
Figura 30 Logo da Comissão e Núcleo de Acessibilidade	215

Lista de Quadros

Quadro 1. Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Regular Capital	59
Quadro 2 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Licenciatura Indígena	62
Quadro 3 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Regular (Interior)	63
Quadro 4 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação de Ensino à Distância	64
Quadro 5 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação de Ensino à Distância – Ingresso 2021	64
Quadro 6 Ações/Vetor 1	75
Quadro 7 Ações/Vetor 2	75
Quadro 8 Ações/Vetor 3	75
Quadro 9 Ações/Vetor 4	76
Quadro 10 Ações/Vetor 5	76
Quadro 11 Ações/Vetor 6	76

Quadro 12 Ações/Vetor 7	76
Quadro 13 Ações/Vetor 8	77
Quadro 14 Ações/Vetor 9	77
Quadro 15 Ações/Vetor 10	77
Quadro 16 Ações/Vetor 11	78
Quadro 17 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.1	79
Quadro 18 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.2	80
Quadro 19 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.3	81
Quadro 20 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.4	81
Quadro 21 Detalhamento da ação/objetivo 1.2.1	82
Quadro 22 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.1	83
Quadro 23 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.2	84
Quadro 24 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.3	84
Quadro 25 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.4	85
Quadro 26 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.5	86
Quadro 27 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.1	86
Quadro 28 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.2	87
Quadro 29 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.3	87
Quadro 30 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.4	87
Quadro 31 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.5	88
Quadro 32 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.6	89
Quadro 33 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.1	91
Quadro 34 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.2	91
Quadro 35 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.3	92
Quadro 36 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.4	93
Quadro 37 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.5	94
Quadro 38 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.1	94
Quadro 39 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.2	95
Quadro 40 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.3	95
Quadro 41 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.4	96
Quadro 42 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.5	97
Quadro 43 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.6	97
Quadro 44 Detalhamento da ação/objetivo 4.1.1	98
Quadro 45 Detalhamento da ação/objetivo 4.1.2	99
Quadro 46 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.1	99
Quadro 47 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.2	100
Quadro 48 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.3	100
Quadro 49 Detalhamento da ação/objetivo 4.3.1	101
Quadro 50 Detalhamento da ação/objetivo 4.3.2	101
Quadro 51 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.1	102
Quadro 52 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.2	103
Quadro 53 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.3	104
Quadro 54 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.1	105
Quadro 55 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.2	106
Quadro 56 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.3	107
Quadro 57 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.4	108
Quadro 58 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.1	108
Quadro 59 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.2	109
Quadro 60 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.3	109
Quadro 61 Detalhamento da ação/objetivo 7.1.1	110
Quadro 62 Detalhamento da ação/objetivo 7.1.2	111
Quadro 63 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.1	111
Quadro 64 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.2	111
Quadro 65 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.3	112
Quadro 66 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.1	113
Quadro 67 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.2	113
Quadro 68 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.3	113
Quadro 69 Detalhamento da ação/objetivo 9.1.1	114
Quadro 70 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.2	116
Quadro 71 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.2	116
Quadro 72 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.3	116
Quadro 73 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.4	117
Quadro 74 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.5	117
Quadro 75 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.6	117
Quadro 76 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.7	118
Quadro 77 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.8	118
Quadro 78 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.9	119
Quadro 79 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.10	120
Quadro 80 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.11	120
Quadro 81 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.12	121
Quadro 82 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.13	121
Quadro 83 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.13	121
Quadro 84 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.1	121
Quadro 85 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.2	122
Quadro 86 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.3	123
Quadro 87 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.4	124

Quadro 88 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.5	124
Quadro 89 Detalhamento da ação/objetivo 9.4.1	125
Quadro 90 Detalhamento da ação/objetivo 9.5.1	126
Quadro 91 Detalhamento da ação/objetivo 10.1.1	126
Quadro 92 Detalhamento da ação/objetivo 10.1.2	127
Quadro 93 Detalhamento da ação/objetivo 10.1.3	127
Quadro 94 Detalhamento da ação/objetivo 11.1.1	128
Quadro 95 Vagas ofertadas para a Capital - 2016 a 2021	156
Quadro 96 Vagas ofertadas para o Curso de Letras – Libras na Capital - 2018 a 2021	156
Quadro 97 Vagas ofertadas para os Campi do Interior - 2016 a 2021	156
Quadro 98 Vagas ofertadas para os Campi do Interior para o Curso de Medicina/Coari - 2016 a 2021	157
Quadro 99 Cursos Ofertados para a Graduação Capital - 2016 a 2021 Campus Manaus	157
Quadro 100 Instituto de Natureza e Cultura – INC, Campus de Benjamin Constant	159
Quadro 101 Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB, Campus de Coari	159
Quadro 102 Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, Campus de Humaitá	160
Quadro 103 Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ, Campus de Parintins	160
Quadro 104 Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET, Campus de Itacoatiara	160
Quadro 105 Área de Ciências Agrárias	161
Quadro 106 Área de Ciências Biológicas	161
Quadro 107 Área de Ciências da Saúde	161
Quadro 108 Área de Ciências Exatas e da Terra	162
Quadro 109 Área de Ciências Humanas	163
Quadro 110 Área de Ciências Sociais Aplicadas	164
Quadro 111 Área de Engenharias	165
Quadro 112 Área de Linguística, Letras e Artes	166
Quadro 113 Linguística, Letras e Artes	167
Quadro 114 Área Multidisciplinar	167
Quadro 115 Cursos oferecidos aos Povos Indígenas pela Faculdade de Educação	168
Quadro 116 Cursos oferecidos aos Povos Indígenas pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais	169
Quadro 117 Cursos oferecidos, em 2017, na modalidade Educação a Distância – EaD	169
Quadro 118 Cursos oferecidos, em 2021, na modalidade Educação a Distância – EaD	170
Quadro 119 Cursos em processo de credenciamento 2021	170
Quadro 120 Cursos oferecidos na Pós-Graduação Stricto Sensu	171
Quadro 121 Síntese da Assistência Estudantil	190
Quadro 122 Síntese da infraestrutura da UFAM	196
Quadro 123 Usuários conectados à internet	196
Quadro 124 Servidores lotados no SISTEBIB	197
Quadro 125 Qualificação dos servidores do SISTEBIB	198
Quadro 126 Acervo do SISTEBIB	199
Quadro 127 Quantidade de e-books da editora Springer (em língua inglesa)	200
Quadro 128 Quantidade de e-books da editora Atheneu (em língua portuguesa)	200
Quadro 129 Ampliação do acervo digital do SISTEBIB/UFAM	201
Quadro 130 Evolução do acervo digital do SISTEBIB/UFAM	201
Quadro 131 Horário de funcionamento normal	201
Quadro 132 Estrutura Física	202
Quadro 133 Laboratórios de Pesquisa da UFAM	203
Quadro 134 Projetos de ampliação da infraestrutura da UFAM	216

Lista de Tabelas

Tabela 1 Quantificação dos objetivos e definição das metas	78
Tabela 2 Evolução do Quantitativo de Docentes por Titulação, com base em 2015.	174
Tabela 3 Evolução do Quantitativo de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015	177
Tabela 4 Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente, com base em 2015	178
Tabela 5 Evolução do Quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação, por Regime de Trabalho, com base em 2015.	180
Tabela 6 Distribuição da área construída por unidade institucional	195

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Evolução do Percentual de Docentes, por Titulação, com base em 2015	175
Gráfico 2 Evolução do Quantitativo de Docentes, por Titulação, com base em 2015	175
Gráfico 3 Evolução do Quantitativo de Docentes Doutores e Mestres de 2015 a 2021.	176
Gráfico 4 Evolução de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015	177
Gráfico 5 Quantitativo de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015	177
Gráfico 6 Distribuição percentual do Corpo Docente, por Titulação	178
Gráfico 7 Evolução de Técnico-Administrativos por Regime de Trabalho, com base em 2015	180
Gráfico 8 Progressão da área construída UFAM em m ² .no período 2005 à 2017	195
Gráfico 9 Evolução do orçamento 2006 a 2015	228
Gráfico 10 Receita diretamente arrecadada 2006 a 2015	228
Gráfico 11 Previsão orçamentária 2016 - 2025	229
Gráfico 12 Previsão Orçamentária PDI versus LOA 2016 – 2021	229
Gráfico 13 Previsão Orçamentária PDI versus LOA 2016 – 2021 com detalhamento em grupo de despesa.	231
Gráfico 14 Ajuste da Previsão Orçamentária Revisada 2022 – 2025	232

Lista de Siglas

ARII - Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais
ASCOM - Assessoria de Comunicação Social
BC Biblioteca – Biblioteca Central
BPM - Business Process Management
BSC - Balanced ScoreCard
CAPDA - Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia
CATI - Comitê da Área de Tecnologia da Informação
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAUA - Centro de Artes da Universidade Federal do Amazonas
CBOK-BPM - Guide to Business Process Management
CCA - Centro de Ciências do Ambiente
CDEAM - Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico
CED - Centro de Educação a Distância
CEFORT - Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviços para a Rede Pública de Ensino
CEG - Câmara de Ensino de Graduação
CERT.br - Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil
CETELI - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Eletrônica e da Informação
CIA - Comissão de Inclusão e Acessibilidade
CMD - Centro de Mídias Digitais
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSAD - Conselho de Administração
CONSEPE - Conselho de Ensino, pesquisa e extensão
CONSUNI - Conselho Universitário
COREME - Comissão de Residência Médica
COREMU - Comissão de Residência Multiprofissional
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CSA - Comissões Setoriais de Avaliação
CPPAD - Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares
CSIRT - Computer Security Incident Response Team
CT&I - Ciência Tecnologia e Inovação
CTIC - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação
DBS - Divisão de Bibliotecas Setoriais
DCE - Diretório Central dos Estudantes
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DD - Divisão de Documentação
DEO - Diagnóstico Estratégico Objetivo
DEMAT - Departamento de Materiais
DI - Divisão de Intercâmbio
DOU - Diário Oficial da União
DPE - Departamento de Planejamento Estratégico
DPI - Divisão de Processamento da Informação
DSA - Divisão de Seleção e Aquisição
EAD - Programa de Educação a Distância
EBSERH - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas
EEM - Escola de Enfermagem de Manaus
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EUAPOIO - Espaço Universitário de Apoio ao Servidor, Professor e Aluno com Deficiência
FACED - Faculdade de Educação
FAO - Faculdade de Odontologia
FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FAPSI - Faculdade de Psicologia
FCA - Faculdade de Ciências Agrárias
FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas
FD - Faculdade de Direito
FEFF - Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
FES - Faculdade de Estudos Sociais
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FM - Faculdade de Medicina
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FT - Faculdade de Tecnologia
FUA - Fundação Universidade do Amazonas
GTI - Gestão de Tecnologia da Informação
HIV/AIDS - Vírus da imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HUGV - Hospital Universitário Getúlio Vargas
IAB - Instâncias Acadêmico-Administrativas Básicas
ICB - Instituto de Ciências Biológicas
ICE - Instituto de Ciências Exatas
ICET - Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia
ICHL - Instituto de Ciências Humanas e Letras
ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
ICOMP - Instituto de Computação
IEAA - Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente
IES - Instituição de Ensino Superior
INC - Instituto de Natureza e Cultura
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQCD - Índice de Qualificação do Corpo Docente
ISB - Instituto de Saúde e Biotecnologia
ISO - International Organization for Standardization
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSE - Levantamento da Situação Escolar
MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC - Ministério da Educação
MPS - Melhoria de Processos do Software Brasileiro
OBZ - Orçamento Base Zero
OPIM - Organização dos Professores Indígenas Mura
PACE - Programa de Atividade Curricular de Extensão
PAR - Projeto de Formação Continuada de Professores e Tutores para as Redes Públicas de Ensino
PAREC - Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCTIS - Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social
PCU - Prefeitura do Campus Universitário
PDCA - PLAN - DO - CHECK - ACT / Plan-Do-Check-Adjust
PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PE - Planejamento Estratégico
PEA - Planejamento Estratégico Avançado
PECTEC - Programa de apoio à participação de discentes de graduação em eventos científicos, tecnológicos e culturais
PET - Programa de Educação Tutorial
PIAP - Programa Institucional de Apoio Pedagógico
PIBEX - Programa Institucional de Bolsa de Extensão
PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projetos Pedagógicos de Curso
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROEG - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROLIN - Programa de Licenciaturas
PROTEC - Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica
PSC - Processo Seletivo Contínuo
RACI - Responsible - responsável, Accountable - aprovador, Consulted - consultado e Informed informado
REDE - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RU - Restaurante Universitário
RUTE - Rede Universitária de Telemedicina
SEB - Secretaria Ministerial da Educação Básica
SESU - Secretaria de Educação Superior
SIE - Sistema Integrado de Ensino
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISTEBIB - Sistema de Bibliotecas
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SP - Setor de Periódico
TAES - Técnicos Administrativos em Educação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UNISOL - Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões

RESUMO EXECUTIVO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi revisado para os próximos dez anos (2016 a 2025) em atenção às recomendações do Ministério da Educação (MEC) e, também, pela convicção de ser um instrumento estratégico de gestão essencial para a evolução da Universidade. Para tanto, apresenta-se como instrumento orientador das ações futuras e aferidor de qualidade da gestão, servindo, assim, como substrato para a avaliação institucional, além de representar um compromisso entre a Instituição, o MEC, a comunidade universitária e o restante da sociedade.

Trata-se do documento que identifica a filosofia de trabalho da UFAM, a missão a que se propõem, a sua visão, as diretrizes institucionais que orientam suas ações acadêmicas e administrativas, a sua estrutura organizacional, as atividades acadêmicas as quais desenvolve e pretende desenvolver. Contém os planos estratégicos que orientam a atuação da instituição, estruturando-se de forma a contemplar os eixos temáticos essenciais, recomendados pelo MEC, conforme se expõe abaixo:

1. Síntese do Planejamento Estratégico;
2. Perfil Institucional, no qual são abordados: Histórico, Áreas de Atuação Acadêmica, Diretrizes Estratégicas, Missão, Visão, Valores, Princípios, Competências, Mapa Estratégico e Cronograma de execução de Objetivos/Ações;
3. Detalhamento dos Projetos, Quantificação dos Objetivos e Metas – PE UFAM 2016 a 2025;
4. Projeto Pedagógico Institucional – PPI;
5. Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos;
6. Organização e gestão de pessoal;
7. Organização Administrativa;
8. Políticas de Atendimento aos Discentes;
9. Infraestrutura;
10. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, e
11. Aspectos Financeiros e Orçamentários.

Síntese do Planejamento Estratégico

Os trabalhos para a realização do Planejamento Estratégico iniciaram-se em outubro de 2014 e foram concluídos em maio de 2015. De forma sintética, o Planejamento Estratégico contempla:

- a) O Diagnóstico Estratégico Objetivo (DEO), com o levantamento de informações sobre os ambientes interno e externo que impactam a UFAM sobre diversos aspectos; levantamento das expectativas e visões de futuro para curto, médio e longo prazos; levantamento das visões sobre vantagens competitivas da instituição em relação ao seu potencial de inovação, sustentabilidade e reatividade às necessidades e enfrentamentos; desenvolvimento da Análise SWOT - (S – Força, W – Fraqueza, O – Oportunidade, T – Ameaça) e suas correlações, seguida da Identificação de Direcionadores Estratégicos;
- b) Planejamento Estratégico Avançado (PEA), fundamentado no Diagnóstico Estratégico Objetivo (DEO), bem como na sistematização e revisão dos direcionadores de identidade institucional, como missão, visão, valores, princípios, competências, entre outros, que deverão nortear as estratégias para o futuro, no horizonte de tempo estabelecido;
- c) Desenvolvimento dos objetivos estratégicos e seu alinhamento com as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC)¹, que permitiu construir o mapa estratégico e os indicadores balanceados de desempenho para suporte da gestão do planejamento e seus projetos, durante o período de 2016 a 2025, e
- d) Desdobramento das estratégias, com a formulação dos vetores estratégicos para atender a todos os pontos vitais de investimento de aperfeiçoamento da Universidade identificados no

¹ É uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School (HBS). Robert Kaplan e David Norton, em 1992.

Planejamento Estratégico desenvolvido.

Na condução do Planejamento Estratégico da UFAM, se desenvolveu amplo e complexo diálogo para a proposição de objetivos estratégicos, alinhados a seus respectivos vetores, de forma que se produzissem diversas propostas de iniciativas/planos de ação que, ajustadas, permitiram uma visão do atendimento completo do Planejamento Estratégico, sendo os objetivos e iniciativas configurados em programas/projetos/subprojetos, ou seja, os Projetos de Desenvolvimento Estratégicos devidamente priorizados.

De forma geral, o Planejamento Estratégico da UFAM para atender a evolução planejada para o período de 2016 a 2025, estabeleceu 71 programas/projetos com início marcado para janeiro de 2016.

Perfil Institucional

O Perfil Institucional compreende o Histórico, Áreas de Atuação Acadêmica, Diretrizes Estratégicas, Missão, Visão, Valores, Princípios, Competências, Mapa Estratégico e Cronograma de execução de Objetivos/Projetos.

Efetuando-se uma evolução histórica, identifica-se que a UFAM é a primeira universidade brasileira, originada da Escola Universitária Livre de Manáos, iniciada em 17 de janeiro de 1909, mais tarde denominada Universidade de Manáos e, posteriormente, a partir de 13 de julho de 1913, chamada de Universidade de Manáos. Em 1926, encerrou-se uma primeira fase para a instituição, permanecendo apenas as unidades separadas geograficamente: Escola Agrônômica de Manaus, extinta em 1943; Faculdade de Medicina, extinta em 1944; Escola de Direito, federada em 21 de novembro de 1949 e incorporada à Universidade do Amazonas em 1962.

Em 1964, foi instituída a Fundação Universidade do Amazonas, cujo objetivo era a manutenção da então Universidade do Amazonas. Posteriormente, por meio da Lei Federal nº 10.468, de 20 de junho de 2002, foi estabelecido que a Universidade do Amazonas (UA) passaria a ser denominada Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Atualmente a UFAM é composta por um *campus* em Manaus, e pelas Unidades externas: Faculdades de Medicina, Faculdade de Odontologia, Escola de Enfermagem de Manaus, e pelos *campi* (Unidades fora da sede) em Humaitá, Benjamin Constant, Itacoatiara, Coari e Parintins.

Relativamente às áreas de atuação acadêmica para cumprir os objetivos institucionais, tem-se as seguintes áreas de conhecimento de acordo com a tabela de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES:

- a) Ciências Agrárias;
- b) Ciências Biológicas;
- c) Ciências da Saúde;
- d) Ciências Exatas e da Terra;
- e) Ciências Humanas;
- f) Linguística, Letras e Artes;
- g) Ciências Sociais e Aplicadas;
- h) Engenharias e,
- i) Multidisciplinar.

As Diretrizes Estratégicas da UFAM estão contidas neste PDI, o qual norteia a Instituição no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõem seus objetivos estratégicos sintetizados no Planejamento Estratégico e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. Sua elaboração teve como premissas:

- a) Os conteúdos previstos no Decreto nº 5.773/06;
- b) O caráter de construção coletiva;
- c) A garantia da ampla divulgação, facilidade de acesso e participação da comunidade interna e

externa;

- d) A definição das linhas estratégicas de atuação da Universidade;
- e) O suporte à Administração no processo de decisão;
- f) O auxílio para a avaliação institucional, e
- g) A submissão à apreciação dos órgãos superiores da UFAM.

O presente PDI é fruto da participação e do trabalho conjunto de muitas mãos, agregando conhecimento de servidores técnicos administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade.

Por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico para o período 2016 a 2025, foi efetuada a revisão da Missão e Visão da UFAM, cuja nova redação é a seguinte:

Missão: “Produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia”.

A redação da **Visão** foi escalonada para um horizonte de tempo considerando, curto prazo (até 03 anos à frente); médio prazo (até 06 anos), e longo prazo (até 10 anos).

Visão de curto prazo: “Ser referência entre as Universidades brasileiras pela excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social”

Visão de médio prazo: “Ser reconhecida como referência em Governança Universitária, no cumprimento dos seus compromissos estratégicos e na observância de seus valores”.

Visão de longo prazo: “*Ser reconhecida pela excelência do ensino, da pesquisa e da Extensão, relacionados aos povos, saberes, culturas e ambientes Amazônicos*”

Para o ciclo atual do PDI também foram formulados os **Valores** e revisados os **Princípios**, conforme exposto abaixo:

Valores: “Ética, pertencimento institucional, democracia, transparência das ações, responsabilidade, inclusão social, respeito aos direitos humanos, à liberdade, à diversidade e ao ambiente”

Princípios: “A UFAM atua fundamentada em princípios éticos e valores morais, na liberdade de expressão, na inclusão social, na gestão democrática e participativa por meio do desenvolvimento integrado do ensino, da pesquisa e da extensão, que gerem benefícios sociais e econômicos”

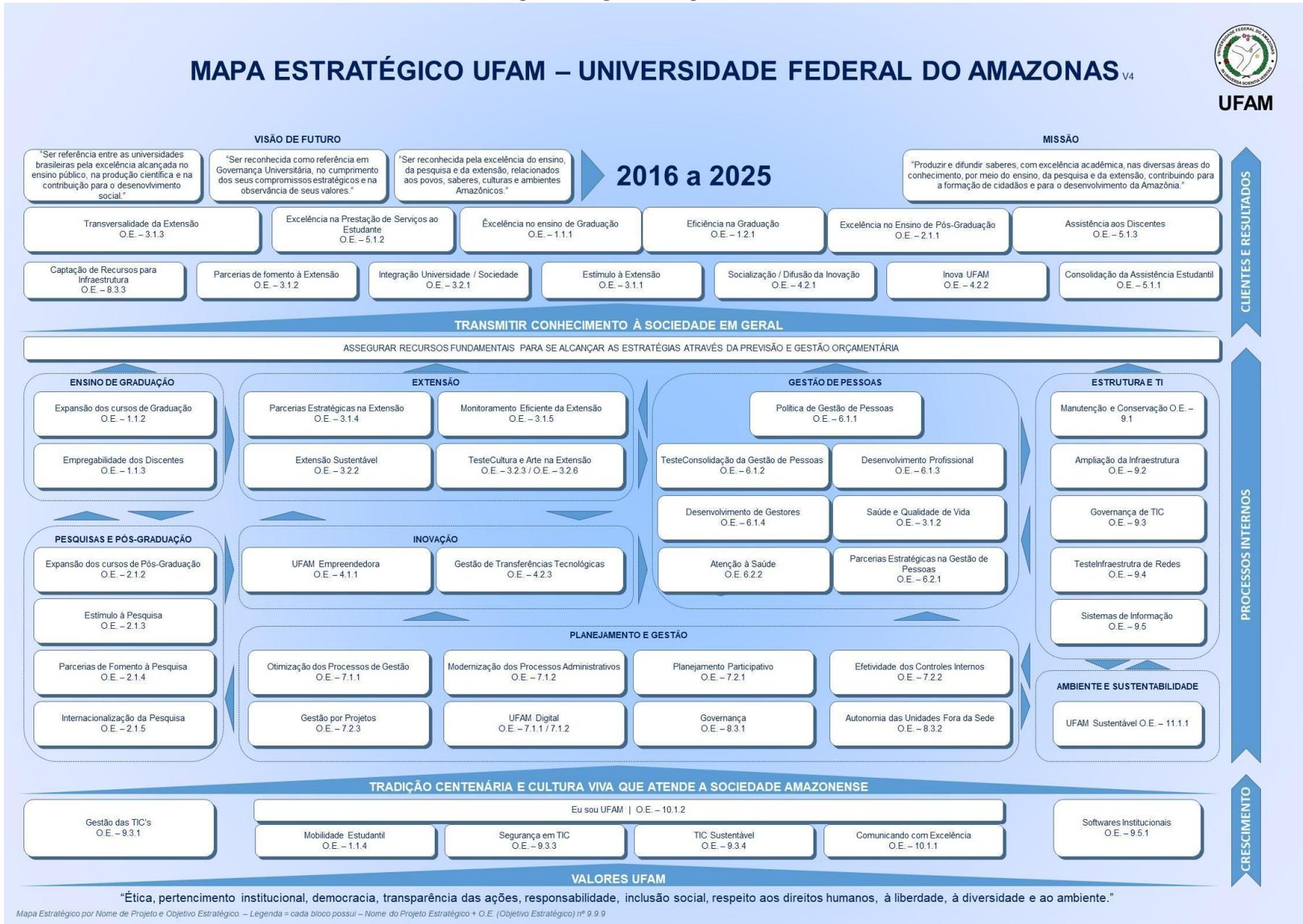
Ainda para o ciclo, foi efetuada a sumarização das **Competências da UFAM** como exposto a seguir:

“Tradição centenária, experiência acadêmica em especialidades amazônicas, liderança regional em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), ensino de qualidade apoiado em um corpo docente e técnico-administrativo competente e comprometido com a melhoria constante da qualidade, apoiados por infraestrutura institucional inserida na maior área de floresta urbana nativa do país”.

Quanto ao seu **Mapa Estratégico**, das várias versões formuladas, destaca-se o que se apresenta a seguir, pois o mesmo contém os macros Objetivos Estratégicos, estabelecidos e classificados por perspectiva do *Balanced Scorecard*. Para cada Objetivo se associa um número que corresponde ao Vetor Estratégico ao qual o Objetivo está vinculado, e, conseqüentemente, ao Programa e Projeto que se desdobra do macro Objetivo a ser alcançado.

Os projetos estão denominados em consonância com as suas respectivas áreas estratégicas, a saber: excelência no ensino de graduação, expansão dos cursos de graduação, empregabilidade dos discentes, mobilidade da comunidade universitária, sucesso na graduação, permanência e diplomação dos discentes, excelência no ensino de pós-graduação, expansão dos cursos de pós-graduação, estímulo à pesquisa, parcerias de fomento à pesquisa, internacionalização da pesquisa, estímulo à extensão, parcerias de fomento à extensão.

Figura 1 Mapa Estratégico da UFAM



Fonte:Fundação Getúlio Vargas, 2015; Proplan, 2022.

O Cronograma de execução, a ser apresentado no Capítulo 2, contém os Objetivos/Projetos classificados por Vetor Estratégico e Perspectivas do BSC, sendo estas: Crescimento, Processos Internos, Clientes e Resultados.

Detalhamento dos projetos, quantificação dos objetivos e metas do Planejamento Estratégico da UFAM - 2016 a 2025 - e quadros com especificação de objetivos e metas constituídas em projetos

No momento atual, as ações que deram amparo ao PDI consideraram os 11 vetores estratégicos: (1) Ensino de Graduação; (2) Pesquisa e Pós-Graduação; (3) Extensão; (4) Inovação; (5) Assistência Estudantil; (6) Gestão de Pessoas; (7) Planejamento e Gestão; (8) Governança Institucional; (9) Infraestrutura e Tecnologia da Informação; (10) Comunicação; (11) Ambiente e Sustentabilidade.

Também são considerados os desdobramentos desses vetores nos vários temas e objetivos estratégicos constituídos nas diversas perspectivas adotadas para o *Balanced Scorecard*.

Projeto Pedagógico Institucional – PPI

O PPI da UFAM apresenta os aspectos pertinentes à inserção regional; aos princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição. Considera, ainda, a organização didático-pedagógica da instituição, estabelecendo os critérios gerais para definição de: (1) inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares; (2) oportunidades diferenciadas de integralização curricular; (3) atividades práticas e estágio; (4) desenvolvimento de materiais pedagógicos, e (5) incorporação de avanços tecnológicos.

Também se expõem enfoques pertinentes a Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa, Inovação e Gestão, bem como questões envolvendo Responsabilidade Social e Gestão Ambiental da Instituição de Ensino Superior.

Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos

O cronograma de implantação e desenvolvimento dos cursos da UFAM contém os aspectos pertinentes às projeções para a criação de novos cursos, incluindo os dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula de seus cursos. Também se informa a situação atual dos cursos (em funcionamento, em fase de autorização ou de futura solicitação), incluindo o cronograma de expansão na vigência do PDI.

Organização e gestão de pessoal

A organização e gestão de pessoal da UFAM contempla o perfil do Corpo Docente e Corpo Técnico Administrativo, ressaltando que, até o ano de 2015, último ano de vigência do antigo PDI, tínhamos 1.758 Docentes. Após a 1ª Revisão do PDI, em 2018, o quantitativo passou para 1.588 docentes sendo, 845 (53,2%) doutores, 560 (35,3%) mestres, 131 (8,2%) especialistas e 52 (3,3%) graduados.

E após a 2ª Revisão, em 2021, o quantitativo passou a 1.622 docentes, sendo, 1079 (66,5%) doutores, 413 (25,5%) mestres, 101 (6,2%) especialistas e 29 (1,8%) graduados. Em relação ao Regime de Trabalho, a maior parte do quantitativo (1.423) trabalha em regime de Dedicção Exclusiva. Apenas 63 desses docentes trabalham em regime de 40 horas semanais e 88 em regime de 20 horas semanais.

Atualmente, o Corpo Técnico Administrativo é formado por 1.573 servidores ativos permanentes de diversas titulações, com formação completa ou não, do Ensino Fundamental ao Doutorado. Com relação ao regime de trabalho, a grande maioria desse total (1.461) trabalha em regime de 40 horas semanais, com apenas 30 técnicos que laboram em regime de 30 horas semanais e outros 82 em regime de 20 horas semanais. Quanto ao Plano de Carreira, critérios de seleção e contratação estão previstos nas legislações pertinentes descritas no Capítulo 6 deste documento.

Organização administrativa da UFAM

A organização administrativa da UFAM fundamenta-se em seu Regimento Geral, segundo o qual a administração da Universidade dar-se-á em nível superior e em nível das Unidades Acadêmicas, por meio dos respectivos Órgãos deliberativos e executivos, conforme se expõe a seguir:

- a) Conselho Universitário (CONSUNI): órgão deliberativo e consultivo máximo. Cabe a esse Conselho traçar a política geral universitária, bem como atuar como instância de recurso de decisões do CONSAD (Conselho de Administração) e do CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), além dos atos do Reitor;
- b) Conselho de Administração (CONSAD): órgão deliberativo e consultivo da UFAM em matéria de administração e gestão econômico-financeira;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, e
- d) Câmaras Setoriais: com funções deliberativas, normativas e consultivas, no âmbito de suas competências.

No âmbito das Unidades Acadêmicas, organização administrativa. No primeiro (modelo), as instâncias deliberativas e executivas das Unidades Acadêmicas compreendem:

- a) Conselho Departamental (CONDEP), instância deliberativa e consultiva máxima;
- b) diretoria, instância executiva, e
- c) departamentos acadêmicos.

Esse modelo é adotado, atualmente, por 09 (nove) Unidades Acadêmicas, todas da capital. Estas são: Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FACED), Faculdade de Estudos Sociais (FES), Faculdade de Tecnologia (FT), Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Instituto Ciências Biológicas (ICB) e Faculdade de Medicina (FM).

Por outro lado, no segundo modelo, as instâncias deliberativas e executivas das Unidades Acadêmicas, compreendem:

- a) Conselho Diretor;
- b) Diretoria;
- c) Coordenação Acadêmica;
- d) Coordenação Administrativa, e
- e) Colegiados de cursos de graduação e de programas de pós-graduação.

O Conselho Diretor é o órgão consultivo e deliberativo da unidade acadêmica. Esse modelo é adotado, atualmente, por 11 (onze) Unidades Acadêmicas, sendo elas: Instituto de Natureza e Cultura (INC), de Benjamin Constant; Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), de Coari; Instituto de Educação, Agricultura Ambiente (IEAA), de Humaitá; Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), de Parintins; Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET) de Itacoatiara; Faculdade de Odontologia (FAO); Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF); Faculdade de Psicologia (FAPSI); Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF); Instituto de Computação (ICOMP), Escola de Enfermagem de Manaus (EEM), Faculdade de Artes (FAARTES), Faculdade de Comunicação e Informação (FIC); Faculdade de Letras (FLET);

Políticas de Atendimento aos Discentes

Visando a reduzir a evasão e a retenção de alunos, a UFAM desenvolve programas de apoio pedagógico e financeiro de modo a potencializar as atividades-fim e o alcance dos objetivos institucionais. Dentre essas ações se destacam:

- a) Auxílio Acadêmico;
- b) Bolsa Permanência/MEC;
- c) Bolsa Incluir (Eu Apoio);
- d) Auxílio Moradia;

- e) Bolsa Trabalho;
- f) Restaurante Universitário (RU).

Cada uma dessas ações empreendidas possui objetivos específicos, consoante o público que pretende atingir e a realidade a ser transformada.

Infraestrutura

A UFAM conta com 23 Unidades Acadêmicas, sendo 18 na capital e 5 no interior, 31 Unidades Administrativas e 17 Órgãos Suplementares, perfazendo um total de 258.313,76 m² de área construída, dividida em 288 prédios, estes, por sua vez, distribuídos nos atuais 49.315.019,24 m² de área territorial total. Em adição, conta com 462 salas de aula, 12 bibliotecas e 483 laboratórios. Conta ainda com recursos tecnológicos e de áudio visual, destacando-se o Centro de Tecnologia Eletrônica e da Informação (CETELI) e Centro de Educação a Distância (CED). Além disso, dispõe de um Espaço Universitário de Apoio ao Servidor e ao Estudante com Deficiência (EUAPOIO).

Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional

A avaliação interna da UFAM realiza-se nos termos exigidos pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Desde o ano de 2004, com a constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), regulamentada pela Portaria nº 983/2004 – GR, de 14/06/2004, foi atribuída à citada Comissão a responsabilidade para conduzir os processos da Auto Avaliação da UFAM.

A perspectiva formativa da avaliação institucional e a autonomia da CPA se entrelaçam para a articulação da metodologia de trabalho à missão e às diretrizes assumidas pela UFAM, referenciadas tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e incorporadas ao seu Estatuto e Regimento, quanto nas diretrizes definidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Aspectos financeiros e orçamentários

O orçamento geral da UFAM se origina de três fontes de financiamento: (1) recursos do Tesouro Nacional repassados diretamente pelo Ministério da Educação, (2) convênios, que são realizados com entidades parceiras, como Petrobrás e Natura, por exemplo, e (3) receitas próprias, provenientes da arrecadação de taxas, emolumentos, aluguéis de imóveis da instituição, alienação de veículos e material permanente e da execução de contratos de prestação de serviços educacionais, pesquisa, serviços gráficos e serviços administrativos.

Diante dos fatos ocorridos durante a vigência do PDI 2016-2025, que impactaram diretamente na LOA dos últimos anos, a Previsão Orçamentária foi ajustada, com base nas LOA publicadas dos últimos 6 anos (2016 a 2021), considerando um crescimento médio anual de 5% para os anos seguintes, uma tendência de crescimento mais próxima da realidade até o final do PDI vigente.

O cenário de reduções nas dotações orçamentárias ocorridas no período de vigência do PDI (2016-2025) foi reforçado em virtude de contingenciamentos adotados pelo Governo Federal, além das reduções diretas ocorridas nas dotações das LOA's, como por exemplo: a publicação de Decretos de Contingenciamentos de Despesas, limitando os valores autorizados na LOA e postergando a execução de despesas programadas; foi instituído o orçamento condicionado nos anos de 2020 e 2021, onde parte do orçamento foi alocado na Unidade Orçamentária 93247 (11% em 2020 e 46% em 2021), passando a depender de aprovação legislativa para sua liberação.

INTRODUÇÃO

Os fundamentos teóricos que norteiam a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)² conduzem ao entendimento de que este é um instrumento legal que sistematiza o processo de planejamento estratégico institucional de ciclo quinquenal ou maior. Tal entendimento procede da orientação de que a concepção deste documento deve se pautar em fazer dele um instrumento normativo e orientador, cujo conteúdo deverá contemplar, entre outros elementos, a missão, os objetivos e as metas da instituição para o período de sua vigência.

Trata-se, portanto, não somente de um instrumento legal, mas, sobretudo, de fundamental e eficaz instrumento de gestão, visto que o Planejamento Estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando maior grau de interação positiva com o ambiente (KOTLER, 1975).

Para tanto, o referido instrumento necessita ser produzido a partir do esforço coletivo, participativo e solidário, cuja construção deverá contemplar o envolvimento de toda a estrutura organizacional profissional, além da comunidade, interna e externa, na análise das realidades que influenciam, sobretudo, as condições de competitividade, sustentabilidade econômico-financeira e relativa à expressão da imagem institucional.

Desse modo, os procedimentos metodológicos para a construção do PDI possibilitaram o entendimento da fundamentação do diagnóstico sistêmico estratégico, suas bases para a reflexão e, de forma simples, a formulação e a implementação de propostas para a gestão dos planos de ação, fomentadores do desenvolvimento integral, pertinentes ao horizonte futuro de tempo estabelecido no planejamento da instituição.

Ao final do ciclo referente à vigência do PDI e antes de se iniciar o desenvolvimento do ciclo atual, foi necessário efetuar a sua revisão, por meio da avaliação das ações envolvendo os projetos em andamento, sua continuidade no ciclo subsequente, requerendo ou não ajustes, bem como os projetos ainda não iniciados, deliberando a respeito de seu descarte ou continuidade no decorrer do desenvolvimento do PDI para o próximo ciclo.

O PDI 2016-2025 representa uma sequência natural do PDI de 2006 a 2015, cujas ações desenvolvidas e resultados alcançados foram avaliados e utilizados como subsídio no diagnóstico estratégico e formulação dos objetivos, estratégias e ações integrantes do Planejamento Estratégico para os próximos dez anos.

Por sua vez, na análise para o mapeamento de cenários futuros, foi objeto de destaque o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) como articulador do Sistema Nacional de Educação, cujas metas para educação superior são desafiadoras, conforme se expõe abaixo:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público;

A Meta nº 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores;

Meta nº 14: almeja elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores;

Meta nº 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação [...].

² Lei nº 9.394/1996 (LDB), Decreto nº 5.773/2006, Lei nº 10.861/2004, Decreto nº 2.494/1998, Decreto nº 5.224/2004; Portaria MEC nº 1.466/2001, Portaria MEC nº 2.253/2001, Portaria MEC nº 3.284/2003, Portaria MEC nº 7/2004, Portaria MEC nº 2.051/2004, Resolução CES/CNE nº 2/1998, Resolução CNE/CP nº 1/1999, Resolução CES/CNE nº 1/2001, Resolução CP/CNE nº 1/2002 (art.7º), Parecer CES/CNE nº 1.070/1999, Portaria MEC nº 4.361/2004, Portarias Normativas nº 1/2007, Portaria Normativa nº 2/2007.

Ademais, o mapeamento de cenários envolveu temas pertinentes às conjunturas política e econômica, efeitos da globalização na atuação do Estado, questões sociais e ambientais, disponibilidade da informação, ambiente tecnológico, maturidade, cidadania, reformas estruturais no judiciário, administrativa, tributária e política, dentre outros.

Oportuno destacar que, independente da reputação centenária da UFAM, a elaboração do Planejamento Estratégico se propõe a orientar e conduzir o efetivo desenvolvimento institucional, bem como a manutenção do elevado potencial de criatividade e inovação em áreas estratégicas associadas à sua localização geográfica, que permitam almejar ser reconhecida como uma das mais avançadas e importantes universidades brasileiras.

Em 2020, ano que seria executada a segunda revisão, todo o planejamento da Instituição foi afetado pela Pandemia da COVID – 19. Assim, todos os trabalhos foram suspensos por um determinado período, o que impossibilitou a reunião presencial de todos os envolvidos que participam do processo de revisão.

Esclarece-se que o processo, seja de construção ou revisão de um plano de desenvolvimento institucional é complexo e demorado, envolvendo diversas etapas, diferentes atores e muitos debates até a aprovação em Conselhos Superiores e conclusão do plano, o que demanda quase um ano de trabalho até a conclusão do documento final.

Após análise interna da PROPLAN para a nova metodologia a ser aplicada na Revisão, em 2021 foi executada a segunda revisão e a próxima *a priori* deveria executada em 2023. Entretanto, notou-se que a próxima revisão iria acontecer concomitante como processo de elaboração do novo plano de desenvolvimento institucional, o qual deverá vigorar no período de 2026 a 2030.

Devido à complexidade, o grupo nomeado optou que esta segunda revisão fosse à última deste plano e assim, no ano de 2023, ao invés de ser feita a terceira revisão, serão iniciados os trabalhos para a confecção do novo PDI UFAM 2026-2030.

Em 2026, ao final da vigência do Plano decenal atual, pretende-se fazer uma avaliação do PDI 2016-2025, por um levantamento e consolidação de um relatório mostrando para toda a comunidade acadêmica os resultados alcançados do PDI 2016-2025, mensurando sua efetividade com relação ao que foi proposto inicialmente nos seus objetivos estratégicos, bem como o seu impacto no desenvolvimento da comunidade que interage com a Instituição. A Figura 2 demonstra a linha do tempo de eventos que ocorreram e ocorrerão em relação ao PDI, após a finalização da segunda revisão.

Figura 2 Linha do tempo dos eventos do PDI UFAM.



Fonte: Proplan, 2021.

Com o emprego de metodologias consolidadas e evoluídas para a elaboração do Planejamento Estratégico, a UFAM conquistou um elevado grau de envolvimento da comunidade universitária em múltiplas sessões e debates, além de várias pesquisas. Fato que possibilita dizer que os resultados apurados durante o processo foram representativos e delineiam os anseios dos diversos públicos envolvidos.

O empenho de todos os participantes foi determinante na conclusão inequívoca de que a comunidade UFAM entende a sua responsabilidade de estar inserida na região amazônica e que proporciona seguramente ricas sementes culturais, tecnológicas e de sustentabilidade, fundamentais em processos inovadores para o futuro do Brasil.

Portanto, o presente documento constitui-se em um instrumento orientador que indica o direcionamento que levará a UFAM à consecução de sua missão como instituição de ensino, pesquisa,

inovação e extensão. Reafirmando-se o compromisso da UFAM com a qualidade em suas ações institucionais, bem como a qualidade de sua gestão acadêmica e administrativa.

Manaus, julho de 2022.

Equipe de Coordenação

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional



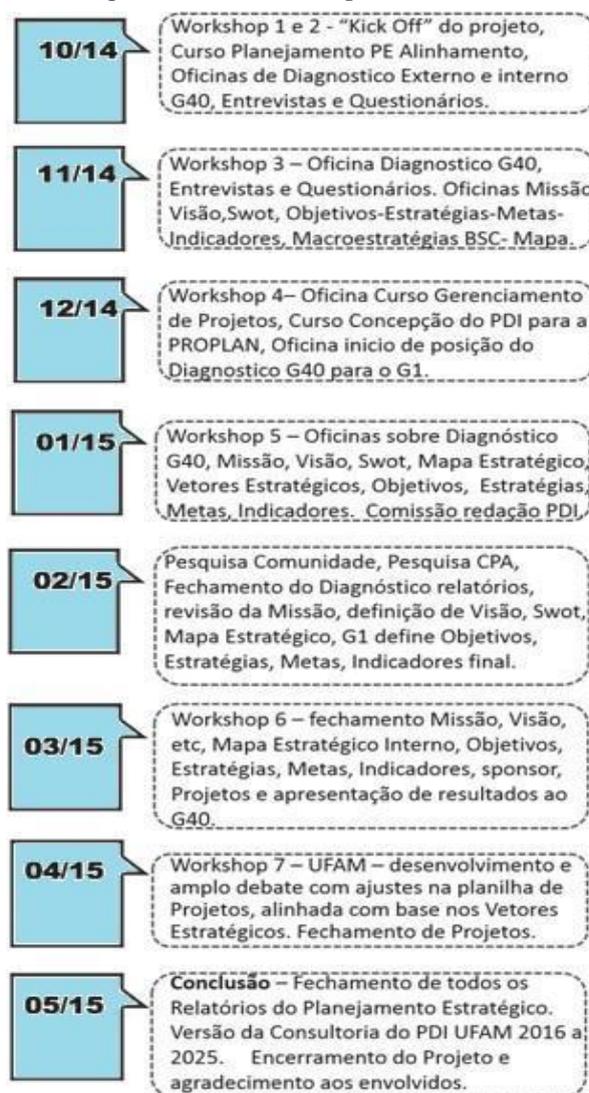
Capítulo 1

Síntese do Planejamento
Estratégico

CAPÍTULO 1. SÍNTESE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Os trabalhos para a realização do Planejamento Estratégico (PE) da UFAM iniciaram em outubro de 2014 e tiveram término em maio de 2015, totalizando o investimento prático de 08 (oito) meses consecutivos. A Figura 3 especifica os meses com a síntese das atividades realizadas e marcos de alcance do PE UFAM para o período de 2016 a 2025.

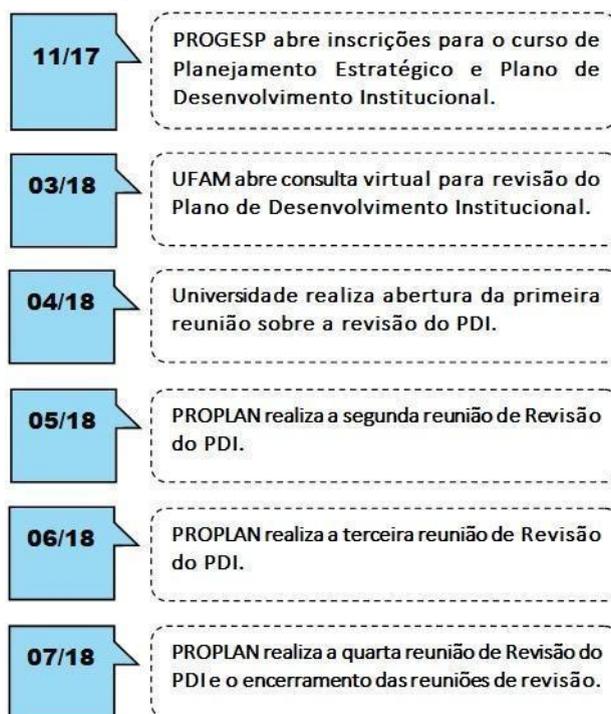
Figura 3 Linha do Tempo – PE/UFAM



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

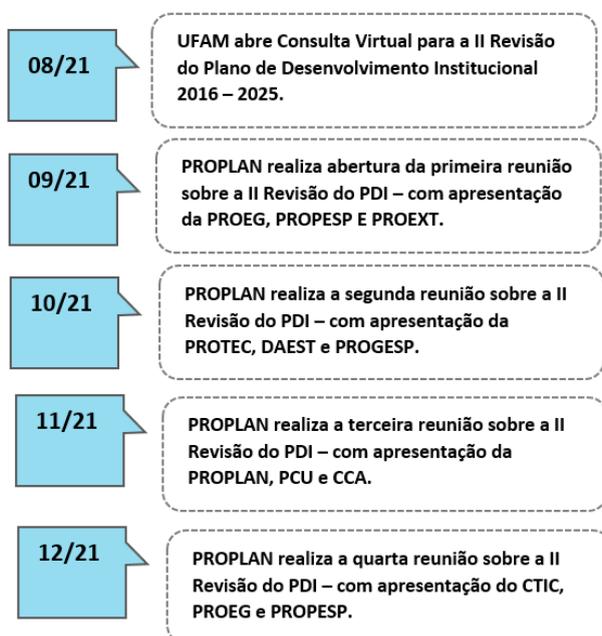
O processo de revisão se iniciou no final do ano de 2017, sendo concluídos os trabalhos em julho de 2018, conforme figura abaixo:

Figura 4 I Revisão do PDI 2016 - 2025



Fonte: PROPLAN, 2018.

Figura 5 II Revisão do PDI 2016 - 2025



Fonte: PROPLAN, 2021.

1.1 Aspectos metodológicos

O trabalho para se alcançar o Planejamento Estratégico começou a partir da produção de um *workshop* de início do projeto, acessível a todos os convidados da UFAM, com uma apresentação

denominada *kick off*³, onde se expôs como os trabalhos seriam realizados metodologicamente e como a interação entre os envolvidos ocorreria, se definindo entre as partes⁴ as regras operacionais.

Na sequência, no mesmo *workshop*, realizaram-se palestras de alinhamento sobre Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional, suas características e processos, objetivando fomentar o entendimento dos participantes e iniciar o desenvolvimento do diagnóstico que produziria o Planejamento Estratégico para suportar o documento atual do PDI. Ainda nessa oportunidade, realizaram-se entrevistas estruturadas com a Reitoria e Pró-Reitorias, para se obter o macro entendimento da universidade e os anseios do corpo da administração superior da UFAM.

Todos os trabalhos relativos aos diversos módulos e etapas estabelecidas no plano de execução e cronograma do projeto PE-UFAM foram realizados com base em *workshops* agendados, sempre compostos inicialmente por exposição de apresentação conceitual, seguida de oficinas com dinâmicas de discussão e posicionamentos, com o Grupo ‘GPE – G40’, e, na sequência, fechamento de conclusões com o Grupo ‘GE – G1’.

Na etapa ‘Diagnóstico Estratégico Objetivo (DEO)’ foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- a) levantamento e sensibilização sobre o ambiente externo que impacta a UFAM sob diversos aspectos;
- b) levantamento de informações do ambiente interno da UFAM, sua situação atual e seus requerimentos;
- c) levantamento das expectativas e visões de futuro para curto, médio e longo prazo, através de oficinas de discussão e análise e questionários dirigidos;
- d) levantamento das visões sobre vantagens competitivas da instituição em relação ao seu potencial de inovação, sustentabilidade e reatividade às necessidades e enfrentamentos, e
- e) desenvolvimento da análise SWOT - (S – Força, W – Fraqueza, O – Oportunidade, T – Ameaça) e suas correlações, seguida da identificação de direcionadores estratégicos.

Na etapa chave de Planejamento Estratégico Avançado (PEA) foram desenvolvidos trabalhos de Planejamento Estratégico, fundamentados no Diagnóstico Estratégico Objetivo (DEO), realizado na etapa anterior, bem como a sistematização e a revisão dos direcionadores de identidade institucional, como a missão, a visão, os valores, os princípios, as competências, entre outros, que deverão nortear as estratégias para o futuro, no horizonte de tempo estabelecido.

O desenvolvimento dos objetivos estratégicos e seu alinhamento com as perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC) permitiram construir o mapa estratégico e os indicadores balanceados de desempenho para suporte da gestão do planejamento, ações e seus projetos durante o período de 2016 a 2025.

Esta etapa - PEA - foi composta pela construção do que segue:

- a) Direcionadores estratégicos: fechamento das visões do diagnóstico e das bases para o Planejamento – onde estamos e para onde queremos ir?;
- b) Desenvolvimento das macro estratégias: como chegaremos onde queremos?;
- c) Definição de objetivos estratégicos: objetivos, estratégias associadas, metas, indicadores de alcance e executores – desenvolvimento, priorização e aprovação básica;
- d) Mapa estratégico BSC: desenvolvimento e aprovação básica;
- e) Indicadores do BSC: de controle e de gestão, propostos e aceitos;
- f) Plano estratégico concluído: ações e processos de alinhamento orçamentário;
- g) Inclusão de dados do PE ao documento em elaboração do PDI.

³ É na reunião ‘kick-off’ onde tudo começa. Pode-se afirmar que é o “pontapé” inicial. Uma das reuniões mais importantes de todo o projeto.

⁴ Para o PE foram compostos dois grupos de trabalho: a) Grupo Estratégico – GE, denominado G1, composto pela Reitoria, Pró-Reitores, Assessores e indicados, e b) Grupo de Planejamento Estratégico – GPE, denominado G40, composto por representantes dos campi, Diretores das Unidades Acadêmicas, Técnicos Administrativos em Educação (TAE's), e alunos, participando mais de 42 pessoas.

Em paralelo às demais etapas se desenvolveram um conjunto de atividades de preparação e estruturação adequadas para atender a análise crítica do PDI 2016-2025, seus ajustes de composição estratégica para a produção final do documento, contemplando a inclusão dos novos parâmetros do Planejamento Estratégico, resultado das etapas supracitadas.

Uma vez pronta, a estrutura preliminar do PDI 2016-2025 foi submetida para a discussão interna junto a PROPLAN e demais atores envolvidos por esta. No processo de desenvolvimento, se propôs a geração do Plano de Comunicação do Planejamento Estratégico, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional.

Essa etapa foi composta pelo que segue:

- a) análise crítica do PDI 2016-2025 produzido e seus pontos de atenção para redução das divergências de alcance;
- b) revisão da formulação das estratégias de desenvolvimento do PDI 2016- 2025 para o ciclo de Planejamento Estratégico estabelecido;
- c) revisão do alinhamento de conteúdos para o PDI 2016-2025, fundamentado no Planejamento Estratégico;
- d) estabelecimento das estratégias finais de composição estrutural e gráfica do documento oficial PDI para o MEC, tratado junto à Comissão de Redação da UFAM;
- e) orientação quanto à revisão da comissão interna de produção do PDI – redator, revisor, *design* gráfico, editor de publicações, entre outros que se julgassem convenientes;
- f) desenvolvimento de propostas de textos do PDI pela PROPLAN, como sugestão para o trabalho da comissão, com base nas estratégias e características estabelecidas, e
- g) encerramento do projeto e conclusão do PDI com o encaminhamento da versão para apreciação do CONSUNI.

1.2 Produtos do Planejamento Estratégico (PE)

O Planejamento Estratégico cumpriu todas as etapas metodológicas, merecendo destaque as seguintes ações:

- a) revisão da Missão da UFAM;
- b) revisão da Visão da UFAM;
- c) formulação dos Valores da UFAM;
- d) revisão dos Princípios da UFAM, e
- e) formulação de Competências da UFAM.

Outro aspecto do Planejamento Estratégico foi o resultado da análise SWOT e do desenvolvimento do Mapa Estratégico do BSC, o qual foi desenvolvido com base em amplo diálogo com o G40 e com o G1, sendo formatado em diversas versões.

Na conclusão do Planejamento Estratégico da UFAM, se desenvolveu amplo e complexo diálogo para a proposição de objetivos estratégicos, alinhados aos vetores estratégicos, de forma que se produzissem diversas propostas de iniciativas/planos de ação, que ajustadas, permitiram uma visão do atendimento completo do Planejamento Estratégico, sendo os objetivos e iniciativas configurados em ações que resultam em programas/projetos/subprojetos de desenvolvimento estratégicos devidamente priorizados.

De forma geral, o Planejamento Estratégico da UFAM para atender a evolução planejada para o período de 2016 a 2025, estabeleceu 71 ações que iniciaram a partir de janeiro de 2016, as quais serão desmembradas em programas/projetos.

Em síntese, o Planejamento Estratégico cumpriu todas as etapas metodológicas, a saber:

- a) Outubro/2014: *Workshops* 1 e 2 - ‘*Kick Off*’ do projeto, curso de alinhamento do Planejamento Estratégico, oficinas de diagnóstico externo e interno com o G40, entrevistas e

questionários.

- b) Novembro/2014: *Workshop 3* – oficina diagnóstica com o G40, entrevistas e questionários. Oficinas: Missão, Visão, SWOT, Objetivos- Estratégias-Metas-Indicadores, Macro estratégias a partir do BSC- Mapa.
- c) Dezembro/2014: *Workshop 4* – Oficina: Curso sobre Gerenciamento de Projetos, Curso sobre Concepção do PDI para a PROPLAN, Oficina sobre o relatório preliminar do Diagnóstico do G40 para o G1.
- d) Janeiro/2015: *Workshop 5* – Oficinas sobre Diagnóstico do G40, Missão, Visão, SWOT, Mapa Estratégico, Vetores Estratégicos, Objetivos, Estratégias, Metas e Indicadores. Reunião com a Comissão de redação do PDI.
- e) Fevereiro/2015: Pesquisa com a comunidade, Pesquisa CPA, fechamento do Diagnóstico - relatórios, revisão da Missão, definição de Visão, SWOT, Mapa Estratégico e definição de Objetivos pelo G1, bem como Estratégias, Metas e Indicadores finais.
- f) Março/2015: *Workshop 6* – Fechamento da Missão, Visão, Mapa Estratégico Interno, Objetivos, Estratégias, Metas, Indicadores, *sponsor*⁵, Projetos e apresentação de resultados ao G40.
- g) Maio/2015: Conclusão – Fechamento de todos os relatórios do Planejamento Estratégico. Versão da Consultoria do PDI UFAM 2016 a 2025. Encerramento do projeto e agradecimento aos gestores.

Para a I Revisão as etapas metodológicas foram executadas das seguintes formas:

- a) Novembro/2017: PROGESP abre inscrições para o curso de Planejamento Estratégico e Plano de Desenvolvimento Institucional.
- b) Março/2018: UFAM abre consulta virtual para revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- c) Abril/2018: PROPLAN realiza abertura da primeira reunião sobre a Revisão do PDI e apresentaram suas propostas a CPA, CTIC e PROTEC.
- d) Maio/2018: PROPLAN realiza a segunda reunião apresentando suas propostas a PROEXT, PROEG, SISTEBIB e PROGESP.
- e) Junho/2018: PROPLAN realiza a terceira reunião apresentando suas propostas PI, CTIC, DO, PROTEC, CCA, ARII e PCU.
- f) Julho/2018: PROPLAN realiza a quarta e última revisão se apresentando a PROADM, PROGESP, ASCOM em seguida sendo feita cerimônia de encerramento pela Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Para a II Revisão as etapas metodológicas foram executadas das seguintes formas:

- a. Agosto/2021: UFAM abre consulta virtual para revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional.
- b. Setembro/2021: PROPLAN realiza abertura da primeira reunião sobre a Revisão do PDI e apresentaram suas propostas a PROEG, PROPESP E PROEXT;
- c. Outubro/2021: PROPLAN realiza a segunda reunião apresentando suas propostas a PROTEC, DAEST e PROGESP;
- d. Novembro/2021: PROPLAN realiza a terceira reunião apresentando suas propostas PROPLAN, PCU, e CCA.
- e. Dezembro/2021: PROPLAN realiza a quarta reunião com CTIC, PROEG E PROPESP, tendo em vista que nas reuniões anteriores houveram pendências relacionadas aos vetores

⁵ Sponsor: É o patrocinador do projeto.

supracitados.

1.3 ESTRATÉGIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO – EFD

Em 2020 foi instituído pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020 a *Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031)*. A EFD é organizada em 5 eixos: Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social. Além dos 5 eixos, a Estratégia tem como diretriz central elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução da desigualdade sociais e regionais conforme Figura 06.

Figura 6 Eixos da Estratégia Federal do Desenvolvimento



Fonte: Ministério da Economia, 2020.

O PDI 2016-2025 da UFAM, embora elaborado antes da instituição desta EFD, está de acordo com suas diretrizes, pois em seus dez vetores estão contemplados objetivos estratégicos que se interligam com os eixos e diretrizes da EFD 2020 – 2031, tais como, aprimoramento da governança de forma contínua, desenvolvimento da infraestrutura da instituição, implementação da política ambiental com foco no desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Por fim, o PDI 2016-2025 da UFAM cumpre as determinações do Decreto nº 10.531/20, principalmente quando busca de forma contínua um diálogo com toda a sociedade civil gerando um feedback que serve como orientação para as futuras estratégias das Instituição.



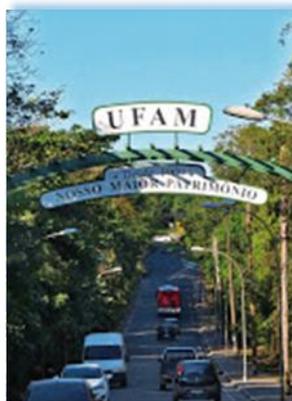
Capítulo 2

Perfil Institucional

CAPÍTULO 2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Histórico

Figura 7 Portal UFAM



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Os mais de 100 anos de implantação do ensino superior no Amazonas são comemorados em 17 de janeiro. Foi nessa data, em 1909, que surgiu a primeira Universidade do país, a Escola Universitária Livre de Manaus, criada por inspiração do tenente-coronel do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Em sessão de 12 de fevereiro de 1909, o Conselho Constituinte elegeu Eulálio Chaves para promover o reconhecimento oficial da Escola e cuidar da publicação de seus Estatutos. E a Lei nº. 601, de 8 de outubro de 1909, considerou válidos os títulos expedidos pela Escola Universitária.

A Escola Universitária Livre de Manaus teve origem no Clube da Guarda Nacional do Amazonas, entidade fundada em 5 de setembro de 1906, e cujos Estatutos, publicados no ano seguinte, previam a criação de uma escola prática militar. O Clube da Guarda tinha, entre outros objetivos, o de fomentar o desenvolvimento profissional de seus associados e cultivar as ciências auxiliares da arte da guerra, além de criar uma escola prática militar.

O que era aspiração máxima do Clube da Guarda Nacional somente se concretizou em 10 de novembro de 1908 quando foi criada em Manaus a Escola Militar Prática do Amazonas. A Escola mantinha apenas dois cursos - um preparatório e outro superior, ambos destinados à instrução militar de oficiais da Guarda Nacional e de outras milícias. Os cursos, porém, eram abertos a qualquer brasileiro. Naquele mesmo ano, a Escola passou a chamar-se Escola Livre de Instrução do Amazonas.

Menos de um ano depois, em 17 de janeiro de 1909, a Escola de Instrução Militar do Amazonas se transformava na Escola Universitária Livre de Manaus. De acordo com seus Estatutos, elaborados e apresentados pelo tenente-coronel Eulálio Chaves, a Escola deveria manter os cursos das três armas, segundo o programa adotado para as escolas do Exército Nacional.

Além dos cursos de instrução militar, também seriam ministrados os cursos de Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia, Indústrias, Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas e Letras. Outros cursos deveriam ser criados posteriormente, com preferência o de Medicina.

Dirigida em seu primeiro ano pelo Dr. Pedro Botelho (1909-1910) e, posteriormente, pelo Dr. Astrolábio Passos (1910-1926), a Escola Universitária instalou seus cursos em 15 de março de 1910, em sessão solene presidida pelo governador do Estado, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária muda de nome, passando a chamar-se Universidade de Manaus.

A experiência bem-sucedida da primeira universidade brasileira durou somente 17 anos, sendo ela desativada em 1926. A partir daí, passaram a funcionar como unidades isoladas de ensino superior, mantidas

pelo Estado, as Faculdades de Direito, Odontologia e Agronomia. Com a extinção das duas últimas, poucos anos depois, restou apenas a Faculdade de Direito, a qual formou os primeiros bacharéis em 1914, e foi incorporada pela Universidade Federal do Amazonas. Esse elo histórico entre as duas instituições testemunha e revalida a atual UFAM como a mais antiga universidade brasileira.

Criada pela Lei Federal nº 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart em 12 de junho de 1962, a sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manáos, Universidade do Amazonas, teve seu Projeto de Lei, de autoria do então Deputado Federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho daquele ano, mas só se instalou como Fundação de Direito Público mantida pela União Federal em 17 de janeiro de 1965.

Em 3 de julho de 1964, na realização da 18ª reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, foi decidido que a data de comemoração da instalação da Universidade do Amazonas seria a mesma data de criação da Escola Universitária Livre de Manáos.

A Universidade do Amazonas consolidou-se e ampliou sua estrutura por meio da criação de novos cursos e absorção de outros já existentes. A partir de 1968, a estrutura da instituição passa a ser a seguinte: Faculdade de Direito do Amazonas, Faculdade de Estudos Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Embora tenha sido criada pela Lei Federal Nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, a Universidade do Amazonas instalou-se três anos depois, em 17 de janeiro de 1965, 39 anos após a desativação da Universidade de Manáos. A partir da promulgação da Lei nº 10.468, de 20 de junho de 2002 passou a denominar-se Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

2.2 Áreas de atuação acadêmica

Para cumprir o seu objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa, na graduação e pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a UFAM atua nas seguintes áreas de conhecimento, de acordo com a tabela de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES:

- a) Ciências Agrárias;
- b) Ciências Biológicas;
- c) Ciências da Saúde;
- d) Ciências Exatas e da Terra;
- e) Ciências Humanas;
- f) Linguística, Letras e Artes;
- g) Ciências Sociais e Aplicadas;
- h) Engenharias e,
- i) Multidisciplinar.

Ressalta-se que no ensino de graduação, no âmbito da UFAM, as áreas de conhecimento estão distribuídas em 23 (vinte e três) unidades acadêmicas, 06 (seis) campi, sendo 01 na Capital e 05 no Interior, conforme segue:

Quadro 1. Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Regular Capital

Unidade Acadêmica	Cód. Inep.	Cód. UFAM	Curso de Graduação	Turno	Modalidade	Área do Conhecimento
FT – Faculdade de Tecnologia	122640	FT11	Arquitetura e Urbanismo	Vespertino / Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicada

	116832	FT07	Design	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicada
	383	FT01	Engenharia Civil	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	94288	FT05	Engenharia da Computação	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	122642	FT11	Engenharia de Gás e Petróleo	Vespertino/ Noturno	Bacharelado	Engenharias
	122630	FT08	Engenharia de Materiais	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	84526	FT06	Engenharia de Produção	Vespertino/ Noturno	Bacharelado	Engenharias
	118412	FT02-E	Engenharia Elétrica - Eletrônica	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	118410	FT02- ET	Engenharia Elétrica -Eletrotécnica	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	118408	FT02-T	Engenharia Elétrica - Telecomunicações	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	122628	FT09	Engenharia Mecânica	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	122644	FT12	Engenharia Química	Vespertino / Noturno	Bacharelado	Engenharias
Subtotal	12					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep.	Cód. UFAM	Curso de Graduação	Turno	Modalidade	Área do Conhecimento
ICE –Instituto de Ciência Exatas	400	IE01	Estatística	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	387	IE13	Física	Diurno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	1106984	IE14	Física	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	397	IE10	Física	Noturno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	401	IE02	Geologia	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	300379	IE03-B	Matemática**	Matutino	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	379	IE03-L	Matemática	Matutino	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	379	IE07	Matemática	Noturno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	5000500	IE16	Matemática Aplicada	Diurno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	1106983	IE11	Química	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	382	IE12	Química*	Diurno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	382	IE09	Química	Noturno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
Subtotal	12					
ICOMP –Instituto de Computação	62484	IE08	Ciência da Computação	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	122634	IE17	Engenharia de Software	Vespertino / Noturno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
Subtotal	02					
FCA –Faculdade de Ciências Agrárias	399	FG01	Agronomia	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
	385	FG02	Engenharia Florestal	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
	1167036	FG05	Engenharia de Alimentos	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias

	386	FG03	Engenharia de Pesca	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
	65424	FG04	Zootecnia	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
Subtotal	05					
FEFF –Faculdade de Educação Física e Fisioterapia	104366	IB06	Educ. Física - Promoção em Saúde e Lazer	Vespertino	Bacharelado	Ciências da Saúde
	1044364	IB07	Educ. Física - Treinamento Esportivo	Vespertino	Bacharelado	Ciências da Saúde
	396	IB02	Educação Física	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	396	IB16	Educação Física	Noturno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	112290	IB08	Fisioterapia	Vespertino / Noturno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	05					
FCF - Faculdade de Ciências Farmacêuticas	390	FS01	Farmácia	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	01					
FM – Faculdade de Medicina	389	FS02	Medicina	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	01					
FAO –Faculdade Odontologia	391	FS03	Odontologia	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	01					
EEM – Escola de Enfermagem	2133	EM01	Enfermagem	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	01					
ICB –Instituto de Ciências Biológicas	122632	IB09	Biotecnologia	Noturno	Tecnólogo	Multidisciplinar
	398	IB01-L	Ciências Biológicas	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
	1157579	IB01-B	Ciências Biológicas	Diurno	Bacharelado	Ciências Biológicas
	398	IB15	Ciências Biológicas	Noturno	Licenciatura	Ciências Biológicas
	394	IB05	Ciências Naturais	Diurno	Licenciatura	Multidisciplinar
	122646	IB14	Ciências Naturais	Noturno	Licenciatura	Multidisciplinar
Subtotal	06					
FES –Faculdade de Estudos Sociais	392	FA01	Administração	Matutino	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	392	FA02	Administração	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	388	FA03	Ciências Contábeis	Vespertino	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	388	FA04	Ciências Contábeis	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	378	FA05	Ciências Econômicas	Matutino	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	378	FA06	Ciências Econômicas	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
Subtotal	06					
FD –Faculdade de Direito	376	FD01	Direito	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	376	FD02	Direito	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
Subtotal	02					

FAPSI – Faculdade de Psicologia	18353	FE06-F P	Psicologia - Formação de Psicólogo	Noturno	Bacharelad o	Ciências Humanas
Subtotal	01					
FACED	381	FE02	Pedagogia	Matutino	Licenciatura	Ciências Humanas
	381	FE03	Pedagogia	Vespertin o	Licenciatura	Ciências Humanas
Subtotal	02					
FIC – Faculdade de Informação e Comunicação	122636	IH25	Arquivologia	Noturno	Bacharelad o	Ciências Sociais Aplicadas
	396	IH01	Biblioteconomia	Matutino	Bacharelad o	Ciências Sociais Aplicadas
	20252	IH12	Relações Públicas	Diurno	Bacharelad o	Ciências Sociais Aplicadas
	395	IH27	Comunicação Social - Jornalismo	Diurno	Bacharelad o	Ciências Sociais Aplicadas
Subtotal	04					
FAARTES –Faculdade de Artes	62515	IH30	Artes Visuais	Matutino	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	62512	IH31	Artes Visuais	Noturno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	122648	IH28	Música	Noturno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH40	Música – Piano	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH41	Música – Violão	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH42	Música – Violino	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH43	Música – Flauta Transversal	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH44	Música – Canto Lírico	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
	153656 4	IH45	Música – Regência	Integral	Bacharelad o	Linguística, Letras e Artes
Subtotal	09					
FLET –Faculdade de Letras	34646	IH23	Letras - Língua e Literatura Portuguesa	Vespertin o	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	34646	IH13	Letras - Língua e Literatura Portuguesa	Noturno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	65426	IH21	Letras - Língua e Literatura Espanhola	Matutino	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	33083	IH16	Letras - Língua e Literatura Francesa	Vespertin o	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	27733	IH15	Letras - Língua e Literatura Inglesa	Vespertin o	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	112832 2	IH29	Letras - Língua e Literatura Japonesa	Noturno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	127012 1	IH32	Letras - Libras	Vespertin o	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
Subtotal	07					
Unidade Acadêmica IFCHS – Instituto de Filosofia, Ciências	407	IH10	Ciências Sociais	Matutino	Bacharelad o	Ciências Humanas
	380	IH14	Filosofia	Vespertin o	Licenciatura	Ciências Humanas
	403	IH07-L	Geografia	Matutino	Licenciatura	Ciências Humanas
	300403	IH07-B	Geografia	Matutino	Bacharelad o	Ciências Humanas
	403	IH22	Geografia	Noturno	Licenciatura	Ciências Humanas
	402	IH08	História	Matutino	Licenciatura	Ciências Humanas
	402	IH20	História	Noturno	Licenciatura	Ciências Humanas

	377	IH06	Serviço Social	Vespertino	Bacharelado	Linguística, Letras e Artes
	377	IH26	Serviço Social	Noturno	Bacharelado	Linguística, Letras e Artes
Subtotal	09					

FONTE: PROPLAN/PROEG

Quadro 2 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Licenciatura Indígena

Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Modalidade	Áreas do Conhecimento
FACED – Faculdade de Educação	1179494	FE10	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	Maués	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE11	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	Maués	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE12	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas	Maués	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE13	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	Tefé	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE14	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	Tefé	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE15	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas	Tefé	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE16	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE18	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE19	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE17	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	Benjamin Constant	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE22	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais - Lábrea	Lábrea	Diurno	Ciências Humanas
	1179494	FE25	Formação de Professores Indígenas	Manicoré	Diurno	Ciências Humanas
Subtotal	12					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Modalidade	Áreas do Conhecimento
IFCHS – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais	1202516	IH33	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Baniwa Licenciatura Indígena	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1202516	IH34	Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Tukano Licenciatura Indígena	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1202516	IH35	Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Nheengatu Licenciatura Indígena	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1202516	IH36	Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Yanomami	São Gabriel da Cachoeira	Diurno	Ciências Humanas
	1202516	IH37	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Sateré- Mawé	Parintins	Diurno	Ciências Humanas

	12025 16	IH38	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Nheengatu	Santa Izabel do Rio Negro	Diurno	Ciências Humanas
Subtotal	06					

FONTE: PROPLAN/PROEG

Quadro 3 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação Regular (Interior)

Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
INC – Instituto de Natureza e Cultura	101608	IN01	Administração	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	101614	IN02	Pedagogia	Diurno	Licenciatura	Ciências Humanas
	101612	IN03	Antropologia	Diurno	Bacharelado	Ciências Humanas
	101610	IN07	Ciências Agrárias e do Ambiente	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	101606	IN05	Letras - Líng. e Lit. Portuguesa e Espanhola	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	101618	IN06	Ciências: Biologia e Química	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
Subtotal	06					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
ISB – Instituto de Saúde e Biotecnologia	101647	IS02	Biotecnologia	Diurno	Bacharelado	Multidisciplinar
	101659	IS06	Ciências: Biologia e Química	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
	101655	IS05	Ciências: Matemática e Física	Diurno	Licenciatura	Ciências Exatas
	101653	IS04	Enfermagem	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
	101651	IS03	Fisioterapia	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
	101645	IS01	Nutrição	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
	5001406	IB07	Medicina	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
Subtotal	07					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
IEAA – Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente	101620	IA01	Agronomia	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
	101637	IA03	Ciências: Biologia e Química	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
	101643	IA06	Ciências: Matemática e Física	Diurno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	101622	IA02	Engenharia Ambiental	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	101641	IA05	Letras - Líng. e Lit. Portuguesa e Inglesa	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	101639	IA04	Pedagogia	Diurno	Licenciatura	Ciências Humanas
Subtotal	06					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
ICET – Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia	1167330	IT18	Agronomia	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
	112090	IT02	Farmácia	Diurno	Bacharelado	Ciências da Saúde
	112094	IT05	Ciências: Biologia e Química	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas

	112096	IT04	Ciências: Matemática e Física	Noturno	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra
	112088	IT03	Engenharia de Produção	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	1158678	IT16	Engenharia de Software	Diurno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	1171749	IT17	Engenharia Sanitária	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	112092	IT06	Química Industrial	Diurno	Bacharelado	Engenharias
	112086	IT01	Sistema de Informação	Noturno	Bacharelado	Ciências Exatas e da Terra
	1584443	IT19	Pedagogia	Noturno	Licenciatura	Ciências Humanas
Subtotal	10					
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
ICSEZ - Instituto de Ciências	112106	IP01	Administração	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	1103469	IP07	Artes Visuais	Noturno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	112104	IP02	Comunicação Social -	Noturno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	112102	IP03	Educação Física	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	112100	IP04	Pedagogia	Noturno	Licenciatura	Ciências Humanas
	112098	IP05	Serviço Social	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	112108	IP06	Zootecnia	Diurno	Bacharelado	Ciências Agrárias
Subtotal	07					

FONTE: PROPLAN/PROEG

Quadro 4 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação de Ensino à Distância

Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
FAARTES – Faculdade de Artes	112126	IH57	Artes Visuais	Itacoatiara -AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	112126	IH58	Artes Visuais	Santa Izabel do Rio Negro - AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	112126	IH59	Artes Visuais	Tefé - AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
Subtotal	03						
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
FCA – Faculdade de Ciências Agrárias	112118	FG62	Ciências Agrárias	Coari - AM	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG63	Ciências Agrárias	Manacapuru -AM	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG64	Ciências Agrárias	Maués - AM	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG65	Ciências Agrárias	Amajari-RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG66	Ciências Agrárias	Caracará-RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG67	Ciências Agrárias	Boa Vista-RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
Subtotal	06						
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
ICB – Instituto	104368	IB33	Ciências Biológicas	Caracará -RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas

Ciência Biológica	104368	IB34	Ciências Biológicas	Mucajá - RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
	104368	IB34	Ciências Biológicas	São Luiz do Anauá - RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Biológicas
Subtotal	03						
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
FEFF – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia	122002	IB70	Educação Física	Itacoatiara-AM	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	122002	IB71	Educação Física	Lábrea-AM	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	122002	IB72	Educação Física	Maués-AM	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
	122002	IB73	Educação Física	Manacapuru-AM	Diurno	Licenciatura	Ciências da Saúde
Subtotal	04						
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
FES – Faculdade de Estudos Sociais	118306	FA66	Administração Pública	Cruzeiro do Sul - AC	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicada
	118306	FA67	Administração Pública	Manaus-AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicada
	118306	FA68	Administração Pública	Tefé - AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicada
Subtotal	03						

FONTE: PROPLAN/PROEG

Quadro 5 Áreas de atuação acadêmica por unidade – Cursos de Graduação de Ensino à Distância – Ingresso 2021

Total de Cursos de EAD	15 cursos/turmas (previsão para a conclusão dos cursos no primeiro semestre de 2022)						
Unidade Acadêmica	Cód. Inep	Cód. UFAM	Curso de Graduação da UFAM	Município	Turno	Modalidade	Áreas do Conhecimento
Faculdade de Estudos Sociais - FES	1104306	FA69	Administração	Boa Vista-RR	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	1104306	FA70	Administração	Mucajá - RR	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	1104306	FA71	Administração	Porto Velho - RO	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	1104306	FA72	Administração	Presidente Figueiredo - AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	1104306	FA73	Administração	Tabatinga	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
Subtotal	05						
Faculdade de Informação e Comunicação - FIC	Sem Código Inep	IH60	Biblioteconomia	Ariquemes –RO	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH61	Biblioteconomia	Boa Vista –RR	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH62	Biblioteconomia	Rio Branco – AC	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH63	Biblioteconomia	Coari – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH64	Biblioteconomia	Itacoatiara – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH65	Biblioteconomia	Manacapuru – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas

	Sem Código Inep	IH66	Biblioteconomia	Maués – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH67	Biblioteconomia	Parintins – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH68	Biblioteconomia	Santa Izabel do rio Negro – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
	Sem Código Inep	IH69	Biblioteconomia	Tabatinga – AM	Diurno	Bacharelado	Ciências Sociais Aplicadas
Subtotal	10						
Faculdade de Ciências Agrárias - FCA	112118	FG68	Ciências Agrárias	Ariquemes - RO	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG69	Ciências Agrárias	Rorainópolis - RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG70	Ciências Agrárias	São Luiz do Anauá - RR	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG71	Ciências Agrárias	Itacoatiara - AM	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
	112118	FG72	Ciências Agrárias	Parintins - AM	Diurno	Licenciatura	Ciências Agrárias
Subtotal	05						
Faculdade de Artes - FAARTES	Sem Código Inep	IH70	Música	Coari-AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	Sem Código Inep	IH71	Música	Itacoatiara-AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	Sem Código Inep	IH72	Música	Manacapuru-AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	Sem Código Inep	IH73	Música	Parintins - Am	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
	Sem Código Inep	IH74	Música	Tabatinga - AM	Diurno	Licenciatura	Linguística, Letras e Artes
Subtotal	05						

FONTE: PROPLAN/PROEG

2.3 Hospital Universitário Getúlio Vargas

Na área da saúde, destacam-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), envolvendo alunos de graduação e pós-graduação. Por meio do Programa de Residência Médica, ligado à Comissão de Residência Médica (COREME/HUGV), e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, ligado à Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU/HUGV), são capacitados, na formação médica básica e na residência médica, cerca de 200 profissionais por ano.

Incorporado ao patrimônio da Fundação Universidade do Amazonas em 04 de fevereiro de 1983, por meio do Decreto n.º 6994, do então Governador do Estado, Dr. Paulo Pinto Nery, o HUGV ocupa atualmente uma área de 17.298,48 m², com 15.998,48 m² de área construída (hospital, nefrologia e ambulatório: prédio antigo e novo). Prestando serviços assistenciais nas seguintes especialidades:

- Ações para doação e captação de órgãos e tecidos;
- Assistência fisioterapêutica cardiovasculares;
- Assistência fisioterapêutica em alterações oncológicas;
- Assistência fisioterapêutica em queimados;
- Assistência fisioterapêutica nas alterações em Neurologia;
- Assistência fisioterapêutica nas disfunções;
- Músculo esquelético;

- Atenção em alta complexidade;
- Ambulatorial/hospitalar;
- Atenção especializada ambulatorial;
- Atenção especializada hospitalar;
- Atendimento psicossocial;
- Cirurgia cardiovascular (adulto);
- Cirurgia cardiovascular (pediátrico);
- Cirurgia de glândulas endócrinas;
- Cirurgia torácica;
- Cirurgia vascular;
- Coleta realizada fora da estrutura laboratorial;
- Coluna e nervos periféricos;
- Confecção intervenção de acessos para diálise;
- Diagnóstico cinético funcional;
- Diagnóstico e tratamento de tuberculose;
- Diagnóstico em hemoterapia;
- Diagnóstico em oftalmologia;
- Diagnóstico de tratamento das doenças endócrinas;
- Dispensação de medicamentos excepcionais especiais;
- Endoscopia do aparelho digestivo;
- Endoscopia do aparelho ginecológico;
- Endoscopia do aparelho respiratório;
- Endoscopia do aparelho urinário;
- Exame eletrocardiográfico;
- Exame eletroneuromiografia;
- Exames anatomopatológicos;
- Exames bioquímicos;
- Exames citopatológicos;
- Exames coprológicos;
- Exames de histocompatibilidade por meio de sorologia;
- Exames de uroanálise;
- Exames de vigilância epidemiológica e ambiental;
- Exames em outros líquidos biológicos;
- Exames hematológicos e hemostasia;
- Exames hormonais;
- Exames microbiológicos;
- Exames sorológicos e imunológicos;
- Exames toxicológicos ou de monitorização terapêutica;
- Farmácia hospitalar;
- Fistula arteriovenosa com enxerto;
- Fistula arteriovenosa sem enxerto;
- Medicina nuclear in vivo;
- Medicina transfusional;
- Procedimentos especiais em hemoterapia;
- Radiologia;
- Ressonância magnética;
- Serviço de traumatologia e ortopedia;
- Serviço de traumatologia e ortopedia de urgência;
- Serviço de traumatologia e ortopedia;
- Pediátrica (até 21 anos);
- Teste ergométrico;
- Tomografia computadorizada;
- Tratamento cirúrgico do aparelho da visão;
- Tratamento clínico do aparelho da visão;

- Tratamento de doenças das vias aéreas inferiores;
- Tratamento dialítico;
- Tratamento em nefrologia em geral;
- Ultrassonografia, e
- Vigilância epidemiológica.

O HUGV atende à comunidade local do Estado do Amazonas e visitantes de outros Estados, sem distinção. Anualmente, são realizadas, por sua equipe médica, cerca de 4 mil cirurgias, 170 mil consultas com especialistas e 470 mil exames ambulatoriais. Esses números demonstram a importância do hospital universitário para a população da capital e dos municípios do interior do Amazonas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o HUGV se encontra em processo de transição de Gestão Plena para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

2.4 Diretrizes estratégicas

O PDI é um instrumento de gestão que norteia a Instituição no que diz respeito a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, assim como seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações. Sua elaboração teve como premissas:

- os conteúdos previstos no Decreto Nº 5.773/06;
- o caráter de construção coletiva;
- a garantia da ampla divulgação, facilidade de acesso e participação da comunidade interna e externa;
- a definição das linhas estratégicas de atuação da Universidade;
- o auxílio à Administração no processo de decisão;
- o auxílio para a avaliação institucional, e
- a apreciação e aprovação dos órgãos superiores da UFAM.

O PDI 2016-2025 contempla os eixos temáticos essenciais recomendados pelo MEC, a saber: Perfil Institucional, Projeto Pedagógico Institucional, Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos (Presencial e a Distância), Perfil do Corpo Docente, Organização Administrativa da IES, Políticas de Atendimento aos Discentes, Infraestrutura, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional, Aspectos Financeiros e Orçamentários. Contém ainda dois eixos adicionais: Síntese do Planejamento Estratégico e o Detalhamento das Ações, Quantificação dos Objetivos e Metas – PE UFAM 2016 a 2025.

O presente PDI é fruto da participação e do trabalho conjunto de muitas mãos, agregando conhecimento de servidores técnicos administrativos, docentes, discentes e representantes da comunidade.

2.4.1 Missão

Missão significa o direcionamento para a atuação da instituição no âmbito da sociedade em que está inserida.

A **missão institucional** encontra-se assim definida:

“Produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia”.

2.4.2 Visão

A Visão da UFAM permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Considerando a premissa de um ciclo de Planejamento Estratégico de longo prazo, ou seja, para 10 (dez) anos, a redação da Visão de Futuro foi escalonada para um horizonte de tempo considerando:

Curto prazo: até 03 anos à frente;

Médio Prazo: até 06 anos, e

Longo prazo: até 10 anos.

O fundamento metodológico para se estabelecer 03 (três) redações separadas de Visão para curto, médio e longo prazo está apoiado em pesquisas e em especial nas propostas de Senge (SENGE, 1999), ao orientar que em planejamento de longo prazo o futuro sempre revela visões diferentes dos executivos participantes do planejamento, mas entende que esta divergência é saudável e que as pessoas com visão de curto prazo são cautelosas, mas podem perder oportunidades e direções de longo prazo à medida que tentam resolver os problemas que estão à sua frente. Seus colegas, com visão de longo prazo, podem ter problemas em gerar resultados imediatos.

O autor supracitado ainda estabelece a lógica de que se as visões (curto, médio e longo prazos) forem encaradas como legítimas, os grupos podem trabalhar juntos e alcançar todos os objetivos.

Na UFAM, se procurou fomentar a lógica do desdobramento da Visão de forma que a redação pudesse ser alinhada estrategicamente de forma evolutiva e complementar, como segue:

Curto prazo: “Ser referência entre as universidades brasileiras pela excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social”.

Médio prazo: “Ser reconhecida como referência em Governança Universitária, no cumprimento dos seus compromissos estratégicos e na observância de seus valores”.

Longo prazo: “Ser reconhecida pela excelência do ensino, pesquisa e da extensão, relacionados aos povos, saberes, culturas e ambientes Amazônicos”.

2.4.3 Valores

Denomina-se Valores o conjunto de características de uma determinada organização que determinam a forma como essa organização se comporta e interage com outros indivíduos e com o meio ambiente. Assim, cada organização tem uma motivação e uma identidade específica.

Os **valores institucionais** encontram-se assim declarados:

“Ética pertencimento institucional, democracia, transparência das ações, responsabilidade, inclusão social, respeito aos direitos humanos, à liberdade, à diversidade e ao ambiente”.

2.4.4 Princípios

Princípios são entendidos como regras fundamentais admitidas como base de uma organização.

Os **princípios da UFAM** estão assim explicitados:

“A UFAM atua fundamentada em princípios éticos e valores morais, na liberdade de expressão, na inclusão social, na gestão democrática e participativa por meio do desenvolvimento integrado do ensino, da pesquisa e da Extensão, que gerem benefícios sociais e econômicos”.

2.4.5 Competências

As competências compreendem a soma dos conhecimentos e das habilidades presentes em uma organização, diferenciando uma organização da outra.

As competências institucionais estão assim descritas:

“Tradição centenária, experiência acadêmica em especialidades amazônicas, liderança regional em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), ensino de qualidade sustentada em um corpo docente e técnico-administrativo competente e comprometido com a melhoria constante da qualidade, apoiados por infraestrutura institucional inserida na maior área de floresta urbana nativa do país”.

2.4.6 Mapa estratégico

O mapa estratégico representa uma arquitetura genérica para a descrição da estratégia. Auxilia a Instituição a visualizar suas estratégias de forma coesa, integrada e sistemática, ou seja, permite visualizar as diferentes perspectivas do *Balanced Scorecard* (BSC) numa cadeia de causa e efeito que conecta os resultados almejados com seus respectivos propulsores. Assim, por ser a representação visual da estratégia, o mapa traz mais clareza e foco (Figura 4).

A leitura do Mapa Estratégico se faz da base para o topo, da seguinte forma:

- a) apresentam-se os Valores da UFAM, definidos no Planejamento Estratégico;
- b) apresentam-se as ações, identificadas por seu alcance na perspectiva ‘Crescimento e Aprendizado’ do BSC, por Vetor Estratégico. Nesta perspectiva se enquadram as ações indexadas⁶ com a nomenclatura: 1.1.4, 8.3.1, 8.3.3, 8.3.4, 8.5.1, 9.1.1 e 9.1.2, respectivamente. Na sequência, a perspectiva ‘Crescimento e Aprendizado’ endereça a indicação de ‘Tradição Centenária e Cultura Viva que atende a Sociedade Amazonense’, levando seu alicerce para a perspectiva de ‘Processos Internos’;
- c) especificam-se os objetivos estratégicos, identificados por suas características como ‘Processos Internos’, alocando cada conjunto de objetivos com base nos Vetores Estratégicos, estando classificados por: Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão, Inovação, Planejamento e Gestão, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia da Informação (TI) e Ambiente e Sustentabilidade. Cada Vetor Estratégico possui identificado seus principais Objetivos com base na nomenclatura de indexação. Quanto ao direcionamento financeiro/orçamentário, se buscou representar a sua elevada importância na perspectiva ‘Processos Internos’, com o bloco especificando ‘Assegurar recursos fundamentais para se alcançar as estratégias através da previsão e gestão orçamentária’. Na sequência, se indica a próxima perspectiva do BSC, lembrando que através de ‘Processos Internos’ se objetiva ‘Transmitir Conhecimentos a Sociedade em Geral’, e
- d) apresentam-se os objetivos estratégicos que foram considerados como objetivos específicos para a perspectiva ‘Clientes e Resultados’, onde 13 (treze) objetivos estratégicos se encontram selecionados, de forma a representar que os resultados devem estar alinhados à Visão de Futuro para que se alcance a Missão estabelecida no horizonte de tempo de 2016 a 2025.

O modelo adotado no mapa estratégico apresenta as ações indexadas através da seguinte codificação:

Ação = V.O.P + X.X.X + Objetivo / Nome da Ação. Onde:

V = Número do Vetor Estratégico;

O = Número do Objetivo Estratégico;

Ação = Número da Ação na sequência no Vetor;

X.X.X = Ordem indexada, e

Objetivo = Nome da Ação.

2.4.7 Cadeia de Valor

Nessa segunda revisão do PDI 2016-2025 apresentamos a Cadeia de Valor, objetivando atender o inciso I, Art. 3 da IN nº 24 de 18/03/2020.

Como definição o Guia Técnico de Gestão Estratégica afirma que a "cadeia de valor é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos). A forma como as atividades da cadeia de valor são organizadas e executadas determina os custos e afeta os resultados da organização".

A Cadeia de Valor da Universidade Federal do Amazonas é construída a partir de:

- Cinco Macroprocessos Gerenciais. " Segundo a Organização para Cooperação dos Países em Desenvolvimento (OCDE), a governança pública compreende o desenho, a execução e a avaliação formal e informal das regras, processos e interações entre instituições e atores que compõem o Estado, e entre o Estado e os cidadãos, individualmente ou organizados. Esses processos determinam o exercício da autoridade pública e da tomada de decisões para antecipar desafios e sustentar melhorias na prosperidade e no bem-estar geral da sociedade. (BRASIL, 2020).
- Sete Macroprocessos de Suporte. "correspondem às atividades de suporte na cadeia de valor que são comuns aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Na maior parte dos casos, essas atividades são normatizadas, coordenadas e supervisionadas por um ou mais órgãos centrais e apoiadas por diferentes sistemas de informação" (BRASIL, 2020).
- Quatro Macroprocessos Finalísticos. "Correspondem às atividades primárias da cadeia de valor. Em organizações públicas, essas atividades estão relacionadas à área de atuação, às competências legais e aos mandatos políticos das organizações, que determinam os programas, projetos e processos que geram os resultados sociais desejados e criam valor público para seus clientes, usuários e beneficiários" (BRASIL, 2020).

E como Entregas para a Sociedade temos: Educar, produzir e disseminar o conhecimento; e Contribuir para o desenvolvimento da Amazônia.

Figura 1. Cadeia de Valor



CADEIA DE VALOR

MISSÃO

- Planejamento Estratégico
- Governança Integridade e Gestão de Riscos
- Ações e Programas Governamentais
- Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação
- Gestão do Relacionamento com a Sociedade

MACROPROCESSOS GERENCIAIS

MACROPROCESSOS DE SUPORTE

MACROPROCESSO FINALÍSTICOS

ENTREGAS PARA SOCIEDADE

VISÃO



- Infraestrutura Física e Segurança
- Infraestrutura Organizacional
- Aquisições e Contratações
- Controle
- Parcerias
- Assistência Estudantil
- Recursos Humanos



Ensino



Pesquisa



Inovação



Extensão

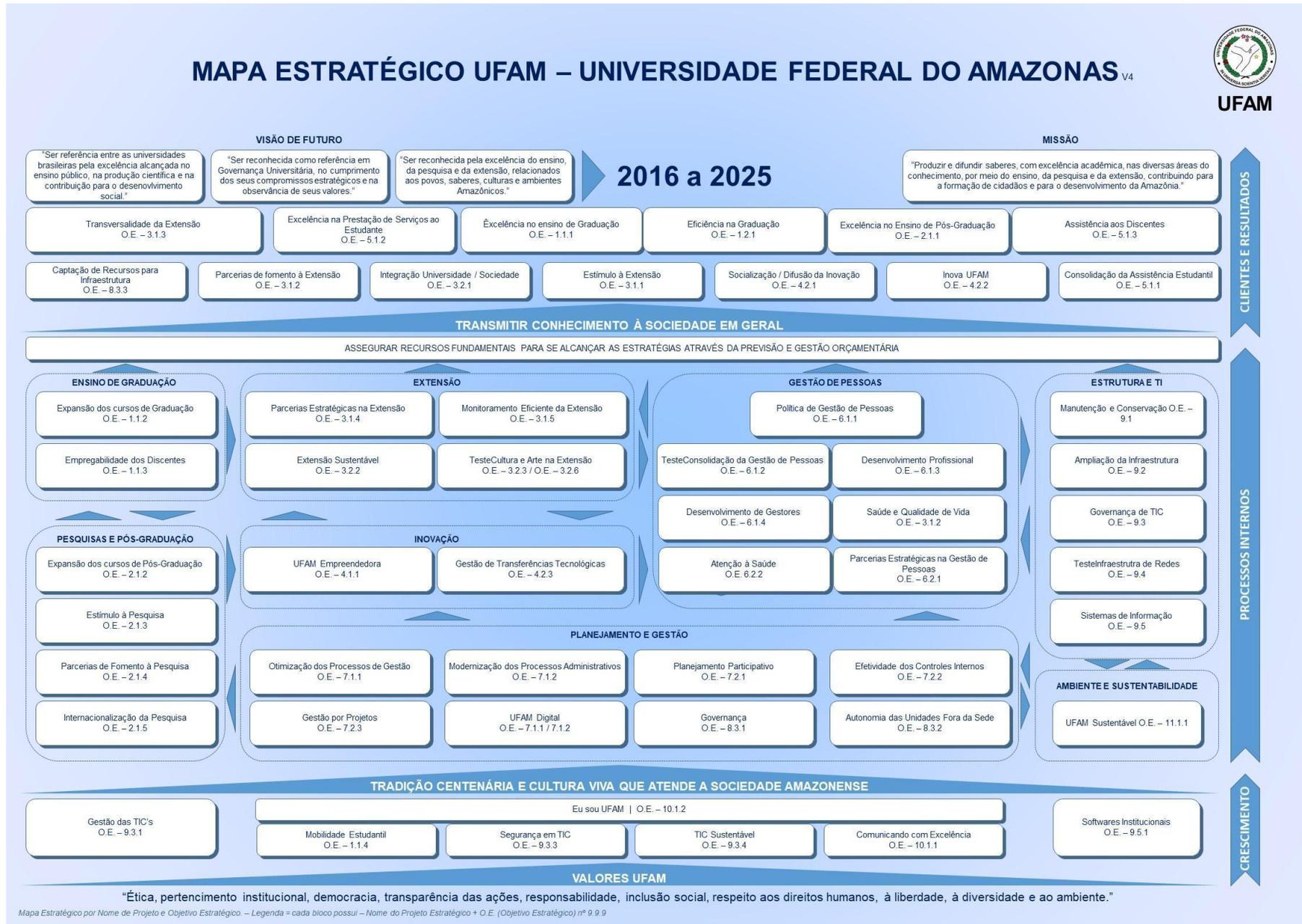


Educar, produzir e disseminar o conhecimento



Contribuir para o desenvolvimento da Amazônia

Figura 2. Mapa estratégico





Capítulo 3

Detalhamento dos
Projetos

CAPÍTULO 3. DETALHAMENTO DAS AÇÕES

A conclusão do processo de formulação estratégica e a elaboração do mapa estratégico permitiram a definição das ações que darão suporte ao PDI.

O processo para o desenvolvimento das ações foi democrático, tendo sido amplamente fundamentado pelas conclusões do G40, e serviram de base para um contínuo aperfeiçoamento pelo grupo G1.

As ações consideraram os vetores estratégicos e seus desdobramentos nos vários objetivos constituídos nas diversas perspectivas adotadas para o *Balanced Scorecard*.

Quadro 6 Ações/Vetor 1

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
1. Ensino de Graduação	1.1 Avanços da Graduação	1.1.1 Elevar os conceitos dos cursos de graduação.
		1.1.2 Estabelecer áreas estratégicas para expansão dos cursos.
		1.1.3 Apoiar a inserção do discente no mercado de trabalho.
		1.1.4 Estimular a Mobilidade Nacional (Intra) e Internacional.
	1.2 Elevação da taxa de sucesso na Graduação	1.2.1 Reduzir a evasão e retenção de discentes na graduação.

Fonte: PROEG, 2021.

Quadro 7 Ações/Vetor 2

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
2. Pesquisa e pós-graduação	2.1 Estímulo às atividades de Pesquisa	2.1.1 Institucionalizar, implementar e monitorar as políticas de pesquisa.
		2.1.2 Estimular a ampliação da pesquisa, da iniciação científica ao Doutorado, com excelência e compromisso social.
		2.1.3 Incentivar o aumento da captação de recursos para a pesquisa.
		2.1.4 Estimular a ampliação da internacionalização da pesquisa buscando parcerias de relevância.
		2.1.5 Concolidar a “Política de Saldo Zero de Bolsas”, utilização da totalidade de cotas concedidas pelas agências para pesquisa.
	2.2 Consolidação da Pós-Graduação	2.2.1 Fortalecer os Programas de Pós- Graduação.
		2.2.2 Elevar as notas dos cursos visando a excelência da Pós-Graduação.
		2.2.3. Estabelecer áreas estratégicas para expansão dos cursos de Pós-Graduação.
		2.2.4. Estimular a internacionalização da Pós-Graduação.
		2.2.5. Ampliar o quantitativo de docente com titulação de Doutor.
		2.2.6. Ofertar novas turmas e criação de novos cursos Lato Sensu

Fonte: PROPESP, 2021

Quadro 8 Ações/Vetor 3

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
3. Extensão	3.1 Avanço da Extensão	3.1.1 Ampliar as ações de extensão universitária, observando a participação orçamentária, em conformidade com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
		3.1.2 Ampliar a captação de recursos externos (público/privado) para custeio das ações de extensão.

		3.1.3 Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade.
		3.1.4 Consolidar o processo de institucionalização das ações de extensão
		3.1.5 Fortalecer o sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.
	3.2 Cultura e direitos humanos na UFAM	3.2.1 Fortalecer as estratégias de diálogo com a diversidade dos atores da sociedade civil.
		3.2.2 Estimular o desenvolvimento sustentável a partir de atividades curriculares de extensão.
		3.2.3 Ampliar a execução de Políticas Afirmativas.
		3.2.4 Consolidar a revitalização da TV Universitária (TV UFAM)
		3.2.5 Construir a política cultural da Ufam.
		3.2.6 Fomentar a diversidade na produção cultural na Ufam

Fonte: PROEXT, 2021

Quadro 9 Ações/Vetor 4

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
4. Inovação	4.1 Empreendedorismo	4.1.1 Consolidar os Polos Tecnológicos com habitats de inovação (Parques Tecnológicos, Incubadoras, Empresas Junior, Centros Tecnológicos e práticas de empreendedorismo).
		4.1.2 Incentivar o empreendedorismo mediante a economia criativa e a economia solidária.
	4.2 Tecnologia e Inovação	4.2.1 Fortalecer a inovação tecnológica no âmbito institucional.
		4.2.2 Fomentar a cultura da proteção intelectual.
		4.2.3 Promover a transferência da inovação com repartição justa de benefícios da propriedade intelectual.
	4.3 Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado	4.3.1 Promover a institucionalização de coleções biológicas, sua proteção e acesso.
		4.3.2 Divulgar o uso das informações genéticas, bem como dos conhecimentos tradicionais.

Fonte: PROTEC, 2021

Quadro 10 Ações/Vetor 5

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
5. Assistência Estudantil	5.1 Assistência Estudantil	5.1.1 Institucionalizar a Política de Assistência Estudantil.
		5.1.2 Garantir o atendimento com qualidade no âmbito da assistência estudantil.
		5.1.3 Implementar os benefícios da assistência estudantil para contribuir com a redução da retenção e a evasão discente.

Fonte: PROPLAN/DAEST, 2021.

Quadro 11 Ações/Vetor 6

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
6. Gestão de Pessoas	6.1 Gestão de Pessoas	6.1.1 Institucionalizar a Política de Gestão de Pessoas.
		6.1.2 Implementar a política de Gestão de Pessoas.
		6.1.3 Desenvolvimento profissional/ promover o desenvolvimento gerencial e a contínua capacitação dos servidores.
		6.1.4 Desenvolvimento de Gestores/ Investir na formação dos gestores.

	6.2 Qualidade de vida e saúde	6.2.1 Proporcionar ações para promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho.
		6.2.2 Instituir a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho.
		6.2.3 Ampliar a oferta de serviços aos servidores.

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 12 Ações/Vetor 7

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
7. Planejamento e Gestão	7.1 Melhoria dos processos administrativos	7.1.1 Aperfeiçoar os fluxos administrativos em todos os níveis da gestão.
		7.1.2 Implantar a gestão avançada de processos em todos os níveis da instituição.
	7.2 Gestão estratégica	7.2.1 Avaliar o PE e revisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por meio de um processo participativo.
		7.2.2 Fortalecer os controles internos institucionais.
		7.2.3 Fortalecer a cultura da Gestão de Projetos.

Fonte: PROPLAN, 2021

Quadro 13 Ações/Vetor 8

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
8. Governança Institucional	8.1 Governança	8.1.1 Fortalecer os processos de Governança institucional.
		8.1.2 Ampliar o apoio às unidades acadêmicas fora da sede na obtenção dos requisitos para se transformarem em Universidades.
		8.1.3 Ampliar a captação de recursos suplementares para a consolidação e expansão da infraestrutura.

Fonte: PROPLAN, 2021

Quadro 14 Ações/Vetor 9

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
9. Infraestrutura e Tecnologia da Informação	9.1 Manutenção e conservação	9.1.1 Assegurar condições de pleno funcionamento das edificações existentes.
	9.2 Ampliação da Infraestrutura	9.2.1 Expandir e modernizar a infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento da Instituição.
		9.2.2 Implantar as edificações para abrigar a FAPSI, FM e FAO e a expansão do CAIS e da Unidade SIASS-UFAM no Setor Sul do Campus Arthur Virgílio Filho.
		9.2.3 Expandir e modernizar as edificações do Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL.
		9.2.4 Expandir e modernizar as edificações da Faculdade de Tecnologia - FT.
		9.2.5 Expandir e modernizar as edificações da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEFF.
		9.2.6 Expandir as edificações do Instituto de Ciências Exatas – ICE, incluindo Centro de Convivência, Pavilhão Administrativo e Museu de Geologia.
		9.2.7 Expandir a infraestrutura das UAFS.
		9.2.8 Expandir as edificações do ISB.
		9.2.9 Expandir as edificações do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ.
		9.2.10 Assegurar a conclusão de todas as obras em andamento na sede e nas UAFS.
		9.2.11 Ampliar a infraestrutura das atividades de uso geral.
		9.2.12 Assegurar a infraestrutura necessária ao funcionamento da Fazenda Experimental.
		9.2.13 Expandir as edificações da Faculdade de Ciências Agrárias - FCA.
		9.2.14 Construção do Espaço de Formação Indígena
	9.3 Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	9.3.1 Garantir a governança e gestão de TIC.
		9.3.2 Garantir a qualidade na prestação dos serviços de TIC com eficiência e eficácia.
		9.3.3 Garantir a segurança da Informação e Comunicação.
		9.3.4 Governança de Dados
9.3.5 Alinhar o uso da Tecnologia da Informação (TI) com a preservação ambiental.		
9.4 Infraestrutura de redes	9.4.1 Funcionamento dos Serviços baseados na infraestrutura de dados e Segurança da Informação	

	9.5 Sistema de Informação	9.5.1 Promover soluções de <i>software</i> que agreguem valor aos serviços da instituição.
--	---------------------------	--

Fonte: PROPLAN/CTIC/PCU, 2021

Quadro 15 Ações/Vetor 10

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
10. Comunicação	10.1 Comunicação Institucional	10.1.1 Aperfeiçoar a gestão da informação e comunicação.
		10.1.2 Fortalecer a imagem institucional.
		10.1.3 Cooperação Técnica entre setores para capacitação.

Fonte: PROPLAN/ASCOM, 2018.

Quadro 16 Ações/Vetor 11

Vetor	Tema estratégico	Objetivo
11. Ambiente e Sustentabilidade	11.1 Ambiente e sustentabilidade UFAM	11.1.1 Promover a gestão ambiental em todos os campi da universidade

Fonte: PROPLAN, 2021

3.1 Quantificações dos objetivos e metas

O resultado da quantificação dos objetivos e definições das metas a serem alcançadas no período de 2016 a 2025, para que se cumpra o Planejamento Estratégico que alicerça o PDI, está representado na Tabela 1:

Tabela 1 Quantificação dos objetivos e definição das metas

Objetivos/Ações	Metas	Estratégias	Indicadores
TA = 78	TME = 228	TE = 289	TGI = 132

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2015; Proplan, 2022.

Legenda:

TA = Total de Ações/Objetivos

TME = Total de Metas Estratégicas

TE = Total de Estratégias

TGI = Total Geral de Indicadores

3.2 Cronograma de execuções dos objetivos e ações e quadros com especificação de objetivos e metas constituídas em ações

O cronograma de execução foi elaborado em nível gerencial. Portanto, foi importante para o levantamento dos objetivos e ações desta Instituição, enquanto análise de viabilidade.

Figura 8 Legenda para o cronograma das ações

LEGENDA		
1 Primeira conclusão de subprojeto	3 Terceira conclusão de subprojeto	5 Quinta conclusão de subprojeto
2 Segunda conclusão de subprojeto	4 Quarta conclusão de subprojeto	**** Monitoramento

Fonte: PROPLAN, 2015.

Já os quadros apresentam o detalhamento das ações, evidenciando metas, estratégias, iniciativas e indicadores de desempenho.

As metas gerais estão assim definidas:

- (C) Curto prazo
- (M) Médio prazo
- (L) Longo prazo

A seguir, serão apresentados os cronogramas das ações por vetor e seus respectivos detalhamentos das ações:

	Contribuir para elevação dos conceitos ENADE dos cursos por ciclos avaliativos; Contribuir para elevação do IGC para o nível 5.	
Atualização do Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAM (presencial ou a distância).	Atualização do Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAM. Contribuir para elevação do CPC ou CC dos cursos de graduação para o nível 5. Contribuir para elevação do conceito do ENADE. Contribuir para elevação do IGC para o nível 5.	
Aquisição de acervos bibliográficos impressos e digitais.	Encaminhar os Projetos Pedagógicos de Cursos quando alterados ou reformulados para a Biblioteca Central no que se refere às bibliografias básicas e complementares. Contribuir para elevação do CPC ou CC dos cursos de graduação para o nível 5. Contribuir para elevação do conceito do ENADE. Contribuir para elevação do IGC para o nível 5.	
Criação de indicadores de qualidade para avaliação dos currículos dos cursos.	Adotar os indicadores oficiais de desempenho do INEP/MEC (ENADE/CPC/IGC).	

Fonte: PROEG, 2021.

Quadro 18 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.2

Ação/ Objetivo	V1 - O2 - Ação 2 - 1.1.2 Estabelecer áreas estratégicas para expansão dos cursos.	
Meta Geral	Definir pelo menos quatro áreas estratégicas (C), em até 90 meses, para criação de cursos (L).	
	Estratégia	Iniciativa
	Definição das temáticas direcionadoras das ações da UFAM dentre as áreas estratégicas.	Discussão interna sobre as áreas estratégicas, em 48 meses.
	Criação de cursos nas áreas estratégicas.	Criação de cursos, em até 120 meses.
	Reestruturação do Projeto Pedagógico Institucional - PPI.	Revisão do PPI, em até 48 meses.
	Criação de cursos de graduação nos graus de bacharelado, licenciatura e tecnológico, nas modalidades presencial e EaD.	Acompanhamento e orientação no processo de criação, estruturação e modificação curricular do curso de graduação no âmbito da UFAM; Orientar a inclusão nos vetores do PDI de dados relacionados a criação de novos cursos.
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Índice de Conclusão de Cursos de Graduação; 2. Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA); 3. Custo Corrente / Aluno Equivalente; 4. Aluno Tempo Integral / Funcionário; 5. Aluno Tempo Integral / Professor.

Fonte: PROEG, 2018.

Quadro 19 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.3

Ação/ Objetivo	V1 - O3 - Ação 3 - 1.1.3 Apoiar a inserção do discente no mercado de trabalho.	
Metas Gerais	M1 – Aumentar em 10% o número de alunos no mercado de trabalho (L); M2 – Conhecer o índice de aprovação de alunos que participaram de programas acadêmicos (monitoria, PIBID, RP, PARFOR, PET) por período e curso; M3 – Conhecer o quantitativo de alunos retidos que participaram de programas acadêmicos (monitoria, PIBID, RP, PARFOR, PET) por período e curso	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador
M1 - Criação de uma política institucional de egressos.	Criação de grupo de trabalho para elaboração da política institucional de egressos.	1. Índice de empregabilidade/ocupação do egresso.
M1 - Acompanhamento da empregabilidade do egresso da graduação.	Pesquisa de satisfação junto aos egressos referente a implementação da política de egressos (banco de talentos digital e online, eventos por área de conhecimento com participação de egressos); Inclusão de egressos em programas de pós-graduação (<i>lato e stricto sensu</i>), docência (professor substituto e efetivo), grupos e núcleos de pesquisa.	
M2 - Mapeamento dos alunos aprovados que participaram de programas acadêmicos (monitoria, PIBID, RP, PARFOR, PET) por período e curso durante a formação.	Realizar ações de incentivos e pesquisa de satisfação junto aos alunos que participaram de programas acadêmicos (monitoria, PIBID, RP, PARFOR, PET) com alto coeficiente de rendimento escolar por período e curso.	
M3 - Mapeamento das causas de retenção dos alunos que realizaram monitoria.	Realizar ações de redução de causas de retenção de alunos participantes de programas acadêmicos e estão com baixo coeficiente de rendimento escolar por período e curso.	

Fonte: PROEG, 2021.

Quadro 20 Detalhamento da ação/objetivo 1.1.4

Ação/ Objetivo	V1 - O4 - Ação 4 - 1.1.4 Estimular a Mobilidade Nacional (intra) e Internacional.	
Metas Gerais	M1 - Criar um programa de mobilidade docente, discente e técnico administrativo inclusive com o uso de recursos para apoiar iniciativas IN/OUT (C); M2 - Aumentar em 50% o número de participantes nos programas de mobilidade conveniados com outras instituições (M); M3 - Elaborar resolução de Mobilidade da Comunidade Universitária incluindo o instituto de dupla-diplomação (C); M4 - Implantar núcleo de internacionalização da educação incluindo a possibilidade de ministrar cursos no tema (C); M5 - Implantar um Programa de atividades complementares em Línguas Estrangeiras (L).	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador
M1 - Criação de um plano institucional de mobilidade.	Desenvolvimento do plano e aprovação do mesmo, em até 12 meses, e implantação, em até 24 meses.	1. Número de discentes participantes em programas de mobilidadenacional por semestre.
M2 - Estímulo à participação da comunidade acadêmica nos programas de mobilidade <i>in/out</i> .	Produção de ações de comunicação à sociedade para fomento. Execução das ações, em até 72 meses.	
		2. Número de discentes participantes em programas de mobilidade internacional por semestre.

M3 - Regulamentação do processo de mobilidade Comunidade Universitária.	Desenvolvimento da regulamentação e implantação da mesma, em até 72 meses.	
M4 - Criação de um núcleo de estudos sobre a internacionalização da educação.	Planejamento e implantação do núcleo, em até 24 meses.	
M5 - Oferta, a critério dos cursos, de atividades complementares em línguas estrangeiras.	Desenvolvimento do programa e aprovação do mesmo, em até 12 meses. Implantação do programa, em até 24 meses.	

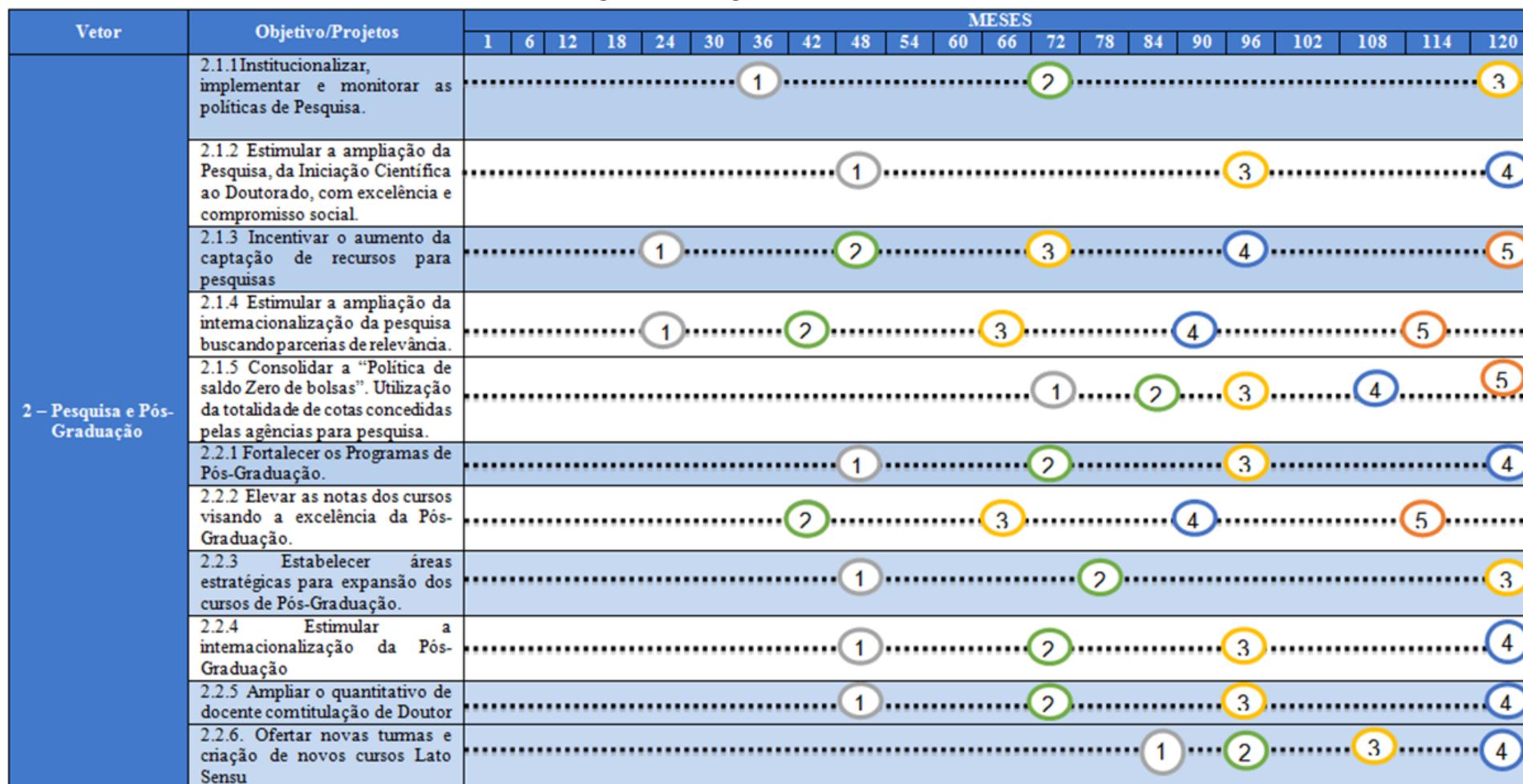
Fonte: PROEG/ARII, 2021.

Quadro 21 Detalhamento da ação/objetivo 1.2.1

Ação/ Objetivo	V1-O5 - Ação 1 - 1.2.1 Reduzir a evasão e retenção de discentes na graduação.	
Metas Gerais	M1 - Identificar as causas de evasão e retenção em 100% dos cursos de graduação. (C) M2 - Adequar 100% dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) aos novos marcos regulatórios. (M) M3 - Racionalizar em 100% a oferta semestral de disciplinas básicas. (M) M4 - Assegurar a oportunidade de formação continuada de 100% dos Docentes. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador
M1 - Criação da Comissão de Estudo da evasão e retenção na graduação.	Planejamento e desenvolvimento de processos investigatórios/ de pesquisa para identificar e mapear as causas da evasão e retenção;	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de Sucesso da Graduação (TSG); 2. Taxa de Evasão; 3. Taxa de Reprovação; 4. Taxa de Retenção; 5. Grau de Participação Estudantil (GPE).
M2 - Revisão dos marcos regulatórios acadêmicos institucionais.	Revisar e consolidar todos os marcos regulatórios em uma única Resolução de Normas Acadêmicas.	
M2 - Estimular o processo de reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e a flexibilização curricular.	Criar Comissão de Trabalho para atuar nos processos de reformulação dos PPCs dos Cursos de Graduação e flexibilização curricular	
M4 - Racionalização da oferta de disciplinas básicas, unificando-as por área do conhecimento.	Promoção de ações de racionalização/unificação em até 60 meses.	
M4 - Estímulo à incorporação de novas práticas pedagógicas inovadoras.	Desenvolvimento de processos de apoio a novas práticas, em até 24 meses.	
M4 - Integração das modalidades presencial e Ensino a Distância (EaD), por meio da virtualização de disciplinas.	Planejamento, desenvolvimento e aplicação de ações de integração do EaD.	
M5 - Reestruturação da política de formação continuada para professores.	Realizar formação continuada para os docentes sobre: Didática do Ensino Superior, Práticas Inovadoras, elaboração de ementas e organização dos planos de ensino e do PPC. Promover comunicação próxima DAE/PROEG com as coordenações de cursos NDEs.	

Fonte: PROEG, 2021.

Figura 10 Cronograma das Ações/ Vetor 2



Fonte: PROPLAN/PROPESP, 2021.

Quadro 22 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.1

Ação/ Objetivo	V2- O6 -Ação 1 - 2.1.1 1 Institucionalizar, implementar e monitorar as políticas de Pesquisa (L).		
Metas Gerais	M1 - Atualizar e otimizar as normas institucionais (L). M2 –Atualizar e monitorar as normas institucionais (L).		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador

M1 - Atualizar e otimizar as normas institucionais.	Rever e aperfeiçoar as normas.	1. Quantitativo de normas de políticas de pesquisa atualizadas no ano.
M2 - Monitoramento das normas institucionais e nacionais.	Criar quadro das normas de pesquisa em 36 meses. Acompanhar a atualização das políticas públicas institucionais e nacional para pesquisa.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 23 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.2

Ação/ Objetivo	V2- O7 - Ação 2 - 2.1.2 Estimular a ampliação da Pesquisa, da Iniciação Científica ao Doutorado, com excelência e compromisso social.	
Metas Gerais	M1- Ampliar parcerias de fomento à pesquisa (L). M2- Ampliar a realização de Projetos de Pesquisa (L). M3- Monitorar a ampliação dos projetos de pesquisa (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Ampliação de parcerias de fomento à pesquisa.	Ampliar parcerias com as instituições de fomento à pesquisa para captação de recurso em 120 meses.	1. Índice de participação docentes/discentes em projetos de pesquisa.
M2 - Ampliação da realização de Projetos de Iniciação Científica.	Estimular o ingresso dos alunos de graduação no programa de iniciação científica em 120 meses.	
M3 - Monitorar a ampliação dos projetos de pesquisa (L).	Criar gráficos estatísticos para projetos de pesquisa de Doutorado em 120 meses.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 24 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.3

Ação/ Objetivo	V2 – O8 - Ação 3 - 2.1.3 Incentivar o aumento da captação de recursos para pesquisas	
Metas Gerais	M1 - Ampliação em 10% da realização de Projetos de Pesquisa nas diversas áreas do conhecimento (L). M2 - Ampliaros Projetos de Pesquisa entre os docentes (L). M3 - Incentivar o aumento da quantidade de bolsista PQ/CNPq (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1- Ampliação em 10% da realização de Projetos de Pesquisa nas diversas áreas do conhecimento.	Estimular a captação de recursos pelos pesquisadores da instituição, junto aos editais de fomento em 120 meses.	1. Percentual de recursos investidos em pesquisa; 2. Taxa de docentes/discentes com produção científica; 3. Taxa de Docentes em grupos de Pesquisa.
M2- Ampliação dos projetos de pesquisa entre os docentes.	Promoção de ações de incentivo entre docentes para aumento de pesquisa em 120 meses.	
M3- Monitoramento do número de bolsas PQ/CNPq destinadas as Instituições.	Acompanhar número de bolsas PQ/CNPq, liberadas pelo governo em 120 meses.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 25 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.4

Ação/ Objetivo	V2 – O9 - Ação 4 - 2.1.4. Estimular a ampliação da internacionalização da pesquisa buscando parcerias de relevância.	
Metas Gerais	M1- Internacionalizar os projetos de pesquisa (L). M2- Internacionalização dos Grupos de pesquisa (L). M3- Mapear/Incentivar/divulgar ações de mobilidade acadêmica de alunos e pesquisadores (IN/OUT) (L). M4- Incentivar a celebração de Acordos com instituições internacionais de excelência (L). M5- Ofertar cursos/disciplinas ministrados em línguas estrangeiras, inclusive na modalidade a distância (L). M6- Prospectar projetos autossustentáveis para financiamento da mobilidade OUT (L). M7- Criar um programa próprio de mobilidade OUT na UFAM (L). M8- Integrar as ações de internacionalização entre os órgãos da Administração Superior (PROEG, PROPESP, etc.) (L). M9- Fortalecer ações de divulgação relacionadas à internacionalização dentro da UFAM (L). M10-Aumentar o número de bolsas PAC/PG (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Apoiar a elaboração de PP com expertise nas diversas áreas de conhecimento.	Estimular parcerias internacionais para o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas diversas áreas em 114 meses.	1. Taxa de Publicações Técnico-científicas em Co-autoria com Pesquisadores de Instituições Internacionais.
M2 - Internacionalização dos Grupos de pesquisa.	Promover comunicação com os grupos de pesquisa internacionais em 114 meses.	
M3 - Mapear/Incentivar/divulgar ações de mobilidade acadêmica de alunos e pesquisadores (IN/OUT).	Buscar parcerias junto as Universidades internacionais em 114 meses.	
M4 - Incentivar a celebração de Acordos com instituições internacionais de excelência.	Desenvolvimento de processos de apoio a celebração de Acordos de Cooperação em 114 meses.	
M5 - Ofertar cursos/disciplinas ministrados em línguas estrangeiras, inclusive na modalidade a distância.	Desenvolvimento de disciplina em até 114 meses.	
M6 - Prospectar projetos autossustentáveis para financiamento da mobilidade OUT.	Buscar parcerias públicas e privadas em até 114 meses.	
M7 - Criar um programa próprio de mobilidade OUT na UFAM.	Sugerir resoluções e regimentos internos de mobilidade em até 114 meses.	
M8 - Integrar as ações de internacionalização entre os órgãos da Administração Superior (PROEG, PROPESP, etc.).	Planejamento e desenvolvimento de processos de forma conjunta com ARII/PROADM/PROPESP, em até 114 meses.	
M9 - Fortalecer ações de divulgação relacionadas à internacionalização dentro da UFAM.	Planejamento, desenvolvimento de ações de divulgação em parceria com ASCON em 114 meses.	
M10 - Aumentar o número de bolsas.	Planejamento e desenvolvimento de ações junto as instituições de fomento em pesquisa em 114 meses.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 26 Detalhamento da ação/objetivo 2.1.5

Ação/ Objetivo	V2 – 10 – Ação 5 - 2.1.5 Consolidar e manter a “Política de Saldo Zero de Bolsas”, utilização da totalidade de cotas concedidas pelas agências para pesquisa.	
Meta Geral	M1- Equalizar o número de bolsas entre os programas	
	Estratégia	Iniciativa
	Equalização de bolsas entre os Programas e Projetos para atender o maior número de alunos, bem como executar os recursos públicos disponíveis.	Trabalhar junto aos programas de forma intensiva no período de implementação, e junto as agências proporcionar remanejamento de quotas em 114 meses.
		Indicador/produto
		1. Número de bolsas da PG e IC recebidas / Número de bolsas utilizadas; 2. Taxa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa.

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 27 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.1

Ação/ Objetivo	V2 - O11 - Ação 01 - 2.2.1 Fortalecer os Programas de Pós-Graduação.	
Metas Gerais	M1 - Reativação do PAC-PG. M2 - Incentivar o aumento da quantidade de bolsista PQ/CNPq. M3 - Manter e fortalecer os PACPG-UFAM.	
	Estratégia	Iniciativa
	M1 - Reativar o Programa de Apoio e Consolidação da Pós-Graduação – PACPG.	Criação e implantação de processos de assessoramento para as coordenações, visando à melhoria das notas dos Programas de Pós-Graduação, através do PAC-PG em 120 meses.
	M2 - Incentivar o aumento da quantidade de bolsista PQ/CNPq.	Estimular o aumento na quantidade e qualidade das publicações científicas anualmente.
	M3 - Manutenção e fortalecimento do Programa de Apoio à Consolidação e ao Avanço da Qualidade da Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas – PACPG-UFAM com excelência do ensino de Pós-Graduação.	Estabelecer o acompanhamento junto aos PPGs, através das participações nas apresentações das suas avaliações e planejamento estratégico em 120 meses.
		Indicador
		1. Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG).

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 28 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.2

Ação/ Objetivo	V2 - O12 - Ação 02 - 2.2.2 Elevar as notas dos cursos visando a excelência da Pós-Graduação.	
Metas Gerais	M1- Elevar em, no mínimo, dois pontos as notas dos programas e manter o conceito dos que já estão com conceito máximo. (L) M2 - Monitorar os processos de Autoavaliação e Planejamento Estratégico dos Programas de Pós-Graduação (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Criação e implantação de processos de assessoramento para as coordenações, visando à melhoria das notas dos Programas de Pós-Graduação, através do PAC-PG.	Desenvolvimento de 100% dos processos, em 114 meses.	1. Média dos Conceito CAPES/MEC dos cursos de Pós-Graduação.
M2-Monitorar os processos de Autoavaliação e Planejamento Estratégico dos Programas de Pós-Graduação.	Criar e acompanhar dados estatísticos em 114 meses.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 29 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.3

Ação/ Objetivo	V2 – O13 - Ação 03 - 2.2.3 Estabelecer áreas estratégicas para expansão dos cursos de Pós-Graduação.	
Meta Geral	Criar cursos de Pós-Graduação em áreas estratégicas. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Expansão dos cursos de Pós-Graduação em Áreas Estratégicas para Amazônia.	Pesquisa, avaliação, estabelecimento e desenvolvimento de áreas estratégicas a serem incluídas, em 120 meses.	1. Taxa de Curso de Mestrado aprovados; 2. Taxa de Curso de Doutorado aprovados.

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 30 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.4

Ação/ Objetivo	V2 - O14 - Ação 04 - 2.2.4 Estimular a internacionalização da Pós-Graduação	
Metas Gerais	M1-Criar ambiente de internacionalização da Pós-Graduação. (L) M2- Comunicação em Português, Inglês e Espanhol dos PPG's para a sociedade (L). M3-Mobilidade de docente e discente (L). M4-Burcar novos convênios e celebração de Acordos e cooperação com instituições internacionais de excelência (L). M5- Mapear ações de mobilidade (L). M6- Fortalecimento de comunicação em línguas estrangeiras (L). M7-Criar parcerias de formação de doutores (L). M8 -Integrar as ações de internacionalização entre os órgãos da Administração Superior (L). M9-Fortalecer ações de divulgação relacionadas à internacionalização dentro da UFAM (L). M10-Aumentar o número de bolsas da Pós-Graduação (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador

M1 - Fazer a comunicação em Português, Inglês e Espanhol dos PPG's para a sociedade.	Promoção de ações para estabelecer a comunicação em língua estrangeira com a sociedade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Variação Percentual de Cursos e/ou Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira; 2. Número de Alunos participantes de mobilidade acadêmica.
M2 - Ofertar cursos/disciplinas ministrados em línguas estrangeiras, inclusive na modalidade a distância.	Estabelecimento de ações juntos aos programas de pós-graduação para a promoção de disciplinas em outros idiomas em 120 meses.	
M3 - Promover mobilidade de docentes e discentes dos PPG's in/out.	Promoção de ações estratégicas para favorecer a mobilidade docente/discente em 120 meses.	
M4 - Realização de novos convênios e celebração de Acordos e cooperação com instituições internacionais de excelência.	Incentivar os PPGs a buscar parcerias públicas e privadas em 120 meses.	
M5 - Mapear/Incentivar/divulgar ações de mobilidade acadêmica de alunos e pesquisadores (IN/OUT).	Mapeamento de mobilidade existente e suas vantagens em 120 meses.	
M6 - Fortalecimento da comunicação em português, Inglês e Espanhol dos PPGs UFAM para a sociedade.	Buscar parcerias junto a Faculdade de Letras para desenvolvimento do projeto em 120 meses.	
M7 - Estabelecimento de novas parcerias interinstitucionais para formação de doutores para UFAM.	Mapear instituições interessadas em parcerias em 120 meses.	
M8 - Integrar as ações de internacionalização entre os órgãos da Administração Superior (PROEG, PROPESP, etc.).	Planejamento e desenvolvimento de processos de forma conjunta com ARII/PROADM/PROPESP, em até 120 meses.	
M9 - Fortalecer ações de divulgação relacionadas à internacionalização dentro da UFAM.	Propor ação conjunta junto a ASCON em 120 meses.	
M10-Aumentar o número de bolsas.	Mapear e buscar instituições de fomento em 120 meses.	

Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 31 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.5

Ação/ Objetivo	V2 - O15- Ação 05 - 2.2.5 Ampliar o quantitativo de docente com titulação de Doutor	
Meta Geral	Promover o aumento do número de doutores na instituição. (L)	
	Estratégia	Indicador
	Estabelecimento de novas parcerias interinstitucionais para formação de doutores para UFAM	<ol style="list-style-type: none"> 1. Número de doutores formados anualmente.

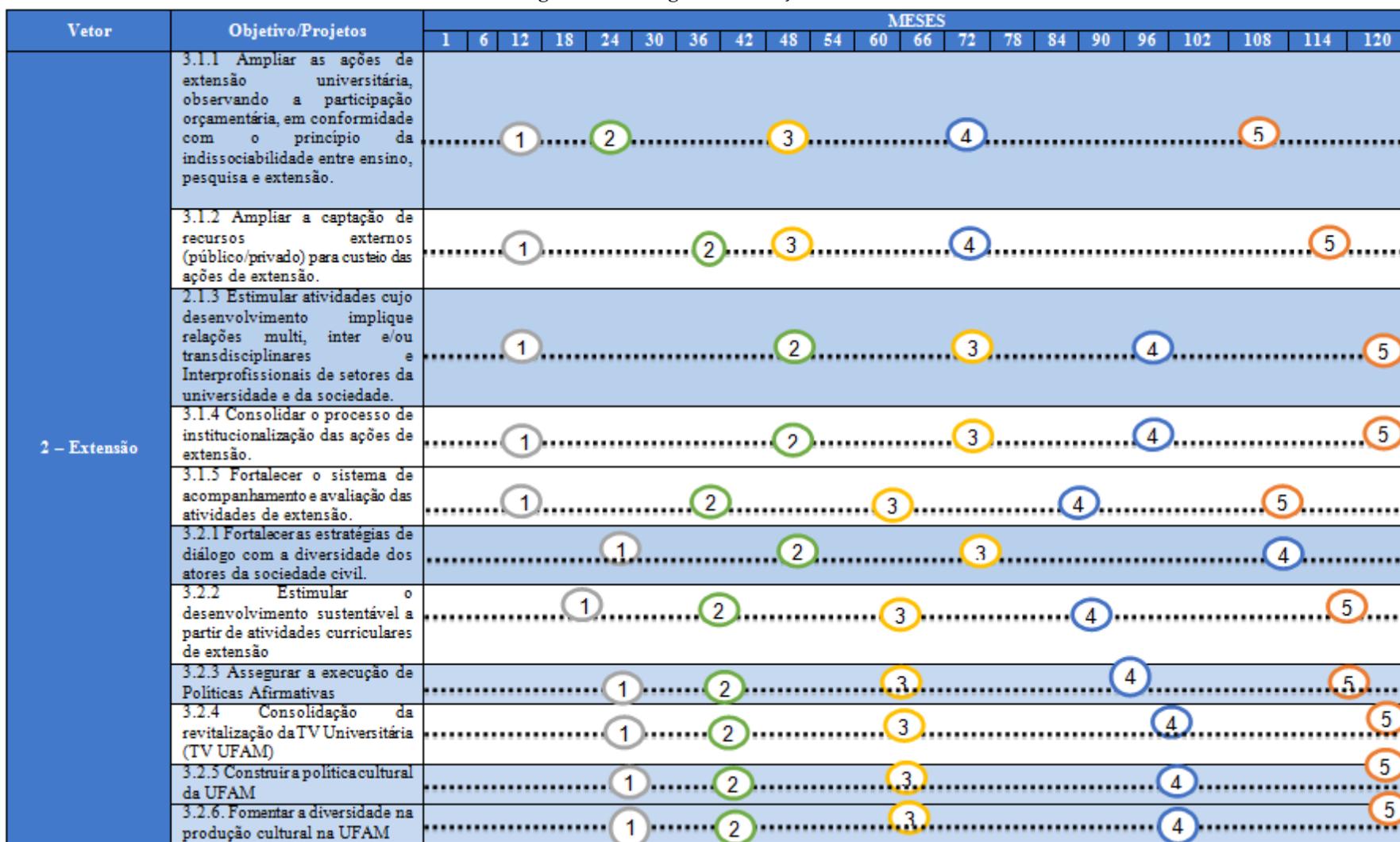
Fonte: PROPESP, 2021.

Quadro 32 Detalhamento da ação/objetivo 2.2.6

Ação/ Objetivo	V2 – O16- Ação 06 - 2.2.6 Ofertar Novas Turmas e Criação de Novos Cursos Lato Sensu.	
Meta Geral	Criação e ampliação de Novos Cursos Lato Sensu	
	Estratégia	Indicador/produto
		Iniciativa
Criação e ampliação de Novos Cursos <i>Lato Sensu</i> .	Reunir com o CED e Unidades dos PPGs interessados para planejamento das ações para criação de curso em 120 meses.	1. Variação Percentual de curso criados anualmente.

Fonte: PROPESP, 2021.

Figura 11 Cronograma das Ações/ Vetor 3



Fonte: PROPLAN/PROEXT, 2021.

Quadro 33 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.1

Ação/ Objetivo	V3 - O17 - Ação 1 - 3.1.1 Ampliar as ações de extensão universitária, observando a participação orçamentária, em conformidade com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	
Metas Gerais	M1 - Ampliar em até 10% o público-alvo das ações de Extensão até 2025, considerando os dados contidos no Relatório de Gestão de 2019 (L) M2 - Realizar cursos de extensão na modalidade educação a distância. (C) M3 – Aprovar até 2022, Resolução que assegure carga horária mínima de até 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, em ações de Extensão, em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação. (C) M4 - Ampliar em até 20%, até o ano de 2025, a participação dos servidores técnicos administrativos nas atividades de Extensão, considerando os dados contidos no Relatório de Gestão de 2019. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
	M1 – Fortalecimento dos Comitês de Extensão nas Unidades Acadêmicas da Capital e Interior.	Ampliação dos contatos institucionais com as unidades Acadêmicas da Capital e Interior
	M2 – Estabelecimento de tratativas com o Centro de Educação a Distância – CED.	Desenvolvimento de um Projeto “guarda-chuva” de cursos de extensão a distância.
	M3 - Elaboração de instrumento normativo para submissão aos Conselhos Superiores competentes, que assegure carga horária mínima destinada às ações de Extensão em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação.	Institucionalização da Comissão de Inserção das ações de extensão, mediante portaria.
	M4 – Desenvolvimento de política interna de apoio à participação dos servidores técnicos administrativos nas ações de extensão.	Atualizar as Resoluções das modalidades de extensão permitindo a participação dos Servidores técnicos administrativos como Coordenadores e Vice-Coordenadores.
		<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de TAE’s envolvidos na extensão; 2. Taxa de produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão; 3. Taxa anual das ações de extensão por modalidade.

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 34 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.2

Ação/ Objetivo	V3 - O18 - Ação 2 - 3.1.2 Ampliar a captação de recursos externos (público/privado) para custeio das ações de extensão.	
Metas Gerais	M1 - Ampliar as parcerias existentes para financiamento das ações de Extensão, alcançando a média de 20 parcerias anuais até 2025. (L) M2 - Criar e estruturar as Comissões de Articulação e Planejamento de Extensão nas Unidades fora da Sede, compostas, prioritariamente, por integrantes do COMEXI de cada Unidade e pelo seu respectivo representante junto à Câmara de Extensão. (L) M3 - Realizar interfaces visando à integração entre os proponentes das ações autossustentáveis para troca de experiências e prospecção de novas parcerias. (L) M4 - Realizar a busca em editais nacionais e internacionais, para divulgação de oportunidades, orientação e apoio aos docentes interessados em submeter projetos nos certames e editais disponíveis. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador

M1 - Manutenção de parcerias vigentes e ampliação de novas parcerias visando à obtenção de recursos financeiros suplementares para atingir a média anual de 20 parceiros financiadores de projetos de extensão da UFAM.	Assessorar os Proponentes de Ações de Extensão na formalização de parcerias institucionais por meios de acordos de cooperação, contratos e convênios com órgãos público-privado com vistas a captação de recursos suplementares.	1. Taxa de recursos financeiros captados para extensão via edital público externo.
M2- Criação das Comissões de Articulação e Planejamento de Extensão – COMARPE nos Campi fora da Sede Manaus, para estimular a captação e institucionalização de Projetos Autossustentáveis (FC-AS).	Implantar rotinas administrativas que orientem aos coordenadores de Projetos FCAS assim caracterizados por captarem recursos financeiros externos ao orçamento da UFAM, quanto à necessidade desses recursos, em via-de-regra, transitarem pela Conta Única do Tesouro Nacional como fator condicionante para a sua aprovação.	
M3- Realização de Palestras e Treinamentos para os potenciais coordenadores de Projetos Autossustentáveis (FC-AS), com a finalidade de habilitá-los a prospectar e executar projetos nessa modalidade.	Promover ações de estímulo à captação de financiamento das Ações de Extensão que forem aprovadas a cada exercício financeiro, com execução prevista dentro da periodicidade máxima de até 12 meses para cada projeto, salvo aqueles cujos convênios institucionais já prevejam prazo superior a esse.	
M4- Acompanhamento e buscas de oportunidades de financiamentos da extensão e encaminhamento dessas oportunidades aos potenciais executores, dentro de suas respectivas áreas do conhecimento.	Divulgar nas Unidades Acadêmicas as características dos Projetos de Fluxo Contínuos Autossustentáveis (FC-AS) e os de Fluxo Contínuo Custo Restrito (FC-CR), ressaltando suas peculiaridades e o fluxo administrativo sumário utilizado para suas institucionalizações.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 35 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.3

Ação/ Objetivo	V3 - O19 - Ação 3 - 3.1.3 Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e Interprofissionais de setores da universidade e da sociedade.	
Metas Gerais	M1 – Estabelecimento de termos de cooperação técnica com os Conselhos Profissionais para a promoção de ações de extensão. (C) M2 - Criação de grupos de extensão, identificados aos temas norteadores das ações de extensão desenvolvidos pelo FORPROEX, similares aos grupos de pesquisas. (L) M3 – Criação de eventos anuais que demonstrem o caráter interdisciplinar e transdisciplinar das ações de extensão. (L) M4 – Prospectar editais nacionais e internacionais, com interfaces entre ensino, pesquisa e extensão, que potencialize a consolidação dos grupos de extensão e pesquisa e o desenvolvimento social das populações atingidas. (L)	
	Estratégia	Indicador
	M1 – Criação de grupos de trabalho entre as Unidades Acadêmicas, Conselhos Profissionais, secretarias de atendimento sociais municipais e estaduais e Proext.	Estabelecer Termos de Cooperação técnica entre os entes envolvidos para a solução técnica de demandas típicas por parte da Sociedade.

M2 – Criação de eventos com ampla participação e organização das Pró-Reitorias de Extensão, ensino e Pesquisa e Pós-graduação.	Realização de um evento anual organizado pelas referidas Pró-Reitorias para divulgação de resultados.	1. Taxa de pessoas atendidas com atividades de extensão no ano em relação ao total de matrículas de graduação.
M3 – Reuniões da Pró-Reitoria de Extensão com os Comitês de Extensão das Unidades Acadêmicas	Criação de um Calendário de Eventos.	
M4 – Acompanhamento e buscas de oportunidades de financiamentos de extensão e encaminhamento dessas oportunidades aos potenciais executores, dentro de suas respectivas áreas do conhecimento.	Divulgar nas Unidades Acadêmicas as características dos projetos de Fluxo Contínuos Autossustentáveis (FC-AS) e os de fluxo Contínuo Custo Restrito (FC-CR), ressaltando suas peculiaridades e o fluxo administrativo sumário utilizado para suas institucionalizações.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 36 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.4

Ação/ Objetivo	V3 – O20 - Ação 4 - 3.1.4 Consolidar o processo de institucionalização das ações de extensão.	
Metas Gerais	M1 - Aumentar a cooperação técnica extensionista com as Universidades da Panamazônica. (L) M2 – Inserir as ações de extensão, em conformidade com a legislação, como componente curricular, em todos os cursos de graduação até 2025. (L) M3 – Criação e revisão das Resoluções das modalidades de ação extensionista. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 – Estreitamento das relações institucionais, via visitas e assinaturas de cooperação técnica, com as Universidades nas regiões de fronteira.	Estabelecer com a ARII um projeto de aproximação institucional com as Universidades da Tríplice Fronteira. Promover a formalização de parcerias com os diversos organismos de caráter Regional, Nacional e Internacional com forte atuação na Fronteira Amazônica, para a realização de eventos e da criação de programas que possibilitem ações conjuntas de difusão do conhecimento e suas aplicações, em benefício das comunidades envolvidas.	1. Taxa de submissões anuais de Programas e Projetos de extensão considerando o orçamento anual destinado as atividades de extensão; 2. Taxa de docentes envolvidos nas ações de extensão.
M2 – Criação da Resolução de inserção das ações de extensão, como componente curricular, nos PPCs dos cursos de graduação.	Seminários e encontros com as Coordenações de cursos e Núcleos Docentes Estruturantes para entendimento acerca da Curricularização da extensão.	
M3 – Realização de Seminários para reformulação das Resoluções das modalidades de Extensão.	Criação por Portaria das Comissões de criação e atualização das Resoluções das modalidades de Extensão.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 37 Detalhamento da ação/objetivo 3.1.5

Ação/ Objetivo	V3 – O21 - Ação 5 - 3.1.5 Fortalecer o sistema de acompanhamento e avaliação das atividades de extensão.
----------------	--

Metas Gerais	M1 – Divulgação e implementação dos indicadores de avaliação das ações de extensão. (C) M2 - Implantação de procedimentos metodológicos para acompanhamento e avaliação das ações de extensão. (L) M3 - Consolidação dos princípios gerais de avaliação. (C) M4 - Divulgação dos resultados referentes aos impactos das ações de extensão. (C)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Visitas técnicas para a implementação dos indicadores de avaliação das ações.	Realizar visitas técnicas aos Comitês de Extensão das unidades da capital e interior para compreender os problemas referentes à dinâmica do trabalho. Realizar visitas técnicas aos professores extensionistas das unidades da capital e interior para melhor entender os problemas referentes à realização das ações de extensão.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação; 2. Taxa de ações de extensão anual com relatórios finais homologados.
M2 - Visitas técnicas para a implementação de procedimentos metodológicos de avaliação das ações.	Reunir com a Comissão Própria de Avaliação – CPA para troca de experiências acerca da avaliação das ações. Realização de seminário de avaliação com a Comissão Permanente de Avaliação da Extensão – CPAE do FORPROEX.	
M3 - Avaliação de no mínimo de 30% dos programas e projetos executados/ano (C).	Identificar os impactos das ações. Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação ações de extensão	
M4 – Acompanhamento qualificado diante da implementação dos indicadores de avaliação das ações.	Apresentar relatório de acompanhamento e avaliação das ações de extensão. Ações colaborativas do DEAA e da TV UFAM para a divulgação das ações de extensão. Criação da página eletrônica do DEAA nas mídias sociais. Criação da Revista de Extensão.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 38 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.1

Ação/ Objetivo	V3 – O22 - Ação 01 - 3.2.1 Fortalecer as estratégias de diálogo com a diversidade dos atores da sociedade civil.	
Metas Gerais	M1 - Aumentar em 30% as ações de extensão até 2025, tendo por parâmetro dos dados de 2019. (L). M2 – Aumentar em 20% as ações de extensão destinadas às escolas públicas. M3 – Aumentar em 20% as ações de extensão direcionadas às populações vulneráveis. M4 – Criar as condições materiais para a interlocução com os mais variados segmentos da sociedade local.	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1- Ampliação das parcerias com o setor produtivo e governamental, retribuindo com resultados e prêmios.	Institucionalização de instrumento normativo regulador da concessão de prêmios e reconhecimento de parcerias exitosas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Taxa de ações de extensão dirigidas às escolas públicas;
M2 – Estabelecer parcerias com as Secretarias de Educação municipais e estadual.	Estabelecer uma agenda de reuniões com as equipes técnicas para desenvolvimento de um programa de ação.	

M3 – Construir uma agenda de trabalho com as entidades representativas, sejam governamentais ou não governamentais, das populações vulneráveis.	Elaboração de Editais com ações voltadas para este grupo.	2. Taxa de inclusão de população em vulnerabilidade social nas ações de extensões.
M4 – Realização e apoio institucional a eventos que promovam a diversidade social.	Fortalecimento orçamentário do Programa de Apoio à Realização de Cursos e Eventos – PAREC.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 39 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.2

Ação/ Objetivo	V3 – O23 - Ação 02 - 3.2.2 Estimular o desenvolvimento sustentável a partir de atividades curriculares de extensão.	
Metas Gerais	M1 - Aumentar em 20% o número de programas e projetos voltados para a Educação Ambiental, até 2025. (M/L). M2 – Criação de Editais específicos para o fomento das ações de extensão ligadas à educação ambiental. M3 – Realização de pelo menos um grande evento anual a respeito da temática sustentabilidade, seja na Capital ou Interior. M4 – Implementação de ações sustentáveis para a preservação e conservação dos recursos naturais do Campus Capital Ufam – Manaus.	
	Estratégia	Iniciativa
	M1 – Divulgação por meio de Catálogos das ações de extensão relacionadas com a educação ambiental.	Fomentar a criação de Programas Institucionais de Extensão para a Educação Ambiental.
	M2 – Convencer a Câmara de Extensão e Interiorização da importância estratégica da educação ambiental para a extensão universitária na Amazônia.	Criação de Resolução para a normatização do tema.
	M3 – Articulação interna com grupos de pesquisa, ensino e extensão que trabalham com a sustentabilidade.	Criação de um grupo de trabalho com representantes das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão para a organização do evento.
	M4 – Estabelecimento de compromissos, via parcerias, com instituições governamentais e não governamentais.	Criação do Parque Verde da UFAM Publicação do livro Fauna e Flora da UFAM.
		Indicador
		1. Taxa de pessoas atendidas por programas e projetos de extensão na temática ambiental.

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 40 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.3

Ação/ Objetivo	V3 – 024 – Ação 03 – 3.2.2 Assegurar a execução de Políticas Afirmativas.	
Metas Gerais	M1 – Ampliar em 10% o público-alvo das ações Afirmativas de Extensão, até 2025, considerando os dados contidos no Relatório de Gestão de 2019. (L) M2 – Realizar eventos/atividades de divulgação da Extensão universitária na UFAM. (C) M3 – Aprovar, até 2022, Resolução que assegure carga horária mínima destinada às ações Afirmativas de Extensão (PACES AFIRMATIVOS), em Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação. (C) M4 – Ampliar em 40% até o ano de 2025 a participação de servidores e discentes nas atividades de extensão, assim como aumentar a participação dos técnicos e dos professores aposentados nos projetos de Extensão considerando os dados contidos no Relatório de Gestão de 2019. (L)	

Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1- Criação de portfólio das ações Afirmativas desenvolvidas;	Ampliação de contatos interinstitucionais que possam instrumentalizar a curricularização das Políticas Afirmativas da Extensão.	1. Taxa de programas e projetos de extensão voltados para políticas afirmativas.
M2- Realização de encontros periódicos e atrativos com a comunidade universitária, para divulgar e estimular o desenvolvimento de ações Afirmativas de Extensão.	Inserção das atividades de Extensão nos planos políticos pedagógicos dos cursos de graduação.	
M3- Elaboração de instrumento legal para submissão ao Conselho Superior competente, que assegure carga horária mínima aos PACES AFIRMATIVOS em todos os Projetos Pedagógicos de Cursos.	Divulgação das oportunidades de ações afirmativas (PACE AFIRMATIVO) para atrair um público ainda não executante dessas ações.	
M4 – Apoio à participação de servidores e discentes em eventos de Políticas Afirmativas de Extensão regionais, nacionais e internacionais.	Crescimento do quantitativo de Ações Políticas Afirmativas de Extensão para participação da Comunidade Universitária. Execução de eventos semestrais. Realizar um congresso da Extensão, visando à divulgação dos projetos e programas realizados na PROEXT. (semelhante ao CONIC)	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 41 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.4

Ação/Objetivo	V3 – 025– Ação 04 – 3.2.4 Consolidar a revitalização da TV Universitária (TV UFAM)	
Metas Gerais	M1 – Promover a digitalização e conservação do acervo audiovisual da TV Universitária (TV UFAM) M2 – Aprimorar a produção e difusão audiovisual nas multiplataformas da TV Universitária (TV UFAM)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 – Estruturação do núcleo de digitalização e conservação de acervo audiovisual	Aquisição de equipamentos para a digitalização e a conservação do acervo	1. Percentual do orçamento da UFAM destinado a TV UFAM.
M1 – Digitalização e conservação do acervo audiovisual	Digitalizar e armazenar o acervo audiovisual	
M2 – Estruturação de unidades (estúdios) de produção audiovisual e reestruturação do controle mestre de exibição	Aquisição de equipamentos para estruturação das unidades (estúdios) de produção audiovisual e equipamentos para reestruturação do controle mestre de exibição	
M2 – Aumento de quadro de pessoal para atendimento da estruturação de unidades (estúdios) de produção audiovisual e reestruturação do controle mestre de exibição	Solicitação do aumento de quadro de pessoal: 2 Técnicos em audiovisual e 2 Operadores de controle mestre	
M2 – Ampliação da produção e exibição de conteúdos audiovisuais inéditos nas multiplataformas	Produção de novos conteúdos e ampliação de parcerias	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 42 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.5

Ação/ Objetivo	V3 – O26 - Ação 05 - 3.2.5 Construir a Política Cultural da Universidade Federal do Amazonas.
----------------	---

Metas Gerais	M1 – Elaboração de instrumento normativo acerca da Política Cultural da Universidade Federal do Amazonas. (M) M2 – A diversidade cultural como princípio motor das ações culturais. (M) M3 – Fortalecimento do diálogo e cooperação com os setores público que tratam da política municipal e estadual de cultura. (M) M4 – Preservação e divulgação do acervo cultural da Universidade Federal do Amazonas. (M) M5 – Garantir dotações orçamentárias para as ações culturais.	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 – Estimular o debate interno acerca da necessidade de instrumento normativo que aborde a Política Cultural na Universidade Federal do Amazonas. (M)	Criação de um grupo de trabalho formado por especialistas da área cultural que envolva todos os segmentos da Instituição.	1. Dotação orçamentária para a cultura.
M2 – Envolver todos os segmentos da Comunidade Universitária, Capital e Interior, em torno do debate público a respeito da importância da diversidade cultural para o processo democrático e formativo.	Organização de rodas de conversas, seminários, cursos e palestras.	
M3 – Intensificação das relações institucionais da Universidade Federal do Amazonas com os setores responsáveis pela política cultural do Estado e Município.	Assinatura de termos de Cooperação Técnica, bem como Convênios.	
M4 – Fortalecimento orçamentário e administrativo dos museus administrados pela Universidade Federal do Amazonas.	Maior integração dos órgãos afeitos à cultura.	
M5 – Maior participação dos Órgãos Suplementares e Unidades Acadêmicas, afeitas à política cultural, nas decisões referentes a planejamento orçamentário, nos colegiados superiores. Prospecção de Editais de financiamento da área cultural	Intensificação institucional da ARII com os órgãos suplementares e unidades acadêmicas.	

Fonte: PROEXT, 2021.

Quadro 43 Detalhamento da ação/objetivo 3.2.6

Ação/Objetivo	V3 – 027 – Ação 06 – 3.2.6 Fomentar a diversidade na produção cultural na Ufam	
Metas Gerais	M1 – Elaboração de editais e agenciamento de recursos. (M) M2 - Criação de eventos com a temática da diversidade. (M) M3 - Criação da Revista de Extensão que também trabalhará com a temática da diversidade. (M)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 – Integrar as agendas da PROEXT e DAEST.	Reuniões de trabalho entre a PROEXT e DAEST.	1. Percentual de Programas e Projetos de extensão relacionados à Defesa dos Direitos Humanos.
M2 - Integrar as Unidades do Interior no processo de organização dos eventos.	Formação de Comitês para a organização, execução e avaliação do evento.	
M3 – Criação de um Conselho Editorial formado por pesquisadores e atores sociais que trabalham com a temática da diversidade.	Elaboração de um Edital para recebimento dos artigos.	

Acompanhar as reuniões do Grupo de trabalho (GT).	Inteirar-se das normativas utilizadas para compor a política de integração para consolidar os habitats de inovação.	2. Número de articulações (incubações de empresas e apoio a empresas juniores) estabelecidas formalmente a cada 12 meses.
Capacitação de recursos humanos.	Definição de calendário de cursos estratégicos nas áreas de interesse da Pró-Reitoria, promoção de ações. Parceria da PROTEC com os Programas de pós-graduação da UFAM.	
Fortalecimento das incubadoras.	Pesquisa, definição de processos internos e promoção de ações. Buscar o recredenciamento do Centro de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico junto ao CAPDA.	
Apoio à criação de novas empresas e fortalecimento de Empresas Juniores.	Criar mecanismos institucionais e políticas para o desenvolvimento de empresas. Revisar e propor alterações nas normativas da UFAM relacionadas as Ejs.	
Maior articulação com os Núcleos e Centros Tecnológicos nacionais e internacionais.	Articulação (PROTEC/ARII) para estabelecer cooperação e acordos.	

Fonte: PROTEC, 2021.

Quadro 45 Detalhamento da ação/objetivo 4.1.2

Ação/ Objetivo	V4 – O29 - Ação 2 - 4.1.2 Incentivar o empreendedorismo mediante a economia criativa e a economia solidária.		
Meta Geral	Implantar o empreendedorismo de economia criativa e economia solidária (L)		
	Estratégia	Iniciativa	
	Diagnóstico da economia criativa e solidária no âmbito da UFAM.	Pesquisa, definição de processos internos e promoção de ações.	Indicador
	Institucionalização da economia criativa e solidária na UFAM.	Criar mecanismos institucionais e políticas.	Diagnóstico realizado.
	Divulgação da economia criativa e solidária.	Promoção de Encontros, Seminários e Workshops.	Mecanismos criados.
			Número de eventos realizados.

Fonte: PROTEC, 2021.

Quadro 46 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.1

Ação/ Objetivo	V4 – O30 - Ação 01 - 4.2.1 Fortalecer a inovação tecnológica no âmbito institucional.		
Meta Geral	Fomentar e estruturar a inovação no âmbito acadêmico (L)		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador
	Ampliação dos mecanismos de monitoramento da produção técnica científica de propriedade intelectual e transferência de tecnologia que possam gerar inovação.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos internos para controle e monitoramento da inovação da UFAM	1. Percentual de projetos do grupo de pesquisa que envolvem inovação;

Incentivar a criação de disciplinas de propriedade intelectual e inovação nos cursos de capacitação, de graduação e pós-graduação.	Trabalhar em conjunto com as coordenações de cursos para criar os mecanismos adequados.	2. Número de eventos realizados.
Avaliação do potencial de inovação existente na Instituição.	Mapear nas unidades acadêmicas o potencial de inovação tecnológica.	
Incentivo ao desenvolvimento da inovação na comunidade universitária.	Promoção de Encontros, Seminários e <i>Workshops</i> para incentivar a produção de estudos sobre o desenvolvimento da região norte que envolvam inovação.	
Publicizar as tecnologias geradas na UFAM com o intuito de atrair parcerias externas, do setor produtivo.	Elaboração de banners, folders, sites e redes sociais. Elaborar mecanismo de promoção das tecnologias geradas na ufam, conectando as ofertas e demandas tecnológicas existentes nos sistemas de inovação (interno, universidade-empresa-governo).	

Fonte: PROTEC, 2021.

Quadro 47 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.2

Ação/ Objetivo	V4 – O31 - Ação 02 - 4.2.2 Fomentar a cultura da proteção intelectual.	
Metas Gerais	Orientar a comunidade acadêmica sobre o Marco legal da Inovação acerca da proteção da propriedade intelectual (L)	
	Estratégia	Indicador
		Iniciativa
Disseminar a cultura da proteção intelectual.	Realização de seminários, cursos, workshops para a comunidade acadêmica. Realizar ações de capacitação aos pesquisadores sobre novidades introduzidas pelo Marco Legal de Inovação bem como sua implementação no âmbito da ufam.	1. Número de ações realizadas.
Simplificar conceitos de propriedade intelectual para ampla disseminação.	Elaborar manuais, folders, revistas, cartilhas e outros materiais com linguagem acessível a qualquer público.	

Fonte: PROTEC, 2021.

Quadro 48 Detalhamento da ação/objetivo 4.2.3

Ação/ Objetivo	V4 – O32- Ação 03 - 4.2.3 Promover a transferência da inovação com repartição justa de benefícios da propriedade intelectual.	
Meta Geral	Elaborar processos relativos aos processos de transferência de tecnologia e inovação. (L)	
	Estratégia	Indicador
		Iniciativa
Capacitação de recursos humanos nos processos de transferência de tecnologia e valoração de ativos intelectuais.	Parceria da PROTEC com os Programas de pós-graduação da UFAM.	1. Quantitativo de transferências de tecnologia realizadas.
Intermediar o processo de transferência da inovação.	Criação de mecanismo de repartição de benefícios da tecnologia gerada na UFAM, articuladas com os setores correlatos (PROADM/ARII).	

Fonte: PROTEC, 2018.

Quadro 49 Detalhamento da ação/objetivo 4.3.1

Ação/ Objetivo	V4 - 033 – Ação 01-4.3.1 - Promover a institucionalização de coleções biológicas, sua proteção e acesso.	
Meta Geral	Regulamentar e manter as atividades das Coleções Biológicas. (M).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Estabelecer instrumentos de acompanhamento das coleções existentes na UFAM.	Criar os dispositivos legais para acompanhamento das coleções.	1. Número de ações realizadas. (instruções normativas, orientações técnicas, Resoluções, materiais de divulgação, levantamento de ativos intelectuais das coleções biológicas).
Capacitação de recursos humanos.	Capacitação de recursos humanos.	
Manter contato direto com curadores e subcuradores das coleções biológicas	Agendar reuniões de acompanhamento constantes junto as coleções biológicas.	

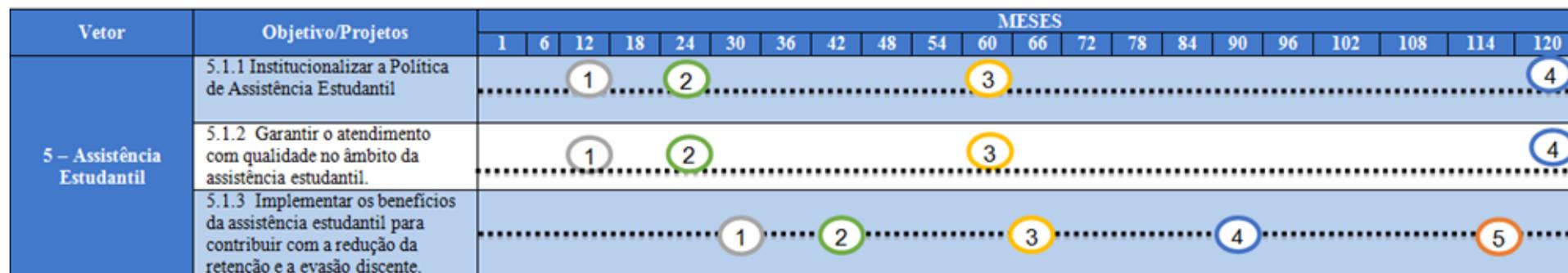
Fonte: PROTEC, 2021.

Quadro 50 Detalhamento da ação/objetivo 4.3.2

Ação/ Objetivo	V4 - 034 – Ação 02-4.3.2 - Divulgar o uso das informações genéticas, bem como dos conhecimentos tradicionais.	
Meta Geral	Gestão do Patrimônio Genético e conhecimento tradicional associado. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Publicizar o uso das informações com base no patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados.	Elaboração de banners, folders, sites e redes sociais.	1. Número de divulgações do uso das informações genéticas; 2. Quantitativo de projetos com comprovante de cadastro no sistema nacional de gestão do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.
Estabelecer instrumentos que regulamentem as pesquisas que envolvam acesso ao patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado.	Elaborar instução normativa que disponha sobre os procedimentos que devem ser adotados em pesquisas que envolvam acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado. Realizar acompanhamento especial via SEI de processos que contenham acesso ao patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado	

Fonte: PROTEC, 2021.

Figura 11: Cronograma das Ações/ Vetor 5



Fonte: DAEST/PROPLAN, 2021.

Quadro 51 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.1

Ação/ Objetivo	V5 - O35- Ação 1 - 5.1.1 Institucionalizar a Política de Assistência Estudantil.	
Metas Gerais	M1 - Elaborar a Política de Assistência Estudantil até 2023. (C) M2 – Avaliar a viabilidade e posterior submissão da proposta junto ao CONSAD para a criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil até 2022. (C) M3 – Criar e Implementar instrumentos que permitam mapear o perfil de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, bem como ter conhecimento do percentual geral de estudantes autodeclarados com esse perfil e do percentual alcançado pelo PNAES, para que as ações de assistência estudantil sejam redimensionadas. (C) M4 - Criar um instrumento regulatório que norteie as atividades dos profissionais de assistência estudantil em todos os campi da UFAM. (C) M5 - Implementar o Plano Anual de Atividades do DAEST. (C) M6 - Mapear 100% de alunos cotistas e buscar atendê-los com as ações de assistência estudantil estabelecidas em edital (C). M7 - Elaborar a Política de Cultura da UFAM até 2023. (C)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Constituição de Comissão multidisciplinar e intersetorial com profissionais relacionados à assistência estudantil e experiência além de discentes nomeada por portaria do reitor.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento, documentação aprovada e divulgação da Política de Assistência Estudantil, em até 12 meses a contar da aprovação desta 2ª revisão do PDI no conselho superior.	1. Variação percentual das políticas de AE implementadas.
M2 – Conclusão dos trabalhos da Comissão multidisciplinar e intersetorial nomeada pelo Reitor para criação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento, documentação aprovada pelo CONSAD e pelo MEC, e implementação da Pró-Reitoria em 10 meses.	
M3 – Criação e implementação de questionário online (E-Campus); tratamento e análise dos dados e redimensionamento das ações a partir dos indicadores mais expressivos.	Formação de Grupo de Trabalho com setores que desenvolvem ações de assistência estudantil e reuniões com o CTIC; reunião com ICE para fins de parceria técnica visando o tratamento dos dados.	

M4 - Constituição de um Grupo de Estudo com profissionais relacionados à assistência estudantil.	Levantamento documental, elaboração da normativa adaptada à realidade da UFAM e submissão da proposta em até 9 meses.	
M5 - Planejamento participativo com setores envolvidos.	Estudo das atividades/projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria e seu respectivo calendário.	
M6 - Implantação do programa de atendimento contínuo aos cotistas.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos, documentação, aprovação, implantação e execução, em até 7 meses. Levantamento dos cotistas que ingressarem, prioritariamente por renda, para serem atendidos pelas ações de assistência estudantil estabelecidas em edital.	
M7 - Constituição de Comissão multidisciplinar e intersetorial com profissionais relacionados à cultura e experiência além de discentes nomeada por portaria do reitor.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento, documentação aprovada e divulgação da Política de Cultura da UFAM, em até 12 meses a contar da aprovação desta 2ª revisão do PDI no conselho superior.	

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 52 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.2

Ação/ Objetivo	V5 – O36 - Ação 2 - 5.1.2 Garantir o atendimento com qualidade no âmbito da assistência estudantil.	
Metas Gerais	<p>M1 - Buscar ampliar a oferta de atendimentos e número de vagas dos auxílios além de mensurar o índice de satisfação (C).</p> <p>M2 - Ampliar o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (L)</p> <p>M3 - Monitorar e acompanhar semestralmente o desempenho acadêmico de 100% dos discentes assistidos por programas financiados pelo PNAES estabelecidos em edital. (C)</p> <p>M4 - Desenvolver (com parcerias) e revisar de maneira continuada um banco de dados para suporte à avaliação acadêmica dos discentes vinculados aos auxílios estudantis. (C)</p> <p>M5 – Revisão da seleção e acompanhamento dos alunos assistidos por benefício estudantil (C).</p> <p>M6 – Fortalecer as ações da Divisão de Esporte, Lazer e Cultura – DELC. (M)</p> <p>M7 - Fortalecer as ações junto aos Restaurantes Estudantis. (M)</p> <p>M8 - Melhorar as condições de infraestrutura e aumento do quadro de servidores para atendimento na assistência estudantil. (L)</p>	
	Estratégia	Iniciativa
	M1 – Oferta de atendimento e auxílios por meio dos programas assistenciais aos discentes em situação de vulnerabilidades.	Estudo, revisão dos processos de trabalho e seleção para acesso à assistência estudantil. Captação de recursos. Contratação de servidores. Infraestrutura adequada para a realização dos trabalhos.
	M2 - Levantamento da quantidade de discentes de graduação presencial que se encaixem no eixo 10 PNAES.	Estudo, mapeamento, desenvolvimento de processos, divulgação e monitoramento do alcance do objetivo
	M2 - Mapear as necessidades desses discentes e planejar a forma de atendimento das necessidades desses alunos.	
		Indicador
		1. Percentual de alunos em vulnerabilidade beneficiados;

M3 - Monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos discentes assistidos por programas financiados pelo PNAES.	Planejamento, desenvolvimento de processos, aprovação, divulgação, monitoramento, avaliação de desempenho e divulgação em até 06 meses. Execução continuada.	2. Variação Percentual de bolsas e auxílios oferecidos a cada 12 meses.
M4 - Levantamento do quadro funcional de assistência estudantil em outras IFES;	Estudo documental, submissão de demandas junto à administração superior	
M4 - Definição da equipe mínima para desenvolvimento das atividades nos campi da UFAM.		
M4 - Análise de redimensionamento da infraestrutura necessária para pleno atendimento.		
M5 - Desenvolvimento de parcerias para a criação e ajustes de um banco de dados como instrumento para a avaliação acadêmica.	Estudo, planejamento, desenvolvimento do banco de dados, testes, diálogos com a equipe, avaliação e revisões	
M6 - Parceria com CTIC para estudos de sistemas mais eficazes nas atividades de assistência estudantil	Desenvolvimento e/ou adaptação do sistema de seleção e acompanhamento em até 09 meses de forma experimental.	
M7 - Planejamento dialogado entre a Assistência Estudantil e a administração superior na perspectiva de uma estrutura orçamentária e ações viáveis para o fortalecimento/desenvolvimento do esporte e da cultura na Universidade.	Estudo e planejamento junto aos pares para a viabilização de orçamentos direcionados ao eixo cultura e esporte na Universidade; Elaboração de calendário de cultura e esportes na UFAM	
M8 - Planejamento dialogado entre a Assistência Estudantil e a administração superior na perspectiva de uma estrutura orçamentária e ações viáveis para o adequado atendimento dos alunos de graduação	Acompanhamento dos serviços dos Rus, pesquisas de satisfação.	

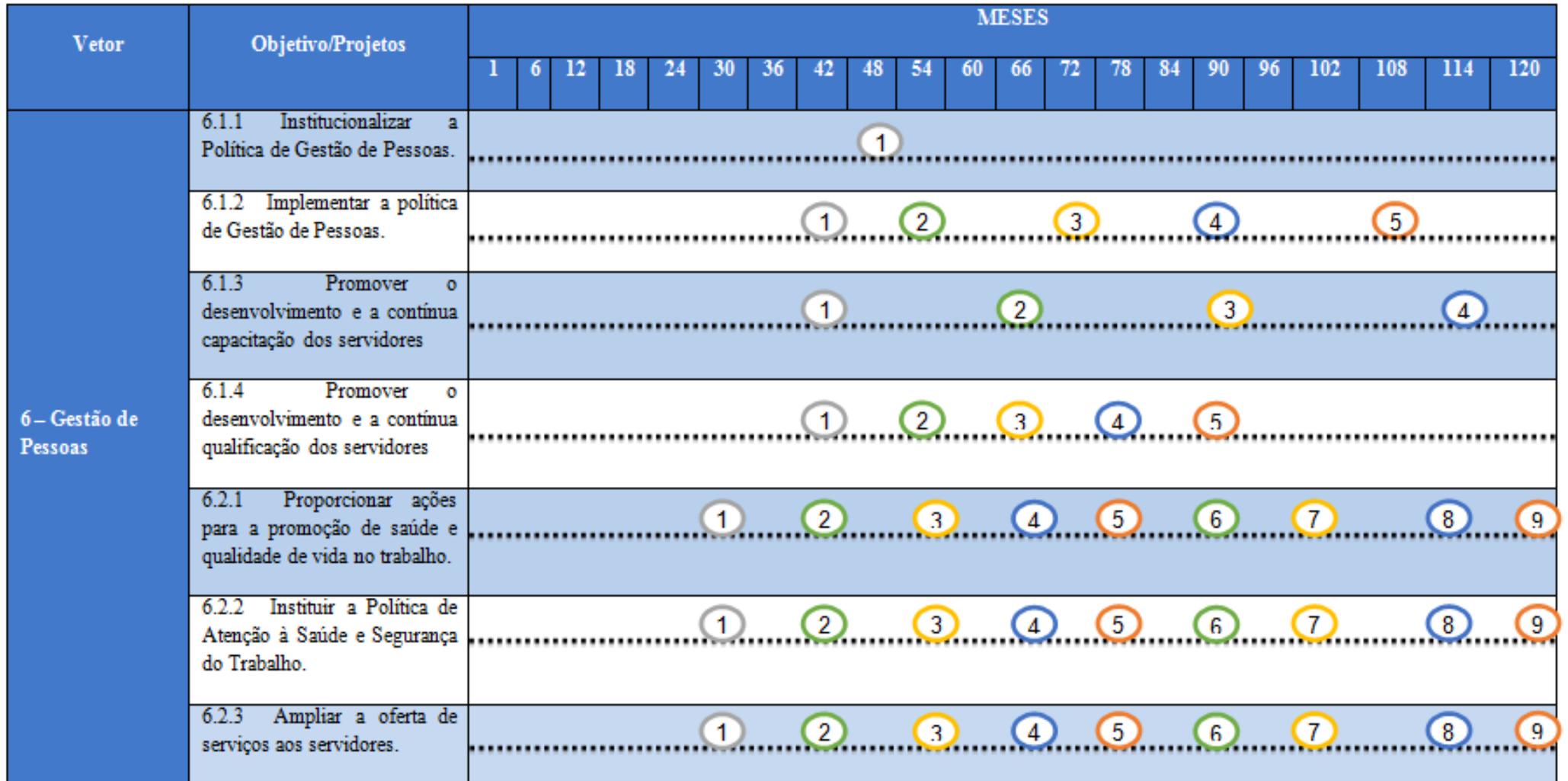
Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 53 Detalhamento da ação/objetivo 5.1.3

Ação/ Objetivo	V1- O37 - Ação 3 – 5.1.3 Implementar os benefícios da assistência estudantil para contribuir com a redução da retenção e a evasão discente.	
Meta Geral	M1 - Buscar a garantia da manutenção dos benefícios da Assistência Estudantil e seu aumento em 20%, tendo por base o quantitativo existente em dezembro de 2017 (L). M2 - Ampliar a quantidade de áreas atendidas pela Assistência Estudantil conforme legislação vigente (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Diálogos, reuniões e estudos junto ao MEC, Fóruns e a própria Universidade. M2 - Mapeamento e diagnóstico das demandas do questionário PNAES e da pesquisa FONAPRACE.	Planejamento e desenvolvimento de processos operacionais que permitam alcançar os objetivos, em até 96 meses.	1. Percentual de estudantes beneficiados.

Fonte: PROEG/DAEST, 2021.

Figura 13 Cronograma das Ações/ Vetor 6



Fonte: PROPLAN, 2021.

Quadro 54 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.1

Ação/ Objetivo	V6 – O38 - Ação 01 - 6.1.1 Institucionalizar a Política de Gestão de Pessoas.	
Meta Geral	Aprovar a Resolução da Política de Gestão de Pessoas, até 2020. (C)	
	Estratégia	Indicador
Elaboração da Política de Gestão de Pessoas.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento, documentação, aprovação e divulgação da Política de Gestão de Pessoas, em até 48 meses.	1.Resolução aprovada, documentada e divulgada, em até 48 meses.

Fonte: PROGESP, 2018.

Quadro 55 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.2

Ação/ Objetivo	V6 – O39 - Ação 02 - 6.1.2 Implementar a política de Gestão de Pessoas.	
Metas Gerais	M1 - Implantação do programa de desenvolvimento gerencial, até 2019. (C) M2 - Realização de 01 pesquisa de clima organizacional a cada 24 meses. (C) M3 – Implantação do plano de mobilidade para os servidores, até 2022. (M) M4 - Implantação do Mapeamento por competência até 2025. (L) M5 - Realização do Dimensionamento de pessoal até 2025. (L) M6 - Aprovação da Resolução de meritocracia para os servidores, até 2023. (M) M7 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação anual da política. (M) M8 - Promoção da Gestão de Talentos da UFAM. (L) M9 - Promoção da lotação adequada da força de trabalho da UFAM. (L) M10 - Inovação das modalidades de trabalho na UFAM. (C)	
	Estratégia	Indicador
M1.1 - Desenvolvimento gerencial. Definição de cronograma semestral de cursos.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, seleção e priorização de cursos e recursos, definição de cronograma e divulgação, em até 24 meses.	1. Taxa de participação dos gestores e substitutos no Programas de Desenvolvimento Gerencial ofertadas pela CTD. (M1) 2. Nº de horas executadas no PDG. (M1)
M1.2 - Desenvolvimento Gerencial - (Inclusão de processo para alavancagem do programa de desenvolvimento gerencial)	Pesquisa, estudo, desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Gerencial - PDG, desenvolvimento de trilhas de lideranças; aprovação de programa, divulgação e início da aplicação, em até 78 meses (2022/2).	3. Percentual do orçamento de capacitação investido no PDG anualmente. (M1) 4. Custo efetivo de capacitação por gestor no PDG. (M1)
M2 - Identificação dos focos de satisfação e insatisfação. Realização de 01 pesquisa de clima organizacional a cada 24 meses.	Estudo, pesquisa de metodologias, definição de padrão de processos para pesquisa de clima organizacional, documentação, aprovação e aplicação.	5. Taxa de participação na pesquisa. (M2)
M3 - Estímulo à flexibilidade e mobilidade organizacional - Aprovação do plano de mobilidade para os servidores.	1. Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de proposta de minuta de resolução para a mobilidade dos servidores,	6. Nº resoluções aprovadas. (M3) 7. Nº de Editais publicados. (M3)

<p>M3 - Estímulo à flexibilidade e mobilidade organizacional – Implantação do plano de mobilidade para os servidores.</p>	<p>aprovação, divulgação e implantação em até 78 meses até 2022/2.</p> <p>2. Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de edital para a mobilidade dos servidores, aprovação, divulgação e implantação em até 90 meses até 2023/2.</p>	<p>8. Percentual de talentos da UFAM movimentados. (M3)</p> <p>9. Percentual de talentos da UFAM atendidos. (M3)</p>
<p>M4 – Mapeamento de competências dos cargos e do perfil dos servidores. (2018)</p>	<p>Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de processos de mapeamento de competências, documentação, aprovação, implantação e divulgação em até 108 meses. (2025)</p>	<p>10. Taxa de mapeamento de perfis TAES com base em competências. (M4)</p>
<p>M5.1 - Análise das entregas dos setores versus o quantitativo atual de mão de obra.</p> <p>M5.2 - Relatório de controle de quadro de pessoal publicado a cada 12 meses.</p>	<p>Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de metodologia de mapeamento dos processos de trabalho baseado em modelo matemático estatístico que leve em conta a subjetividade dos servidores, documentação, aprovação, implantação e divulgação, até 114 meses - 2022/2.</p>	<p>11. Percentual de progresso do projeto de dimensionamento da força de trabalho na UFAM. (M5)</p> <p>12. Quadro de pessoal da UFAM publicado a cada 12 meses, com as seguintes informações: (M5)</p> <p>12.1. TAE / Docente;</p> <p>12.2. Lotação dos servidores;</p> <p>12.2. N° de Docentes RT 20h;</p> <p>12.3. N° de Docentes RT 40h;</p> <p>12.4. N° de Docentes RT DE;</p> <p>12.5. N° de Docentes com titulação de Doutorado;</p> <p>12.6. N° de Docentes com titulação de Mestrado;</p> <p>12.7. N° de Docentes com titulação de Especialização;</p> <p>12.8. N° de Docentes com titulação de Graduação;</p> <p>12.9. N° de Técnico-Administrativos (UFAM) RT 20h;</p> <p>12.10. N° de Técnico-Administrativos (UFAM) RT 24h;</p> <p>12.11. N° de Técnico-Administrativos (UFAM) RT 25h;</p> <p>12.12. N° de Técnico-Administrativos (UFAM) RT 30h;</p> <p>12.13. N° de Técnico-Administrativos (UFAM) RT 40h;</p> <p>12.14. N° de Técnico-Administrativos (HUGV) RT 20h;</p> <p>12.15. N° de Técnico-Administrativos (HUGV) RT 24h;</p> <p>12.16. N° de Técnico-Administrativos (HUGV) RT 25h;</p> <p>12.17. N° de Técnico-Administrativos (HUGV) RT 30h;</p> <p>12.18. N° de Técnico-Administrativos (HUGV) RT 40h.</p>
<p>M6 - Implantação do Programa de Avaliação de Desempenho TAEs e Gestores (PRAD)</p>	<p>Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de revisão da resolução aprovada, reconstituição de comissão de</p>	<p>13. N° de resoluções aprovadas. (M6)</p>

	implantação, definição de metodologia de implantação, aprimoramento de software e implantação de meritocracia para TAES e gestores na UFAM em até 84 meses - (2023/2).	14. Percentual de progresso da implantação do PRAD. (M6) 15. Percentual de servidores e gestores avaliados no PRAD. (M6)
M7 - Avaliação Anual da Política de Gestão de Pessoas da UFAM.	Planejamento, desenvolvimento de metodologia e processos internos, implantação da avaliação, monitoramento, avaliação e publicação, a cada 24 meses a partir da execução dos projetos (a contar de 84 meses, 2023/2).	16. Indicadores publicados a cada 12 meses. (M7)
M8 – Promoção da gestão de talentos UFAM. (Implantação do programa de talentos UFAM)	Planejamento, desenvolvimento de metodologia e processos internos, implantação da avaliação, monitoramento, avaliação e publicação e início da aplicação em até 118 meses (2025/2).	17. Nº de publicações de incentivo a cadastro dos servidores no Banco de Talentos do Governo Federal.
M9 - Promoção do mapeamento de perfis profissiográficos TAES da UFAM	Planejamento, desenvolvimento de metodologia e processos internos, implantação da avaliação, monitoramento, avaliação e publicação e início da aplicação em até 114 meses (2025/2).	18. Taxa de perfis mapeados com fins de lotação adequada de TAES na UFAM. (M9)
M10 – Inovação das modalidades de trabalho na UFAM - Implementação do Programa de Gestão por Resultados (PGR) na UFAM.	Planejamento, desenvolvimento de metodologia e processos internos para aprovação da resolução e implantação piloto do programa de gestão em até 78 meses 2022/2.	19. Documento de autorização do PGR. (M10) 20. Taxa de participação do PGR. (M10)

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 56 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.3

Ação/ Objetivo	V6 – O40 - Ação 03 - 6.1.3 Promover o desenvolvimento e a contínua capacitação dos servidores.	
Metas Gerais	M1 - Capacitar ao ano pelo menos 400 servidores com ações de curta duração M2 - Promover cursos semestrais que ampliem as habilidades dos gestores no exercício da função gerencial (C).	
	Estratégia	Indicador
M1 - Construção da oferta de ações de desenvolvimento com base no PDP aprovado	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, seleção e priorização de ações e recursos, definição de cronograma e divulgação, a cada 12 meses.	1. Percentual de servidores capacitados com base no PDP (cursos de curta duração) aprovado ao ano; (M1) 2. Índice de Qualificação do Corpo Docente; (M1) 3. Índice de Qualificação do Corpo Técnico Administrativo; (M1)

		4. Índice de Capacitação do Corpo Técnico Administrativo da Unidade. (M1)
M2 - Definição de cronograma semestral de cursos	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, seleção e priorização de cursos e recursos, definição de cronograma e divulgação, em até 24 meses.	5. Taxa de cumprimento do Cronograma Semestral de Cursos no ano. (M2)

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 57 Detalhamento da ação/objetivo 6.1.4

Ação/ Objetivo	V6 – O41- Ação 04 - 6.1.4 Promover o desenvolvimento e a contínua qualificação dos servidores	
Meta Geral	Propor a Implantação do Programa de Auxílio à Qualificação - PROAQ	
	Estratégia	Indicador
	Estímulo à qualificação de servidores - Implantação do Programa de Auxílio à Qualificação aos servidores da Ufam	<p>1. N° de resoluções aprovadas do Programa de Auxílio à Qualificação (PROAQ); (M1)</p> <p>2. N° de Ações de Incentivos à qualificação oferecidas pelo Programa de Auxílio à Qualificação (PROAQ); (M1)</p>
	Iniciativa	
	Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de proposta de ajuste de minuta para a qualificação dos servidores, aprovação, implantação e divulgação, até o 84º mês de vigência deste PDI (2023/2).	

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 58 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.1

Ação/ Objetivo	V6 – O42 - Ação 01 - 6.2.1 Proporcionar ações para a promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho.	
Metas Gerais	<p>M1– Estimular a participação dos servidores em atividades esportivas e culturais. (M)</p> <p>M2 – Promover e incentivar o lazer. (M)</p> <p>M3 – Priorizar a realização de ações e projetos de promoção da saúde e prevenção de agravos para os servidores. (M)</p> <p>M4 – Executar o Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho. (C)</p>	
	Estratégia	Indicador
	M1- Realização de programação de atividades esportivas, culturais.	1. Número de ações executadas na promoção da saúde e prevenção de agravos para os servidores;
	M2- Mapeamento das oportunidades e estímulo ao uso dos espaços de convivência para o lazer.	2. Índice de participação em atividades de promoção de saúde.
	M3- Execução do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para a criação de mecanismos de Atenção, Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e no enfrentamento das demais violências na instituição.	3. N° de servidores participantes em projetos ou ações de qualidade de vida no trabalho.
	Iniciativa	
	Planejamento, definição de processos internos, documentação, aprovação, divulgação, promoção de eventos, monitoramento e controle, em até 60 meses.	
	Planejamento, diagnóstico, definição de processos internos, documentação, divulgação, promoção de eventos, monitoramento e controle, em até 84 meses.	
	Planejamento, diagnóstico, definição de processos internos, documentação, divulgação, articulação institucional, acolhimento de notificações, processamento, monitoramento e controle, em até 12 meses, a partir de maio de 2018.	

M3- Execução de ações e projetos de promoção da saúde e prevenção de agravos para os/as servidores/as, ancorados na realidade própria que esses/essas apresentam, a partir dos dados epidemiológicos e do resultado de avaliações das condições, da segurança e dos processos de trabalho.	Planejar, desenvolver e avaliar ações e projetos de promoção da saúde e prevenção de agravos, a partir dos dados do diagnóstico, em até 18 meses, a partir de julho/2018.	4. Taxa de participação no Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho.
M3- Instituição de um Programa de Melhoria da Segurança nos Ambientes e Processos de Trabalho.	Planejamento, diagnóstico, definição de processos internos, documentação, divulgação, promoção de eventos, monitoramento e controle, em até 36 meses, a partir de julho/2018.	
M4- Realização do Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho.	Firmar parceria para a realização do diagnóstico, capacitar equipes de atenção à saúde e segurança no trabalho até Março/2019. Realizar o diagnóstico. Aprovar política e programa de qualidade de vida no trabalho, com ampla participação dos/as servidores/as, e publicizar o programa, até Dezembro/2019. Estabelecer o prazo de validade do programa instituído para determinar o próximo diagnóstico, com base no diagnóstico finalizado em 2019.	

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 59 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.2

Ação/ Objetivo	V6 – O43 - Ação 02 - 6.2.2 Instituir a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho.	
Metas Gerais	M1- Alcançar 100% dos servidores com a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho. (L) M2- Mitigar os agravos e danos à saúde mais prevalentes na comunidade acadêmica. (L) M3- Ampliar a oferta de serviços de assistência à saúde de servidores e discentes. (L) M4- Articular os serviços de saúde dos campi da UFAM. (M)	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador
M1- Elaboração da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho na UFAM, para aprovação.	Pesquisa, planejamento, instituição da CISSP, desenvolvimento, documentação e aprovação da Política, divulgação e promoção do conhecimento, em até 120 meses.	1. Número de atendimentos realizados a cada 12 meses.
M2- Aprimoramento das ações de Educação em Saúde, de prevenção de riscos e estímulo dos fatores de proteção da saúde.	Pesquisa, estudo e desenvolvimento de processos internos, aprovação e implantação, em até 120 meses.	2. Taxa de absenteísmo por motivo de saúde
M3- Buscar a instalação de serviços de assistência à saúde do servidor e do discente para as unidades dispersas em Manaus e nos campi fora da sede da UFAM (Mini-Cais).	Realização de estudos, planejamento, definição de processos internos, documentação, aprovação, divulgação, promoção de eventos, monitoramento e controle, em até 90 meses, (jun/2023).	3. Percentual de serviços de saúde articulados com os Campi da UFAM

M4- Criação de uma rede de atendimento articulada com os profissionais de saúde lotados nos campi da Ufam.	Planejamento, definição de processos internos, documentação, aprovação, divulgação, promoção de eventos, monitoramento e controle, em até 24 meses, a partir de julho/2022.	
--	---	--

Fonte: PROGESP, 2021.

Quadro 60 Detalhamento da ação/objetivo 6.2.3

Ação/ Objetivo	V6 – O44- Ação 03 - 6.2.3 Ampliar a oferta de serviços aos servidores.	
Metas Gerais	M1- Firmar 03 parcerias e acordos de cooperação técnica por ano. (L) M2- Ampliar os serviços e a atuação do Programa Vida Ativa. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas nas áreas de educação, saúde e assistência jurídica.	Pesquisa, planejamento, estabelecimento de processos, aprovação, execução, instituição de parcerias, implantação, divulgação e controle do resultado, em até 120 meses.	1. Número de parcerias estabelecidas na PROGESP.
M2- Manutenção das atividades executadas pelo Programa Vida Ativa (servidores da UFAM Aposentados e Pensionistas).	Planejamento, estabelecimento de processos, aprovação, execução, instituição de parcerias, implantação, divulgação e controle do resultado, em até 120 meses.	2. N° de ações executadas de preparação do servidor para aposentadoria (Projeto de Planejamento da Carreira)

Fonte: PROGESP, 2021.

Figura 14 Cronograma das Ações/ Vetor 7

Vetor	Objetivo/Projetos	MESES																					
		1	6	12	18	24	30	36	42	48	54	60	66	72	78	84	90	96	102	108	114	120	
7 – Planejamento E Gestão	7.1.1 Aperfeiçoar os fluxos administrativos em todos os níveis da gestão			1		2		3														4	
	7.1.2 Implantar a gestão avançada de processos em todos os níveis da instituição			1		2																3	
	7.2.1 Avaliar o PE e revisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (DPI), por meio de um processo administrativo (levando em conta o gerenciamento de riscos)			1		2																3	
	7.2.2 Fortalecer os controles internos institucionais			1																			
	7.2.3 Fortalecer a cultura da Gestão de Projetos			1																			

Fonte: PROPLAN, 2021.

Quadro 61 Detalhamento da ação/objetivo 7.1.1

Ação/ Objetivo	V7 – O45 - Ação 01 - 7.1.1 Aperfeiçoar os fluxos administrativos em todos os níveis da gestão.	
Metas Gerais	M1 - Diminuir em 30% o tempo de resposta. (M) M2 - Padronizar 100% dos documentos oficiais. (M) M3 - Informatizar 100% dos fluxos identificados e formalizados. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
	M1 - Descrição das atividades de trabalho. Reorganização dos fluxos.	Mapeamento e racionalização de atividades, remodelagem de microprocessos e controles, até 2024/2025.
	M2 - Implantação da Gestão Documental.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento e aprovação, em até 06 meses.
	M2 - Gestão da Memória Institucional.	Estabelecer diretrizes para a captação de documentos e informações institucionais sobre as unidades administrativas e acadêmicas da UFAM.
	M3 – Identificação dos fluxos que podem ser informatizados	Estudo e avaliação de ferramentas estratégicas atuais, em até 120 meses.
		1. Taxa de processos prioritários da unidade mapeados.

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2015.

(*) Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio.

Quadro 62 Detalhamento da ação/objetivo 7.1.2

Ação/ Objetivo	V7 - O46 - Ação 02 - 7.1.2 Implantar a gestão avançada de processos em todos os níveis da Instituição.	
Metas Gerais	M1 – Aumentar o mapeamento dos macroprocessos administrativos em 10% a cada 12 meses, a partir de 2022. M2 – Iniciar o mapeamento dos macroprocessos acadêmicos a partir de 2022.	
	Estratégia	Iniciativa
	Mapeamento e otimização dos processos administrativos e acadêmicos.	Mapeamento de macroprocessos com BPMN (*) e implantação de <i>software</i> BPM (**), em até 120 meses.
	Utilização de modernas técnicas e metodologias de gestão por processos.	Uso de <i>software</i> BPM em até 60 meses.
		1. Taxa de Unidades atendidas pelo SEI.

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2015.

(*) *Business Process Model and Notation* é uma notação gráfica que tem por objetivo prover uma gramática de símbolos para mapear, de maneira padrão, todos os processos de negócio de uma organização.

(**) O Gerenciamento de Processos de Negócio ou Gestão de Processos de Negócio (em inglês *Business Process Management* ou BPM) é um conceito que une gestão de negócios e tecnologia da informação com foco na otimização dos resultados das organizações por meio da melhoria dos processos de negócio.

Quadro 63 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.1

Ação/ Objetivo	V7 – O47 - Ação 01 - 7.2.1 Avaliar o PE e revisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por meio de um processo participativo.	
Meta Geral	Realizar a revisão do PDI a cada 2 anos. (C)	
	Estratégia	Iniciativa
		Indicador

Promoção de reuniões de trabalho para a avaliação e revisão do PE e do PDI de forma participativa.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação, divulgação, execução de reuniões, obtenção de informações consolidadas, revisão do PE, identificação de impactos no PDI e reedição do PDI com ajustes.	1. PDI revisados.
--	--	-------------------

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2021.

Quadro 64 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.2

Ação/ Objetivo	V7 – O48 - Ação 02 - 7.2.2 Fortalecer os Controles Internos institucionais.	
Metas Gerais	M1 - Identificar processos críticos dos controles internos a partir de 2019 (L). M2 – Fortalecer a Gestão de Riscos na UFAM (M). M3 – Fortalecer a gestão de Integridade da UFAM (M).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Mapeamento dos processos relacionados aos controles internos.	Planejamento, pesquisa, identificação de controles/ indicadores dos processos internos, controles críticos e gerenciamento dos mesmos, em até 120 meses, com apresentação de resultados a cada 24 meses.	1. Taxa de tratamento do risco.
M2 - Monitoramento dos riscos mapeados pelas unidades, que podem impactar a UFAM de atingir seus objetivos.	Planejamento, pesquisa e identificação de instrumentos para o monitoramento da Gestão de Riscos, em até 24 meses.	
M3 - Monitoramento das ações estabelecidas pelas instâncias de integridade da UFAM.	Planejamento, pesquisa e identificação de instrumentos para o monitoramento da Gestão da Integridade, em até 24 meses.	

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2015.

Quadro 65 Detalhamento da ação/objetivo 7.2.3

Ação/ Objetivo	V7 – O49 - Ação 03 - 7.2.3 Fortalecer a cultura da Gestão de Projetos.	
Meta Geral	Implantar a Gestão de Projetos, até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Estimular ações pedagógicas para socialização da gestão de projetos.	Monitorar desenvolvimento de processos internos, organização do Escritório de Projetos e divulgação, em até 12 meses.	1. Implantação de PDU nas Unidades (TED); 2. Nº Termos de Execução Descentralizada (TED) vigentes pela Unidade da UFAM, enquanto executora do objeto; 3. Taxa de Execução Orçamentária.

Fonte: Dcap, 2021.

Figura 15 Cronograma das Ações/ Vetor 8

Vetor	Objetivo/Projetos	MESES																				
		1	6	12	18	24	30	36	42	48	54	60	66	72	78	84	90	96	102	108	114	120
8 – Governança Institucional	8.1.1 Fortalecer os processos de Governança institucional.						1				2											
	8.1.2 Ampliar o apoio às unidades acadêmicas fora da sede na obtenção dos requisitos para se transformarem em Universidades						1				2											
	8.1.3 Ampliar a captação de recursos suplementares para a consolidação e expansão da universidade.						1				2											3

Fonte: PROPLAN, 2018.

Quadro 66 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.1

Ação/ Objetivo	V8 – O50 - Ação 01 – 8.1.1 Fortalecer os processos de Governança institucional.	
Metas Gerais	M1 - Estruturar diretrizes para a governança institucional. (M) M2 - Aperfeiçoar as práticas de gestão. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Publicação da matriz de responsabilidades por área.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos, documentação, aprovação e divulgação da Matriz RACI (*), em até 60 meses.	1. Números de áreas com matriz RACI publicada.
M2 - Implantação de indicadores de desempenho por unidade acadêmica e administrativa.	Planejamento, seleção de indicadores, desenvolvimento de processos internos e informatização, em até 120 meses.	2. Número de processos implantados

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2015.

(*) É o acrônimo, em inglês, para *Responsible* - responsável *Accountable* - aprovador, *Consulted* - consultado e *Informed* informado.

Quadro 67 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.2

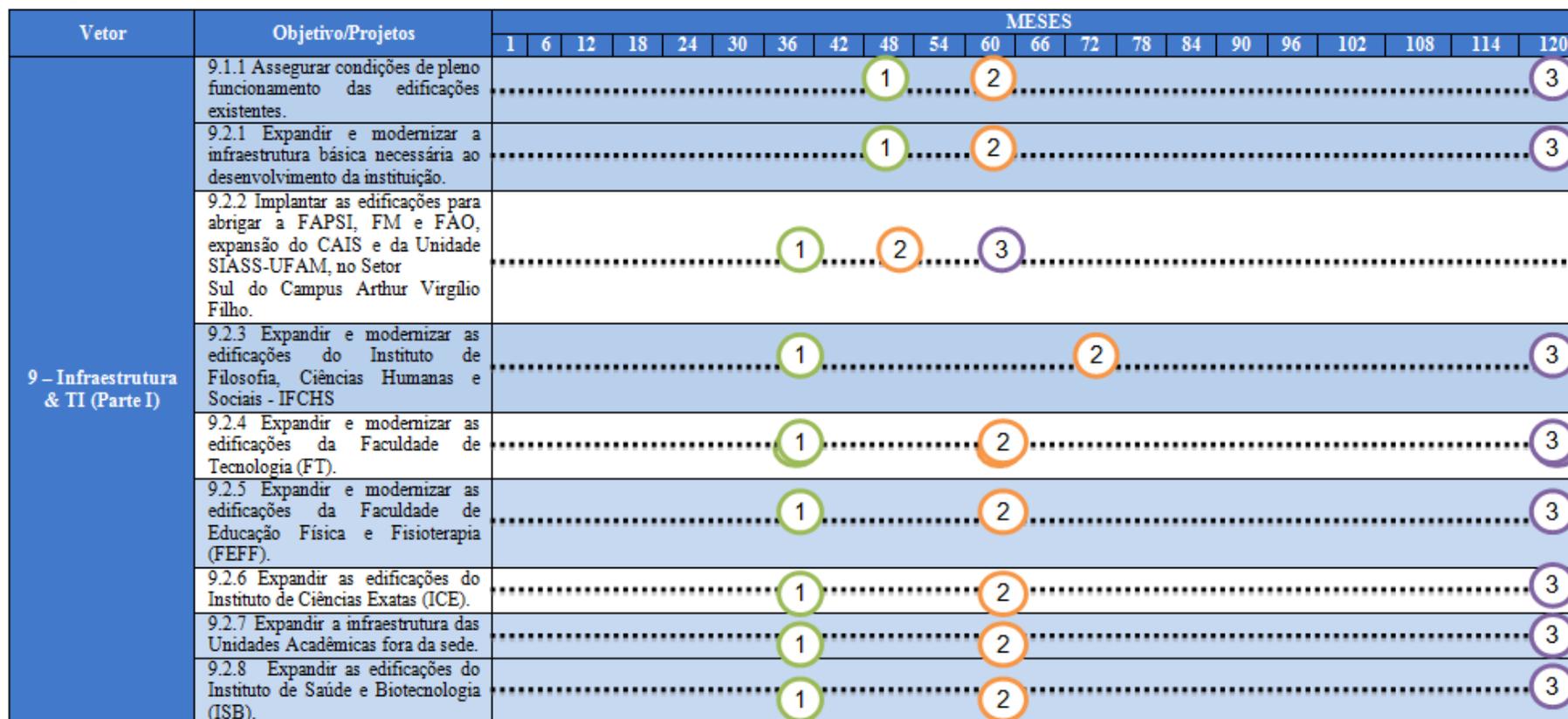
Ação/ Objetivo	V8 – O51 - Ação 02 – 8.1.2 Ampliar o apoio às unidades acadêmicas fora da sede na obtenção dos requisitos para se transformarem em Universidades.	
Meta Geral	Apoiar todas as unidades acadêmicas, fora da sede, no processo de transformação em universidades. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Realização de estudos sistemáticos sobre as ações em desenvolvimento das unidades acadêmicas fora da sede	Pesquisa, estudos, desenvolvimento de documentação, recomendações e divulgação, em até 120 meses.	1. Número de articulações estabelecidas.
Promoção das articulações políticas necessárias.	Desenvolvimento de processos internos, aprovação e divulgação, em até 120 meses.	

Fonte: Planejamento Estratégico UFAM, 2015.

Quadro 68 Detalhamento da ação/objetivo 8.1.3

Ação/ Objetivo	V8- O52- Ação 03 – 8.1.3 Ampliar a captação de recursos suplementares para a consolidação e expansão da universidade.	
Meta Geral	Aumentar o montante de captação de recursos extraorçamentários, bem como o uso efetivo desses recursos. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Identificação de programas e fontes de recursos suplementares.	Identificação de oportunidades e fontes de recursos, bem como desenvolvimento de processos internos para captação, em até 120 meses.	1. Taxa de efetivação dos destaques extraorçamentários recebidos.

Fonte: Dcap, 2021.

Figura 16 Cronograma das Ações/ Vetor 9 (Parte I)

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 69 Detalhamento da ação/objetivo 9.1.1

Ação/Objetivo	V9 – O53 - Ação 01 - 9.1.1 Assegurar condições de pleno funcionamento das edificações existentes.
---------------	---

Metas Gerais	<p>M1 - Garantir que 100% das edificações estejam em condições adequadas de funcionamento. (L)</p> <p>M2 - Implementar um programa de manutenção e de reforma. (L)</p> <p>M3 - Assegurar a trafegabilidade de todas as vias de acesso do campus. (L)</p> <p>M4 - Garantir o funcionamento dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio. (L)</p> <p>M5 - Melhorar o fornecimento e os controles da qualidade de águas e esgotos. (L)</p> <p>M6 - Melhorar o fornecimento e distribuição de energia elétrica para o Campus. (L)</p> <p>M7 - Aperfeiçoar os serviços de segurança, transporte institucional, limpeza e conservação. (L)</p> <p>M8 - Melhorar os equipamentos relacionados à segurança pessoal e patrimonial na instituição. (L)</p> <p>M9 - Prover e Readequar a manutenção dos equipamentos. (L)</p> <p>M10 - Implementar gestão técnica e melhoria do consumo elétrico. (L)</p> <p>M11 - Melhorar a manutenção das unidades fora da sede. (L)</p>	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Estímulo à cultura de manutenção da estrutura física (realização de campanhas educativas, visando reduzir a necessidade de manutenção predial).	Planejamento, desenvolvimento de campanhas, aprovação, divulgação e controle dos resultados, em até 120 meses.	1. Taxa de espaços físicos atendidos.
M2 - Implantação de um programa de manutenção (realizar ações preventivas e corretivas de manutenção predial).	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação, execução e controle dos resultados, em até 120 meses.	
M3 - Revitalização das vias de acesso do campus (recapeamento e sinalização).	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, em até 120 meses.	
M4 – Readequar os Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio, efetuar testes e substituição de equipamentos.	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, em até 120 meses.	
M5 – Readequar e melhorar a infraestrutura de abastecimento, controle da qualidade da água e esgotos (análise da qualidade de água, controle de efluentes, manutenções preventivas em poços, equipamentos e reservatórios, implantar novos sistemas).	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, em até 120 meses.	
M6 – Readequar e atualizar as infraestruturas de fornecimento e distribuição de energia elétrica para o Campus. Atualizar projetos, avaliar e implementar alternativas.	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, iniciar em até 120 meses.	
M7 – Implantar sistemas para aperfeiçoar os serviços de segurança, transporte institucional, limpeza e conservação.	Estudo, planejamento, desenvolvimento de processos, documentação, aprovação e implantação, em até 120 meses.	
M8 – Melhorar os instrumentos relacionados à segurança pessoal e patrimonial na instituição	Estudo, planejamento, desenvolvimento de processos, documentação, aprovação e implantação, em até 120 meses.	

M9 – Manter e readequar os equipamentos Grupos Geradores, motores elétricos, elevadores, microscópios e sistemas de exaustão através de segmentação e atualização dos contratos de manutenção.	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, em até 120 meses.	
M10 – Utilizar ferramentas e equipamentos de medição de grandezas psicrométricas e elétricas, rede de dutos, medidores de carga térmica e energia elétrica para gerenciamento e otimização do consumo.	Planejamento, definição de prioridades, documentação, alocação de recursos, aprovação, execução e controle, em até 120 meses.	
M11 – Estudar alternativas para atendimento das demandas de manutenção das unidades fora da sede	Planejamento, definição do escopo, documentação, apresentação da proposta modelo em até 120 meses.	

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 70 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.2

Ação/ Objetivo	V9 – O54 - Ação 01 - 9.2.1 Expandir e modernizar a infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento da instituição.	
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)	
	Estratégia	Indicador
	Elaboração dos projetos.	1. Taxa de expansão e modernização.

Fonte: PCU, 2021

Quadro 71 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.2

Ação/Objetivo	V9 – O55 - Ação 02 - 9.2.2 Implantar as edificações para abrigar a FAPSI, FM e FAO, expansão do CAIS e da Unidade SIASS-UFAM, no Setor Sul do Campus Arthur Virgílio Filho.	
Meta Geral	Edificações construídas, até 2025. (L)	
	Estratégia	Indicador
	Elaboração dos projetos.	1. Taxa implantação edificações FAPSI. 2. Taxa implantação edificações FM; 3. Taxa implantação edificações FAO; 4. Taxa implantação edificações CAIS; 5. Taxa implantação edificações SIASS.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 72 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.3

Ação/Objetivo	V9 – O56 - Ação 03 - 9.2.3 Expandir e modernizar as edificações do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais – IFCHS.		
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador
	Elaboração dos projetos necessários à construção de um pavilhão de salas de professores.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão e modernização IFCHS.
	Elaboração do projeto e construção do pavilhão do curso de Letras-Libras.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
	Elaboração dos projetos necessários à modernização dos pavilhões de salas de aula do ICHL, ampliando o número de salas.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
	Construção do pavilhão de laboratórios, salas de aulas e salas de professores do Curso de Comunicação Social do ICHL.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
	Modernização do estacionamento do ICHL.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 24 meses.	

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 73 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.4

Ação/Objetivo	V9 – O57 - Ação 04 - 9.2.4 Expandir e modernizar as edificações da Faculdade de Tecnologia (FT).		
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador
	Elaboração de projetos de construção de dois pavilhões de laboratórios na FT.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão e modernização FT.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 74 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.5

Ação/Objetivo	V9 – O58 - Ação 05 - 9.2.5 Expandir e modernizar as edificações da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF).		
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador
	Construção do bloco 'E' da FEFF.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão e modernização FEFF.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 75 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.6

Ação/ Objetivo	V9 – O59- Ação 06 - 9.2.6 Expandir as edificações do Instituto de Ciências Exatas (ICE).	
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração dos projetos de construção do pavilhão administrativo e de salas de professores do ICE.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão e modernização ICE.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 76 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.7

Ação/ Objetivo	V9 – O60 - Ação 07 - 9.2.7 Expandir a infraestrutura das Unidades Acadêmicas fora da sede.	
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Construção da: Biblioteca, Casa do Estudante, Restaurante Universitário, quadras poliesportivas, almoxarifado de reagentes e Estação de tratamento de efluentes.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão da infraestrutura UA fora da sede.

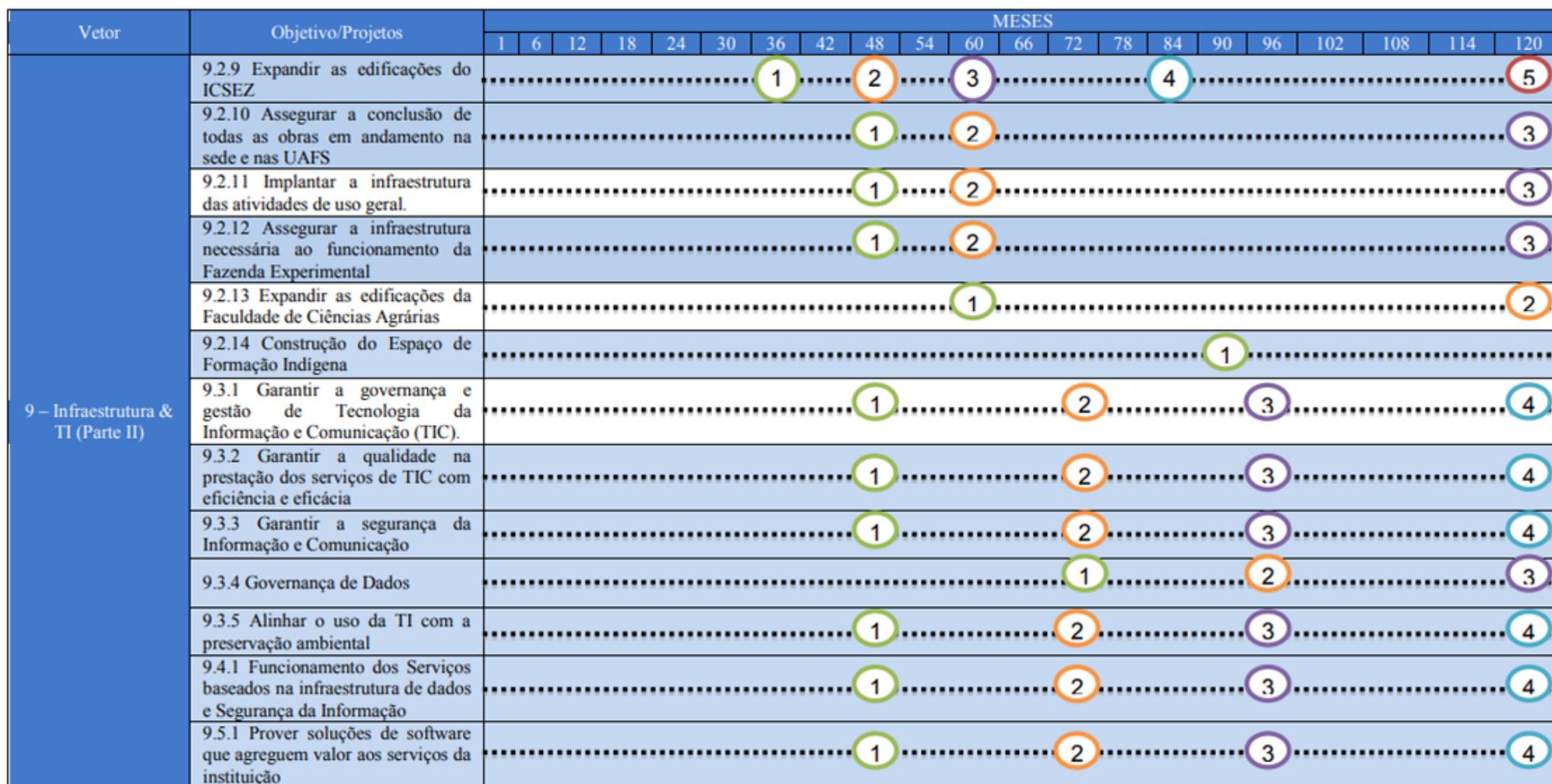
Fonte: PCU, 2021.

Quadro 77 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.8

Ação/ Objetivo	V9 – O61- Ação 08 - 9.2.8 Expandir as edificações do Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB).	
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração do projeto, construção do pavilhão, e infraestrutura básica, destinado a abrigar o curso de Medicina.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão edificações ISB.

Fonte: PCU, 2021.

Figura 17 Cronograma das Ações/ Vetor 9 (Parte II)



Fonte: PCU, 2021.

Quadro 78 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.9

Ação/ Objetivo	V9 – O62 – Ação 09 - 9.2.9 Expandir as edificações do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ).		
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)		
	Estratégia	Iniciativa	Indicador

Elaboração dos projetos de construção de Pavilhão do Curso de Artes Visuais.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão edificações ICSEZ.
--	---	-------------------------------------

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 79 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.10

Ação/ Objetivo	V9 – O63 - Ação 10 - 9.2.10 Assegurar a conclusão de todas as obras em andamento na sede e nas Unidades Acadêmicas fora da sede.
Meta Geral	Concluir as obras em andamento, até 2017. (C)

Estratégia	Iniciativa	Indicador
Conclusão de todas as edificações em andamento.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, aprovações, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 24 meses.	1. Taxa de conclusão de obras.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 80 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.11

Ação/ Objetivo	V9 – O64 - Ação 11 - 9.2.11 Ampliar a infraestrutura das atividades de uso geral.
Metas Gerais	Edificações construídas até 2025. (L)

Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração dos projetos destinados à construção das Bibliotecas dos Setores Norte e Sul no Campus Arthur Virgílio Filho.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa de ampliação da infraestrutura.
Elaboração dos projetos necessários à construção do Restaurante e Refeitório Universitário no Setor Sul do Campus Arthur Virgílio Filho.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
Elaboração dos projetos necessários à modernização e ampliação do Parque Esportivo no Setor Sul do Campus Arthur Virgílio Filho.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
Elaboração dos projetos necessários à ampliação do bloco do Centro Administrativo.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
Elaboração dos projetos necessários à construção da sede da Prefeitura do Campus Universitário (PCU).	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	

Elaboração dos projetos necessários à construção do Museu Amazônico.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	
--	--	--

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 81 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.12

Ação/ Objetivo	V9 – O65 - Ação 12 - 9.2.12 Assegurar a infraestrutura necessária ao funcionamento da Fazenda Experimental.	
Meta Geral	Obra construída até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração dos projetos necessários à pavimentação da via de acesso.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa de atendimento infraestrutura FAEXP.
Elaboração dos projetos necessários implantação de nova rede de distribuição de energia elétrica.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, priorização, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 82 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.13

Ação/ Objetivo	V9 – O66 - Ação 13 - 9.2.13 Expandir as edificações da Faculdade de Ciências Agrárias.	
Meta Geral	Edificações construídas até 2025. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração dos projetos necessários para construção do Bloco 03 da Faculdade de Ciências Agrárias.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação de projetos, aprovação, busca de recursos, execução e controle de resultados, em até 120 meses.	1. Taxa expansão edificações FCA.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 83 Detalhamento da ação/objetivo 9.2.13

Ação/ Objetivo	V9 – O67 - Ação 14 - 9.2.14 Construção do Espaço de Formação Indígena	
Meta Geral	Construção do Espaço de Formação Indígena até 2024. (M)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Elaboração dos projetos necessários para construção do Espaço de Formação Indígena.	Pesquisa, Estudo, Planejamento, Desenvolvimento de Processos Internos, Documentação de Projetos, Aprovação, Busca de Recursos, Execução e Controle de Resultados em até 20 meses	1. Taxa construção EFI.

Fonte: PCU, 2021.

Quadro 84 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.1

Ação/ Objetivo	V9 – O68 - Ação 01 - 9.3.1 Garantir a governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	
Metas Gerais	M1 - Elaborar e aprovar o plano de Governança de TI Institucional até 2019. (C) M2 - Realizar continuamente reuniões trimestrais. (C) M3 - Realizar o monitoramento mensal das ações propostas no plano de governança. (C) M4 - Revisar e aprovar o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI) até 2019. (C) M5 - Garantir a transparência de 100% das informações públicas relacionadas à área de TIC. (M) M6 - Plano de Transformação Digital (PTG) M7 - Plano de Dados Abertos (PDA) M8 - Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
M1 - Elaboração e aprovação do plano de Governança de TI Institucional.	Plano de ação para atendimento do Ofício Circular nº 7/2017/CGPO/DIFES/SESu/MEC, em atendimento ao Acórdão nº 882/2017-TCU	1. Índice de formalização do processo de aquisição de bens e contratações de serviço de TIC; 2. Índice de implantação do programa de governança de TIC; 3. Índice de publicação bienal do PDTI; 4. Índice de projetos desenvolvidos utilizando as iniciativas de melhoria de serviços de TIC.
M2 - Fortalecimento da atuação do Comitê de Governança Digital da UFAM (CGD/UFAM)	Desenvolvimento de processos internos, desenvolvimento/evolução do regimento do Comitê, aprovação, divulgação e promoção de reuniões, de acordo com o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.	
M3 - Monitoramento da governança e gestão de TIC.	Pesquisa, estudo, planejamento, desenvolvimento de processos de controle e monitoração em painel de gestão (<i>Dashboards</i> de Gestão de Tecnologia da Informação - GTI),	
M4 - Revisão da Minuta e aprovação do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI) pelo CGD/UFAM	Capacitação, adoção de padrão SISP (*), desenvolvimento, documentação, revisão e aprovações, de acordo com o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.	
M5 - Elaboração, aprovação e revisão do Plano de Comunicação de TIC.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento da Política de Transparência de TIC, melhoria da comunicação com as partes interessadas em serviços de TIC, elaborar processos de controles e monitoração, documentação, aprovação e execução em ciclos PDCA.	
M6 - Elaboração, aprovação e revisão do Plano de Transformação Digital (PTG) institucional pelo CGD/UFAM	Elaboração, aprovação pelo CGD e monitoramento do plano, de acordo com o Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	
M7 - Elaboração, aprovação e revisão do Plano de Dados Abertos (PDA) Institucional pelo CGD/UFAM	Elaboração e monitoramento do Plano, seguindo o estabelecido no Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020	
M8 - Revisão da Minuta e Aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC), nas Instituições competentes.	Pesquisa, desenvolvimento do texto da Política, validação, aprovação, publicação, divulgação, conscientização, monitoração do conhecimento e da aplicação.	

Fonte: CTIC, 2021

(*) Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação.

Quadro 85 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.2

Ação/ Objetivo	V9 – O69 - Ação 02 - 9.3.2 Garantir a qualidade na prestação dos serviços de TIC com eficiência e eficácia.
----------------	---

Meta Geral	Assegurar que 100% dos serviços sejam prestados com qualidade, eficiência e eficácia. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Monitoramento da infraestrutura de rede.	Pesquisa, estudo, avaliação de ferramentas, desenvolvimento de processos internos, Manual de Procedimentos e <i>check list</i> , monitoração ativa, controles documentados e realizados continuamente.	1. Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços de TIC; 2. Índice de execução orçamentária e financeira de TIC.
Consolidação da central de atendimento aos usuários.	Pesquisa, estudo, adoção do ITIL/ISO 2000 ^(*) , controles documentados procedimentos operacionais monitorados e medidos, e ferramenta de apoio.	
Atendimento remoto aos usuários.	Pesquisa do uso de ferramentas não invasivas, controles operacionais, documentação e monitoração.	
Capacitação da equipe de trabalho do CTIC.	Planejamento, contratação, capacitações, controle dos resultados e ciclo PDCA.	
Capacitação de usuários dos serviços de TIC.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação, campanhas de divulgação, ações de execução, controle e monitoração de resultados.	
Viabilização de meios para autoatendimento dos usuários de TIC.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos automatizados para autoatendimento dos usuários internos da instituição, evoluindo com ciclo PDCA. Detalhamento da ação/objetivo 8.3.2	

Fonte: CTIC, 2021.

(*) ITIL - Information Technology Infrastructure Library é um modelo de referência para gerenciamento de processos de TI. O ITIL e a norma ISO 20000 têm em comum a meta de fornecer um conjunto de processos estruturados e com qualidade para gerenciar os serviços de TI.

(**) Um banco de dados do gerenciamento de configuração (BDGC) é um repositório de informações relacionadas a todos os componentes de um sistema de informação. Ele contém os detalhes dos itens de configuração (IC) na infraestrutura de TI.

Quadro 86 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.3

Ação/ Objetivo	V9 – O70 - Ação 03 - 9.3.3 Garantir a segurança da Informação e Comunicação.	
Meta Geral	Assegurar que próximo a 100% das informações sejam seguras. (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Viabilização da continuidade dos serviços de infraestrutura.	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação, aquisição de equipamentos redundantes, instalação, execução e monitoração dos serviços de infraestrutura.	1. Índice de instituição do Comitê Gestor de Segurança da Informação; 2. Índice de publicação da POSIC;
Manutenção e expansão da vigilância digital.	Planejamento, atualização e monitoração de sistemas <i>Firewall</i> , IDS/IPS e outros.	
Manutenção das soluções de TIC atualizadas.	Pesquisa, <i>download</i> de atualização e manutenção.	

Instituição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CoSIC).	Planejamento, estudo, desenvolvimento do Estatuto, documentação operacional, aprovação, convocação e execução de reuniões.	3. Índice de gerenciamento dos riscos dos riscos de TI identificados nos principais processos de negócio; 4. Índice de serviços/sistemas com uso de certificado digital.
Promoção de novas soluções na área de Segurança da Informação (SI).	Capacitação, desenvolvimento de processos internos de pesquisas, documentação, aprovação e execução.	
Revisão da Minuta e Aprovação da Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC), nas Instituições competentes.	Pesquisa, desenvolvimento do texto da Política, validação, aprovação, publicação, divulgação, conscientização, monitoração do conhecimento e da aplicação.	
Criação e implantação de Núcleo Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação.	Pesquisa, Capacitação, desenvolvimento de processos internos do CSIRT-UFAM ^(*) , documentação, integração com o CERT.br ^(**) , aprovação, capacitação dos envolvidos, simulações, execução monitorada.	
Promoção de soluções que visem à prevenção de problemas de segurança nas máquinas de clientes e <i>Data Center</i> .	Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de projetos internos, segregações, soluções customizadas (H/S), documentações, aprovações, capacitações, execuções e monitoração.	

Fonte: CTIC, 2021.

(*) Computer Security Incident Response Team (Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança). (**) Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil.

Quadro 87 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.4

Ação/Objetivo	V9 – O71 - Ação 04 - 9.3.4 Governança de Dados	
Meta Geral	Assegurar a governança dos Dados Institucionais (L)	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Provimento da padronização dos Portais Institucionais.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações. Atender os requisitos de Acessibilidade.	1. Índice de portais institucionais que utilizam o Padrão definido institucionalmente; 2. Índice de publicação da Plano de Dados Abertos.
Provimento de armazenamento digital acadêmicas e administrativas.de informações	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	
Provimento da interoperabilidade, em consonância com a LGPD, entre os sistemas institucionais.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	
Provimento da interoperabilidade, em consonância com a LGPD, dos sistemas institucionais com sistemas institucionais externos.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	
Provimento de ferramentas para aprimorar a publicação de dados abertos.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	

Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na Instituição	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações, baseado na Lei 13.709/2018.	
Provimento de soluções de informações gerenciais.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	

Fonte: CTIC, 2021.

Quadro 88 Detalhamento da ação/objetivo 9.3.5

Ação/ Objetivo	V9 – O72 - Ação 05 - 9.3.5 Alinhar o uso da TI com a preservação ambiental.	
Meta Geral	Assegurar que 100% da TI empregada seja compatível com a preservação ambiental. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
	Viabilização de soluções que ajudem a reduzir insumos relacionados ao consumo elétrico e impressão de documentos.	Pesquisa, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações e execução.
	Priorização das aquisições de equipamentos e contratações ou desenvolvimento de serviços de TIC que estejam alinhados à preservação ambiental.	Pesquisa, adoção de padrões internacionais, análise de características de equipamentos e serviços de TIC do mercado, seleção previa de fornecedores, produtos e serviços, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação e execução.
	Viabilização de centro de descartes de reuso de resíduos de informática.	Pesquisa, desenvolvimento de processos internos de sustentabilidade e descarte, documentação, aprovação, execução e monitoração.
		Indicador
		1. Índice de ações de TI que promoveram a preservação ambiental.

Fonte: CTIC, 2021

Quadro 89 Detalhamento da ação/objetivo 9.4.1

Ação/ Objetivo	V9 – O73 - Ação 01 - 9.4.1 Funcionamento dos Serviços baseados na infraestrutura de dados e Segurança da Informação	
Meta Geral	Infraestrutura de TI adequada para todos os departamentos da Instituição. (L)	
	Estratégia	Iniciativa
	Modernização e expansão da capacidade do <i>Data Center</i> (processamento, armazenamento, dentre outros aspectos).	Pesquisa, estudo, projetos alinhados ao PDI, documentação, aprovação e execução.
	Manutenção, ampliação e modernização da rede lógica.	Pesquisa, estudo, projetos alinhados ao PDI, documentação, aprovação e execução.
	Manutenção, ampliação e modernização da telefonia digital da instituição.	Manutenção, expansão, instalação de telefonia Voip, integrada à rede de dados e aos serviços fone@RNP.
	Ampliação da capacidade de processamento e armazenamento de dados (distribuída na rede)	Pesquisa, estudo, projetos alinhados ao PDI, documentação, aprovação e execução.
		Indicador
		1. Índice de satisfação dos usuários internos com os serviços infraestrutura de TIC.

Ampliação da capacidade de conexão de <i>Internet</i> .	Pesquisa, estudo, projetos alinhados ao PDI, documentação, aprovação e execução.	
Viabilização da continuidade de serviços da Infraestrutura	Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação, aquisição de equipamentos redundantes, instalação, execução e e monitoração dos serviços de infraestrutura	
Manutenção e expansão da vigilância patrimonial digital	Manutenção, expansão, instalação de câmeras de segurança patrimonial integrada à rede de dados.	
Manutenção das soluções de TIC atualizadas	Monitoramento, aplicação das atualizações e validações.	
Promoção de novas soluções (serviços e equipamentos) que visem a segurança da informação	Estudo, desenvolvimento de processos internos de pesquisas, documentação, aprovação e execução	
Promoção de novas soluções que visem à prevenção de problemas de segurança dos equipamentos de TIC dos clientes internos, e das máquinas virtuais do <i>datacenter</i> .	Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de projetos internos, segregações, soluções customizadas, documentações, aprovações, capacitações, execuções e monitoramento.	

Fonte: CTIC, 2021

Quadro 90 Detalhamento da ação/objetivo 9.5.1

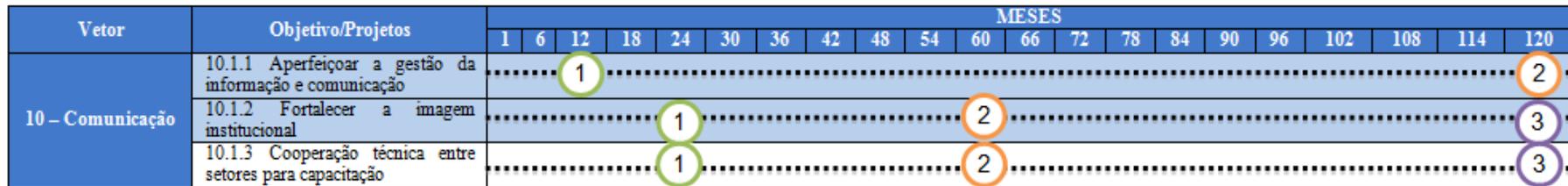
Ação/Objetivo	V9 – O74 - Ação 01 - 9.5.1 Prover soluções de software que agreguem valor aos serviços da instituição.	
Meta Geral	Atender a, no mínimo, 50% das demandas por software. (L).	
Estratégia	Iniciativa	Indicador
Viabilização do processo de desenvolvimento e manutenção de sistemas.	Pesquisas, estudo, seleção de padrões, seleção de ferramentas, processos internos, composição de equipe, capacitação, documentação e aprovações, em até 24 meses. Ciclo PDCA ^(*) e avanço para o MPS.br ^(**) , em até 120 meses.	1. Índice de satisfação dos usuários internos com os sistemas de TIC.
Provimento soluções de <i>softwares</i> (próprios ou de terceiros) para as demandas da área acadêmica.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações, em até 120 meses.	
Provimento soluções de <i>softwares</i> (próprios ou de terceiros) para as demandas da área administrativa.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações, em até 120 meses.	
Provimento de soluções de informações gerenciais.	Pesquisas, estudo, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovações, desenvolvimento/contratações e implantações.	

Fonte: CTIC, 2021.

^(*) PDCA (do inglês: *PLAN - DO - CHECK - ACT / Plan-Do-Check-Adjust*) é um método iterativo de gestão de quatro passos, utilizado para o controle e melhoria contínua de processos e produtos.

^(**) O MPS.BR ou Melhoria de Processos do *Software* Brasileiro é simultaneamente um movimento para a melhoria da qualidade (Programa MPS.BR) e um modelo de qualidade de processo (Modelo MPS).

Figura 18 Cronograma das Ações/ Vetor 10



Fonte: ASCOM, 2021.

Quadro 91 Detalhamento da ação/objetivo 10.1.1

Ação/Objetivo	V10 – O75- Ação 01 - 10.1.1 Aperfeiçoar a gestão da informação e comunicação.		
Meta Geral	Aperfeiçoar o gerenciamento de 100% das mídias institucionais. (L)		
Estratégia	Iniciativa	Indicador	
Implantação da Política de Comunicação.	Diagnóstico contínuo das necessidades da comunicação. Elaboração e discussão da política de Comunicação (Incluindo manuais de Redação e Identidade Visual) e sua submissão para apreciação do conselho Superior, em até 48 meses.	1. Elaboração da Política de Comunicação Institucional.	
Criação da Agência de Comunicação da UFAM, bem como, da Agência de Notícias.	Avaliação da viabilidade legal para criação da Agência, em até 36 meses. Planejamento, desenvolvimento de processos internos, documentação, aprovação e implantação, em até 42		
Integração dos sistemas de gerenciamento da informação e comunicação.	Estudo, planejamento, projeto, documentação, aprovação, execução conjunta com CTIC e monitoração, em até 120 meses.		
Instituir ferramenta online para acesso da imprensa aos pesquisadores com vistas à Divulgação Científica.	Organização dos dados por meio de ferramenta com foco na divulgação de conteúdos científicos, em até 48 meses.		

Fonte: ASCOM, 2021.

Quadro 92 Detalhamento da ação/objetivo 10.1.2

Ação/Objetivo	V10 – O76 - Ação 02 - 10.1.2 Fortalecer a imagem institucional.		
Meta Geral	Promover a melhoria contínua da imagem institucional junto à comunidade interna e externa (L)		
Estratégia	Iniciativa	Indicador	
Aproximar setores de comunicação oriundos das unidades fora da sede.	Promover encontros, alinhamento e qualificação dos agentes de comunicação em atuação nos campi fora da sede.	1. Variação percentual de produtos (publicações) elaborados durante o ano.	

Busca de outras fontes de fornecimento de energia.	Pesquisa, planejamento, documentação, aprovação, execução e monitoração, em até 120 meses.	3. Índice de laboratórios com Gestão de Resíduos.
Viabilizar/estimular o aumento de projetos para uso de energias renováveis.	Pesquisa, planejamento, documentação, aprovação, execução e monitoração, em até 120 meses.	

Fonte: CCA, 2021.



Capítulo 4

Projeto Pedagógico
Institucional - PPI

CAPÍTULO 4. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

Configurando-se como um instrumento político, filosófico e teórico- metodológico, que norteia as práticas acadêmicas da instituição, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, objetivos gerais e específicos, o PPI da UFAM começou a ser elaborado, preliminarmente, em 2006, tendo sua redação concluída em 2007. Posteriormente, seus conteúdos foram agregados ao PDI 2006-2015 sendo, finalmente, aprovado pela Resolução N° 025/2011-CONSEPE. Apresentando-se como um documento orientador e de caráter projetivo, o PPI deverá passar por revisão ao longo da vigência do PDI 2016-2025, considerando os seguintes dados, conforme previstos pelo PDI:

4.1 Inserção regional

Em sua longa trajetória de educação superior no Estado do Amazonas, a UFAM consolidou-se como instituição amazônica, especialmente por meio da implementação de políticas institucionais, efetivadas por meio de suas ações de ensino, inovação tecnológica, pós-graduação, interiorização, internacionalização extensão e desenvolvimento de projetos de investigação.

4.1.1 Democratização da sociedade

Caminhando em direção ao fortalecimento democrático, à transparência pública e à inclusão social, em 2009 e 2010, respectivamente, a UFAM aprovou a criação da Ouvidoria Geral e adotou a gratuidade para todos os alunos dos 61 municípios do interior do Estado, oriundos das escolas públicas e inscritos para concorrer ao Processo Seletivo Contínuo (PSC). Decisões, estas, importantes em direção à Universidade que se projeta.

Reinventar a Universidade Federal do Amazonas implica sua revitalização como desafio cotidiano, o que remete, indubitavelmente, ao respeito, à postura ética e ao espírito público, ancorados na luminosidade democrática e no olhar em direção a uma instituição ambientalmente responsável, que atue em favor das gerações presentes e futuras. Assim, a referência balizadora é a busca constante por uma Universidade com excelência acadêmica e compromisso social – científica e pedagogicamente produtora; socialmente ágil e comprometida, intransigentemente competente, plural, ousada e democrática.

4.1.2 Interiorização da Universidade

O desafio de interiorizar a Universidade Federal do Amazonas nunca foi missão fácil, sobretudo ao se considerar a sua inserção no maior estado brasileiro, as suas características geográficas, étnicas, econômicas, políticas e, por conseguinte, todas as dificuldades daí advindas. O reconhecimento de tais singularidades e a clareza da missão que a UFAM assumiu, fundamentam a convicção de que a sua interiorização foi muito mais que democratizar relações e saberes.

Indo mais além, significou possibilitar a jovens e adultos, cujos pais nunca puderam cursar uma universidade, a projeção de perspectivas antes apenas sonhadas; implicou a ampliação de visões de homem, de mundo, de sociedade, de presente e de futuro; redundou na implementação de uma nova dinâmica socioeconômica e política, não apenas para os que ingressaram na universidade, mas para a comunidade como um todo.

A convicção acima se fundamenta no entendimento de que uma Universidade Pública Federal é, e será sempre, indutora de desenvolvimento socioeconômico. Portanto, interiorizar, além de significar a

concretização de sonhos, sonhados coletivamente, implicou a concretização de um direito adquirido e conquistado.

Os avanços da UFAM nesta direção foram intensificados a partir de 2005 com a implantação do Programa UFAM Multicampi – uma iniciativa do Governo Federal/MEC –, propiciando uma verdadeira ruptura entre o modelo anterior de interiorização e o modelo atual.

Enquanto o primeiro modelo permitiu o oferecimento de cursos de graduação no interior do Estado, por meio de disciplinas modulares – realizadas majoritariamente em parceria com o Poder Público Municipal, com o saldo, entre 1980 e 2005, de mais de seis mil novos profissionais –, o segundo criou uma estrutura acadêmica própria e permanente nos municípios de Coari, Humaitá, Benjamin Constant, Itacoatiara e Parintins.

Para tanto, houve concurso público para mais de quinhentos novos servidores federais (docentes e técnico-administrativos em educação) para as cinco novas Unidades Acadêmicas permanentes implantadas. No total, foram abertos trinta e dois cursos permanentes de graduação nesses Municípios, estruturados por meio da concentração de áreas temáticas, além de novas edificações, aquisição de equipamentos e estruturação de laboratórios.

Com a implantação do Programa UFAM Multicampi, a interiorização na UFAM avançou e com ela foi reiterado o princípio da indissociabilidade entre Ensino, pesquisa e extensão e do compromisso sócio acadêmico.

Sem menosprezar as dificuldades inerentes à implantação de um programa de interiorização dessa envergadura, é possível afirmar que a cartografia da interiorização no Amazonas mudou e a comunidade da UFAM, com muita competência, vem contribuindo para positivas alterações no mapa da interiorização do Estado.

Entretanto, é necessário continuar avançando no aprimoramento deste processo, consolidando-o e ampliando-o, tendo sempre presente que há muitos desafios a serem enfrentados, como a captação e fixação de recursos humanos, por exemplo. Mais ainda: é preciso responder às demandas daqueles Municípios/Mesorregiões que, por reconhecerem o que a Universidade Federal do Amazonas representa, solicitam cada vez mais, que a sua presença se concretize de forma estável e permanente.

Figura 20 Instituto de Natureza e Cultura de Benjamin Constant – INC



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015

Figura 21 Instituto de Saúde e Biotecnologia de Coari – ISB



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Figura 22 Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia de Itacoatiara – ICET



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

**Figura 24 Instituto de Ciências Sociais,
Educação e Zootecnia de Parintins -
ICSEZ**



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

**Figura 23 Instituto de Educação,
Agrícola e Meio Ambiente de
Humaitá - IEAA**



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

4.1.3 Contribuições em relação à educação indígena

A riqueza e a diversidade étnica do Estado são exponenciais. A UFAM desenvolve diversas ações voltadas para as comunidades indígenas desde 1992, quando foram iniciadas atividades regulares na região do Alto Rio Negro, especialmente no Município de São Gabriel da Cachoeira, com a realização do curso de Licenciatura em Filosofia. Mas, em um Estado onde existem 74 povos indígenas, as ações foram intensificadas frente às reivindicações de lideranças, associações e estudantes, por cursos específicos. Dois exemplos emblemáticos são os de São Gabriel da Cachoeira e da Licenciatura Mura.

Figura 25 Graduados da Licenciatura Indígena



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Em São Gabriel da Cachoeira, Município que é constituído por 23 povos indígenas, de cinco famílias linguísticas diferentes (Tukano Oriental, Maku, Aruak, Yanomami e Nheengatu), foi iniciado, em 2010, o projeto DabuKuri: Gestão territorial, sustentabilidade e valorização do conhecimento e de tecnologias sociais dos povos indígenas, com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Entretanto, as discussões sobre a necessidade de implantação de uma Universidade Indígena para os Povos do Alto Rio Negro foram iniciadas em 2004, continuando, até hoje, sendo tema de seminários e encontros realizados, conjuntamente, pela UFAM e várias organizações indígenas.

Os avanços no Alto Rio Negro já são muitos. Está em plena execução a Licenciatura Indígena em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, bem como a elaboração do projeto de construção do Centro Universitário Indígena do Alto Rio Negro que, por sua vez, será construído em São Gabriel da Cachoeira e viabilizado pelo Parque Científico Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS) da UFAM, criado em 2010.

Todas essas ações sinalizam o envolvimento institucional da UFAM em direção ao fortalecimento étnico cultural desses povos, por meio de alternativas sustentáveis que contenham o êxodo indígena das comunidades e lhes permitam reverter o processo de colonização de conhecimento a que foram historicamente submetidos.

Vale destacar que todos os passos empreendidos têm como referência o princípio da valorização das territorialidades linguísticas pelas calhas de rios, de acordo com as famílias linguísticas, e o respeito à Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu, que outorgou a São Gabriel da Cachoeira a condição de primeiro Município brasileiro a ter línguas indígenas oficializadas, ao lado da língua portuguesa.

Reiterando a necessidade de um cenário de descolonização do saber, regido pela pluralidade e pelo reconhecimento da autodeterminação dos povos indígenas, o curso de Licenciatura Específica em Formação de Professores Indígenas também é emblemático. Trata-se de um curso regular/modular, com duração de cinco anos, que busca formar, em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores indígenas para atuar na 2ª etapa do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nas escolas indígenas, com habilitação plena nas áreas de Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Letras e Artes.

Os cursos têm como eixos centrais a pesquisa, e o Projeto Pedagógico das Escolas Indígenas de cada povo são resultantes da demanda de professores indígenas, articulados pela Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), os quais buscam dar continuidade a sua formação, a qual se entrecruza com a trajetória do Grupo de Pesquisa 'Formação do (a) educadora rente aos desafios amazônicos', vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação/UFAM, que desde 2002 desenvolve atividades de pesquisa e formação continuada, junto aos professores Mura do Município de Autazes/AM.

4.1.4 A região amazônica como espaço amplo para os estudos sobre as cidades, políticas territoriais, seus povos tradicionais e modos de vida

Considerando a megadiversidade biológica e a riquíssima sociodiversidade que refletem a fascinante singularidade da Amazônia, a UFAM tem uma longa e relevante história de envolvimento com tais questões. Trata-se de uma singularidade que se deixa melhor perceber, no plano da megadiversidade biológica, através de estimativas – cientificamente fundamentadas e frequentemente ampliadas por novos estudos e descobertas – como as que se seguem: 68% das florestas tropicais e 20% da água doce do planeta, 15.000 espécies vegetais conhecidas, 500 espécies de mamíferos, 500 espécies de anfíbios, 400 espécies de répteis, 3.000 espécies de peixes, 1.600 espécies de aves, até agora conhecidos e catalogados, além de centenas de milhares de espécies de insetos e incontáveis espécies de microrganismos.

No que se refere à sociodiversidade, além dos contingentes africanos, europeus e asiáticos, muitos povos indígenas, com suas culturas milenares e que sobreviveram ao processo de extinção que se abateu sobre eles, ao longo de mais de quinhentos anos, ainda representam, hoje, uma parcela extraordinariamente importante da população amazônica. Tanto que, além dos mais de 70 grupos indígenas isolados (que se estima existir, principalmente, na Amazônia brasileira), ainda sobrevivem pelo menos 62 etnias indígenas – sendo que em boa parte delas há falantes de suas línguas nativas.

Então, em nome da salvaguarda dessa complexa Amazônia, os docentes, técnicos e discentes da UFAM vêm participando e, em muitos casos, liderando movimentos ambientalistas, em defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais da Amazônia, conjugando a militância com uma crescente produção científica voltada para as potencialidades locais e socializada, através de centenas de projetos de Extensão anuais e semestrais.

O público-alvo dos referidos projetos envolve milhares de comunitários que vêm tendo na Universidade uma parceira confiável e compromissada como reflexo do *ethos* que esta Instituição consolidou, com muitos sacrifícios e com reconhecida competência, superando grandes obstáculos ao longo de mais de um século. Portanto, a UFAM pode ser considerada uma Instituição de Ensino Superior que há muito deixou de ser apenas mais uma universidade do Amazonas para tornar-se, efetivamente, uma Universidade Amazônica.

4.1.5 Política de Ciência e Tecnologia e as Tecnologias Sociais para as populações tradicionais na Amazônia

Em se tratando das tecnologias sociais e das populações tradicionais, estas estão em pauta, permanentemente, na UFAM. A inserção geográfica e o reconhecimento da complexa sociobiodiversidade que a envolve são fatores determinantes para se intensificar discussões, ações de extensão e de pesquisa voltadas para as populações tradicionais.

Coerentemente com a realidade acima, a UFAM possui Políticas de Extensão e de Pesquisa, as quais sinalizam a necessidade de ação e investigação volvidas, tanto para as Tecnologias Convencionais, como para as Tecnologias Sociais. Estas últimas, por sua vez, se orientam a partir de um conjunto de diretrizes, das quais se sobressaem a necessidade do reconhecimento dos saberes tradicionais (e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico), e o incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas.

Nessa direção, várias pesquisas e ações de extensão são desenvolvidas, com financiamento externo e interno, em que se destacam inúmeros eventos que têm centralizado esta temática, como o Fórum de Tecnologia Social da UFAM, além da participação dos Grupos de Pesquisa da Instituição.

Parece fato que uma ação responsável por consolidar o envolvimento e o reconhecimento pela UFAM em relação à relevância das Tecnologias Sociais é, sem dúvida, a aprovação, no seu Conselho Superior de Administração, do Parque Científico Tecnológico para Inclusão Social: prática de inovação articulando conhecimentos técnicos, científicos e populares na Amazônia (PCTIS).

Há que se admitir que tal conquista tornou-se um marco institucional em direção à estruturação de uma rede de pesquisa, extensão e inovação tecnológica, voltada para inclusão social com firme propósito de garantir uma política de sustentabilidade socioeconômica.

Financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, o PCTIS está direcionado para a promoção da inclusão social dos diversos segmentos que se encontra em situação de risco e de vulnerabilidade social e ambiental, além de estarem envolvidos, direta e indiretamente, na sua estrutura, o que, conseqüentemente, vem possibilitando a criação de oportunidades de acesso para o usufruto de bens e serviços sociais e adoção de práticas sustentáveis de geração de renda via Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).

O Parque representa um significativo avanço em direção à construção de mecanismos em termos de políticas inclusivas, afirmativas de cidadania, criação de espaços de participação social, via inovação social e cultural, originária da demanda da sociedade civil organizada para enfrentar os dilemas e desafios vigentes na região.

É fato que, nessa empreitada, tal modalidade de inovação efetiva-se a partir de uma série de procedimentos inovadores que envolvem:

- a) a adoção de um novo modelo de produção científica e de aplicação da tecnologia; o fomento a uma articulação e interação intersetorial e interdisciplinar na produção, no desenvolvimento e na difusão de tecnologias;
- b) o fortalecimento da democracia e da soberania em diferentes níveis territoriais;
- c) novas oportunidades, cultivando novas formas de cooperação; o espaço para novos significados no que tange às tecnologias em determinadas áreas e,
- d) a cultura como referência, respeitando-a em seus saberes, com a valorização de seus símbolos

e artefatos, tornando-a rentável, agregando-lhe valor e conduzindo seus protagonistas a patamares de melhores condições de vida, saúde e educação.

O PCTIS conta com a participação de mais de duzentos pesquisadores da UFAM capital e interior do Estado, aproximadamente quarenta parceiros, e deverá atingir, aproximadamente, oitocentas comunidades, sendo, destas, quinhentas indígenas.

4.2 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

O Projeto Pedagógico Institucional tem como propósito indicar diretrizes que orientem o desenvolvimento da formação orgânica de profissionais no nível superior a partir de eixos estruturantes, os quais terão como sistema de referência a complexidade do cotidiano universal e nacional, articulada aos múltiplos contextos cotidianos da Amazônia. Esta perspectiva propõe a ruptura com a visão paroquial, cientificista, regionalista, localista, de apropriação, e entendimento desses contextos.

Numa região constituída de histórias e conhecimentos plurais, em que os contrastes das paisagens físicas e humanas, das representações, e dos investimentos afetivos os quais, o trabalho, a partir da formação recebida na Universidade, assume um caráter multidimensional e complexo o qual exige a incorporação, por professores e estudantes, de princípios e valores que sustentem a elaboração superior de conteúdos, métodos, formas interdisciplinares de apreensão e produção de conhecimentos, de intervenção crítica e criadora na realidade social.

A organização e desenvolvimento curricular dos cursos e programas oferecidos pela UFAM devem fundamentar-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na perspectiva da interdisciplinaridade. Este princípio orientador da formulação e realização dos currículos deve ser incorporado aos projetos de forma que cada aluno vivencie o aprendizado da prática da pesquisa e da extensão, buscando, progressivamente, superar a seletividade que se estabelece em programas importantes, mas que limitam o acesso de parte significativa dos estudantes às atividades fins, próprias da formação universitária.

Assim, pesquisa e a extensão, desenvolvidas como princípio educativo e metas relativas à efetiva atuação dos estudantes nessas atividades, assegurando a realização de créditos exigidos para a graduação no nível superior, ensejarão a incorporação dos conhecimentos auferidos na Academia e também produzidos na prática social, inovando, atualizando e adicionando qualidade ao fazer acadêmico.

No processo de formação, o trabalho docente deve voltar-se para conduzir o aluno a desenvolver a intervenção crítica, a investigação e a pesquisa, aprendendo a transformar, dialeticamente, quantidade em qualidade. Concretamente, o aluno torna-se capaz de delimitar e investigar cientificamente um problema, utilizando métodos e procedimentos adequados para observar, registrar, construir análises e novas sínteses, através dos conhecimentos produzidos sobre o ambiente cultural, econômico, social, político e educacional em processo nos diferentes e complexos contextos cotidianos.

O ponto de partida das políticas de ensino, pesquisa e extensão, explicitadas no Projeto Pedagógico Institucional, referencia-se na identidade da própria Universidade, situada numa região caracterizada por rica diversidade social, cultural, biológica, étnica, geográfica e dos próprios ecossistemas.

A peculiaridade que a Amazônia e o Estado do Amazonas expressam pela existência de sua exuberante natureza, com uma vasta floresta tropical e bacias hidrográficas que abrigam nos seus biomas variedades de seres vivos ainda desconhecidos, coloca para a Universidade desafios ecológicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e educacionais de grande relevância.

Nesse contexto, o papel da Universidade é fundamental na transformação intencional e necessária das formas, dos conteúdos, e dos métodos de intervenção social das categorias de profissionais diplomadas para atuar na região amazônica, no país e no mundo. Esta transformação requer sólida formação

teórico-prática, apoiada no método da ação/reflexão/ação, como condição para que o profissional diplomado nesta Universidade, bem como os responsáveis diretos pela sua formação, os professores:

- a) reconheçam e incorporem na sua prática que os acontecimentos desse cotidiano social, cultural e político influenciam, e são influenciados, pelos múltiplos contextos cotidianos (famílias, comunidades, vizinhanças, guetos, cidades, a natureza com seus ecossistemas, a cidadania, o trabalho, as mídias, entre outros), de onde emergem os cidadãos que acorrem à Universidade carregados de suas emoções construídas na família, na convivência social e no espaço cibernético;
- b) reconheçam, valorizem, elaborem e reelaborem, de forma superior, novas sínteses e se apropriem dos saberes socialmente produzido, ou seja, do conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos e atitudes que, construídos pelos diferentes grupos sociais para dar conta de seus interesses, correspondem a diferentes visões de mundo. Neste sentido, o saber social que reflete o conhecimento tradicional das populações amazônicas, cuja propriedade intelectual está em constante ameaça de ser expropriada, exige, do ponto de vista ético e político, a disposição para o diálogo entre todos os interessados, com o devido cuidado no seu sentido próprio, isto é, pensar com zelo ante uma situação que exige cautela (CURY, 2003), e
- c) reconheçam sua condição de intelectuais orgânicos, construindo sua autonomia intelectual, estabelecendo os meios para desenvolver tanto a sua capacidade de aprender e de aprendizagem, quanto às condições adequadas em termos de tempo e de métodos de apropriação do saber específico de sua área de conhecimento, além de sua interlocução com outros saberes e ciências que a complementem e ampliem.

4.3 Organização didático-pedagógica da instituição

Conforme estabelecem o Estatuto e o Regimento Geral da UFAM, cada curso de graduação organiza-se por meio de um Projeto Pedagógico, elaborado pelo Coordenador, em conjunto com a comunidade universitária do curso, sendo esse, conseqüentemente, submetido à aprovação, tanto do Colegiado do Curso (Art.67do Regimento Geral da UAM), quanto de instâncias superiores.

Nesse processo, cada Pró-Reitoria que assume a realização das atividades fins (de ensino, de pesquisa e pós-graduação, e de extensão) apoia, acompanha e orienta a elaboração/formulação e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Programas e Projetos, editando normas e designando avaliadores.

A orientação segue os preceitos mandatórios da Constituição Federal/1988 da qual decorrem:

- a) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- b) as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, nas quais estão definidos o tempo mínimo de duração do curso, os Padrões de Qualidade da formação, com base na flexibilização curricular;
- c) demais regulamentos específicos da Educação Superior, como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010 – Lei nº10172/2001, e
- d) normas internas da UFAM aprovadas nos Conselhos Superiores.

Além desses preceitos, é fundamental sintonizar o conteúdo dos Projetos Pedagógicos dos Cursos com os temas que constituem os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos do Desenvolvimento sustentável, compromisso também assumido pelo Brasil junto com outros Países, reconhecendo que problemas de tamanha complexidade não poderão mais ser administrados, exclusivamente, dentro das fronteiras de uma única nação.

Assim, são estabelecidos mecanismos de orientação acadêmica que possibilitam aos diversos Colegiados a discussão e definição dos processos e estruturas necessários à elaboração, formulação e desenvolvimento de projetos pedagógicos condizentes com os princípios do Projeto Pedagógico Institucional e com a legislação educacional existente em nível nacional.

O Projeto Pedagógico de curso, enquanto instrumento de gestão de cada curso, deve conter as indicações de seu constante aprimoramento e atualização, de modo a acompanhar as mudanças que ocorrem, permanentemente, nas áreas de conhecimento, bem como no mundo do trabalho. Além disso, deverão ser organizados e executados com base em conteúdos que abrangem:

- a) sólida formação geral, vinculada às dimensões epistemológicas e científicas de cada área de conhecimento;
- b) articulação de teorias e práticas, sustentada pelas dimensões política e técnica, mediadas pela ética, e
- c) o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fazendo interface com os contextos cotidianos.

Cada Projeto deve ter como escopo a busca de uma formação cidadã ativa, crítica, construtiva, criativa, propositiva e reveladora de uma conscientização social, política, estética, ética.

Dessa forma, ao tomar por base as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demais orientações já referidas, deve apresentar a descrição dos aspectos relativos aos seguintes itens:

4.3.1 Perfil acadêmico e profissional do egresso.

Cada Projeto deve expressar o perfil do egresso de cada curso realizado na UFAM, elaborando projetos que retratem o modo de ser e indiquem uma formação profissional condizente com o campo teórico-investigativo próprio da área de conhecimento do curso, para a plena formação do cidadão contemporâneo.

Esse *ethos* configura o perfil próprio do formando para atuar de modo consequente e orgânico no mundo do trabalho como elemento ativo e criador, que se situa na *práxis* social, nos contextos mundial, nacional e regional em que a biodiversidade, as sóciodiversidades, os conhecimentos tradicionais e a sustentabilidade não podem ser ignorados, mas incorporados no sentido de fazer a experiência ética prática.

Essa condição deve estar referenciada pelas diferentes dimensões da prática social:

- a) a dimensão Política, que se refere à conscientização para uma atuação profissional consequente, crítica e propositiva, concatenada com as transformações que ocorrem, tanto nas sociedades mundial e nacional, quanto nos contextos cotidianos locais e regionais;
- b) a dimensão Ética que se constitui na educação da vontade para a formação do caráter, de atitudes e valores, fundamentados nos princípios do respeito, da tolerância, da solidariedade humana, e da responsabilidade social;
- c) a dimensão Técnico-científica e Tecnológica, cujo sentido se refere ao desenvolvimento da capacidade de aprender, de incorporar conceitos e de assimilar novos conhecimentos técnicos, teóricos e tecnológicos, o que exige a participação dos sujeitos na sua permanente construção. Assim, a Pesquisa e a produção intelectual institucionalizada de conhecimentos assumem papel fundamental, tanto para o desenvolvimento do Ensino, quanto para promover a Extensão mediante os processos de organização, de difusão das conquistas e benefícios, gerados pela pesquisa científica e tecnológica, bem como a comunicação da informação dentro e fora do exercício profissional;
- d) a dimensão Teórico-metodológica garante, assim, a procedência, a ética e a comparabilidade da produção científica, e
- e) a dimensão da Formação Humana e Cultural que, na sua amplitude, perpassada pela literatura/poesia/cinema/psicologia/filosofia, se configura uma possibilidade real de romper

com as formas, métodos e conteúdos limitadores da emancipação e da dignidade da pessoa humana; dimensão que se constitui em “ética da compreensão humana” (MORIN, 1921, p. 50), como exigência e estratégia de um projeto de educação superior orgânico às necessidades das pessoas humanas de diferentes grupos sociais.

4.3.2 Seleção de conteúdos.

Os cursos de graduação, programas e projetos da UFAM devem fundamentar-se nos pressupostos e objetivos da educação superior nos termos do que reza a Legislação Federal, ao apontar os seus fundamentos na direção da busca de valores e ressignificações, que sustentem políticas de transformação como um acento cultural. Ao preservar-se o caráter nacional da formação superior, conjugado com as necessidades concretas dos contextos em que esta Universidade se situa, constrói-se a identidade própria de cada curso fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), nos princípios institucionais definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFAM, bem como nas diretrizes pedagógicas postas no Projeto Pedagógico Institucional.

As DCN, que assumem a flexibilidade dos conteúdos, dos métodos e das formas com a regulamentação mínima de desenvolvimento da formação em nível superior, sem o engessamento dos velhos currículos mínimos, impõem desafios à criatividade das Coordenações de Cursos como barreira a qualquer possibilidade de improvisação, descompromisso ou acobertamento da precariedade no novo contexto da flexibilização curricular.

Assim, a seleção dos conteúdos para os cursos responderem aos desafios de uma sociedade complexa, através de um trabalho educativo consistente e coerente com as necessidades e demandas concretas de diferentes grupos sociais, deve orientar-se pelos eixos de formação definida em cada área de conhecimento específico, correlacionada às ciências de referência, por processos interdisciplinares e transdisciplinares, para cada profissão, considerando os seguintes critérios e pressupostos:

- a) a flexibilização curricular como princípio necessário à definição dos conteúdos (articulados a métodos e formas), ensejando a inovação no âmbito institucional e social em termos da sua autonomia didático- científica, expressada na sua proposta pedagógica;
- b) a interlocução e convergência de cada área com os diferentes componentes curriculares inerentes às áreas de conhecimento e suas tecnologias;
- c) a especificidade das ciências próprias de cada área de conhecimento na formação sociocultural, política, ética, estética, científica, literária, filosófica, técnica e tecnológica que fundamentam e implicam a educação, a sistemática do mundo do trabalho, a ação e a auto engajem do profissional de nível superior;
- d) a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como princípio, necessidade, postura metodológica intencional e desafio de pesquisa do método de integração das ciências, como objeto intencional que deve permear os processos de transmissão/assimilação e produção/reprodução de conhecimentos e de flexibilização de conteúdo, métodos, e formas;
- e) a identidade amazônica, fundamento pessoal, acadêmico e profissional, indispensável estratégia de compreensão do meio em que se está inserido;
- f) a transversalidade como princípio pedagógico norteador e articulador das diferentes temáticas saberes e práticas educativas implementadoras da educação superior de qualidade;
- g) a acessibilidade e ações afirmativas como direitos fundamentais humanos, e instrumentos de efetivação do princípio de igualdade no âmbito acadêmico; e
- h) a Educação Interprofissional que “ q mais profissões aprendem sobre os outros, com os outros e entre si, para possibilitar a colaboração eficaz e melhorar os resu ú ” (OMS, 2010, p.10).

4.3.3 Princípios metodológicos.

A Universidade conceituada como instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, de domínio e cultivo do saber humano, cuja principal característica é a produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (Art.52. LDBEN/1996), deve construir, coletivamente, o modelo pedagógico para inspirar o desenvolvimento da formação requerida.

O caminho a ser trilhado para construir os métodos e técnicas próprias à concretização de seu projeto de educação, isto é, as metodologias apropriadas à definição da trajetória a ser percorrida para a assimilação dos conhecimentos e consequente formação plena do estudante, é o do exercício da autonomia e da autogestão das atividades fins pela comunidade acadêmica. É sua a responsabilidade de partilhar essa construção que se planifica nas decisões coletivas para constituir, desenvolver e manter com qualidade a democratização do ensino, da extensão e da pesquisa.

O princípio metodológico fundamental assenta-se na autonomia didático- pedagógica de cursos e programas, mediada pelos fins gerais da educação superior e operacionalizados pelos objetivos específicos da área de conhecimento que, além da profissionalização - estar apto para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua - tem como perspectiva a formação cidadã para criação da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar o pensamento, bem como da autonomia intelectual.

Este princípio impõe como desafio a formação humana e profissional para o trabalho orgânico, integrador das diferentes práxis sociais como postura decorrente da ação – reflexão – ação, inerente ao processo de ensino-aprendizagem, como usos de práticas pedagógicas inovadoras.

A organização e funcionamento da Universidade como instituição pluridisciplinar se dá com a capacidade teórico-metodológica, inter e transdisciplinar, que cada área elabora para organizar e desenvolver o ensino articulado à extensão e pesquisa, construindo a unidade do conhecimento, a partir da multiplicidade de saberes, da produção científica, do compromisso social, político, técnico e ético de desenvolver no estudante a habilidade fundamental de exercer bem seu ofício.

Os princípios metodológicos assumidos pela UFAM para orientar o desenvolvimento da educação superior se estabelecem por meio de:

- a) uma amplitude que abrange além do como fazer e do como saber, os conceitos já consolidados e a instauração de novos, as relações que o professor estabelece com sua área de conhecimento, a relação pedagógica no processo educativo, sua compreensão do mundo, seus valores, suas atitudes e sua ética profissional, como sentido que dá à sua profissão (PIMENTA & LIMA, 2004);
- b) uma postura metodológica fundamentada, dinâmica e historicamente, na interdisciplinaridade como princípio, como problema e como necessidade, na problematização, análise e síntese da prática social, na relação teoria- prática-ação-reflexão-ação e na validade ética do trabalho;
- c) uma disposição para o diálogo com o cuidado que ele exige, ante às potencialidades dos sujeitos envolvidos no ato educativo, às determinações do objeto da formação e da realidade sensível;
- d) processos inter e transdisciplinar de construção, elaboração superior, criação, recriação e difusão de saberes, e
- e) conflitos e confrontos de saberes estabelecido pela e na relação universidade/sociedade/grupos sociais - professor/aluno - objeto/método.

4.3.4 Processos de avaliação da aprendizagem e de autoavaliação

A avaliação, concebida como processo dinâmico e dialógico, privilegia formas e métodos democráticos de sua realização no âmbito da Universidade, buscando valorizar os aspectos, predominantemente, qualitativos do processo de educação.

Essas formas e métodos, cientificamente direcionados pela visão de uma aprendizagem cidadã voltada ao desenvolvimento da aptidão de professores e estudantes para organizar o conhecimento e o próprio pensar, ensejarão as condições formativa, diagnóstica, reflexiva e emancipatória da formação humana e profissional.

Na UFAM, a avaliação abrange três momentos fundamentais e articulados entre si:

- a) o primeiro diz respeito ao processo didático-pedagógico, no qual se desenvolve, concretamente, o ato de educar/ensinar/aprender/produzir conhecimentos significativos para a transformação da realidade, respondendo aos desafios sociais. Este processo exige a participação, o
- b) compromisso e a responsabilidade dos atores envolvidos no ato de educar, ensinar e aprender, produzir/divulgar/transformar;
- c) o segundo refere-se à auto avaliação de cada curso e programa em vista da singularidade de seu Projeto Pedagógico, pondo em causa valores, referências teóricas e práticas, o tempo e a organização acadêmica, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade e do tipo da formação projetada. Exige, portanto, a participação, a responsabilidade individual e coletiva e o compromisso institucional das Coordenações Acadêmicas dos cursos, em articulação com a comunidade acadêmica no processo de autogestão, e
- d) ambos os momentos são mediados pelo acompanhamento e alimentam o terceiro momento constituído pelas distintas formas sistemáticas de avaliação institucional. Exige ainda momentos de avaliação interna e externa.

4.3.5 Estratégias e atividades práticas

A formação de profissionais no nível superior, na sua complexidade, estabelece-se por articulações dinâmicas, históricas e múltiplas de conteúdos, estratégias, formas e métodos inseridos no contexto de programas de estudos que compõem um modelo, pelo arcabouço de sua operacionalização, no interior de cada curso na UFAM.

O que é relevante no atual modelo de formação diz respeito ao caráter do direito à educação superior pela via da profissionalização; isto é, diplomar-se na Universidade não é mais um privilégio. Implica o exercício ético das responsabilidades escolhidas e assumidas pela própria pessoa, em sintonia com as decisões de ordem qualitativa e quantitativa, legitimadas na comunidade acadêmica.

Nesse processo, o estágio obrigatório nas suas diferentes dimensões - estágio curricular supervisionado, prática de ensino ou estágio profissional - assume novo perfil, exigindo que sua gestão acadêmica e administrativa se constitua no contexto de cada projeto pedagógico, a partir das diretrizes que sustentam sua organização e funcionamento, condicionadas às necessidades cívico-culturais e econômicas, à estrutura do mercado de trabalho das ocupações e às peculiaridades do ramo profissional ou científico de cada área geoeconômica (TRIGUEIRO, 1974).

Desse modo, cada programa de estágio, atividade essencialmente educativa e pedagógica, deverá constituir-se em instrumento de integração de experiências profissionais e aperfeiçoamento técnico e tecnológico, cultural e educativo, científico, social e ético-político, com regulamento próprio, aprovado em colegiado, incorporando:

- a) as exigências contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, específicas de cada área e na Lei nº 11. 788 de 25 de setembro de 2008;

- b) finalidades, princípios e objetivos a serem atingidos;
- c) as competências, direitos e deveres do professor orientador, do supervisor de campo e dos estagiários;
- d) o processo de avaliação do desempenho do aluno estagiário;
- e) os planos de trabalho, o tipo de estágio e a respectiva carga horária estabelecida no projeto do curso;
- f) os convênios estabelecidos com instituições públicas e privados, e
- g) a adoção de Termo de Compromisso e outros instrumentos julgados necessários.

O perfil traçado atualmente para a realização do estágio nos cursos oferecidos pela UFAM tem por base os fundamentos da finalidade primeira da educação superior (ver § 2º do art. 1º, art. 2º e incisos, art. 43 e incisos, da Lei nº 9.394/1996), bem como as teses apresentadas por Cury (CURY, 2003), Pimenta e Lima (PIMENTA & LIMA, 2004) e pelo CNE, definindo-se de acordo com sua natureza e suas especificidades.

Conforme Cury (CURY, 2003), o estágio supervisionado implica:

- a) conhecer o real em situação;
- b) fazer crescer o interesse pela área;
- c) verificar se os conhecimentos adquiridos são pertinentes à área, e
- d) comparar programas de estudos face às diferentes necessidades da sociedade.

Do ponto de vista conceitual, o estágio curricular tem caráter formativo, podendo ser obrigatório ou não obrigatório, de supervisão direta ou indireta, constituindo-se parte integrante dos processos de aprendizagem teórico-prática dos Projetos Pedagógicos dos Cursos com o objetivo de desenvolver competências - conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes ao estudante, em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional de cada curso para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Quanto às modalidades de estágio curricular temos:

- a) **Estágio curricular obrigatório** - é componente curricular obrigatório com supervisão nos cursos de licenciaturas, bacharelados e cursos superiores de Tecnologia quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares nacionais dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos de cursos, como disciplina que integraliza a matriz curricular;
- b) **Estágio curricular não obrigatório** - ocorre quando previsto ou não nos projetos pedagógico dos cursos como atividade opcional à formação profissional e/ou como parte integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares que integralizam a matriz curricular;
- c) **Atividades práticas** - são todas as atividades de natureza didático- pedagógica que têm por finalidade proporcionar o encontro do acadêmico com o ambiente profissional, permitindo constante aperfeiçoamento e atualização, podendo ser nas seguintes modalidades:

Prática de ensino - é uma disciplina de caráter teórico-prático que tem por finalidade proporcionar ao aluno vivências pedagógicas em sala de aula, notadamente, nos cursos de licenciatura, com relevância na formação do futuro profissional educador;

Prática de campo - caracteriza-se como um trabalho de campo ou laboratorial, de aula prática disciplinar e/ou interdisciplinar como instrumento didático-pedagógico, na formação do profissional norteador da interpretação da realidade a ser observada, pautada em teorias, hipóteses e leis científicas decorrentes da aprendizagem dos componentes curriculares teóricos. É uma atividade vinculada a uma disciplina com carga horária definida na matriz curricular do curso e plano de ensino contido do Projeto Pedagógico do Curso.

Visita técnica - são atividades que se caracterizam pela observação de procedimentos técnicos, assistenciais e/ou gerenciais que não envolvam a manipulação direta de materiais, equipamentos e atendimento a pessoas. São visitas realizadas em empresas e outras instituições ou órgãos públicos ou

privados, com o acompanhamento de um ou mais professores, com o objetivo de proporcionar aos estudantes uma visão técnica com conhecimento científico da futura profissão.

Do ponto de vista da sua finalidade, é o ato educativo escolar realizado para integrar o processo de formação do aluno, futuro profissional, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as disciplinas do curso e de suas conexões com as necessidades políticas, sociais, econômicas, culturais, científicas, técnicas e tecnológicas, constituídas como suas variáveis.

Do ponto de vista de seus objetivos, visa:

- a) desenvolver em cada aluno a capacidade de aprender em serviço, familiarizar-se e efetivar um processo de trabalho sob o controle e orientação de profissional mais experiente e competente, ou seja, aprender fazendo, ato pelo qual se conjugam teorias e práticas no processo metodológico ação/reflexão/ação;
- b) desenvolver competências em situações de aprendizagens conduzidas pelos professores e seus co-supervisores, no ambiente profissional, mediante o ato pedagógico de inserção dos alunos no mundo do trabalho, e
- c) preparar para o trabalho produtivo o educando efetivamente matriculado e que esteja frequentando as aulas.

Do ponto de vista da gestão acadêmica e administrativa, os estágios:

- a) são componentes curriculares obrigatórios do Projeto Pedagógico dos Cursos tanto de Licenciatura quanto de Bacharelado, estabelecidos como uma exigência curricular inserida no quadro de um programa de estudos imprescindível à formação profissional;
- b) as práticas constituem-se estratégia pedagógica de responsabilidade da comunidade acadêmica, a qual, no exercício de sua autonomia, cabe a autogestão das atividades em conjunto com a Coordenação do Curso, visando ao questionamento, reavaliação e reestruturação curricular;
- c) constituem atividade que, sendo parte do processo ensino-aprendizagem, não se confunde com emprego, com solução de problemas sociais ou instrumento da precarização das relações de trabalho e da qualidade da formação;
- d) constituem atividade acadêmica, cuja organização e funcionamento devem priorizar a qualidade como garantia da excelência acadêmica na formação do indivíduo, social e politicamente engajado como cidadão e sujeito da práxis social, e
- e) ato educativo escolar supervisionado regido pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

4.3.6 As Atividades Complementares na formação de Bacharéis e Licenciados

As Atividades Complementares caracterizam-se por sua importância na formação acadêmica do bacharel e do licenciado, no contexto em que uma nova visão de currículo se estabelece, tanto através da relação teoria/prática, mediada pelo método da ação/reflexão/ação, quanto da flexibilização dos conteúdos curriculares, efetivada pela autonomia institucional com sua respectiva proposta pedagógica, fundamentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais substituem e ultrapassam os antigos currículos mínimos.

As Atividades Complementares constituem aspecto relevante das atividades acadêmico-científico-culturais que, por sua vez, traduzem modos de ser do currículo aberto à “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (ver os Art. 206, II CF/1988 e 3º, II da LDBEN/1996).

Como expressão deste princípio, que dá base ao desenvolvimento do ensino, essas atividades devem refletir a consciência e a prática desse direito, tanto pelo educador na sua relação com o educando, quanto por este na afirmação de sua autonomia de forma concreta e sustentável, no âmbito da instituição e de cada curso.

O modo de ser das Atividades Complementares faculta ao estudante universitário o exercício da sua liberdade de organizar-se e escolher como, para que, por que e em que ocupar a carga horária destinada, na estrutura curricular de seu curso, a essas atividades acadêmico-científicas pertinentes à sua formação humana e profissional.

Nessa perspectiva instaura-se a autoridade de ambos (professor/aluno) como um valor legítimo e garantia de liberdade, estimulando no aluno sua condição de sujeito do seu processo de busca do conhecimento, aliada à competência do professor responsável pela condução do processo educativo. Cada aluno, na condição de sujeito do seu processo de busca de conhecimentos, exercita sua capacidade de relacionar teorias e práticas, práticas e teorias, mediadas pelo método processual da ação/reflexão/ação.

Esse grau de autonomia deve propiciar ao aluno, no ponto de partida, a possibilidade de compreensão descritiva/analítica/problematizadora da realidade e, no ponto de chegada, a concretização de novas sínteses da situação no mundo contemporâneo e seus desafios.

A realização dessas Atividades Complementares, previstas na estrutura curricular que compõe o Projeto Pedagógico de cada curso, deve ser referenciada nas orientações obrigatórias propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Concluídas e avaliadas, devem ser reconhecidas como legítimas e válidas pela Coordenação de cada curso, passando a compor o tempo de integralização do currículo do curso. Assim, no plano operativo, concretiza-se a finalidade de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular dos nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (ver Art. 43, VI da LDBEN/1996).

Na estrutura curricular de cada curso o Projeto Pedagógico deve propor o método de integração das Atividades Complementares em termos inter e transdisciplinar, materializando o aproveitamento da diversidade de conteúdos realizados por meio de Ensino, de Pesquisa, de Produção Científica e de Extensão.

Nos termos da Resolução nº 018/2007–CEG/CONSEPE, está regulamentado, no interior das atividades fins, o conjunto de ações que ensejam o engajamento dos estudantes da graduação nas atividades complementares para aprofundar sua formação acadêmica e profissional realizando, bem como (além dessas atividades,) outras que correspondam à finalidade e às exigências da formação.

4.3.7 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

Algumas experiências significativas realizadas a partir da década de 90, através da reformulação do currículo de vários cursos de graduação, possibilitaram inovações que têm promovido maior flexibilidade na organização, operacionalização e desenvolvimento dos componentes curriculares na Universidade.

A implantação de novas unidades à luz de uma nova estrutura acadêmica que valoriza as Coordenações dos Cursos também contribui para esses avanços. Nesse sentido, podem-se observar inovações já em processo de implantação, tais como:

- a) orientação para a reformulação dos currículos sustentada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão, rompendo com a visão individualista, tecnicista, instrumental de organização curricular;
- b) correção e flexibilização dos sistemas de pré-requisitos com a finalidade de dinamizar os currículos, reduzindo a retenção e, conseqüentemente, a evasão, a desistência e o absentismo;
- c) adequação da carga horária dos cursos às exigências da formação do aluno, fundamentada nas dimensões que constituem o perfil do egresso;
- d) articulação com a educação básica por meio da estruturação de currículos com licenciaturas duplas, prioritariamente nas áreas de Ciências e Matemática, relacionando Biologia e Química, Matemática e Física, mas também em Letras, associando Língua e Literatura Portuguesa/Espanhola/Inglesa, bem como o curso de Pedagogia que, a partir da formação para docência em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, promove a formação do gestor de sistemas escolares e não escolares;

- e) incorporação ao currículo de atividades complementares de natureza educativa, envolvendo Ensino, pesquisa e extensão, além de atividades associadas a programas de natureza acadêmica, como a Monitoria, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o estágio não obrigatório;
- f) realização da prática de campo como atividade essencial em diversos cursos de graduação. A prática de campo é componente obrigatório de determinadas áreas e disciplinas que exige planejamento acadêmico, pedagógico e administrativo, bem como a constituição de parcerias institucionais, mobilizando, para tanto, diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da comunidade externa, e
- g) oferta de nivelamento ingressante com limitações nas disciplinas de Português Ciências e Matemática dentre outras, visando à superação dessas necessidades e a melhoria no desempenho do ensino/aprendizagem disciplinas do curso.

4.3.8 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

A Universidade tem empreendido esforços no sentido de atender a novas demandas decorrentes de sua expansão, conjugada à democratização da educação superior no Estado do Amazonas. Inicialmente, na década de 1990, a grandeza da mudança na política de formação docente, trouxe como preocupação e desafio a demanda por formação inicial de professores para atuar na Educação Básica e a planificação em cursos de graduação através das Licenciaturas Plenas.

A nova cultura institucional de formação específica de docentes, incorporada pela UFAM, conduziu a ações concretas de articulação de formas de democratização do acesso à Universidade, especialmente para segmentos que atuavam sem a qualificação exigida para o exercício da profissão do magistério. Esse esforço compreende a oferta de modalidades diferentes de cursos de graduação, predominantemente licenciaturas plenas, utilizando metodologias que garantem o acesso, a permanência, a execução e a conclusão dos cursos oferecidos. Incluem-se entre essas modalidades:

- a) Sistema modular de recesso: organizado em forma de módulos, desenvolvidos no recesso escolar, tanto na capital como no interior;
- b) Sistema modular contínuo: organizado em módulos semestrais, tanto na capital como no interior;
- c) Cursos noturnos: organizados de forma tradicional, destinados a alunos trabalhadores, sem oportunidade de estudar em outro turno, oferecidos predominantemente na capital;
- d) Cursos sequenciais: organizados em diferentes formas, oferecidos para grupos específicos, tais como servidores públicos (da Universidade, da SUFRAMA, dos Municípios de Presidente Figueiredo e de Parintins) e para demandas específicas, tal como a necessidade de formar técnicos para a área de Biotecnologia;
- e) Cursos de graduação na modalidade a distância, com auxílio das novas tecnologias, abrindo oportunidades de inclusão, primeiro, do público tradicional que busca a graduação, e, também de outro público que tem dificuldades históricas de acesso a cursos na modalidade presencial;
- f) Planos de estudo implementados nas diferentes modalidades de curso, através dos quais são criadas oportunidades para uma avaliação complementar por disciplina, visando à promoção do aluno ao módulo ou período subsequentes do seu curso;
- g) Mobilidade estudantil, que possibilita a compreensão e apreensão de novas realidades vivenciais, intelectuais e acadêmicas, propiciando alternativas de aprendizagens múltiplas, encurtando distâncias e rompendo fronteiras nacionais e internacionais.

4.3.9 Avanços tecnológicos.

No contexto da educação superior em desenvolvimento na UFAM, empreende-se o compromisso de implementar, coletivamente, uma Política Institucional de Inovação Tecnológica e de Propriedade Intelectual.

As diretrizes dessa política articulam-se, internamente, através da Pró- Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC), instância coordenadora das ações e estratégias de sua implementação e desenvolvimento científico, cultural, econômico e social; e, externamente em âmbito nacional com o Ministério da Ciência e Tecnologia e em âmbito regional pela participação no Fórum de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Norte, cujo foco é a definição coletiva, pelas Universidades Públicas e Institutos Federais de Educação Tecnológica, de políticas acadêmicas comprometidas com a capacitação de recursos humanos, produção científica, transformação social, formação de cidadãos e fortalecimento do Ensino Superior da Amazônia.

Esta política, aprovada e regulamentada na UFAM, deve ser incorporada pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos para responder às exigências e desafios deste século XXI, desenvolvendo o ensino, extensão, pesquisas, invenção e inovação tecnológica, imprescindíveis ao propósito de projetar a Amazônia num futuro de justiça social, igualdade de gênero, dignidade da pessoa humana e alto nível de qualidade de educação e de vida.

A criação do Parque Tecnológico para Inclusão Social: Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica, com investimentos da ordem de R\$ 17.233.379, 48 do Ministério da Ciência e Tecnologia, possibilitou à UFAM desempenhar em boas condições materiais sua missão. Esse investimento fortalece sua integração, tanto aos grupos sociais de 24 municípios e 800 comunidades ribeirinhas e indígenas, quanto ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, a partir da produção de conhecimentos como base do desenvolvimento científico e tecnológico, cuja função é criar e estimular o dinamismo dos grupos sociais, no sentido de abrir horizontes para um futuro sustentável com redução das desigualdades.

O Parque, por sua natureza e perspectiva de inclusão social que lhe conferem um caráter inovador e pioneiro, firma-se no propósito de fomentar a produção técnico-científica, a difusão, a socialização de saberes e permitir o intercâmbio entre diversos atores sociais que compõem a sociedade na Amazônia, em sintonia com a Missão da UFAM.

A vocação que institui o Parque Tecnológico diz respeito ao esforço da UFAM em produzir conhecimentos, buscar soluções sustentáveis que sejam efetivas e condizentes com a equidade, com a sustentação regular de resultados socialmente positivos, frente aos problemas do mundo presente e à injustiça estrutural.

O senso de responsabilidade e os horizontes éticos assumidos pela UFAM, na constituição desses avanços no campo do desenvolvimento científico e tecnológico, fortalecem sua participação na luta que se trava no mundo para realizar o desenvolvimento humano sustentável, mediante a prática de trabalhar pela solidariedade no cumprimento dos objetivos/metas do milênio:

- a) acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- b) acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- c) assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- d) assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- e) alcançar a igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas;
- f) assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- g) assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível, à energia para todos;
- h) promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;

- i) construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, fomentando a inovação;
- j) reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- k) tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- l) assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- m) tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- n) conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- o) proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- p) promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e
- q) fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A vinculação orgânica dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a essas metas do milênio consubstancia-se nas dimensões indicadas no corpo do Projeto Pedagógico Institucional de compartilhar responsabilidades e participar da construção de um mundo melhor para todos, ampliando e diversificando os campos de atuação para a formação inicial e continuada de profissionais, em termos de desenvolvimento do próprio currículo para sua inserção nas atividades de estágios, atividades complementares e científico-culturais.

Atualmente, na UFAM, verificam-se avanços tecnológicos que refletem:

- a) o acesso, por parte da comunidade acadêmica da graduação aos processos gerenciais e pedagógicos dos cursos de bacharelado e de licenciatura. Esta frente se revela, em parte, na implantação e desenvolvimento do Sistema de Informação para o Ensino (SIE), que permite o desenvolvimento de uma ferramenta de acompanhamento, pelo aluno, da totalidade de sua vida acadêmica;
- b) o acesso da população local e regional aos cursos de graduação oferecidos na modalidade à distância, implicando necessariamente a criação e utilização de novas tecnologias. São cursos coordenados, no interior da UFAM, pelo Centro de Educação a Distância (CED), que mobiliza um parque tecnológico suficiente para fazer frente às novas demandas. Este Centro explora as interfaces entre a comunicação, as tecnologias e informática, o mundo do trabalho e a educação; mantendo projetos de informatização e recursos computacionais como suporte pedagógico;
- c) o acesso à formação permanente através do Centro de Formação Continuada, Desenvolvimento de Tecnologia e Prestação de Serviços para a Rede Pública de Ensino (CEFORT). Este Centro, como um centro de Pesquisa, Extensão e desenvolvimento de tecnologias, volta-se para a formação de professores nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Desde 2004 compõe a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores (REDE), coordenada pela Secretaria Ministerial da Educação Básica (SEB/MEC). A missão do CEFORT é desenvolver pesquisas, tecnologias e programas de formação de professores, técnicos e gestores dos sistemas de ensino público, visando efetivar o compromisso da Universidade Federal do Amazonas com o desenvolvimento e apropriação da cultura e da ciência, voltado para a elevação da qualidade da aprendizagem e da formação humana, especialmente de crianças, adolescentes e jovens, em processos educativos escolares e não escolares. Dentre os objetivos destaca-se o que se refere à concepção e desenvolvimento de mediações didáticas e tecnológicas para a formação docente (livros, vídeos, *softwares* e ambiente virtual) das redes e unidades de ensino da educação pública.

Através desta REDE desenvolve os seguintes programas e projetos: Programa Nacional Escola de Gestores na Educação Básica; Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação; e Programa de Extensão ‘Linguagens e Tecnologias’; Projeto de Formação Continuada de Professores e Tutores para as Redes Públicas de Ensino (PAR); Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Graduação/UFAM; e Projeto Levantamento da Situação Escolar (LSE), e

- d) a criação de outros centros, tais como, Centro de Ciências do Ambiente (CCA), Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM), Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB), TV UFAM, além do Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação (CETELI). Este é um centro promotor de pesquisas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à formação de recursos humanos na Amazônia, em busca da excelência nas áreas de Tecnologia Eletrônica e de Informação, e Automação. Destaca-se o trabalho através de seus laboratórios de pesquisas diversificadas e das atividades de ensino para formação complementar de alunos da graduação vinculados ao Projeto Jovens Potenciais.

Figura 26 Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação – CETELI



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015

A consequência afirmativa e positiva do investimento e incorporação de tecnologias é a ampliação de oportunidades de acesso a grupos sociais até então alijados do direito à educação superior. As oportunidades se concretizam na oferta dos cursos de graduação em Letras-Libras para surdos-mudos, em consórcio com a Universidade Federal de Santa Catarina; graduação em Biologia e em Educação Física, pelo Programa de Licenciaturas (PROLIN), e graduação em Administração, Ciências Agrárias e Artes Plásticas, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

4.4 Políticas de Ensino

A política de desenvolvimento da educação superior na UFAM, consubstanciada pela expansão articulada através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na capital e pela implantação do Projeto UFAM MULTICAMPI, com unidades acadêmicas permanentes da UFAM no interior do Estado, configura-se um esforço institucional de promover ações afirmativas que resultem na inclusão de parcelas significativas da população no processo de formação superior, fundamentando-se nos princípios de:

- a) Compromisso social: considerar que a Universidade é parte integrante e atuante do contexto local, regional e global que a determina como um bem público. Portanto, deve priorizar o atendimento às aspirações da sociedade brasileira, amazonense e amazônica, com vistas à melhoria da qualidade de vida dos diversos grupos sociais, contribuindo para concretização das Metas do Milênio;
- b) Interiorização: ampliar a presença de Unidades Acadêmicas no interior, como consequência política consubstanciada na Missão e na Visão centrada no desenvolvimento humano sustentável dos diferentes grupos sociais da Região Amazônica, caracterizada pela riqueza da

realidade ecológica, étnica, social e cultural, cuja organização estrutural multicampi se fundamenta na interdisciplinaridade;

- c) Interdisciplinaridade: concebida organicamente como troca e cooperação
- d) - estimular a interlocução das áreas de conhecimento no contexto da coexistência e da interdependência das ciências, das múltiplas realidades socioculturais, dos saberes sociais, da certeza dos limites do conhecimento, priorizando o conhecimento dinâmico e histórico da realidade, dos seus recursos materiais e potencial humano, da sua vocação eco social, com a preocupação de romper com o isolamento das disciplinas, superando a ditadura de uma única concepção científica;
- e) Interinstitucional idade: reconhecer e estimular a prática da autonomia didático-científica e pedagógica frente aos interesses ideológicos e políticos, buscando a integração com as instituições/órgãos governamentais ou não governamentais atuantes na sede e nos municípios dos polos de atuação da UFAM.

O ensino da graduação é concebido na UFAM como um processo pedagógico interativo, intencional decorrente de corresponsabilidades entre educadores e estudantes, visando à aprendizagem pela construção de novos conhecimentos provenientes da articulação, executada por diferentes métodos, técnicas e concepções pedagógicas, constituintes do currículo como instrumento problematizador das práticas de significação e produção dos conhecimentos científicos, técnicos, artísticos e culturais, como é o caso da Brinquedoteca da Faculdade de Educação que dispõe de um espaço que integra atividades de ensino, pesquisa e extensão, para promoção da formação de educadores a partir de experiências com jogos, brinquedos e brincadeiras.

O regime didático da UFAM estabelece planejamento e programação semestral por todos os cursos de graduação, por meio das coordenações de curso e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), de forma a avaliar cada semestre cursado e planejar o semestre letivo subsequente envolvendo o segmento docente, discente e técnico-administrativo.

4.4.1 Acessibilidade e a Educação Inclusiva na Graduação

A acessibilidade e a inclusão no ensino de graduação estão fundamentadas respeitando as diferenças e as diversidades, na criação de possibilidades e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação por pessoas com deficiências, ou com mobilidades reduzidas, assegurando-lhes acessibilidade, permanência e condições plenas de participação no mundo acadêmico, para aprendizagem significativa, tendo por base a legislação vigente e suas diretrizes políticas e pedagógicas, considerando os diferentes tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, pedagógica, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

A PROEG, por meio do Departamento de Apoio ao Ensino (DAE) orienta na organização dos currículos para que estas atendam aos princípios da inclusão social, com vistas à formação de profissionais competentes, propositivos, crítico-reflexivo e comprometidos com a cidadania.

A inclusão das pessoas com deficiência/transtorno ou dificuldades específicas de aprendizagem faz parte das Políticas de Inclusão e Permanência da UFAM, representada por Núcleos e Comissões:

- Núcleo de Apoio, espaço comunitário de apoio ao servidor, professor e aluno com deficiência;
- Comissão Permanente de Verificação de Pessoa com Deficiência;
- Comissão Permanente de Avaliação Socioeconômica;
- Comissão de Verificação de auto declaração étnico-racial.

4.4.2 Educação a Distância no Ensino de Graduação

A modalidade de Educação a Distância (EaD) tem política institucional definida e gerenciada pelo Centro de Educação a Distância (CED), alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), estando norteadas pelos referenciais de qualidade do Ministério da Educação, caracterizando como modalidade educacional mediada por tecnologias de informação e comunicação.

Na modalidade EaD, a UFAM desenvolve ações e materiais didático-pedagógicos, objetivando a qualificação do tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio da produção de Material Didático para EaD – produzido pelos professores dos Cursos da modalidade EaD em parceria com o Centro de Educação a Distância (CED), contemplando a organização didático-pedagógica, os conhecimentos, as habilidades e as competências em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso, sendo o material digital disponibilizado aos estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da IES na página do CED.

4.4.3 Internacionalização na Graduação

A internacionalização na UFAM é um processo pedagógico e formativo, que ocorrem por meio de acordos de cooperação técnica, científica e cultural, firmados entre a UFAM e instituições de ensino superior relacionadas às grandes áreas de conhecimento e seus respectivos cursos, envolvendo intercâmbios de docentes e estudantes, internacionalização de matrizes curriculares, dupla certificação e formação em línguas estrangeiras.

4.4.4 Política de Autoavaliação Institucional e Avaliação Externa

A política institucional de autoavaliação e de adesão à avaliação externa alinha o planejamento e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, possibilitando uma análise da evolução do desenvolvimento institucional e dos seus cursos, com base nos indicadores de qualidade, tendo em vista que esse sistema avaliativo subsidia a gestão no planejamento em conformidade com o PDI.

A autoavaliação institucional é um processo contínuo, que se constitui na avaliação interna por meio da participação dos segmentos docentes, discentes e técnico-administrativos da UFAM, considerando-se os eixos de avaliação institucional e as dimensões de avaliação de curso.

A avaliação externa integra o sistema de avaliação com verificação *in loco*, por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, com a finalidade de reconhecer ou renovar o reconhecimento dos cursos de graduação e recredenciar a UFAM. O Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE, faz parte do processo de avaliação, com destaque para a institucionalização do projeto ENADE UFAM e da criação da Comissão Permanente ENADE em 2018.

A PROEG, desde o segundo semestre de 2017, vem desenvolvendo a gestão administrativo-financeira da pró-reitoria em articulação com as unidades acadêmicas, visando ao gerenciamento da dotação orçamentária e financeira para provimento das suas ações planejadas e programadas anualmente, visando a otimização dos recursos humanos, financeiros e materiais e a descentralização orçamentária.

A UFAM possibilita aos seus estudantes, para além da formação acadêmica nos cursos de graduação a participação em Programas Acadêmicos. Estes se destinam a complementar e enriquecer a formação no ensino superior, proporcionando uma formação curricular diferenciada pelas experiências e conhecimentos adquiridos através da participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades dos estudantes relativos à iniciação à docência, iniciação científica, iniciação tecnológica e inovação, extensão, cultura, monitoria e educação tutorial, são potencializados em diferentes atividades práticas e teóricas proporcionadas nestes ambientes, sob a orientação de um professor.

4.5 Políticas de Extensão

O desenvolvimento de ações de extensão no processo de formação discente e no aprimoramento técnico-científico de docentes e técnico-administrativos contribui para uma formação cidadã e para o fortalecimento de políticas públicas que atendam às reais necessidades das populações amazônicas.

Nessa direção, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) desencadeou um amplo e gradativo processo de discussão com a comunidade acadêmica sobre a necessidade de definição de diretrizes para uma Política de Extensão (Anexo A), com o intuito de reorganizar a sua atuação, bem como orientar, apoiar e acompanhar as ações extensionistas da UFAM, buscando assegurar a sua efetividade, eficácia e eficiência.

Figura 27 Programa de Extensão ‘Nossa África’



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

Figura 28 Programa de Extensão ‘Pé de Pincha’



Fonte: ASCOM/UFAM, 2015.

A Política da Extensão Universitária na Universidade Federal do Amazonas constitui-se em instrumento crucial para a consolidação da extensão como um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade (FORPROEX, 2012).

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFAM integra o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), desde a sua criação em 1987 e juntamente com outras Universidades construiu os fundamentos teóricos de sustentação do Plano Nacional de Extensão Universitária das Universidades

Públicas Brasileiras, que embasa a Política de Extensão da UFAM. A PROEXT, além dos princípios gerais definidos pelo FORPROEX, orienta as diferentes modalidades de ações planejadas e desenvolvidas.

A concretização dessa Política de Extensão está condicionada à efetivação da tríade recurso, gestão e controle. Neste sentido, a UFAM deve destinar, de forma crescente e contínua, recursos à implementação e ampliação de suas ações de extensão, as quais seguem um trâmite institucional regulamentado que se inicia no momento de inscrição da ação proposta, passa em seguida pelas diferentes instâncias de avaliação e se desdobra na entrega dos relatórios parcial e final, e emissão dos respectivos certificados.

A efetividade e a ampliação das ações de extensão possibilitam uma formação discente mais qualificada, ratificando institucionalmente a concepção de que a Extensão se expressa como um instrumento, real e potencial, de produção e transferência de conhecimento e de desenvolvimento socioeconômico, cultural e político, por meio do qual a Universidade reafirma seu compromisso sócio acadêmico.

As diretrizes conceituais, institucionais e políticas apresentadas a seguir, articulam as instâncias da diversidade, da complexidade, do desenvolvimento, do compromisso sócio acadêmico, da institucionalização, da regulamentação e da consolidação da Extensão universitária, somados aos avanços e desafios que lhes conferem lócus de uma das dimensões fundamentais da Universidade, ao lado da Pesquisa e do Ensino, para a efetividade e organicidade da excelência acadêmica com compromisso social.

4.5.1 Política de Extensão da UFAM

A Política de Extensão da UFAM está estruturada por meio da articulação de doze diretrizes conceituais, institucionais e políticas, conforme teor a seguir:

Institucionalização das ações de extensão;

Indissociabilidade entre as atividades de Ensino, pesquisa e extensão;

Caráter interdisciplinar das ações extensionistas;

- a) Compromisso social da Universidade na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população;
- b) Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico;
- c) Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica, propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais;
- d) Financiamento majoritário da extensão como responsabilidade governamental, em caráter de complementaridade, por meio do estabelecimento de cooperação técnica e financeira junto às instituições e organismos – governamentais, não governamentais, locais, regionais, nacionais e internacionais;
- e) Avaliação das ações de extensão;
- f) Programa institucional de bolsas de extensão;
- g) Programa de difusão e publicação das ações extensionistas;
- h) Incentivo à flexibilização curricular;
- i) Apoio sistemático à implementação e ampliação de todas as ações extensionistas institucionalizadas.

4.6 Política de Pesquisa

A Pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica ou tecnológica.

São consideradas atividades de pesquisa as ações executadas com o objetivo de assimilar conhecimento do estado da arte de determinada área científica e de produzir conhecimento novo que contribua para o avanço desta área. Tais atividades serão desenvolvidas na Universidade, no âmbito de suas diversas Instâncias Acadêmico- Administrativas Básicas (IABs).

Os Projetos de Pesquisa na Universidade Federal do Amazonas poderão ser desenvolvidos por uma ou mais IABs podendo envolver outras instituições, através de convênios firmados, observadas sua experiência e tradição.

O acompanhamento da execução e a avaliação dos resultados dos Projetos de Pesquisa, inclusive da produção científica, são da competência e responsabilidade das IABs executoras da pesquisa envolvidos na sua análise e aprovação.

A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente, através:

- a) da participação em programas de bolsas em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;
- b) da concessão de auxílio para execução de projetos específicos quando os recursos permitirem;
- c) do intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores;
- d) da divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades Universitárias ou Órgãos Suplementares;
- e) da promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;
- f) da captação de recursos para aplicação nas atividades de pesquisa;
- g) da criação de programas específicos ou da administração de programas externos;
- h) da formação de pessoal em cursos de pós-graduação na própria Universidade ou em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, e
- i) da participação do pesquisador nos resultados econômicos da exploração da propriedade intelectual nos limites autorizados pelas normas da Universidade.

A Resolução nº 027/2008 – CONSEPE (Anexo B) institui as normas para a realização de atividade de pesquisa.

4.7 Política de Inovação

A Universidade Federal do Amazonas através da Resolução nº 009/2011- CONSUNI regulamentou a Política Institucional de Inovação Tecnológica e Proteção da Propriedade Intelectual (Anexo C).

São objetivos dessa Política, conforme descrito em seu Capítulo II – Dos Objetivos, Art. 2º:

- a) estimular e valorizar, de forma contínua e permanente, a atividade criativa na produção científica, tecnológica e artística de seu corpo docente, discente e técnico-administrativo;
- b) potencializar a criação intelectual através de projetos ou atividades financeiras ou realizada em conjunto com outras instituições, entidades de apoio ou empresas, nacionais ou estrangeiras e empreendimentos econômicos solidários;

- c) promover a proteção da propriedade intelectual de modo a garantir que sua utilização gere benefícios em termos de desenvolvimento da relação universidade-empresa, de ampliação do conhecimento, produtos e processos gerados nos centros tecnológicos, de divulgação e crédito das atividades científicas e tecnológicas da universidade e de justa recompensa financeira à UFAM e aos criadores;
- d) contribuir para a criação de um ambiente favorável à geração de novo conhecimento e sua transferência para a sociedade, em consonância com a Missão da UFAM de criar e disseminar o conhecimento na ciência, tecnologia, cultura e artes;
- e) dotar a UFAM de mecanismos de gestão tecnológica inovadores para maior interação com o setor produtivo, e
- f) viabilizar o acesso ao desenvolvimento de novos mercados de gestão tecnológica e inovação por meio de Parques Tecnológicos vinculados à UFAM.

4.8 Política de Gestão

A gestão da UFAM fundamenta-se em seu Regimento Geral, que disciplina os aspectos de organização e funcionamento comuns aos vários órgãos e serviços da instituição. Consoante o referido documento, a administração da Universidade dar-se-á em nível superior e em nível das Unidades Acadêmicas, através de órgãos deliberativos e executivos, democratizando, assim, os processos decisórios.

A Universidade se propõe a perseguir a eficiência de processos administrativos em seus fluxos institucionais. Para tanto, constituirá e aprimorará modelos de gestão e fluxos processuais articulados com as inovações tecnológicas.

Como ente público, a UFAM buscará um aperfeiçoamento na prestação dos serviços com economia de despesas.

A eficiência na gestão dos recursos financeiros fundamentar-se-á no binômio ‘qualidade nos serviços e racionalidade de gastos’. A constante avaliação institucional servirá de base para esse aperfeiçoamento.

4.9 Responsabilidade Social da Instituição de Ensino Superior

Com a missão de produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia, a Universidade Federal do Amazonas avança nas conquistas, nas adversidades e no espírito democrático, plenamente consciente da importância de seu papel como construtora fundamental do saber coletivo.

Consolidou-se como a instituição de maior potencial de formação de recursos humanos de alto nível do Amazonas, alavancando fortemente a pesquisa científica voltada para o interesse do desenvolvimento regional, sem se descuidar do seu compromisso com o ensino de graduação, oferecendo 115 (cento e quinze) cursos regulares nas diversas áreas do conhecimento acadêmico, por meio dos quais disponibiliza, anualmente, 5.518 (cinco mil quinhentos e dezoito) vagas de ingresso, por ano. Além de oferta regular, são oferecidos pela instituição cursos EaD e em Licenciatura Indígena, mediante a disponibilidade de recursos financeiros externos.

A UFAM está presente em cinco Municípios do interior do Estado, sendo: Benjamin Constant e Humaitá, cada um com 06 (seis) cursos de graduação, Coari e Parintins com 07 (sete) cursos e Itacoatiara com 9 (nove) cursos, somando um total de 35 (trinta e cinco) cursos de graduação com 1.665 (um mil seiscentos e sessenta e cinco) vagas de ingresso por ano.

Nas unidades acadêmicas de Manaus, a UFAM oferece 3.820 (três mil oitocentas e vinte) vagas anuais distribuídas em 80 (oitenta) cursos de graduação.

Na Extensão, cuja articulação indissociável entre o ensino e a pesquisa sempre esteve ligada à trajetória da Universidade, são viabilizadas atividades culturais abertas à comunidade. Atualmente vários Programas são desenvolvidos na busca do fortalecimento do vínculo entre a Universidade e a sociedade, norteados por questões sociais que as aproximem e permitam novas abordagens sobre a realidade da Amazônia.

O caminho que está levando-a a massificação com qualidade é a implementação de vários programas e projetos como: Programas de Apoio à Realização de Cursos e Eventos (PAREC), Programas Institucionais de Bolsas de Extensão (PIBEX's), Programas institucionalizados, Programas MEC/SESU, Atividades Curriculares de Extensão (PACE e PACE AFIRMATIVO), Projetos de Fluxo Contínuo (Custo Restrito), Projetos de Autos sustentação e Projetos MEC/SESU, resultando em mais de mil atividades de Extensão por ano.

Com relação à pós-graduação, a UFAM continua mudando o seu perfil. Atualmente esta possui 36 (trinta e seis) programas de pós-graduação, os quais oferecem 30 cursos de Mestrado e 10 de Doutorado. Suas áreas de concentração estão voltadas para questões regionais, no campo das Ciências Humanas, Ciências da Saúde e multidisciplinares.

Para a UFAM, a interação é fundamental e, como tal, os benefícios gerados em seu meio devem ser compartilhados com a sociedade, como prediz em sua Missão ao colocar a instituição como contributiva para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Nessa mesma linha, sua visão de futuro objetiva o reconhecimento da excelência alcançada no ensino público, na produção científica e na contribuição para o desenvolvimento social.

Os objetivos estratégicos/projetos que compõem o Planejamento Estratégico da Universidade estão focados no cumprimento da responsabilidade social, prevendo ações no sentido de apoiar o desenvolvimento social e econômico da região, preservação do meio ambiente, transparência e facilitação das informações.

4.9.1 Política de Gestão Ambiental

Para legitimar uma postura que favoreça a promoção de ações visando o bem-estar dos públicos interno e externo, a Universidade Federal do Amazonas instituiu, através da Resolução nº 002/2012-CONSUNI, sua Política Ambiental (Anexo D).

A Política Ambiental da UFAM tem por princípios:

- a) A sustentabilidade: assegurando a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, para usufruto desta geração e das gerações futuras;
- b) A prevenção: adotando medidas capazes de prevenir, eliminar ou atenuar os efeitos negativos das intervenções no ambiente;
- c) A precaução: implementando medidas antecipadas contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados;
- d) A integração: estimulando a participação e a cooperação entre os diversos agentes sociais institucionais, empenhados e comprometidos com a questão ambiental;
- e) A interação: possibilitando ações de educação ambiental com envolvimento da sociedade, especialmente das populações circunvizinhas, de modo a torná-las parceiras na proteção ambiental;
- f) O acesso livre e irrestrito às informações: disponibilizando/compartilhando a toda comunidade as informações das atividades desenvolvidas e os riscos decorrentes e seus resultados.



Capítulo 5

Cronograma de
Implatação e
Desenvolvimento e
Instituição e
dos Cursos

CAPÍTULO 5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS (PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA)

A UFAM ofertou em 2021, 111 (cento e onze) cursos de graduação regular, sendo 77 (setenta e sete) cursos para a Capital e 34 (trinta e quatro) cursos para os *campi* do Interior, distribuídos nas seguintes áreas: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes, e Multidisciplinar.

Por meio do Processo Seletivo Contínuo – PSC foram ofertadas 2.761 (duas mil, setecentas e sessenta e uma) vagas, sendo 1.886 (mil, oitocentas e oitenta e seis) vagas para a Capital - Manaus e 875 (oitocentas e setenta e cinco) vagas para as Unidades Acadêmicas do Interior.

Por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU 2º/2021 foram ofertadas 2.761 (duas mil, setecentas e sessenta e uma) vagas, sendo 1.886 (mil, oitocentas e oitenta e seis) vagas para a Capital - Manaus e 875 (oitocentas e setenta e cinco) vagas para as Unidades Acadêmicas do Interior.

Por meio do Processo Seletivo Especial de Libras – PSELib foram ofertadas 30 (trinta) vagas para o Curso de Letras-Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Capital.

O total de vagas ofertadas pela UFAM em 2021 foi de 3.802 (três mil, oitocentas e duas) vagas para a Capital e 1.650 (mil, seiscentas e cinquenta) vagas para os *Campi* do Interior.

Na modalidade de Ensino a Distância (EaD), em 2021, foram ofertadas 1.000 (mil) vagas, distribuídas em 04 (quatro) Cursos e 25 (vinte e cinco) Turmas:

1. Administração (Bacharelado) – 05 Turmas (Polos de Presidente Figueiredo – AM, Tabatinga – AM, Porto Velho – RO, Boa Vista – RR e Mucajá – RR).
2. Biblioteconomia (Bacharelado) – 10 Turmas Polos de Rio Branco-AC, Ariquemes-RO, Boa Vista-RR, Coari-AM, Itacoatiara-AM, Manacapuru-AM, Maués-AM, Tabatinga-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM, e Parintins-AM)
3. Ciências Agrárias (Licenciatura) – 05 Turmas, (Polos de Itacoatiara-AM, Parintins-AM, Ariquemes-RO, Rorainópolis-RR e São Luiz do Anuá-RR).
4. Música (Licenciatura) – 05 Turmas, (Polos de Coari-AM, Itacoatiara-AM, Manacapuru-AM, Parintins-AM e Tabatinga-AM).

A Seguir apresentaremos os quadros de vagas ofertados nos Processos Seletivos para os Cursos de Graduação do Campus Manaus e para os Campi do Interior.

Quadro 95 Vagas ofertadas para a Capital - 2016 a 2021

Tipo de Cota Quant. de vagas	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	PSC	SISU										
TOTAL DE VAGAS	1910	0	1910	0	1895	5	1895	4	1894	4	1886	1886

Quadro 96 Vagas ofertadas para o Curso de Letras – Libras na Capital - 2018 a 2021

Tipo de cota/Quant. de vagas	2018	2019	2020	2021
	TOTAL DE VAGAS	30	30	30

Quadro 97 Vagas ofertadas para os Campi do Interior - 2016 a 2021

Tipo de cota/Quant. de vagas	2016		2017		2018		2019		2020		2021	
	PSC	SISU	PS C	SISU	PS C	SISU	PSI	SISU	PSI*	SISU	PS C	SISU
TOTAL DE VAGAS	825	825	825	825	825	825	825	825	0	825	825	825

*Em decorrência a Pandemia do Covid-19, o PSI foi cancelado.

Quadro 98 Vagas ofertadas para os Campi do Interior para o Curso de Medicina/Coari - 2016 a 2021

	2016	2017	2018	2019*	2020*	2021*
Tipo de cota/Quant. de vagas	PSI	PSI	PSI	PSI	PSI	PSI
TOTAL DE VAGAS	24	36	15	0	0	0

*Por determinação do MEC não estão sendo ofertadas vagas iniciais para o Curso de Medicina/Coari.

Quadro dos Cursos da Capital e interior como quantitativo de vagas ofertadas no período de 2016 a 2021.

Quadro 99 Cursos Ofertados para a Graduação Capital - 2016 a 2021 Campus Manaus

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Administração	FA01	Matutino	Bacharelado	112	112	112	112	112	112
Administração	FA02	Noturno	Bacharelado	112	112	112	112	112	112
Agronomia	FG01	Diurno	Bacharelado	46	46	46	46	46	46
Arquitetura e Urbanismo	FT10	Vesp./Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Arquivologia	IH25	Noturno	Bacharelado	42	42	42	42	42	42
Artes Visuais	IH30	Matutino	Licenciatura	26	26	26	26	26	26
Artes Visuais	IH31	Noturno	Licenciatura	26	26	26	26	26	26
Biblioteconomia	IH01	Matutino	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Biociência	IB09	Noturno	Tecnólogo	46	46	46	46	46	46
Ciência da Computação	IE08	Diurno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Ciências Biológicas	IB01-L	Diurno	Licenciatura	22	22	22	22	22	22
Ciências Biológicas	IB01-B	Diurno	Bacharelado	22	22	22	22	22	22
Ciências Biológicas	IB15	Noturno	Licenciatura	30	30	30	30	30	30
Ciências Contábeis	FA03	Vespertino	Bacharelado	62	62	62	62	62	62
Ciências Contábeis	FA04	Noturno	Bacharelado	62	62	62	62	62	62
Ciências Econômicas	FA05	Matutino	Bacharelado	62	62	62	62	62	62
Ciências Econômicas	FA06	Noturno	Bacharelado	62	62	62	62	62	62
Ciências Naturais	IB05	Diurno	Licenciatura	42	42	42	42	42	42
Ciências Naturais	IB14	Noturno	Licenciatura	42	42	42	42	42	42
Ciências Sociais	IH10	Matutino	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Comunicação Social - Jornalismo	IH27	Diurno	Bacharelado	38	38	38	38	38	38
Comunicação Social - Relações Públicas*	IH12	Diurno	Bacharelado	34	34	34	34	34	
Design	FT07	Diurno	Bacharelado	48	48	48	48	48	48
Direito	FD01	Diurno	Bacharelado	64	64	64	64	64	64
Direito	FD02	Noturno	Bacharelado	64	64	64	64	64	64
Educação Física	IB02	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Educação Física	IB16	Noturno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Educação Física – Promoção em Saúde e Lazer	IB06	Vespertino	Bacharelado	26	26	26	26	26	26

Educação Física – Treinamento Esportivo	IB07	Vespertino	Bacharelado	26	26	26	26	26	26
Enfermagem	EM01	Diurno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Engenharia Civil	FT01	Diurno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Engenharia da Computação	FT05	Diurno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Engenharia de Alimentos	FG05	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Materiais	FT08	Diurno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Engenharia de Pesca	FG03	Diurno	Bacharelado	46	46	46	46	46	46
Engenharia de Petróleo e Gás	FT11	Vesp./Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Produção	FT06	Vesp./Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Software	IE17	Vesp/Noturno	Bacharelado	-	-	-	46	46	46
Engenharia Elétrica – Eletrônica	FT02-E	Diurno	Bacharelado	20	20	20	20	20	20
Engenharia Elétrica – Eletrotécnica	FT02-ET	Diurno	Bacharelado	20	20	20	20	20	20
Engenharia Elétrica – Telecomunicações	FT02-T	Diurno	Bacharelado	20	20	20	20	20	20
Engenharia Florestal	FG02	Diurno	Bacharelado	46	46	46	46	46	46
Engenharia Mecânica	FT09	Diurno	Bacharelado	46	46	46	46	46	46
Engenharia Química	FT12		Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Estatística	IE01	Vesp./Noturno	Bacharelado	48	48	48	48	48	48
Farmácia	FS01	Diurno	Bacharelado	42	42	42	42	42	42
Filosofia	IH14	Vespertino	Licenciatura	62	62	62	62	62	62
Física	IE13	Diurno	Licenciatura	56	56	56	56	56	56
Física	IE10	Noturno	Licenciatura	56	56	56	56	56	56
Física	IE14	Diurno	Bacharelado	36	36	36	36	36	36
Fisioterapia	IB08	Integral	Bacharelado	42	42	42	42	42	42
Geografia	IH07-L	Matutino	Licenciatura	38	38	38	38	38	38
Geografia	IH22	Noturno	Licenciatura	46	46	46	46	46	46
Geografia	IH07-B	Matutino	Bacharelado	18	18	18	18	18	18
Geologia	IE02	Diurno	Bacharelado	40	40	40	40	40	40
História	IH08	Matutino	Licenciatura	56	56	56	56	56	56
História	IH20	Noturno	Licenciatura	56	56	56	56	56	56
Letras - Língua Brasileira de Sinais (Libras)	IH32	Vespertino	Licenciatura	30	30	30	30	30	30
Letras - Língua e Literatura Espanhola	IH21	Matutino	Licenciatura	28	28	28	28	28	28
Letras - Língua e Literatura Francesa	IH16	Vespertino	Licenciatura	28	28	28	28	28	28
Letras - Língua e Literatura Inglesa	IH15	Vespertino	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Letras - Língua e Literatura Japonesa	IH29	Noturno	Licenciatura	30	30	30	30	30	30
Letras Língua e Literatura Portuguesa	IH13	Noturno	Licenciatura	64	64	64	64	64	64
Letras-Língua e Literatura Portuguesa	IH23	Vespertino	Licenciatura	64	64	64	64	64	64
Matemática*	IE03-B	Matutino	Bacharelado	16	16	16	-	-	-

Matemática	IE03-L	Matutino	Licenciatura	40	40	40	60	60	60
Matemática	IE07	Noturno	Licenciatura	70	70	35	60	60	60
Matemática Aplicada *	IE16	Diurno	Bacharelado	30	30	30	36	36	
Matemática Pura e Aplicada	IE18	Diurno	Bacharelado	-	-	-	-	-	36
Medicina	FS02	Diurno	Bacharelado	112	112	112	112	112	112
Música	IH19	Matutino	Licenciatura	26	26	26	-	-	-
Música	IH28	Noturno	Licenciatura	26	26	26	50	50	34
Odontologia	FS03	Diurno	Bacharelado	42	42	42	42	42	42
Pedagogia	FE02	Matutino	Licenciatura	84	84	84	84	84	84
Pedagogia	FE03	Vespertino	Licenciatura	84	84	84	84	84	84
Psicologia – Formação de Psicólogo	FE06-FP	Noturno	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Química	IE11	Diurno	Bacharelado	36	36	36	36	36	36
Química	IE12	Diurno	Licenciatura	36	-	-	-	-	-
Química	IE09	Noturno	Licenciatura	36	72	72	72	72	72
Relações Públicas*	IH39	Diurno	Bacharelado	-	-	-	-	-	34
Serviço Social	IH06	Vespertino	Bacharelado	56	56	56	56	56	56
Serviço Social	IH26	Noturno	Bacharelado	42	42	42	42	42	42
Sistema de Informação*	IE15	Vesp./Noturno	Bacharelado	46	46	46	-	-	-
Zootecnia	FG04	Diurno	Bacharelado	46	46	46	46	46	46
TOTAL DE VAGAS OFERTADAS - CAMPUS MANAUS				3830	3830	3795	3828	3828	3812

Vale ressaltar que em 2020 a nomenclatura do curso de Comunicação Social foi alterada para Relações Públicas em 2021, Matemática Aplicada para Matemática Pura e Aplicada e Sistema da Informação para Engenharia de Software. Já o curso de bacharelado em Matemática foi ofertado até o ano 2018 sendo suas vagas distribuídas para o curso de licenciatura em Matemática e Música licenciatura no turno diurno com vagas remanejadas para Música licenciatura no período noturno. O curso de Química licenciatura no turno diurno foi ofertado até o ano de 2016 sendo suas vagas remanejadas para Química licenciatura noturno.

Nas Unidades fora da sede, são oferecidos 35 (trinta e cinco) cursos de graduação regulares divididos entre o Campus de Benjamin Constant - Instituto de Natureza e Cultura (INC), Campus de Coari - Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB), Campus de Humaitá - Instituto de Agricultura e Ambiente (IEAA), Campus de Itacoatiara - Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), e o Campus de Parintins - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), sendo ofertadas 825 vagas por meio do Processo Seletivo Contínuo (PSC) 825 anuais vagas por meio do Processo Seletivo do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e 48 (quarenta e oito) vagas para o curso de Medicina/Coari, por meio de Processo Seletivo para o Interior – PSI, conforme segue:

Vagas ofertadas para as Unidades Acadêmicas do Interior no período de 2016 a 2021:

Quadro 100 Instituto de Natureza e Cultura – INC, Campus de Benjamin Constant

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Administração	IN01	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Antropologia	IN03	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Ciências Agrárias e do Ambiente	IN07	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Ciências: Biologia e Química	IN06	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Letras - Língua Portuguesa e Língua Espanhola	IN05	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50

Pedagogia	IN02	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
TOTAL DO CAMPUS DE BENJAMIN CONSTANT				300	300	300	300	300	300

Quadro 101 Instituto de Saúde e Biotecnologia – ISB, Campus de Coari

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Biotecnologia	IS02	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Ciências: Biologia e Química	IS06	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Ciências: Matemática e Física	IS05	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Enfermagem	IS04	Diurno	Bacharelado	40	40	40	40	40	40
Fisioterapia	IS03	Diurno	Bacharelado	40	40	40	40	40	40
Nutrição	IS01	Diurno	Bacharelado	40	40	40	40	40	40
Medicina	IS07	Diurno	Bacharelado	24	36	15	0	0	0
TOTAL DO CAMPUS DE COARI				294	306	285	270	270	270

Quadro 102 Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA, Campus de Humaitá

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agronomia	IA01	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Ciências: Biologia e Química	IA03	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Ciências: Matemática e Física	IA06	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Engenharia Ambiental	IA02	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa	IA05	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	IA04	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
TOTAL DO CAMPUS DE HUMAITÁ				300	300	300	300	300	300

Quadro 103 Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ, Campus de Parintins

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Administração	IP01	Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Artes Visuais	IP07	Noturno	Licenciatura	30	30	30	30	30	30
Comunicação Social - jornalismo	IP02	Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Educação Física	IP03	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	IP04	Noturno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Serviço Social	IP05	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Zootecnia	IP06	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
TOTAL DO CAMPUS DE PARINTINS				330	330	330	330	330	330

Quadro 104 Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – ICET, Campus de Itacoatiara

CURSO	CÓDIGO DO CURSO	TURNO	MODALIDADE	TOTAL DE VAGAS OFERTADAS					
				2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agronomia	IT18	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Farmácia	IT02	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Ciências: Biologia e Química	IT05	Diurno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Ciências: Matemática e Física	IT04	Noturno	Licenciatura	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Produção	IT03	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Software	IT16	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Engenharia Sanitária	IT17	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	IT19	Noturno	Licenciatura	0	0	0	0	50	50

Química Industrial	IT06	Diurno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
Sistemas de Informações	IT01	Noturno	Bacharelado	50	50	50	50	50	50
TOTAL DO CAMPUS DE ITACOATIARA				450	450	450	450	500	500
TOTAL DE VGAS OFERTADAS PARA OS CAMPUS DO INTERIOR				1674	1686	1665	1650	1700	1700

A seguir a relação dos Cursos de Graduação da Capital e Interior distribuídos pelas áreas de conhecimento, em conformidade com a tabela de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Quadro 105 Área de Ciências Agrárias

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
399	FG01	Agronomia	FCA	Resolução Nº012/1976 - CONSUNI de 04/03/1976	Portaria MEC nº 111 de 04/02/2021, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 05/02/2021.
101620	IA01	Agronomia	IEAA	Resolução nº 034/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 823 de 02/01/2015
1167330	IT18	Agronomia	ICET	Resolução nº 053/2011 - CONSEPE/CEG de 18/08/2011	Curso Reconhecido – Portaria nº 798 de 06/07/2017
101610	IN07	Ciências Agrárias e do Ambiente	INC	Resolução nº 045/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 299 de 27/12/2012
1167036	FG05	Engenharia de Alimentos	FCA	Resolução Nº028/2010 - CONSEPE de 06/07/2010	Portaria MEC nº914 de 14/08/2017, de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/08/2017.
386	FG03	Engenharia de Pesca	FCA	Resolução Nº008/1988 - CONSEPE de 27/09/1988	Portaria MEC nº797 de 26/07/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 28/07/2017.
385	FG02	Engenharia Florestal	FCA	Resolução Nº009/1987 - CONSEPE de 24/08/1987	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
65424	FG04	Zootecnia	FCA	Resolução Nº033/2002 - CONSEPE de 31/07/2002	Portaria MEC nº 823 de 30/12/2014, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU 02/01/2015.
112108	IP06	Zootecnia	ICSEZ	Resolução nº 016/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 056/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 823 de 02/01/2015

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 106 Área de Ciências Biológicas

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
398	IB01-L	Ciências Biológicas	ICB	Resolução Nº 046/1972 - CONSUNI de 10/10/1972	Portaria MEC nº 410 de 11/10/2011, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 14/10/2011.
1157579	IB01-B	Ciências Biológicas	ICB	Resolução Nº 047/2004 - CONSEPE de 14/12/2004	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
398	IB15	Ciências Biológicas	ICB	Resolução Nº 046/1972 - CONSUNI de 10/10/1972	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 107 Área de Ciências da Saúde

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
396	IB02	Educação Física	FEFF	Resolução N°04/1969 - CONSUNI de 24/02/1969	Portaria MEC n°796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
396	IB16	Educação Física	FEFF	Resolução N° 062/2010 - CONSEPE de 31/10/2010	Portaria MEC n°796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
112102	IP03	Educação Física	ICEZ	Resolução n° 019/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução n° 059/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Renovação de Reconhecimento - Portaria MEC n° 921 de 27/12/2018.
104366	IB06	Educação Física – Promoção em Saúde e Lazer	FEFF	Resolução N°011/2005 - CONSEPE de 13/07/2005	Portaria MEC n°796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
1044364	IB07	Educação Física – Treinamento Esportivo	FEFF	Resolução N°011/2005 - CONSEPE de 13/07/2005	Portaria MEC n°796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
2133	EM01	Enfermagem	EEM	Resolução N°1.051 - CONSUNI de 14/10/1961.	Portaria MEC n° 133 de 01/03/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 02/03/2018.
101653	IS04	Enfermagem	ISB	Resolução n° 037/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria n° 823 de 02/01/2015
390	FS01	Farmácia	FCF	Resolução n°06/1965 - CONSUNI de 20/11/1965	Curso Reconhecido - Portaria n° 823 de 02/01/2015
112090	IT02	Farmácia	ICET	Resolução n° 024/2004 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução n° 064/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria n° 823 de 02/01/2015
112290	IB08	Fisioterapia	FEFF	Resolução N°006/2007 - CONSEPE de 14/03/2007	Portaria MEC n°1.193 de 24/11/2017, de Reconhecimento, publicado no DOU de 27/11/2017.
101651	IS03	Fisioterapia	ISB	Resolução n° 039/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria n° 823 de 02/01/2015
389	FS02	Medicina	FM	Resolução n°06/1965 - CONSUNI de 20/11/1965	Portaria MEC n°276 de 20/04/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 23/04/2018.
5001406	IS07	Medicina	ISB	Resolução n° 019/2015 – CONSUNI de 15/05/2015	Autorizado pela Portaria n° 962 de 01/09/2017, publicado no DOU de 04/09/2017
101645	IS01	Nutrição	ISB	Resolução n° 038/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria n° 823 de 02/01/2015
391	FS03	Odontologia	FAO	Resolução N°4069-A/1962 - CONSUNI de 06/1962	Portaria MEC n° 823 de 30/12/2014, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU 02/01/2015.

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 108 Área de Ciências Exatas e da Terra

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
62484	IE08	Ciência da Computação	ICOMP	Resolução N°032/1985 - CONSUNI de 07/10/1985	Portaria MEC n°1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.

84288	FT05	Engenharia da Computação	FT	Resolução Nº031/2003 - CONSEPE de 04/07/2003	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
122634	IE17	Engenharia de Software**	ICOMP	Resolução Nº033/2012 - CONSEPE de 24/07/2012	Portaria MEC nº921 de 27/12/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 28/12/2018.
400	IE01	Estatística	ICE	Resolução Nº015/1976 - CONSUNI de 07/05/1976	Portaria MEC nº110 de 25/06/2012, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 25/06/2012.
397	IE13	Física	ICE	Resolução Nº042/1972 - CONSUNI de 09/10/1972	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
397	IE10	Física	ICE	Resolução Nº42/1972 - CONSUNI de 09/10/1972	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
1106984	IE14	Física	ICE	Resolução Nº042/1972 - CONSUNI de 09/10/1972	Decreto Federal nº 77.138 de 12/02/1976, de Reconhecimento, publicado no DOU de 13/02/1976.
401	IE02	Geologia	ICE	Resolução Nº016/1976 - CONSUNI de 07/05/1976	Portaria MEC nº 58 de 02/02/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 05/02/2018.
379	IE03-L	Matemática	ICE	DECRETO Nº50.046/1961 de 25/01/1961	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
379	IE07	Matemática	ICE	DECRETO Nº50.046/1961 de 25/01/1961	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
5000500	IE18	Matemática Pura e Aplicada	ICE	Resolução Nº053/2010 - CONSEPE de 31/08/2010, Nomenclatura do curso alterada pela Resolução nº 049-2021/Ceg/Consepe, de 23/09/2021.	Portaria MEC nº 921 de 27/12/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicada no DOU de 28/12/2018.
382	IE11	Química	ICE	Resolução Nº004/1981 - CONSUNI de 20/11/1981	Decreto Federal nº 77.138 de 12/02/1976, de Reconhecimento, publicado no DOU de 13/02/1976.
1106983	IE09	Química	ICE	Resolução Nº021/2004 - CONSEPE de 21/12/2004	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.

Fonte: PROEG, 2022

Quadro 109 Área de Ciências Humanas

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
101612	IN03	Antropologia	INC	Resolução nº 042/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 304 de 27/12/2012
407	IH10	Ciências Sociais	IFCHS	Resolução Nº012/1987 - CONSUNI de 26/08/1987.	Portaria MEC nº 286 de 21/12/2012, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 27/12/2012.
380	IH14	Filosofia	IFCHS	Decreto nº 50.046/1961 de 24/02/1961	Portaria MEC nº 921 de 27/12/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicada no DOU de 28/12/2018.
403	IH07-L	Geografia	IFCHS	Resolução Nº004/1980 - CONSUNI de 14/08/1985.	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
403	IH22	Geografia	IFCHS	Resolução Nº004/1980 - CONSUNI de 14/08/1985	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.

300403	IH07-B	Geografia	IFCHS	Resolução Nº004/1980 - CONSUNI de 14/08/1985	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
402	IH08	História	IFCHS	Resolução Nº003/1980 - CONSUNI de 14/08/1980	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
402	IH20	História	IFCHS	Resolução Nº003/1980 - CONSUNI de 14/08/1980	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
381	FE02	Pedagogia	FACED	Decreto nº 50.046/1961 de 24/02/1961	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
381	FE03	Pedagogia	FACED	Decreto nº 50.046/1961 de 24/02/1961	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
112100	IP04	Pedagogia	ICSEZ	Resolução nº 020/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 060/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 664 de 12/12/2013
	IT19	Pedagogia	ICET	Curso Criado pela Resolução nº 006/2021-CEG/CONSEPe, de 19/03/2021.	
101639	IA04	Pedagogia	IEAA	Resolução nº 029/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 317 de 27/12/2012
101614	IN02	Pedagogia	INC	Resolução nº 043/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 302 de 27/12/2012
18353	FE06-FP	Psicologia – Formação de Psicólogo	FAPSI	Resolução Nº040/1995 - CONSUNI de 14/11/1995	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 110 Área de Ciências Sociais Aplicadas

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
392	FA01	Administração	FES	Resolução Nº09/1965 - CONSUNI de 20/11/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
392	FA02	Administração	FES	Resolução Nº09/1965 - CONSUNI de 20/11/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
112106	IP01	Administração	ICSEZ	Resolução nº 017/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 057/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Renovação de Reconhecimento - Portaria MEC nº 211 de 25/06/2020.
101608	IN01	Administração	INC	Resolução nº 018/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 058/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 655 de 11/12/2013
122640	FT10	Arquitetura e Urbanismo	FT	Resolução Nº048/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº 674 de 31/10/2016, de Reconhecimento, publicado no DOU de 11/11/2016.
122636	IH25	Arquivologia	FIC	Resolução Nº049/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº 298 de 09/07/2013, de Reconhecimento, publicado no DOU de 10/07/2017.

396	IH01	Biblioteconomia	FIC	Resolução Nº029/1966 - CONSUNI de 14/11/1966	Portaria MEC nº 622 de 25/11/2013, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 26/11/2013.
388	FA03	Ciências Contábeis	FES	Resolução Nº03/1965 - CONSUNI de 10/03/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
388	FA04	Ciências Contábeis	FES	Resolução Nº03/1965 - CONSUNI de 10/03/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
378	FA05	Ciências Econômicas	FES	Resolução Nº03/1965 - CONSUNI de 10/03/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
378	FA06	Ciências Econômicas	FES	Resolução Nº03/1965 - CONSUNI de 10/03/1965	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de R Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
395	IH27	Comunicação Social – Jornalismo	FIC	Resolução Nº002/1969 - CONSUNI de 03/02/1969	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
112104	IP02	Comunicação Social – Jornalismo	ICSEZ	Resolução nº 018/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 058/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 655 de 11/12/2013
116832	FT07	Design	FT	Resolução Nº010/1987 - CONSEPE de 24/08/1987	Portaria MEC nº272 de 03/04/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 04/04/2017.
376	FD01	Direito	FD	Lei Estadual Nº 601/2009 de 08/10/1909	Portaria MEC nº934 de 24/08/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 25/08/2017.
376	FD02	Direito	FD	Lei Estadual Nº 601/2009 de 08/10/1909	Portaria MEC nº934 de 24/08/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 25/08/2017.
20252	IH27	Relações Públicas	FIC	Resolução Nº002/1969 - CONSUNI de 03/02/1969, Nomenclatura do Curso Alterada pela Resolução nº 007/2020-CEG/CONSEPE, de 05/03/2020.	Portaria MEC nº 411 de 30/08/2013, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 02/09/2013.
377	IH06	Serviço Social	IFCHS	Resolução Nº050/1972 - CONSUNI de 03/11/1972	Portaria MEC nº 133 de 01/03/2018 de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 02/03/2018.
377	IH26	Serviço Social	IFCHS	Resolução Nº068/2007 - CONSUNI de 26/04/2007	Portaria MEC nº 133 de 01/03/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 02/03/2018.
112098	IP05	Serviço Social	ICSEZ	Resolução nº 021/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 061/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 823 de 02/01/2015

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 111 Área de Engenharias

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
101622	IA02	Engenharia Ambiental	IEAA	Resolução nº 033/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 655 de 11/12/2013
383	FT01	Engenharia Civil	FT	DECRETO Nº. 69.924 DE 13/01/1972	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.

122630	FT08	Engenharia de Materiais	FT	Resolução Nº042/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
122642	FT11	Engenharia de Petróleo e Gás	FT	Resolução Nº045/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
84526	FT06	Engenharia de Produção	FT	Resolução Nº022/2007 - CONSUNI de 26/01/2007	Portaria MEC nº 286 de 21/12/2012, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 27/12/2012.
112088	IT03	Engenharia de Produção	ICET	Resolução nº 022/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 062/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria nº 286 de 21/12/2012
1158678	IT16	Engenharia de Software	ICET	Resolução nº 027/2010 - CONSEPE de 30/08/2010	Curso Reconhecido – Portaria nº 415 de 26/08/2016
118412	FT02-E	Engenharia Elétrica – Eletrônica	FT	Resolução Nº029/2004 - CONSEPE de 23/11/2004	Processo nº 200901794 - Renovação de Reconhecimento Tramitando.
118410	FT02-ET	Engenharia Elétrica – Eletrotécnica	FT	Resolução Nº029/2004 - CONSEPE de 23/11/2005	Portaria MEC nº 36 de 17/01/2018, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 17/01/2018.
118408	FT02-T	Engenharia Elétrica – Telecomunicações	FT	Resolução Nº029/2004 - CONSEPE de 23/11/2006	Processo nº 200901792 - Renovação de Reconhecimento Tramitando.
122628	FT09	Engenharia Mecânica	FT	Resolução Nº043/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
122644	FT12	Engenharia Química	FT	Resolução Nº044/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
1171749	IT17	Engenharia Sanitária	ICET	Resolução nº 052/2010 - CONSUNI de 31/08/2010	Curso Reconhecido – Portaria nº 91 de 02/02/2018
112086	IT01	Sistemas de Informações	ICET	Resolução nº 025/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 065/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria nº 306 de 27/12/2012

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 112 Área de Linguística, Letras e Artes

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
65426	IH21	Letras - Língua e Literatura Espanhola	FLET	Resolução Nº028/2002 - CONSUNI de 31/07/2002	Portaria MEC nº846 de 04/08/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 07/08/2017.
33083	IH16	Letras - Língua e Literatura Francesa	FLET	Resolução Nº02/1965 - GR de 10/03/1965	Portaria MEC nº846 de 04/08/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 07/08/2017.
27733	IH15	Letras - Língua e Literatura Inglesa	FLET	Resolução Nº02/1965 - GR de 10/03/1965	Portaria MEC nº846 de 04/08/2017, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 07/08/2017.
1128322	IH29	Letras - Língua e Literatura Japonesa	FLET	Resolução Nº051/2010 - CONSEPE de 31/08/2010	Portaria MEC nº 211 de 22/06/2016, de Reconhecimento, publicado no DOU de 23/06/2016.
101606	IN05	Letras - Língua Portuguesa e Língua Espanhola	INC	Resolução nº 041/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 273 de 14/12/2012

101641	IA05	Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa	IEAA	Resolução nº 030/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 276 de 14/12/2012
1270121	IH32	Letras –Língua Brasileira de Sinais (Libras)	FLET	Resolução Nº014/2014 - CONSEPE e 21/03/2014	Processo nº 201709676 - Reconhecimento Tramitando.
34646	IH13	Letras Língua e Literatura Portuguesa	FLET	Resolução Nº02/1965 - GR de 10/03/1965	Portaria MEC nº796 de 14/12/2016, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 15/12/2016.
34646	IH23	Letras-Língua e Literatura Portuguesa	FLET	Resolução Nº02/1965 - GR de 10/03/1965	Portaria MEC nº 286 de 21/12/2012, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 27/12/2012.

Fonte: PROEG, 2022

Quadro 113 Linguística, Letras e Artes

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
62512	IH30	Artes Visuais	FAARTES	Resolução Nº 016/2006 –CONSEPE de 07/08/2006	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
62512	IH31	Artes Visuais	FAARTES	Resolução Nº 016/2006 – CONSEPE de 07/08/2006	Portaria MEC nº1.098 de 24/12/2015, de Renovação de Reconhecimento, publicado no DOU de 30/12/2015.
1103469	IP07	Artes Visuais	ICSEZ	Resolução nº 052/2009 - CONSEPE/CEG de 01/10/2009	Curso Reconhecido - Portaria MEC nº 295 de 08/07/2016
122648	IH28	Música	FAARTES	Resolução Nº053/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº 307 de 27/12/2012, de Reconhecimento, publicado no DOU de 31/12/2012.
-	IH44	Música – Canto Lírico	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	
-	IH43	Música – Flauta Transversal	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	
-	IH40	Música – Piano	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	
-	IH45	Música – Regência	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	
-	IH41	Música – Violão	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	
-	IH42	Música – Violino	FAARTES	Resolução 046/2019 –CEG/CONSEPE, de 19/12/2019.	

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 114 Área Multidisciplinar

Código Inep	Código do Curso	Curso	Unidade Acadêmica	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
122632	IB09	Biociências	ICB	Resolução Nº047/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº 678 de 31/10/2016, de Reconhecimento, publicada no DOU de 01/11/2016.
101647	IS02	Biociências	ISB	Resolução nº 035/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 14 de 02/03/2012
394	IB05	Ciências Naturais	ICB	Resolução Nº030/1966 - CONSUNI de 14/10/1966	Processo nº 201204136 - Renovação de Reconhecimento Tramitando.
122646	IB14	Ciências Naturais	ICB	Resolução Nº030/1966 - CONSUNI de 14/10/1966	Processo nº 201204136 - Renovação de Reconhecimento Tramitando.
101618	IN05	Ciências: Biologia e Química	IN06	Resolução nº 068/2007 – CONSUNI de 26/14/2007	Curso Reconhecido – Portaria nº 447 de 19/05/2017
101659	IS06	Ciências: Biologia e Química	ISB	Resolução nº 036/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 306 de 27/12/2012
101637	IA03	Ciências: Biologia e Química	IEAA	Resolução nº 032/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 60 de 10/02/2014

112094	IT05	Ciências: Biologia e Química	ICET	Resolução nº 026/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 066/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria nº 286 de 21/12/2012
101655	IS05	Ciências: Matemática e Física	ISB	Resolução nº 040/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 299 de 14/04/2015
101643	IA06	Ciências: Matemática e Física	IEAA	Resolução nº 032/2005 – CONSUNI de 25/11/2005	Curso Reconhecido - Portaria nº 60 de 10/02/2014
112096	IT04	Ciências: Matemática e Física	ICET	Resolução nº 027/2007 – CONSUNI de 29/01/2007, alterada pela Resolução nº 067/2007 – CONSUNI de 26/04/2007	Curso Reconhecido - Portaria nº 319 de 28/12/2012

Fonte: PROEG, 2022.

Além dos cursos de graduação regulares, a UFAM oferta cursos de graduação voltados para formação dos povos indígenas, vinculados a Faculdade de Educação (FACED) e pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), conforme segue:

Quadro 115 Cursos oferecidos aos Povos Indígenas pela Faculdade de Educação

Código inep	Código do curso	Curso	Município	Ano de ingresso	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
1179494	FE07	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	BORBA	2011/1	Resolução Nº 041/2009 - CONSEPE de 01/10/2009	Portaria MEC nº 617 de 30/10/2014, de Reconhecimento, publicado no DOU de 31/10/2014.
	FE08	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes				
	FE09	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas				
	FE10	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	MAUÉS	2011/2		
	FE11	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes				
	FE12	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas				
	FE13	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais	TEFÉ (Médio Solimões)	2013/2		
	FE14	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes				
	FE15	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas				
	FE16	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (Alto Rio Negro)	2015/1		
FE18	Formação de Professores Indígenas - Exatas e Biológicas					

	FE19	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais			
	FE17	Formação de Professores Indígenas - Letras e Artes	BENJAMAIN CONSTANT (Alto Solimões)	2015/1	
	FE22	Formação de Professores Indígenas - Humanas e Sociais – Lábrea	LÁBREA	2015/1	
	FE25	Formação de Professores Indígenas	MANICORÉ	2015/1	

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 116 Cursos oferecidos aos Povos Indígenas pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

Código inep	Código do curso	Curso	Município	Ano de ingresso	Criação do Curso	Portaria de Renovação de Reconhecimento de Curso
12025 16	IH33	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	2013/2	Resolução Nº 028/2007 - CONSEPE de 29/01/2006	Portaria MEC nº 44 de 22/01/2015, de Reconhecimento, publicado no DOU de 23/01/2015.
	IH33	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Baniwa	São Gabriel da Cachoeira	2016/1		
	IH34	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Tukano	São Gabriel da Cachoeira	2013/2		
	IH34	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável – Tukano	São Gabriel da Cachoeira	2016/1		
	IH35	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Nheengatu		2016/1		
	IH36	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Yanomami	São Gabriel da Cachoeira	2014/1		
	IH37	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Sateré-Mawé	Parintins	2014/1		
	IH38	Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável - Nheengatu	Santa Izabel do Rio Negro	2014/1		

Fonte: PROEG, 2022.

Ofertas dos cursos de Graduação na modalidade de Ensino a Distância – EaD.

Quadro 117 Cursos oferecidos, em 2017, na modalidade Educação a Distância – EaD

CÓDIGO INEP	CÓDIGO DO CURSO	CURSO	TIPO DE GRADUAÇÃO	TURNO	UNIDADE ACADÊMICA	MUNICÍPIO DE OFERTA	ANO DE INGRESSO	CRIAÇÃO DO CURSO	PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE CURSO
112126	IH57	Artes Visuais	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Itacoatiara-AM	2017/2	Resolução Nº 066/2010 - CONSEPE de 30/09/2010	Portaria MEC nº 923 de 27/11/2015, de Reconhecimento, publicado na DOU de 30/11/2015.
	IH58	Artes Visuais	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Santa Isabel do Rio Negro-AM	2017/2		
	IH59	Artes Visuais	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Tefé-AM	2017/2		
112118	FG62	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Coari	2017/2	Resolução Nº 064/2010 - CONSEPE de 30/09/2010	Portaria MEC nº 499 de 01/07/2015, de Reconhecimento, publicado no DOU de 02/07/2015.
	FG63	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Manacapuru	2017/2		
	FG64	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Maués	2017/2		
	FG65	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Amajari-RR	2017/2		

	FG66	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Caracarai-RR	2017/2		
	FG67	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Boa Vista-RR	2017/2		
104368	IB33	Ciências Biológicas	Licenciatura	Diurno	ICB	Caracará - RR	2017/2	Resolução Nº 008/2005 - CONSEPE de 23/03/2005	Portaria MEC nº 674 de 12/12/2013, de Reconhecimento, publicado na DOU de 17/12/2013.
	IB34	Ciências Biológicas	Licenciatura	Diurno	ICB	Mucajaí - RR	2017/2		
	IB34	Ciências Biológicas	Licenciatura	Diurno	ICB	São Luiz do Anauá - RR	2017/2		
122002	IB70	Educação Física	Licenciatura	Diurno	FEFF	Itacoatiara-AM	2017/2	Resolução Nº 059/2010 - CONSEPE de 30/09/2010	Processo nº 201306219 - Reconhecimento Tramitando.
	IB71	Educação Física	Licenciatura	Diurno	FEFF	Lábrea-AM	2017/2		
	IB72	Educação Física	Licenciatura	Diurno	FEFF	Maués-AM	2017/2		
	IB73	Educação Física	Licenciatura	Diurno	FEFF	Manacapuru-A M	2017/2		
118306	FA66	Administração Pública	Bacharelado	Diurno	FES	Cruzeiro do Sul - AC	2017/2	Resolução Nº 036/2013 - CONSEPE de 19/06/2013	Portaria MEC nº 623 de 30/10/2014, de Reconhecimento, publicado na DOU de 31/10/2014.
	FA67	Administração Pública	Bacharelado	Diurno	FES	Manaus-AM	2017/2		
	FA68	Administração Pública	Bacharelado	Diurno	FES	Tefé - AM	2017/2		

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 118 Cursos oferecidos, em 2021, na modalidade Educação a Distância – EaD

Código Inep	Código do curso	Curso	Tipo de graduação	Turno	Unidade Acadêmica	Município de oferta	Ano de Ingresso
Em processo de credenciamento	IH62	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Rio Branco	2021/2
	IH63	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Coari	2021/2
	IH64	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Itacoatiara	2021/2
	H65	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Manacapuru	2021/2
	IH66	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Maués	2021/2
	IH69	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Tabatinga	2021/2
	IH68	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Santa Izabel do Rio Negro	2021/2
	IH67	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Parintins	2021/2

	IH60	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Ariquemes	2021/2
	IH61	Biblioteconomia	Bacharelado	Diurno	FIC	Boa vista	2021/2
1104306	FA72	Administração	Bacharelado	Diurno	FES	Presidente Figueiredo	2021/2
1104306	FA73	Administração	Bacharelado	Diurno	FES	Tabatinga	2021/2
1104306	FA71	Administração	Bacharelado	Diurno	FES	Porto Velho	2021/2
1104306	FA69	Administração	Bacharelado	Diurno	FES	Boa vista	2021/2
1104306	FA70	Administração	Bacharelado	Diurno	FES	Mucajá	2021/2
112118	FG71	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Itacoatiara	2021/2
112118	FG72	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Parintins	2021/2
112118	FG68	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Ariquemes	2021/2
112118	FG69	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	Rorainópolis	2021/2
112118	FG70	Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	FCA	São Luiz do Anauá	2021/2

Fonte: PROEG, 2022.

Quadro 119 Cursos em processo de credenciamento 2021

Código Inep	Código do curso	Curso	Tipo de graduação	Turno	Unidade Acadêmica	Município de oferta	Ano de Ingresso
Em processo de credenciamento	IH70	Música	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Coari	2021/2
	IH71	Música	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Itacoatiara	2021/2
	IHT2	Música	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Manacapuru	2021/2
	IH73	Música	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Parintins	2021/2
	IH74	Música	Licenciatura	Diurno	FAARTES	Tabatinga	2021/2

Fonte: PROEG, 2022.

No que se refere à Pós-Graduação, a UFAM oferece 36 (trinta e seis) programas entre Mestrados e Doutorados, sendo 34 (trinta e quatro) na sede e 2 (dois) fora da sede, conforme segue:

Quadro 120 Cursos oferecidos na Pós-Graduação Stricto Sensu

Programa	Ano de criação do Mestrado	Ano de criação do Doutorado	Ano de homologação do Mestrado	Ano de homologação do Doutorado	Área (área de avaliação)	Unidade
Agronomia Tropical	1995	2007	2012	2012	Agronomia (Ciências Agrárias I)	Sede
Antropologia Social	2008	2010	2012	2009	Antropologia (Antropologia / Arqueologia)	Sede
Biodiversidade e Biotecnologia - Rede Bionorte	-	2012	-	2012	Biotecnologia (Biotecnologia)	Sede
Biotecnologia	2003	2001	2012	2012	Biotecnologia (Biotecnologia)	Sede
Ciência e Engenharia de Materiais	2009	-	2012	-	Materiais (Materiais)	Sede
Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos	2012	-	2012	-	Ciências Ambientais (Ciências Ambientais)	Fora da Sede (Itacoatiara)
Ciências Ambientais*	2015	-	2016	-	Ciências Ambientais	Sede
Ciências da Comunicação	2008	-	2012	-	Comunicação (Ciências Sociais Aplicadas I)	Sede
Ciências da Saúde	2013	-	2012	-	Doenças Infecciosas e Parasitárias (Medicina II)	Sede
Ciências ao Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	2000	2011	2012	2011	Ciências Ambientais (Ciências Ambientais)	Fora da Sede (Humaitá)
Ciências Farmacêuticas	2009	-	2012	-	Farmácia (Farmácia)	Sede
Ciências Florestais e Ambientais	2003	-	2012	-	Recursos Florestais e Engenharia Florestal (Ciências Agrárias I)	Sede
Ciências Animal e Recursos Pesqueiros nos Trópicos (***)	2006	2006	2007	2007	Recursos Pesqueiros e Engenharia De Pesca (Zootecnia / Recursos Pesqueiros) Obs: Migração para fusão de programas	Sede
	Fusão 2020	2020	2020	2020		
Ciências do Movimento	2020	-	2020	-	Educação Física	Sede
Cirurgia (*)	2015	-	2016	-	Medicina III	Sede
Direito	2019	-	2020	-	Direito	Sede
Design	2017	-	2017	-	Arquitetura, Urbanismo e Design.	Sede
Educação	1987	2010	1987	2010	Educação (Educação)	Sede
Enfermagem no contexto Amazônico	2019	-	2019	-	Enfermagem	Sede
Ensino das Ciências e Humanidades	2017	-	2017	-	Educação	Sede
Engenharia de Produção	1999	-	2012	-	Engenharia de Produção (Engenharias III)	Sede
Engenharia Elétrica	2005	-	2012	-	Engenharia Elétrica (Engenharias IV)	Sede
Ensino de Ciências e Matemática	2014	-	2014	-	Ensino de Ciências e Matemática (Ensino)	Sede
Física	1999	-	2012	-	Física (Astronomia / Física)	Sede

Geociências	2000	-	2012	-	Geociências (Geociências)	Sede
Geografia	2007	-	2012	-	Geografia (Geografia)	Sede
História	2006	-	2012	-	História (História)	Sede
Imunologia Básica e Aplicada	2009	2014	2009	2014	Imunologia (Ciências Biológicas III)	Sede
Informática	2001	2008	2012	2012	Ciência da Computação (Ciência da Computação)	Sede
Letras	2010	-	2010	-	Letras (Letras / Linguística)	Sede
Matemática	1998	-	2012	-	Matemática (Matemática / Probabilidade e Estatística)	Sede
Odontologia	2012	-	2012	-	Odontologia (Odontologia)	Sede
Psicologia	2009	-	2012	-	Psicologia (Psicologia)	Sede
Química	1987	2007	2012	2012	Química dos produtos naturais (Química)	Sede
Serviço Social	2007	-	2012	-	Serviço Social (Serviço Social)	Sede
Sociedade e Cultura na Amazônia	1998	2008	2012	2012	Sociais e Humanidades (interdisciplinar)	Sede
Zoologia	2016	2016	2016	2016	Zoologia (Zoologia)	Sede
Fonte: Sistema Nacional de Pós-Graduação, 2015.						
Notas técnicas:						
(*) Cursos novos, não iniciaram as turmas e em processo de homologação.						
(**) Curso em processo de descredenciamento. Aguardando a defesa dos últimos alunos.						
(***) Migrou para fusão de programas – PPG Ciência Animal e PPG Recursos Pesqueiros nos Trópicos.						

Fonte: PROPESP, 2022.

Quanto à pós-graduação, baseado na média do último decênio, estima-se a criação de 10 (dez) novos cursos *stricto sensu*, em consonância com a definição de áreas estratégicas para a expansão dos cursos e para a interiorização da Pós-Graduação, priorizando a vocação das regiões das Unidades fora da sede. Demandas também poderão surgir para programas especiais de formação pedagógica e cursos *lato sensu*.



Capítulo 6

Organização e gestão
de Pessoal

CAPÍTULO 6. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

6.1 Corpo Docente.

6.1.1 Composição, Titulação e Regime de Trabalho.

O corpo docente da Universidade Federal do Amazonas é composto por Doutores, Mestres, Especialistas e Graduados, podendo ser formado não apenas por professores efetivos, mas também Docentes Visitantes, Temporários e Substitutos, os quais desempenham suas atividades acadêmicas por um período determinado.

Quanto ao Regime de Trabalho, os Docentes podem ser vinculados com contratos de Dedicção Exclusiva, 40 horas semanais e 20 horas semanais.

O perfil dos Docentes por Titulação, conforme Tabela 2, mostra que a Universidade Federal do Amazonas conta com 1622 docentes (com base no Catálogo Docente do mês de dezembro de 2021).

Deste total do ano de 2021, 1.079 (66,5%) possuem grau de Doutorado ou acima disso, seguido de mestres, com 413 (25,5%) docentes, 101 (6,2%) docentes são especialistas e 29 (1,8%) são professores graduados.

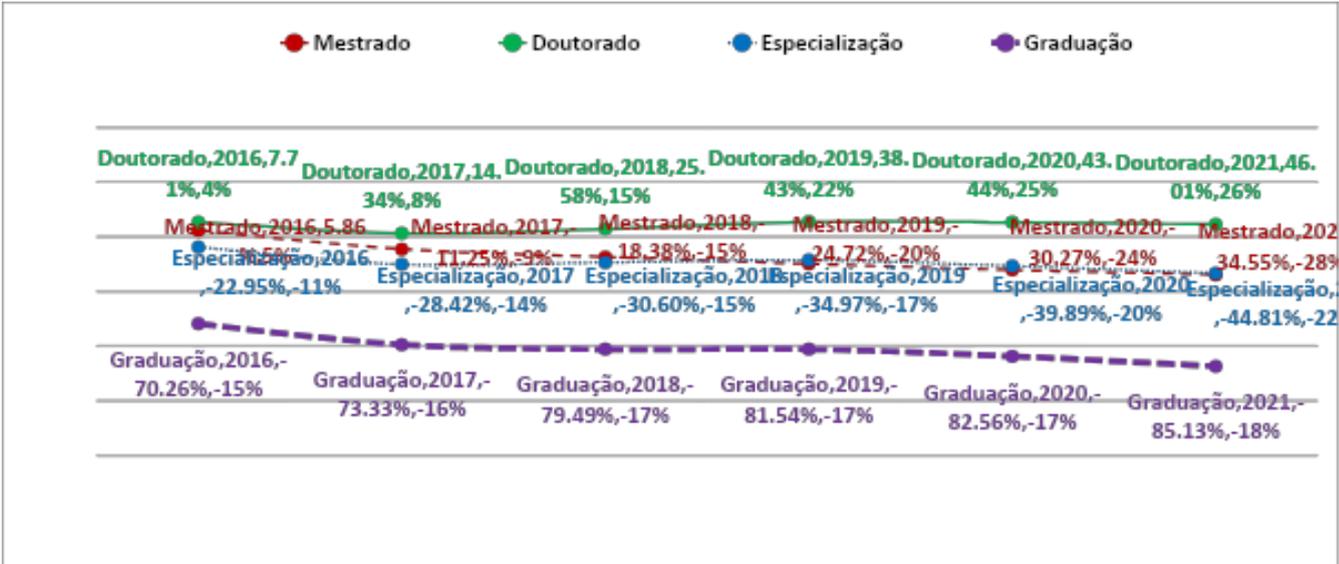
Tabela 2 Evolução do Quantitativo de Docentes por Titulação, com base em 2015.

Titulação	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Doutorado		7,71%	14,34%	25,58%	38,43%	43,44%	46,01%
	739	796	845	928	1023	1060	1079
Mestrado		5,86%	-11,25%	-18,38%	-24,72%	-30,27%	-34,55%
	631	594	560	515	475	440	413
Especialização		-22,95%	-28,42%	-30,60%	-34,97%	-39,89%	-44,81%
	183	141	131	127	119	110	101
Graduação		-70,26%	-73,33%	-79,49%	-81,54%	-82,56%	-85,13%
	195	58	52	40	36	34	29
Total		-9,10%	-9,15%	-7,89%	-5,43%	-5,95%	-7,21%
	1748	1589	1588	1610	1653	1644	1622

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Quanto ao percentual de evolução total, houve uma pequena redução no total de docentes no ano de 2021 em relação ao ano de 2015, onde tínhamos 1748 docentes, passando para 1622 docentes em 2021, redução de 7,21%, conforme demonstrado na mesma tabela acima.

Gráfico 1 Evolução do Percentual de Docentes, por Titulação, com base em 2015



Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Conforme o Gráfico 2, comparando o ano de 2015, último ano da vigência do PDI anterior, com os anos subsequentes, destacamos que entre os anos de 2016 e 2021, houve um crescimento significativo no quantitativo docentes com titulação de Doutorado, passando de 739 para 1039 docentes doutores, o que representou 46% de aumento.

O número de docentes somente com Graduação, foi o quantitativo que apresentou a maior redução, passando de 195 para apenas 29 docentes, significando uma redução expressiva de 85%. Entre os docentes com Especialização, o quantitativo em 2021 foi menor em relação ao quantitativo apresentado em 2015, reduzindo de 183 para 101 docentes especialistas, significando aproximadamente 45% de redução.

E o número de docentes Mestres, também seguiu essa tendência de redução, onde em 2015 tínhamos 631 docentes e passou a ter 413 docentes mestres em 2021, que representou um percentual de redução acima de 34%.

Gráfico 2 Evolução do Quantitativo de Docentes, por Titulação, com base em 2015

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Reiterando o que foi constatado e relatado acima, observa-se no Gráfico 2 que, em contrapartida da redução do número de docentes com apenas a Graduação ou somente a Especialização ou o Mestrado, há uma significativa evolução no número de Doutores.

Dando ênfase à excelente evolução de docentes Doutores, observa-se que em 2015 a diferença entre Mestres e Doutores era de 108 docentes (17%), passando essa diferença em 2021 a ser de 666 docentes (161%).

Nota-se, portanto, ao longo de vários anos, uma política ascendente de qualificação da carreira docente, principalmente para a qualificação de Doutorado.

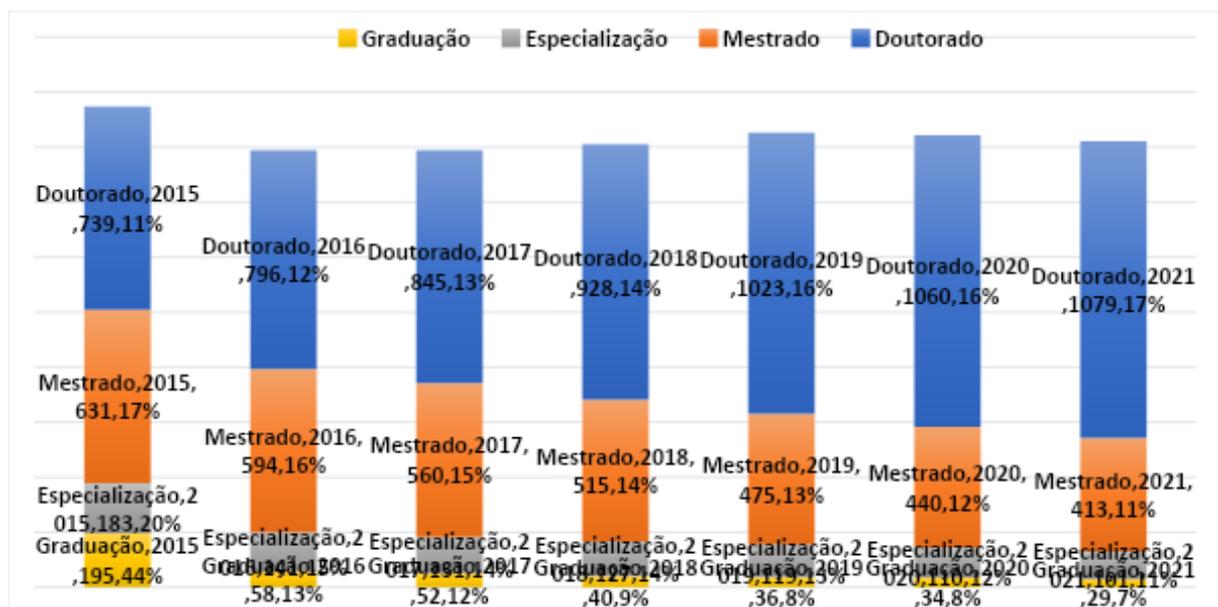
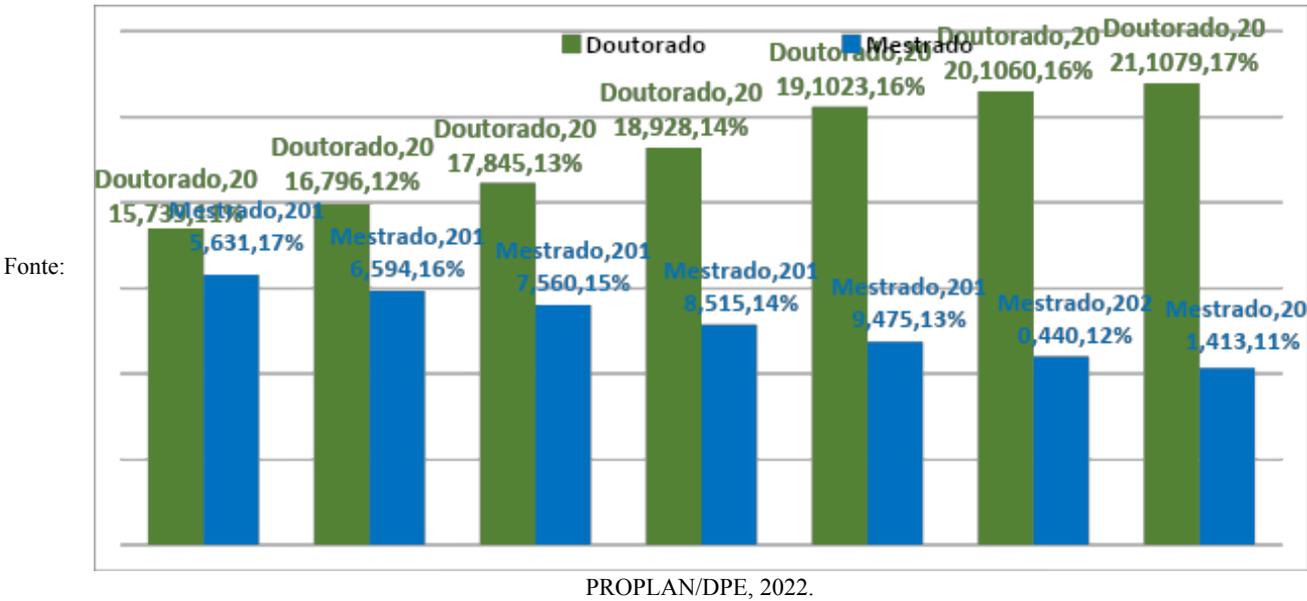


Gráfico 3 Evolução do Quantitativo de Docentes Doutores e Mestres de 2015 a 2021.

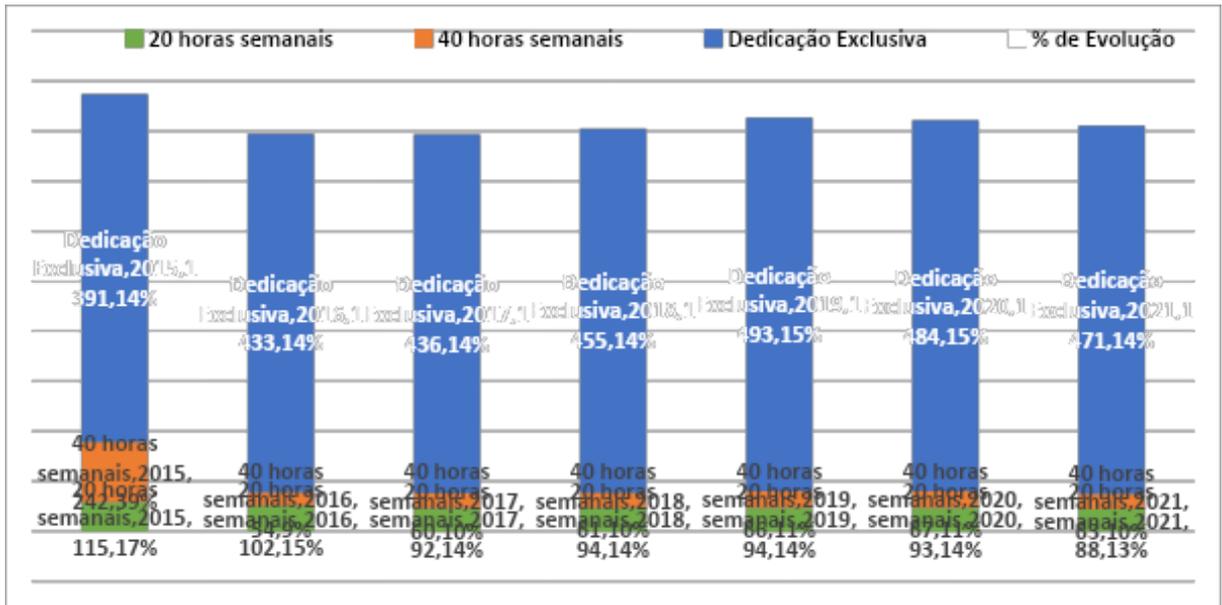


Com relação ao perfil dos Docentes por Regime de Trabalho, de acordo como nos mostra o Gráfico 3, a maior parte do quantitativo atual (com base no Catálogo Docente do mês de dezembro de 2021), ou seja, 1.471 (90,7%) trabalham em regime de Dedicção Exclusiva. Há 63 (3,9%) docentes com 40 horas semanais e 88 (5,4%) docentes com 20 horas semanais de carga horária.

Em comparação com o ano de 2015, o Tabela 3 e o Gráfico 4, ilustram claramente a progressão contínua do quantitativo de docentes com o regime de Dedicção Exclusiva, que evoluiu dos 1.391 em 2015, os quais representavam 79,6% dos professores, para 1.471, correspondendo a 90,7% do total do ano.

Durante os últimos anos, pode-se observar, ainda, que houve reduções significativos no quantitativo de docentes que trabalham em regimes de 40 horas semanais. Houve uma redução drástica em 2016 e nos demais anos, o quantitativo oscilou positivamente de forma discreta. Em relação ao Regime de 20 horas semanais, houve reduções constantes entre os anos de 2016 e 2017, oscilando positivamente entre 2018 e 2020, contudo apresentando nova queda em 2021.

Gráfico 4 Evolução de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015



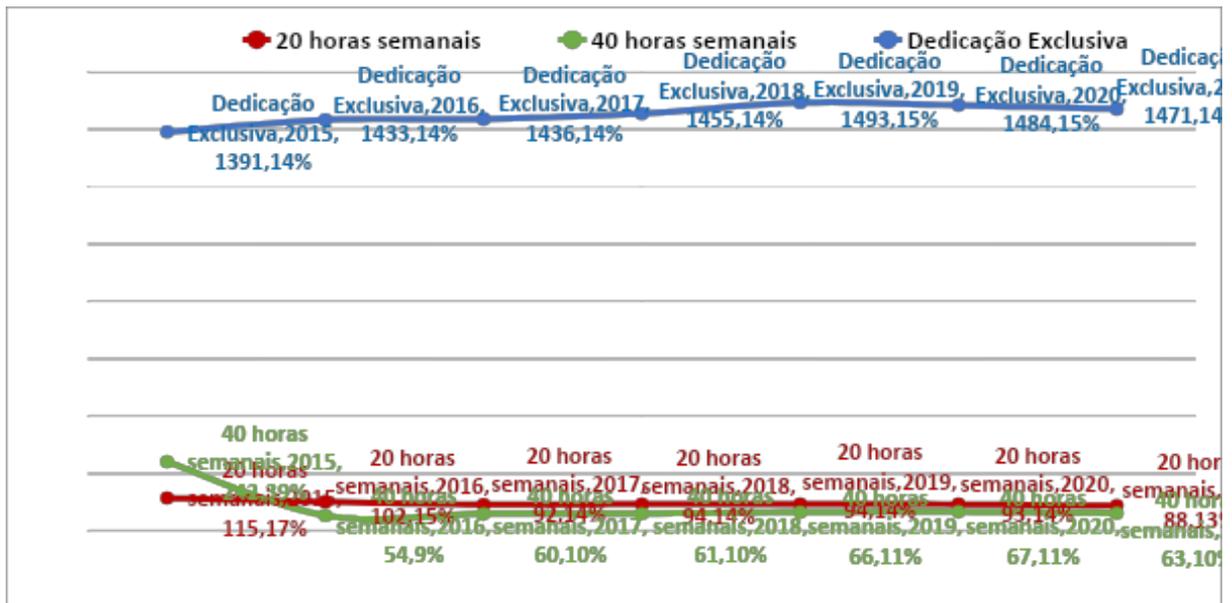
Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Tabela 3 Evolução do Quantitativo de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015

Regime de Trabalho	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Dedicção Exclusiva	1391	1433	1436	1455	1493	1484	1471
40 horas semanais	242	54	60	61	66	67	63
20 horas semanais	115	102	92	94	94	93	88
TOTAL	1748	1589	1588	1610	1653	1644	1622

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Gráfico 5 Quantitativo de Docentes, por Regime de Trabalho, com base em 2015



Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

6.1.2 Índice de Qualificação do Corpo Docente.

A qualificação docente consolida cada vez mais o desenvolvimento da UFAM. Dentre os parâmetros educacionais destaca-se o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) que, em 2015 era de 3,5177 e, atualmente, é de 4,2324.

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) é obtido pela seguinte fórmula:

Sendo ‘D’ o número de Doutores, ‘M’ o número de Mestres, ‘E’ o número de Especialistas e ‘G’ o número de Graduados, cujos pesos são 5, 3, 2 e 1 respectivamente. Para este cálculo foram considerados todos os docentes (Ativo Permanente, Substitutos, Temporários e Visitantes) exceto os docentes cedidos para outros órgãos.

Aplicando os valores atuais na fórmula acima se obtém:

$$IQCD = \frac{5*1079+3*413+2*101+1*29}{1079+413+101+29} = \frac{6865}{1622} = 4,2324$$

Diante dos cálculos efetuados, percebe-se que a Universidade Federal do Amazonas já atinge 4,2324, que representa 84,65% do seu objetivo esperado (valor contínuo entre e incluso 0,00 e 5,00) conforme nota técnica do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ao se observar os dados da série histórica, demonstrados na Tabela 4, e tomar como base o ano de 2015 (por se tratar do último ano anterior ao início da vigência do último PDI), pode-se constatar que o atual IQCD (4,2324) apresentou um acréscimo de 20,32% em relação ao valor de 3,5177 existente no ano de 2015.

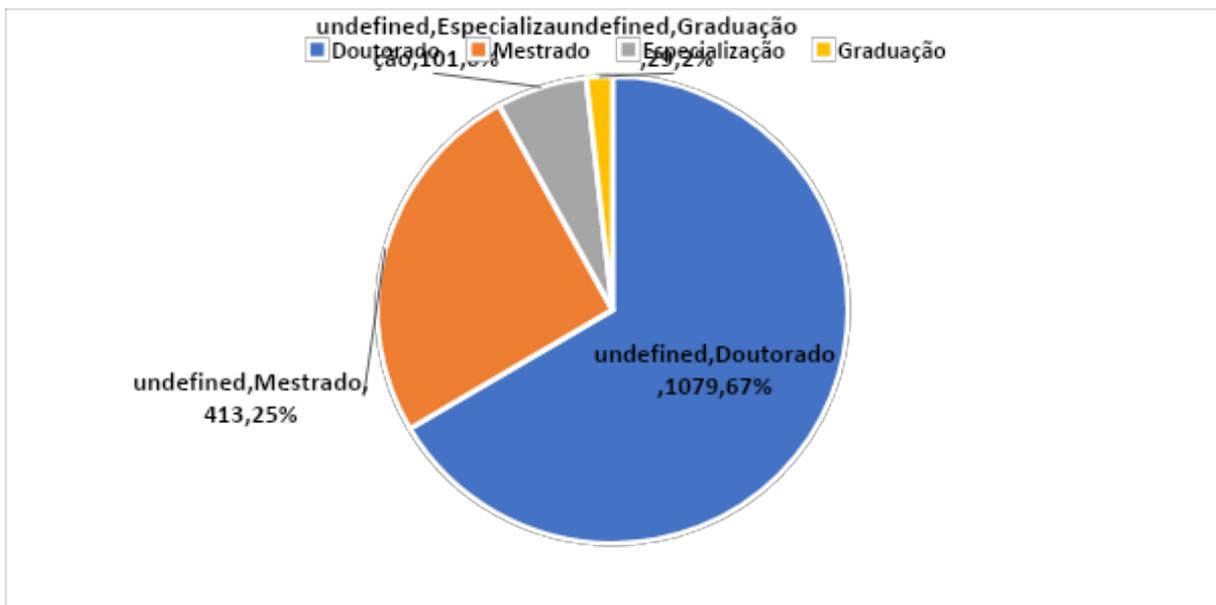
Tabela 4 Evolução do Índice de Qualificação do Corpo Docente, com base em 2015

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
		9,17%	11,33%	14,40%	17,18%	18,86%	20,32%
IQCD	3,52	3,84	3,92	4,02	4,12	4,18	4,23

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

Diante disso, percebe-se que esta evolução está sendo de modo contínuo e consistente, favorecendo cada vez mais a qualidade do ensino superior na instituição, pois com os dados de dezembro de 2021 pode-se afirmar que 92% do corpo docente da UFAM possuem, no mínimo, o Mestrado como titulação acadêmica, conforme mostra o Gráfico 6:

Gráfico 6 Distribuição percentual do Corpo Docente, por Titulação



Fonte: PROPLAN/DPI, 2022.

6.1.3 Plano de Carreira e Políticas de Qualificação dos Docentes.

Com a publicação da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, foi estruturado o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, composto pelos seguintes cargos:

I - Carreira de Magistério Superior, composta pelos cargos, de nível superior, de provimento efetivo de Professor do Magistério Superior, de que trata a [Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987](#);

II - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular livre do Magistério Superior;

III - Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composta pelos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a [Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008](#), e

IV - Cargo Isolado de provimento efetivo, de nível superior, de Professor Titular livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

A Carreira de Magistério Superior está estruturada em cinco classes (A, B, C, D e E) e respectivos níveis de vencimento. O planejamento e a execução do provimento dos cargos integrantes da Carreira do Magistério Superior, Planos de Carreira e as Políticas de Capacitação dos servidores docentes são norteados pela Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

Importante citar também a Resolução nº 020/2013 que regulamenta e normatiza o afastamento para capacitação de servidores em geral, sejam eles docentes ou técnicos e neste ano, a Resolução nº 005/2015 que consolidou as normas de Progressão e Promoção dos Docentes de Carreira do Magistério Superior da UFAM, junto com a Portaria GR nº 1347/2015, que orienta sobre os procedimentos relativos à elaboração e aprovação do Plano Individual de Trabalho (PIT) e do Relatório Individual de Trabalho (RIT).

Pode-se incluir, ainda, no rol de normas que norteiam a capacitação de docentes, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que autoriza a contratação de professores substitutos, dentre outros motivos, em razão de afastamento de docentes.

6.2 Corpo Técnico Administrativo

6.2.1 Composição, Titulação e Regime de Trabalho

O corpo técnico-administrativo da Universidade Federal do Amazonas é formado, atualmente, por 1.573 servidores ativos permanentes de diversas titulações, com formação completa ou não, desde o Ensino Fundamental, até mesmo servidores com título de Doutorado em seus currículos. Com relação ao regime de trabalho, os servidores técnico-administrativos podem ser vinculados com contratos de 40 horas, 30 horas ou 20 horas, todos semanais.

A Tabela 5 evidencia que a maior parte do quantitativo atual de Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Amazonas (com base no catálogo do mês de dezembro de 2021) trabalha em regime integral ou 40 horas semanais, com 1.461 (92,9%), seguindo de 30 (1,9%) técnicos que trabalham em regime de 30 horas semanais, finalizando com 82 (5,2%) servidores que prestam serviço durante 20 horas semanais.

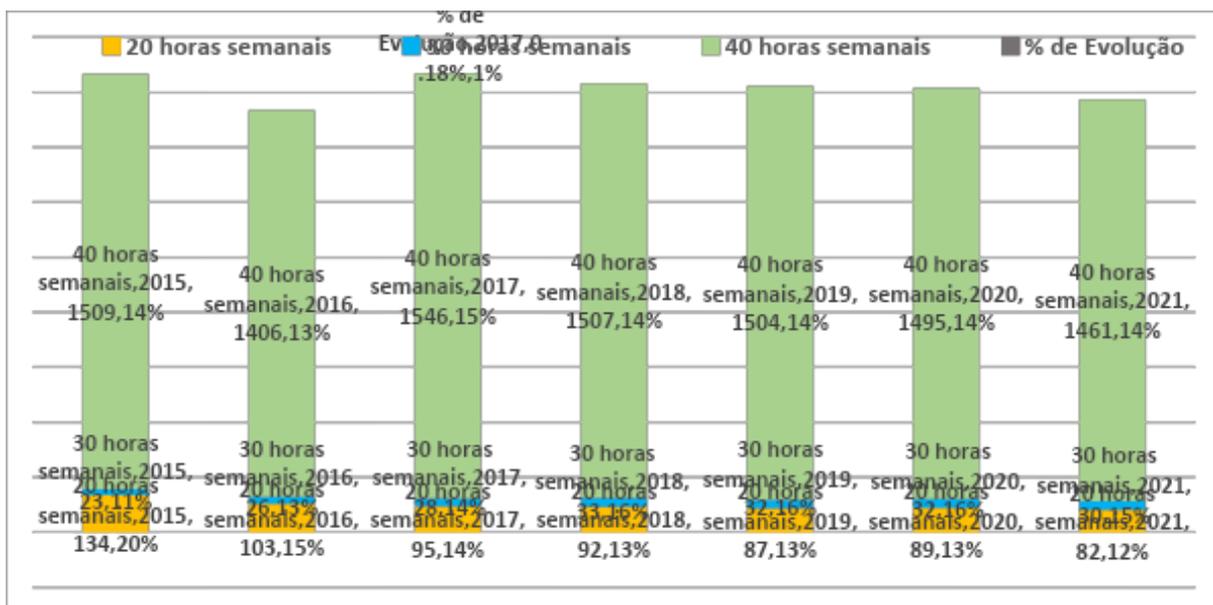
Tabela 5 Evolução do Quantitativo de Técnicos Administrativos em Educação, por Regime de Trabalho, com base em 2015.

Carga Horária	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
40 horas semanais		-6,83%	2,45%	-0,13%	-0,33%	-0,93%	-3,18%
	1509	1406	1546	1507	1504	1495	1461
30 horas semanais		13,04%	21,74%	43,48%	39,13%	39,13%	30,43%
	23	26	28	33	32	32	30
20 horas semanais		-23,13%	-29,10%	-31,34%	-35,07%	-33,58%	-38,81%
	134	103	95	92	87	89	82
TOTAL		-7,86%	0,18%	-2,04%	-2,58%	-3,00%	-5,58%
	1666	1535	1669	1632	1623	1616	1573

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

A Tabela 5 e o Gráfico 7 demonstram ainda, que não houve progressão no quantitativo de técnico-administrativos, assim como observamos acima em relação aos docentes. Mesmo assim, o percentual de redução foi menor para os TAES, onde o total de técnicos administrativos passou de 1.666 para 1573, representando 5,58% de redução no total.

Durante os últimos 6 anos, pode-se observar que apenas em 2017 o número de técnicos foi maior do que em 2015. Nos demais anos, esse número sempre foi menor, com destaque para o ano de 2016, em que o percentual foi 7,86% menor do que o registrado em 2015. Analisando de forma independente, verifica-se que esse



percentual de 2016, foi motivado pelo crescente número de técnicos, advindos de concurso público.

Gráfico 7 Evolução de Técnico-Administrativos por Regime de Trabalho, com base em 2015

Fonte: PROPLAN/DPE, 2022.

6.2.2 Plano de Carreira e Políticas de Qualificação dos Técnicos.

No ano de 2005, entrou em vigor a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação – MEC.

Os cargos integrantes do PCCTAE estão organizados em cinco Níveis de Classificação (A, B, C, D e E), com quatro Níveis de Capacitação cada e dezesseis padrões de vencimento por Nível de Capacitação.

Além do PCCTAE, outros instrumentos norteiam o planejamento e a execução da Política de Capacitação dos Servidores Técnico Administrativos em Educação: Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Decreto nº 5.825/2006, que estabelece as diretrizes para a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico- Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e Lei nº 12.772/2012, que altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Com a publicação do Decreto nº 7.232/2010, as Instituições Federais de Ensino Superior vinculadas ao MEC passaram a ter autonomia para a realização de concurso público para provimento dos cargos dos níveis C, D e E, integrantes do PCCTAE, que viessem a vagar, prescindindo de prévia autorização dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Educação (Art. 2º do Decreto supracitado).

Os Níveis A e B, entretanto, passaram a integrar a relação de cargos em extinção, não havendo a possibilidade de abrir concurso público para reposição desses cargos quando vagos. Não obstante, aos servidores integrantes dos cargos em extinção estão assegurados todos os direitos e vantagens estabelecidos no PCCTAE, inclusive promoção.

Por fim, como política de ingresso de novos servidores, há o Decreto nº 6.944, de 21 de Agosto de 2009, que estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza, sob a forma de sistema, as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências.



Capítulo 7

Organização
Administrativa

CAPÍTULO 7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa da UFAM fundamenta-se em seu Regimento Geral, segundo o qual a administração da Universidade dar-se-á em nível superior e em nível das Unidades Acadêmicas, através dos respectivos Órgãos deliberativos e executivos, conforme se expõe a seguir:

- a) Conselho Universitário (CONSUNI): órgão deliberativo e consultivo máximo. Cabe a esse Conselho traçar a política geral universitária, bem como atuar como instância de recurso de decisões do Conselho de Administração (CONSAD) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), além dos atos do Reitor;
- b) Conselho de Administração (CONSAD): órgão deliberativo e consultivo da UFAM em matéria de administração e gestão econômico-financeira;
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Câmaras Setoriais: com funções deliberativas, normativas e consultivas, no âmbito de suas competências:
 - Câmara de Ensino de Graduação;
 - Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - Câmara de Extensão e Interiorização;
 - Câmara de Administração e Finanças;
 - Câmara de Recursos Humanos, e
 - Câmara de Assuntos da Comunidade Universitária.

O Conselho Universitário (CONSUNI) é formado pelos seguintes membros:

- Reitor, como presidente;
- Vice-Reitor;
- Diretores das Unidades Acadêmicas;
- 16 (dezesesseis) representantes do corpo docente, eleitos por seus respectivos pares;
- 05 (cinco) representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos por seus respectivos pares;
- 05 (cinco) representantes do corpo discente, eleitos por seus respectivos pares, e
- 02 (dois) representantes da comunidade local, eleitos por seus respectivos pares.

A supervisão, coordenação e execução atribuída ao Reitor poderão ser delegadas ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores, cujas funções são distribuídas pelas seguintes áreas em que se divide a Reitoria:

- Pró-Reitoria de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- Pró-Reitoria de Extensão;
- Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica;
- Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Pró-Reitoria de Administração e Finanças, e
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

No âmbito das Unidades Acadêmicas, a administração de nove das Unidades da Capital (FCA, FD, FACED, FES, FM, FT, ICB, ICE e IFCHS), tem como órgão deliberativo e consultivo o Conselho Departamental e, como órgão executivo, a Diretoria, que é a responsável pela coordenação e fiscalização das atividades da Unidade, sendo exercida pelos seguintes órgãos: a) Conselho Departamental; b) Diretoria, e c) Departamentos.

O Conselho Departamental é órgão consultivo e deliberativo da Unidade e tem como membros:

- O Diretor, como Presidente;
- O Vice-Diretor, como Vice-Presidente;
- Os Chefes dos Departamentos Acadêmicos da Unidade;
- 1 (um) Representante Docente da cada Departamento Acadêmico da Unidade, eleito pelos respectivos colegiados, com mandato de 2 (dois) anos; e
- Representantes discentes e técnico-administrativos da respectiva Unidade Acadêmica, eleitos na forma do Regimento Geral.

A Diretoria deverá ser exercida pelo Diretor e Vice-Diretor e é o órgão executivo destinado a coordenar, fiscalizar e superintender as atividades da Unidade Acadêmica da Sede. Os cargos de Diretor e Vice-Diretor das Unidades Acadêmicas são providos pela forma prevista na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 1.916 de 23 de maio de 1996.

Os Departamentos Acadêmicos constituem a menor estrutura universitária, para efeito de organização administrativa, didático-pedagógica e técnico-científica. A eles compete o planejamento, execução e coordenação do ensino das diversas disciplinas que integram os cursos, bem como a definição do papel e dos campos de atuação do pessoal docente para fins de ensino, pesquisa e extensão.

Cada Departamento é coordenado por um Chefe, com mandato de 2 (dois) anos, escolhido dentre docentes da carreira universitária, de preferência pós-graduado, eleito pelo respectivo colegiado e homologado pelo Diretor da Unidade. Cada Departamento terá um Subchefe eleito pelos membros do próprio Departamento, para substituir o chefe em suas ausências ou impedimentos.

De acordo com o Regimento Geral da UFAM, em seu Título II, Capítulo IV - Da Coordenação de Curso, a coordenação didática de cada curso de graduação e de pós-graduação stricto sensu ficará a cargo do respectivo Colegiado de Curso que é integrado por uma coordenação exercida no plano deliberativo e consultivo, composto por professores e representantes das Unidades e por alunos. Cada Colegiado de Curso funciona sob a presidência de um coordenador, com mandato de 2 (dois) anos, com direito a reeleição consecutiva, designado pelo Reitor. Das decisões do Colegiado de Curso caberão recursos para a Câmara respectiva.

Ainda no âmbito das Unidades acadêmicas, de acordo com a Resolução nº 009/2009-CONSAD, em 09 (nove) Unidades da Capital (EEM, FAARTES, FIC, FLET, FEFF, FAO, FCF, FAPSI e ICOMP) e em todas as Unidades do Interior (ICSEZ, ICET, IEAA, INC e ISB), a administração é exercida pelos seguintes órgãos: a) Conselho Diretor; b) Diretoria; c) Coordenação Acadêmica; d) Coordenação Administrativa, e e) Colegiados de cursos de graduação e de programas de pós-graduação.

O Conselho Diretor é o órgão consultivo e deliberativo da Unidade Acadêmica sendo composto pelos seguintes membros:

- O Diretor, como Presidente;
- O Coordenador Acadêmico, como o 1º vice-presidente;
- O Coordenador Administrativo, como o 2º vice-presidente;
- Os Coordenadores dos cursos de graduação e programas de pós-graduação;
- Um representante dos projetos de pesquisa e extensão;
- Representantes dos discentes dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, eleitos conforme Regimento Geral, e
- Representantes dos servidores técnico-administrativos em educação, da respectiva Unidade Acadêmica, eleitos conforme Regimento Geral.

A Diretoria, exercida pelo Diretor, é o órgão executivo destinado a coordenar, fiscalizar e superintender as atividades da Unidade Acadêmica.

A Coordenação Administrativa é um órgão executivo de assessoria do Diretor, destinado a coordenar as atividades de administração de pessoal, orçamento, finanças e patrimônio da Unidade Acadêmica, tendo como titular o Coordenador Administrativo.

A Coordenação Acadêmica é um órgão executivo de assessoria do Diretor destinado a coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Unidade Acadêmica, tendo como titular o Coordenador Acadêmico.

O Colegiado de Curso de Graduação, que tem como Presidente o seu Coordenador, é constituído pelo Coordenador do Curso, 6 (seis) representantes dos docentes que ministram disciplinas do curso, 2 (dois) representantes discentes e 1 (um) representante dos técnico-administrativos em educação.

Oportuno destacar que nas Unidades Acadêmicas os cursos de graduação regulares, são ofertados em 18 (dezoito) Unidades Acadêmicas na Capital e 5 (cinco) Unidades Acadêmicas no Interior, a saber:

Unidades da Sede: Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho

Setor Norte:

1) Faculdade de Direito

- Curso de Bacharelado em Direito

2) Faculdade de Educação

- Curso de Licenciatura em Pedagogia

3) Faculdade de Estudos Sociais

- Curso de Bacharelado em Administração
- Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis
- Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

4) Faculdade de Tecnologia

- Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo
- Curso de Bacharelado em Design
- Curso de Bacharelado em Engenharia Civil
- Curso de Bacharelado em Engenharia da Computação
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Gás e Petróleo
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção
- Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica - Eletrônica
- Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica - Eletrotécnica
- Curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica - Telecomunicações
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Materiais
- Curso de Bacharelado em Engenharia Mecânica
- Curso de Bacharelado em Engenharia Química

5) Instituto de Ciências Exatas

- Curso de Bacharelado em Estatística
- Curso de Bacharelado/Licenciatura em Física
- Curso de Bacharelado em Geologia
- Curso de Bacharelado/Licenciatura em Matemática
- Curso de Bacharelado em Matemática Aplicada
- Curso de Bacharelado/Licenciatura em Química

6) Faculdade de Artes

- Curso de Licenciatura em Artes Visuais
- Curso de Licenciatura em Música

7) Faculdade de Informação e Comunicação

- Curso de Bacharelado em Arquivologia
- Curso de Bacharelado em Biblioteconomia
- Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo
- Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Relações Públicas

8) Faculdade de Letras

- Curso de Licenciatura em Letras – Língua Literatura Espanhola
- Curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Francesa
- Curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Inglesa
- Curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Japonesa
- Curso de Licenciatura em Letras – Língua e Literatura Portuguesa
- Curso de Licenciatura em Letras – Libras

9) Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais

- Curso de Bacharelado em Ciências Sociais
- Curso de Licenciatura em Filosofia
- Curso de Bacharelado/Licenciatura em Geografia
- Curso de Licenciatura em História
- Cursos de Bacharelado em Serviço Social
- Curso de Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável

10) Instituto da Computação

- Curso de Bacharelado em Ciência da Computação
- Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Software

Setor Sul:

11) Faculdade de Ciências Agrárias

- Curso de Bacharelado em Engenharia de Alimentos
- Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca
- Curso de Bacharelado em Zootecnia

12) Faculdade de Educação Física e Fisioterapia

- Curso de Licenciatura em Educação Física
- Curso de Bacharelado em Educação Física – Promoção em Saúde e Lazer
- Curso de Bacharelado em Educação Física – Treinamento Esportivo
- Curso de Bacharelado em Fisioterapia

13) Faculdade de Psicologia

- Curso de Bacharelado em Psicologia

- 14) Instituto de Ciências Biológicas
- Curso Tecnólogo em Biotecnologia
 - Curso de Bacharelado/Licenciatura em Biológicas
 - Curso de Licenciatura em Ciências Naturais
- 15) Faculdade de Ciências Farmacêuticas
- Curso de Bacharelado em Farmácia
- Unidades Externas ao Campus:
- 16) Escola de Enfermagem de Manaus
- Curso de Bacharelado em Enfermagem
- 17) Faculdade de Medicina
- Curso de Bacharelado em Medicina
- 18) Faculdade de Odontologia
- Curso de Bacharelado em Odontologia
- 19) Instituto de Natureza e Cultura – Campus do Polo Alto Solimões em Benjamin Constant
- Curso de Bacharelado em Administração
 - Curso de Licenciatura em Pedagogia
 - Curso de Bacharelado em Antropologia
 - Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias e do Ambiente
 - Curso de Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Espanhola
- 20) Instituto de Saúde e Biotecnologia – Campus do Polo Médio Solimões em Coari
- Curso de Bacharelado em Biotecnologia
 - Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química
 - Curso de Licenciatura em Ciências: Matemática e Física
 - Curso de Bacharelado em Enfermagem
 - Curso de Bacharelado em Fisioterapia
 - Curso de Bacharelado em Nutrição
 - Curso de Bacharelado em Medicina
- 21) Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – Campus Polo Vale do Rio Madeira em Humaitá
- Curso de Bacharelado em Agronomia
 - Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química
 - Curso de Licenciatura em Ciências: Matemática e Física
 - Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal
 - Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Inglesa
 - Curso de Licenciatura em Pedagogia
- 22) Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia – Campus Universitário "Moisés Benarrós Israel" em Itacoatiara

- Curso de Bacharelado em Agronomia
- Curso de Bacharelado em Farmácia
- Curso de Licenciatura em Ciências: Biologia e Química
- Curso de Licenciatura em Ciências: Matemática e Física
- Curso de Bacharelado em Engenharia de Produção
- Curso de bacharelado em Engenharia Sanitária
- Curso de bacharelado em Engenharia de Software
- Curso Bacharelado em Química Industrial
- Curso Bacharelado em Sistema de Informação

23) Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – Campus Universitário "Dorval Varela Moura" em Parintins.

- Curso de Bacharelado em Administração
- Curso de Licenciatura em Artes Visuais
- Curso de Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo
- Curso Licenciatura em Pedagogia
- Curso de Bacharelado em Serviço Social
- Curso Bacharelado em Zootecnia

Na suplementação das Unidades Acadêmicas, a UFAM possui 17 (dezesete) Órgãos Suplementares, os quais são:

- Biotério Central;
- Centro de Artes – CAUA;
- Centro de Apoio Multidisciplinar – CAM;
- Centro de Ciências do Ambiente – CCA;
- Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico – CDEAM;
- Centro de Educação a Distância – CED;
- Centro de Pesquisa e Produção de Medicamentos – CEPRAM;
- Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC;
- Centro de P&D em Tecnologia Eletrônica e de Informação – CETELI;
- Centro de Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico – CDTECH;
- Comissão Permanente de Concursos – COMPEC;
- Editora da UFAM – EDUA;
- Fazenda Experimental;
- Hospital Universitário Getúlio Vargas – HUGV;
- Museu Amazônico;
- Prefeitura do Campus Universitário – PCU;
- Sistema de Bibliotecas – SISTEBIB.



Capítulo 8

Políticas de Atendimento
ao Discente

CAPÍTULO 8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

8.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro (Bolsas).

Visando reduzir a evasão e a retenção e, assim, potencializar as atividades-fim e o alcance dos objetivos institucionais, a UFAM desenvolve ações de natureza assistencial voltadas aos discentes. A tabela seguinte sintetiza as ações de assistência estudantil empreendidas atualmente.

Quadro 121 Síntese da Assistência Estudantil

Tipo de assistência	Total de benefícios
Auxílio Acadêmico	2.396
Auxílio Moradia	275
Auxílio RUNI	93
Auxílio Alimentação Emergencial	1.954
Auxílio de Volta pra UFAM	182
Auxílio Inclusão Digital	1.001
Auxílio Internet	822
Programa Bolsa-Permanência	956

Fonte: DAEST, 2022.

Cada uma dessas ações empreendidas possui objetivos específicos, consoante o público que pretende alcançar e a realidade a ser transformada, como se verifica a seguir.

8.1.1 Programa Bolsa Acadêmica

O Programa Bolsa Acadêmica visa conceder auxílio financeiro a discentes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UFAM, com o objetivo de custear despesas com alimentação, transporte e material didático-pedagógico, visando à promoção de sua permanência na UFAM. Além da concessão do apoio financeiro, o programa busca também ampliar as possibilidades de formação acadêmica de seus discentes por meio da participação em projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação.

8.1.2 Programa Auxílio Moradia

O Programa Auxílio Moradia foi criado pela Portaria nº 0315/2013 do Gabinete da Reitoria, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), constante do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, com o objetivo de apoiar discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial, oriundos de outras cidades do interior do Estado do Amazonas.

A seleção dos discentes beneficiados é realizada anualmente, mediante edital específico, na qual os candidatos devem comprovar residência em outra cidade diversa da cidade do campus no qual irá cursar a graduação, até a data de inscrição do processo seletivo de ingresso na Universidade.

8.1.3 Programa Bolsa Trabalho

O Programa Bolsa Trabalho foi instituído no âmbito da Universidade Federal do Amazonas, pela Portaria nº 387/2007 e alterado pela Portaria nº 598/2010, ambas do Gabinete da Reitoria, visando, a um só tempo, apoiar as atividades meio da instituição e proporcionar auxílio financeiro aos discentes regularmente matriculados em curso de graduação da Universidade, prioritariamente, aqueles que se encontram em situação socioeconômica vulnerável.

Esse Programa é viabilizado por meio de projetos oriundos dos setores acadêmicos e administrativos, nos quais os alunos são inseridos de acordo com seu perfil e habilidades, em consonância com os requisitos de cada projeto. A seleção dos bolsistas e dos projetos é realizada por meio de instrumento editalício próprio. A carga horária é de 20 horas semanais.

Em 2017, o Programa Bolsa Trabalho passou por um processo de estudos acerca de sua vinculação aos objetivos dos programas de assistência estudantil desenvolvidos na UFAM. O relatório oriundo desses estudos constatou que esse programa não está acordado com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual é o financiador de todas as ações de assistência estudantil desenvolvidas na UFAM.

Em 2018, com a publicação da Portaria GR nº 0424 publicada na 16ª edição do Boletim Interno de 26/02/2018, o Programa Bolsa Trabalho foi suspenso até 31/12/2018, tendo sido extinto nesta Universidade no dia 01/01/2019, por meio da Portaria GR nº 3125/2018, publicada na 3ª edição do Boletim Interno de 11/01/2019.

8.1.4 Programa Bolsa Permanência

Criado pela Portaria nº 389 do Ministério da Educação, de 9 de Maio de 2013, o Programa Bolsa Permanência é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas.

A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

O programa concede auxílio financeiro à estudante de graduação que esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação do aluno.

Tem como uma de suas grandes vantagens a possibilidade de acúmulo com outras modalidades de bolsas acadêmicas, a exemplo da bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Seus objetivos são:

- a) viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- b) reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil, e
- c) promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

8.1.5 Restaurante Universitário e outras ações

A UFAM desenvolve outras ações voltadas ao público estudantil, sejam elas de natureza financeira ou não, entre as quais se destacam o Restaurante Universitário (RU) e a promoção dos Jogos Universitários

e do Festival Folclórico. O RU oferece a todos os acadêmicos regularmente matriculados três refeições subsidiadas pela instituição (desjejum, almoço e jantar), servidas nos dois restaurantes da capital e nos cinco do interior.

Já os Jogos Universitários congregam acadêmicos de todas as unidades acadêmicas nas mais variadas competições esportivas que acontecem durante uma semana no complexo esportivo da sede da UFAM. As Festas Juninas promovem a interação e a integração da comunidade universitária com as manifestações culturais brasileiras típicas, nesse período do ano.

8.2 Estímulos à permanência (programas de nivelamento e atendimento psicopedagógico)

8.2.1 Programa Institucional de Apoio Pedagógico (PIAP)

O Programa Institucional de Bolsas de Apoio Pedagógico (PIAP) desenvolve ações de caráter permanente, com vistas a oferecer apoio a professores e estudantes dos cursos de graduação da UFAM, de forma vinculada e orientada por eixos norteadores consubstanciados no Projeto Pedagógico Institucional desta Universidade, principalmente, no tocante à democratização e à qualidade do ensino superior. Os objetivos do programa são:

- a) desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a conclusão de cursos por estudantes da UFAM, proporcionando-lhes suporte didático para que superem suas necessidades básicas de aprendizagem;
- b) reduzir o índice de reprovações e evasão nos diversos cursos de graduação por meio de ações de ensino-aprendizagem, tendo com o eixo acompanhamento intencional aos estudantes com uma ou mais reprovações, promovendo um espaço para refletir criticamente sua trajetória na vida acadêmica;
- c) contribuir para a melhoria da qualidade acadêmica dos cursos de graduação da UFAM, elevando a taxa de sucesso dos acadêmicos, e
- d) incentivar o processo de ensino e aprendizagem para os acadêmicos que necessitam de acompanhamento em disciplinas teóricas, em práticas de laboratório e em nivelamento nas disciplinas básicas.

Por meio de edital anual, o programa seleciona acadêmicos que irão auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de disciplinas com maiores índices de retenção, os quais executam atividades constantes do plano aprovado pelo coordenador da disciplina.

As metas atuais são alcançar 50%, no mínimo, de aprovação nas disciplinas atendidas pelo PIAP e expandir o programa nas unidades acadêmicas, atuando pela metodologia de projetos, os quais precisam comprovar no relatório final o alcance da primeira meta como critério de continuidade. A cada projeto vincula-se um docente, na função de coordenador, e um discente bolsista, consoante critérios de elegibilidade descritos no edital.

Constatou-se que as principais estratégias utilizadas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem são:

- a) explicação sobre o assunto;
- b) resolução de exercícios sobre os assuntos estudados;
- c) aplicação de listas de exercícios de acordo com o cronograma do conteúdo programático da disciplina;
- d) atendimento coletivo em horários alternativos;
- e) utilização de *softwares* educacionais;

- f) indicação e distribuição de vídeo-aula na *internet*, além de material digital;
- g) oficinas aos sábados;
- h) atendimento na sala do PIAP pelo professor coordenador, e
- i) criação de um *blog* do PIAP.

8.3 Organização estudantil (espaço para participação estudantil)

A mobilização acadêmica e sua participação nas decisões atinentes aos rumos da Universidade são promovidas pelo Diretório Central dos Estudantes da UFAM (DCE-UFAM), que é, na textualidade do seu Estatuto, uma associação civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, sem filiação político-partidária, livre e independente dos órgãos públicos e governamentais, entidade máxima de representação e coordenação dos estudantes da Universidade Federal do Amazonas.

São objetivos do DCE-UFAM, consoante o Artigo 2º do seu Estatuto:

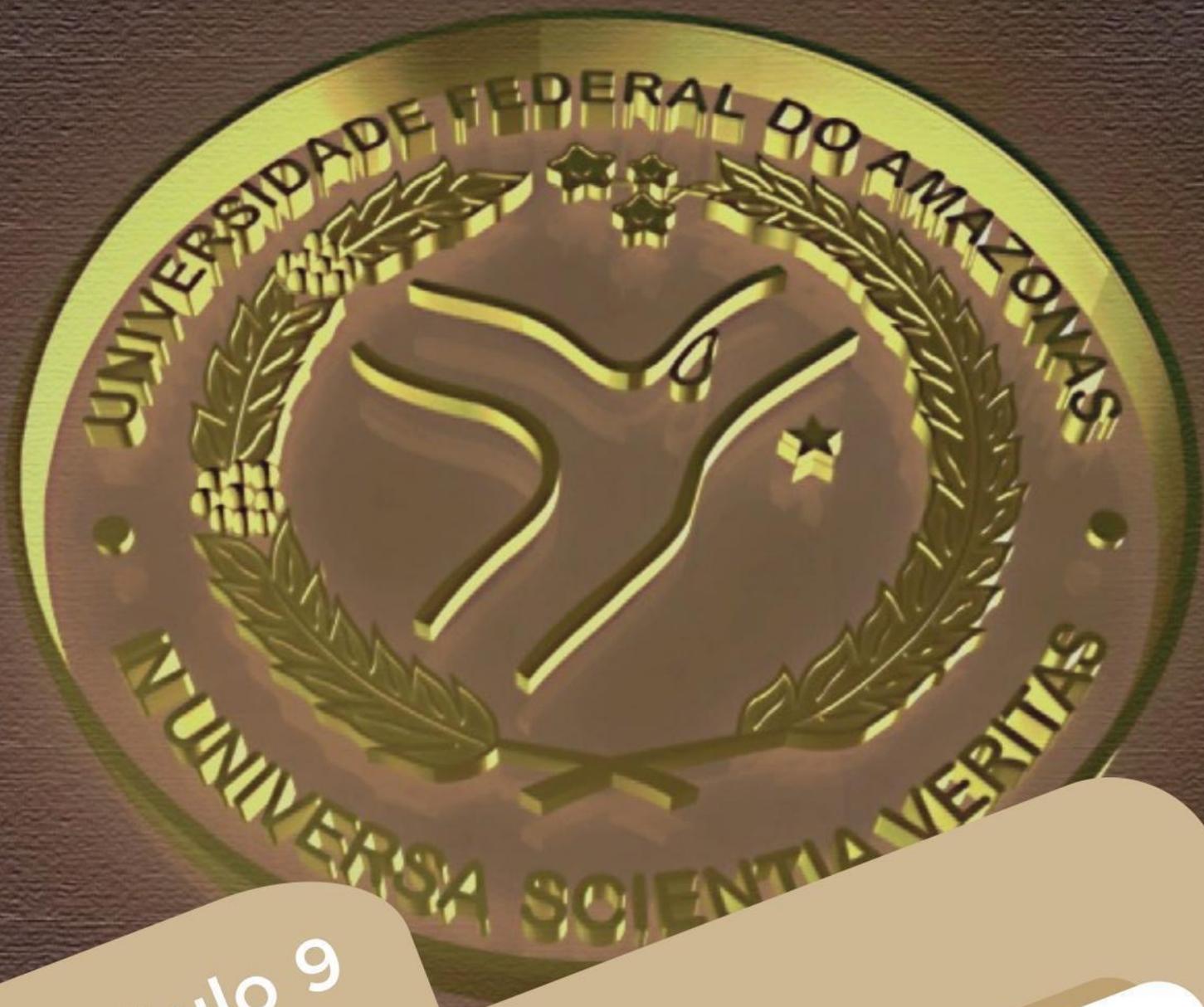
- a) representar os estudantes da Universidade Federal do Amazonas, no todo ou em parte, judicial ou extrajudicialmente;
- b) defender os interesses gerais dos estudantes e de cada um em particular;
- c) promover e incentivar todas as formas de organização dos estudantes;
- d) cooperar com as entidades representativas dos estudantes secundaristas;
- e) incentivar as relações amistosas entre as organizações estudantis de todo o mundo;
- f) defender a gratuidade e melhoria do ensino do país;
- g) lutar pelo livre acesso à educação;
- h) defender a democracia e as liberdades fundamentais do homem, e
- i) difundir e fomentar atividades culturais e artísticas entre os estudantes.

Como órgãos periféricos de promoção da participação discente na vida universitária estão os Centros Acadêmicos, filiados ao DCE-UFAM, os quais são entidades de base que representam os acadêmicos de cada curso de graduação.

Imbuída de seu princípio democrático, a UFAM estimula a constante e engajada participação discente nas decisões da Instituição, inclusive, por meio da garantia estatutária de acento à classe discente em todos os conselhos superiores, promovendo o sentimento de pertencimento desejado na sociedade democrática em que se vive.

8.4 Acompanhamento dos egressos

O Programa ‘Viver Ex-alunos – Compartilhando a Vida Universitária’ é um Programa da Universidade Federal do Amazonas responsável pelo resgate do vínculo com os ex-alunos, oportunizando a participação em inúmeras atividades promovidas pela Instituição. Além disso, o ‘Viver’ possibilita aos egressos o exercício da cidadania por meio da contribuição e do engajamento em projetos e programas destinados à comunidade universitária e à população da capital e do interior do Estado do Amazonas.



Capítulo 9

Infraestrutura

CAPÍTULO 9. INFRAESTRUTURA

9.1 Infraestrutura física

A UFAM conta com 23 Unidades Acadêmicas, 31 Unidades Administrativas e 17 Órgãos Suplementares, perfazendo um total de 290.516,10 m² de área construída, dividida em 293 prédios, dispersos nos atuais 49.745.814,54 m² de área territorial total. A estrutura física institucional pode ser sintetizada na tabela a seguir:

Tabela 6 Distribuição da área construída por unidade institucional

Unidade institucional	Área construída (m ²)
Campus de Manaus	165.578,88
Campus de Ciências da Saúde*	46.986,27
Unidades Urbanas Dispersas	12.225,74
Fazenda Experimental	6.658,25
Campus de Coari	11.927,54
Campus de Parintins	11.675,63
Campus de Benjamin Constant	11.206,21
Campus Itacoatiara	18.061,22
Campus de Humaitá	6.196,35
Total	290.516,10

Fonte: Prefeitura do Campus Universitário, 2022

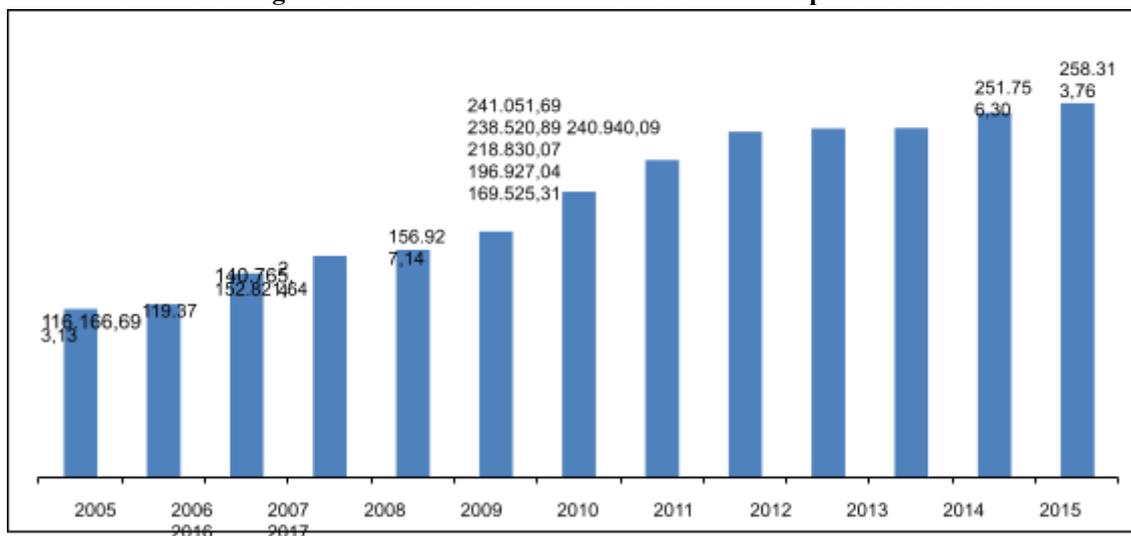
* Composição: Campus Enfermagem, HUGV, Prédio Dr. Zerbini, Prédio do Curso de Medicina, Restaurante do Campus Saúde, Ambulatório Araújo Lima 1, Biblioteca de Ciências da Saúde, Prédio do Curso de Odontologia, Subestação de Odontologia e Ambulatório Araújo Lima 2.

Fonte: PCU, 2018.

Ao longo da vigência do PDI 2006-2015, houve um crescimento expressivo da área construída, passando-se de 116.166,69m² em 2005, para 241.051,69m² em 2015.

Em 2018, ano da primeira Revisão do PDI, houve um acréscimo na área construída de 17.262,07 m², com um total de área construída de 258.313,76. O Gráfico 8 ilustra o crescimento em cada um dos anos no período.

Gráfico 8 Progressão da área construída UFAM em m².no período 2005 à 2017



Fonte: Relatórios de Gestão de 2004 a 2017.

A infraestrutura de salas de aula, bibliotecas, laboratório de pesquisa e laboratórios de informática, com que contam os 24.432 acadêmicos de graduação, matriculados até o 1º semestre de 2018 e alunos pós-graduação matriculados até o 2º semestre de 2017, está evidenciada na tabela a seguir:

Quadro 122 Síntese da infraestrutura da UFAM

Espaço físico	Quantidade	Alunos de graduação e de pós-graduação matriculados por espaço	Alunos de graduação e de pós-graduação matriculados
Salas de Aula	481	51	24.432
Biblioteca	12	2.036	
Laboratórios	483	77	

Fonte: Prefeitura do Campus Universitário, 2018; Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação e Biblioteca Central, 2018.

O monitoramento de acessos à rede da Universidade, realizado pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), indica que atualmente são 12.800 usuários conectados à internet diariamente, incluindo-se os acessos de aparelhos móveis via wifi.

Quadro 123 Usuários conectados à internet

Tipo de Acesso	Usuários conectados à internet (média diária)
Cabeada	3.300
Wi-fi	9.500
Total	12.800

Fonte: Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação, 2022.
Fonte: PCU, 2022.

9.2 Biblioteca

9.2.1 Apresentação

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas, gerenciado pela Biblioteca Central, é constituído de acervo em diversas áreas do conhecimento e formatos para subsidiar os pilares de ensino, pesquisa, extensão e inovação da Instituição.

A informação em suporte físico é organizada e armazenada em bibliotecas setoriais localizadas na capital e em cinco outros municípios do Estado do Amazonas de acordo com o Código de Classificação Decimal Universal e o acervo digital é disponibilizado por meio do Programa E-campus.

Os serviços técnicos da informação, aquisição e de atendimento ao usuário são realizados por meio do software Pergamum que também é utilizado por inúmeras instituições universitárias no Brasil.

O acervo bibliográfico é de livre acesso para os usuários que são devidamente treinados para a recuperação e o uso adequado da biblioteca.

9.2.2 Estrutura Administrativa

A estrutura organizacional do SISTEBIB, criada com o Regimento Interno aprovado em 1996, foi parcialmente implantada e atualmente é composta pelos seguintes órgãos:

- a) BC-Biblioteca Central – Administração do SISTEBIB;
- b) Divisão de Seleção e Aquisição (DSA): responsável pelo controle e supervisão das atividades

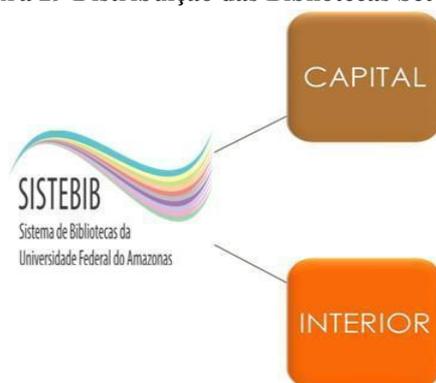
relacionadas aos processos de aquisição e de incorporação ao patrimônio;

- c) Divisão de Processamento da Informação (DPI): responsável pela coordenação, execução e controle do processamento de todo material informacional e de sua inserção no Sistema de Automação de Bibliotecas;
- d) Divisão de Intercâmbio (DI): responsável pelo estabelecimento de programas de Intercâmbio com entidades nacionais e internacionais;
- e) Divisão de Documentação (DD): responsável pela preservação e divulgação da produção científica da Universidade, e
- f) Divisão de Bibliotecas Setoriais (DBS): responsável pela coordenação, supervisão e avaliação das Bibliotecas Setoriais;

Em se tratando de um sistema de bibliotecas que atua de modo descentralizado e integrado, funcionando como parte integrante no processo de Ensino, pesquisa e extensão da UFAM, o SISTEBIB possui um formato híbrido, o qual na capital labora por meio de uma Biblioteca Central (BC), onde é efetuado todo o trabalho técnico, e sete Bibliotecas Setoriais que fazem o atendimento ao público, e nas unidades fora da sede com bibliotecas setoriais que executam a totalidade dos serviços em consonância com as determinações técnicas oriundas da BC.

Na Divisão de Bibliotecas Setoriais estão alocadas as bibliotecas setoriais que atendem as unidades da UFAM instaladas na capital e o interior, totalizando 12, conforme dispõe a Figura 29.

Figura 29 Distribuição das Bibliotecas Setoriais



Biblioteca Setorial de Ciências da Saúde
Biblioteca Setorial da Faculdade de Direito
Biblioteca Setorial da Escola de Enfermagem de Manaus
Biblioteca Setorial de Ciências Exatas e Engenharias
Biblioteca Setorial do Museu Amazônico
Biblioteca Setorial do Setor Norte
Biblioteca Setorial do Setor Sul
Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia
Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
Biblioteca do Instituto de Saúde e Biotecnologia
Biblioteca do Instituto de Natureza e Cultura
Biblioteca do Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente

Fonte: Biblioteca Central, 2021.

Para atender as demandas e atuar no contexto exposto, o Sistema de Bibliotecas conta com o seguinte capital humano, conforme exposto no Quadro 124:

Quadro 124 Servidores lotados no SISTEBIB

Cargo	Lotação	
	Capital	Interior
Bibliotecários	49	12

Assistentes Administrativos	06	01
Auxiliares Administrativos	03	-
Contínuos	01	-
Auxiliares de Limpeza	01	-
Profissional de Serviço Portuário	01	-
Total	61	13

Fonte: Biblioteca Central, 2021.

Os servidores lotados nas unidades do interior do Estado não possuem vinculação administrativa com a BC, cabendo a eles somente o atrelamento técnico, ou seja, a observância do atendimento das questões operacionais ao desempenho do Sistema.

Quadro 125 Qualificação dos servidores do SISTEBIB

CIDADE	CARGO	DOUTOR	MESTRE	ESPECIALISTA	GRADUADO
Manaus	Bibliotecário	03	07	17	03
	Assistente Administrativo	-	-	01	03
	Auxiliar Administrativo	-	-	01	-
	Contínuo	-	-	-	01
	Profissional de serviço portuário	-	-	-	01
Benjamin Constant	Bibliotecário	-	01	01	-
Coari	Bibliotecário	-	-	01	-
Humaitá	Bibliotecário	-	-	01	-
	Assistente Administrativo	-	-	01	-
Itacoatiara	Bibliotecário	-	-	02	-
Parintins	Bibliotecário	-	-	01	-

Fonte: Biblioteca Central/Bibliotecas dos outros municípios, 2021.

Deve-se considerar que no campus Manaus 21 servidores estão de licença qualificação, sendo 17 bibliotecários, 01 assistente administrativo e 01 auxiliar administrativo. No interior, são 05 bibliotecários afastados para qualificação.

9.2.3 Finalidade e serviços

A Biblioteca Central é um órgão suplementar subordinado à reitoria que gerencia o Sistema de Bibliotecas da UFAM com o fim de integrar as suas bibliotecas à política educacional e administrativa da Universidade Federal do Amazonas, servindo de apoio aos seus programas de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

- Estimular a produção técnico-científica e cultural mediante o desenvolvimento de serviços e produtos de informação;
- Cooperar com redes e sistemas de informação para melhor aproveitamento e racionalização dos recursos disponíveis, integrando-se aos planos nacionais de bibliotecas universitárias e demais programas cooperativos;
- Contribuir para a atualização e o aperfeiçoamento profissional da classe bibliotecária da Universidade Federal do Amazonas, e demais servidores que nela atuam, através da produção de eventos e incentivos à participação em atividades técnicas, congressos, seminários, cursos, etc.;
- Selecionar, adquirir, preparar, manter atualizado e disseminar o material informacional, conforme Resolução N°021/2021, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021;
- Acompanhar, selecionar e tramitar o processo de doações de material informacional via Reuse.gov conforme Decreto N°9.764, DE 11 DE ABRIL DE 2019 e Instrução Normativa

Nº96, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020;

- f) Manter articulação com o Departamento de Biblioteconomia para a realização de estágios supervisionados;
- g) Servir como entidade responsável pelo depósito legal da documentação bibliográfica produzida e editada pela Universidade Federal do Amazonas, conforme Portaria nº2669/2017, DE 07 DE NOVEMBRO/2017;
- h) Organizar, preservar e divulgar a memória institucional de acordo com a Resolução Nº13/2021, DE 10 DE MAIO DE 2021.

As Bibliotecas Setoriais são encarregadas de executarem os serviços fins:

- a) consulta local;
- b) empréstimo domiciliar;
- c) renovação de empréstimo;
- d) reserva de material informacional;
- e) levantamento bibliográfico;
- f) orientação e treinamento dos usuários no uso dos serviços de biblioteca e dos recursos disponíveis: ficha catalográfica e Nada Consta online, Comutação Bibliográfica e normalização de trabalhos acadêmicos;
- g) atendimento virtual via chat;
- h) serviço de disseminação seletiva da informação.

Normativas do Sistema de Bibliotecas da UFAM

- a) Resolução 002/1996 do Conselho de Administração – Regimento Interno que está sendo revisado e atualizado;
- b) Resolução 022/2019, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019 - Norma de utilização dos serviços do SISTEBIB;
- c) Portaria nº2669/2017, DE 07 DE NOVEMBRO/2017 para incorporação das obras da EDUA e das Teses e Dissertações;
- d) Resolução nº013/2021, DE 10 DE MAIO DE 2021- Política do Repositório Institucional da UFAM – RIU;
- e) Resolução 021/2021, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 – Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções.

9.2.4 O Acervo

O acervo do Sistema de Bibliotecas da Universidade do Amazonas (SISTEBIB) compreende a mais variada gama de material informacional impresso e digital, distribuída pelas Bibliotecas Setoriais, conforme tabela a seguir:

Quadro 126 Acervo do SISTEBIB

BIBLIOTECA SETORIAL	ACERVO LIVROS	ACERVO PERIÓDICOS
SETOR NORTE	TÍT 35.339	964
	EX 99.499	10.941
CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIAS	TÍT 9.628	214
	EX 32.468	3.415

DIREITO	TÍT 6.996	349
	EX 13.743	3.528
SETOR SUL	TÍT 13.931	684
	EX 41.595	10.654
ENFERMAGEM	TÍT 3.243	180
	EX 8.631	4.367
CIÊNCIAS DA SAÚDE	TÍT 4.046	704
	EX 10.192	33.840
MUSEU AMAZÔNICO	TÍT 8.726	264
	EX 13.304	1.401
BINC-Biblioteca do Instituto Natureza e Cultura (Benjamin Constant, AM)	TÍT 1.371	09
	EX 5.250	10
BISB-Biblioteca do Instituto de Saúde e Biotecnologia (Coari, AM)	TÍT 2.992	65
	EX 17.684	761
BIEAA-Biblioteca do Instituto Educação, Agricultura e Ambiente (Humaitá, AM)	TÍT 1.470	07
	EX 10.698	18
BICET-Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (Itacoatiara, AM)	TÍT 2.658	29
	EX 16.630	89
BICSEZ-Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Parintins, AM)	TÍT 2.938	07
	EX 18.640	27

Fonte: Biblioteca Central, 2022.

Acervo Digital

O acervo digital disponibilizado pelo SISTEBIB/UFAM via site e e-campus e que está acessível à comunidade acadêmica é formado por: 3.607 e-books em língua inglesa, da editora Springer ([eBooks Springer](#)), e 488 e-books da editora Atheneu em língua portuguesa ([eBooks Atheneu](#)), distribuídos, quantitativamente, da seguinte forma considerando as áreas de conhecimento:

Quadro 127 Quantidade de e-books da editora Springer (em língua inglesa)

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE E-BOOKS
Arquitetura, Artes e Design	24
Ciência da Computação	767
Economia e Negócios	238
Humanidades, Ciências Sociais e Direito	221
Química e Ciência dos Materiais	169
Ciências Ambientais e da Terra	211
Ciências do Comportamento	42
Engenharia	477
Matemática e Estatística	357
Ciências Biomédicas e Biologia	353
Computação Profissional e Web Design	106
Física e Astronomia	230
Medicina	412
TOTAL	3.607

Fonte: DSA/BC, 2022.

Quadro 128 Quantidade de e-books da editora Atheneu (em língua portuguesa)

ÁREA DO CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE E-BOOKS
Ciências Biológicas	12
Ciências da Saúde	272
Ciências Humanas	9
Ciências Sociais Aplicadas	2
Multidisciplinar	193
TOTAL	488

Fonte: DSA/BC, 2022.

Via site do SISTEBIB (biblioteca.ufam.edu.br) a comunidade acadêmica também tem acesso ao acervo digital do Repositório Institucional da UFAM ([RIU](#)), onde constam as publicações institucionais, tais como: Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs), Relatórios de Pesquisa, e-books, artigos de periódicos, dentre outras publicações em acesso aberto depositadas pela comunidade acadêmica, além do acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações ([TEDE](#)).

No entanto, o SISTEBIB vem atuando para ampliar esse acervo, por meio de solicitações de contratação de serviços de informação digital. Dentre as contratações realizadas a partir de 2020, citamos: a assinatura anual do Sistema Target GEDWEB ([Target](#)) – para acesso ilimitado e simultâneo às normas técnicas brasileiras (NBR) e do Mercosul (AMN) – e a Biblioteca Digital Saraiva ([BDS](#)), cujo acervo de 2.896 e-books compreende as publicações das editoras Saraiva e Érica, que atendem, mais especificamente, os cursos vinculados às áreas de Ciências Sociais Aplicadas: Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito. Esses serviços atendem às bibliotecas da capital e das unidades acadêmicas fora da sede.

O quadro a seguir apresenta o investimento realizado nessas contratações:

Quadro 129 Ampliação do acervo digital do SISTEBIB/UFAM

SERVIÇO	ANO	VALOR INVESTIDO (POR ANO)	MODALIDADE DE AQUISIÇÃO	DATA DE INÍCIO
Sistema TargetGEDWEB	2020	R\$ 13.000,00	Dispensa de licitação	Março/2020 Em vigor
	2021	R\$ 13.560,44		
	2022	R\$ 15.016,63		
Biblioteca Digital Saraiva (BDS)	2021	R\$ 64.800,00	Inexigibilidade de licitação	Novembro/2021 Em vigor

Fonte: DSA/BC, 2022.

Considerando a evolução desse acervo digital, o SISTEBIB/UFAM prospectou a contratação de dois outros serviços de informação que irão agregar ao acervo digital já existente, conforme o quadro abaixo. Destacamos que o SISTEBIB/UFAM participou de reuniões com a Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação (PROEG) e coordenação do curso de Medicina, a fim de obter apoio institucional para essas contratações.

Quadro 130 Evolução do acervo digital do SISTEBIB/UFAM

SERVIÇO	VALOR ESTIMADO (ASSINATURA ANUAL)	MODALIDADE DE AQUISIÇÃO	DATA DE INÍCIO
UPTODATE – Sistema de Apoio à Decisão Clínica	\$ 30.148,00 R\$ 154.614,02 (dólar de 18/02/2022)	Inexigibilidade de licitação	2022
Plataforma de Biblioteca Digital multidisciplinar	R\$ 450.000,00	Processo licitatório	2022

Fonte: DSA/BC, 2022.

9.2.5 Espaço físico para estudo e horário de funcionamento

As bibliotecas da UFAM dispõem de ambientes de estudos, algumas com salas para estudo individual e em grupos, proporcionando atendimento a comunidade acadêmica nos seguintes horários de funcionamento:

Quadro 131 Horário de funcionamento normal

BIBLIOTECA	HORÁRIO/DIA	ENDEREÇO
BC-BIBLIOTECA CENTRAL	08 às 18 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. Ayrão, 1033A, Praça 14 (3º e 4º andar) - CEP 69025-050 - Manaus/AM

BSSN-BIBLIOTECA SETORIAL DO SETOR NORTE	08 às 20 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Setor Norte – Coroado - CEP: 69077-000 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2156
BSFT-BIBLIOTECA SETORIAL DA FACULDADE DE TECNOLOGIA	08 às 20 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário - Setor Norte, Pavilhão Rio Aripuanã - Coroado CEP 69077-000 - Manaus/AM) Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2154
BSFD-BIBLIOTECA SETORIAL DA FACULDADE DE DIREITO	11 às 20 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Setor Norte, Bloco I da Faculdade de Direito - Coroado CEP: 69077-000 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2155
BSSS-BIBLIOTECA SETORIAL DO SETOR SUL	08 às 20 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Prédio Novo - Coroado CEP 69077-000 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal:4208
BSEEM-BIBLIOTECA SETORIAL DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS	08 às 18 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Rua Teresina, 495 - Adrianópolis - CEP 69077-000 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2157
BSCS-BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	08 às 18 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Av. Ayrão, 1033A, Praça 14 - CEP 69025-050 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal (Térreo) 2159 / (1º andar) 5059
BSMA-BIBLIOTECA SETORIAL DO MUSEU AMAZÔNICO	08 às 17 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Rua Ramos Ferreira, 1036, Centro - CEP 69010-120 - Manaus/AM Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2158
BINC-Biblioteca do Instituto Natureza e Cultura (Benjamin Constant, AM)	08 às 17:30 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Rua 01 de Maio, S/N - Bairro da Colônia - CEP 69.630-000 - Benjamin Constant/AM. Fone: (97) 3415-5585 / (92) 99142-1424 / (92) 99318-2176
BISB-Biblioteca do Instituto de Saúde e Biotecnologia (Coari, AM)	08 às 12 h - 13:30 às 19:30 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Estrada Coari Mamiá, Nº 305 - Bairro: Espírito Santo - CEP 69.460-000 - Coari/AM. Fone: (92) 99318-2295 / 3305-1181 (Ramal 2187)
BIEAA-Biblioteca do Instituto Educação, Agricultura e Ambiente (Humaitá, AM)	08 às 12 h - 13 às 18 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Rua Circular - CEP: 69800-000 - Humaitá/AM
BICET-Biblioteca do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (Itacoatiara, AM)	08 às 12 h e 14 às 19 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Rua Nossa Senhora do Rosário, 3863, Bairro Tiradentes - CEP. 69.100-000 - Itacoatiara/AM.
BICSEZ-Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (Parintins, AM)	08 às 12 h e 13 às 18 h - Segunda-feira a Sexta-feira	Estrada Parintins/Macurany, nº 1805 - Bairro Jacareacanga - CEP: 69.152-240 - Parintins/AM Fone: (92) 3533-1884

Fonte: Biblioteca Central/Bibliotecas dos outros municípios, 2022.

9.2.6 Expansão física

Conforme programado nos PDIs de 2006-2015 e 2016-2025 foi construído o prédio novo da Biblioteca Setorial do Setor Sul que abrigará também a Biblioteca Central para melhor atender a comunidade acadêmica.

Está planejado também no PDI 2016-2025 a construção do prédio da Biblioteca Setorial do Setor Norte cujo projeto já está pronto.

Quadro 132 Estrutura Física

BIBLIOTECA	M ²	CABINE DE ESTUDO INDIVIDUAL	SALA DE ESTUDO EM GRUPO	SALÃO DE LEITURA	MICROCOMPUTADORES PARA PESQUISA
BSSN	1.354,32m ²	57	01	0	4
BSCEE	356,63m ²	18	0	52 lugares	02
BSFD	280m ²	10	0	28 lugares	02
BSSS	3.225m ²	146	06	138 lugares	16
BSEEM	293,91m ²	20	03	25 lugares	03
BSCS	1.299,802 m ²	69	03	122 lugares	23
BSMA	110m ²	0	0	32 lugares	02
BINC	162m ²	0	0	36 lugares	15
BISB	99,50m ²	36	0	18 lugares	07
BIEAA	194,40 m ²	29	0	27 lugares	21
BICET	359,04m ²	65	0	20 lugares	03
BICSEZ	356,38m ²	0	0	42 lugares	11

Fonte: Biblioteca Central/Bibliotecas dos outros municípios, 2022.

9.3 Laboratórios

Dos 483 laboratórios existentes na Universidade Federal do Amazonas, 361 estão catalogados como sendo destinados ao desenvolvimento do ensino e pesquisa na Instituição, abrangendo as diversas áreas de conhecimento, elencados no Quadro seguinte:

Quadro 133 Laboratórios de Pesquisa da UFAM

Unidade/ Órgão	Laboratório
Centro de Apoio Multidisciplinar - CAM	Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear
	Laboratório de Métodos Espectroscópicos por Absorção Atômica e Ultravioleta
	Laboratório de Abertura de Amostras e Ensaio Químicos
	Laboratório de Cromatografia Gasosa
	Laboratório de Bioensaios e de Microrganismos da Amazônia
	Laboratório de Tecnologias de DNA
	Laboratório de Genômica
	Laboratório de Microbiologia Industrial
	Laboratório de Fermentação
	Laboratório de Biologia Sintética
	Laboratório de Diagnóstico Molecular
	Laboratório de Bioinformática
	Laboratório de Bioeletrônica e Eletroanalítica
	Laboratório de Análise de Água e Qualidade Ambiente
	LABORATÓRIO DE CROMATOGRAFIA E ESPECTROMETRIA DE MASSAS
	LABORATÓRIO DE ESPECTROSCOPIA NO INFRAVERMELHO
	Laboratório Didático
Laboratório de Biotecnologia	
Laboratório de Purificação de Biomoléculas	
Laboratório de Síntese de Nanomateriais e Nanoscopia	
Centro de Educação à Distância - CED	Laboratório de VIDEOAULAS
Centro de Desenvolvimento Energético. Amazônico - CDEAM	Laboratório de Análises Físico-químicas de biomassa Sólida
	Laboratório de Célula a Combustível
	Laboratório de Energia Solar
	Laboratório de Gaseificação
	Laboratório de Motor de Combustão Interna e Bicompostíveis
Laboratório de Otimização de Sistemas Motrizes	

	Laboratório de Produção de Etanol
	Laboratório de Biogestão
	Laboratório de Hidroenergia
Centro de Tecnologia e da Informação - CETELI	Laboratório de Processamento Digital de Imagens
	Laboratório de Hardware e Software
	Laboratório de Compatibilidade Eletromagnética
	Laboratório de Desenvolvimento em TV Digital
Escola de Enfermagem de Manaus - EEM	Laboratório de Métodos Epidemiológicos e Análise da Situação da Saúde
	Laboratório de Gerenciamento de Enfermagem e Saúde Coletiva
	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Enfermagem e Saúde
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia - FEFF	Laboratório de Educação Física e Atividade Física
	Laboratório de Estudo do Desempenho Humano
	Laboratório de Cinesioterapia e Pediatria
	Laboratório de Pneumoterapia e Cardioterapia
	Laboratório de Estudos em Neurociências e Comportamento
	Laboratório de Hidroterapia
	Laboratório de Estudos em Comportamento Motor Humano
	Programa de Atividades Motoras para Deficientes
	Labor. de Educação Física e Suas Relações Interdisciplinares
	Laboratório de Eletrotermofototerapia
	Programa Idoso Feliz Participa Sempre
	Laboratório de Estudos Socioculturais
	Laboratório de Tecnologia Assistiva e Análise do Movimento
	Faculdade de Informação e Comunicação - FIC
Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação	
Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Sociedade	
Laboratório de Pesquisa em Arquivologia, História e Patrimônio	
Laboratório de Políticas de Gestão de Documentos e Informações Arquivísticas	
Laboratório de Organização e Representação de Documentos e Informação	
Faculdade de Educação - FACED	Núcleo de Pesquisa, Estudos e Práticas em Arquivologia
	Laboratório de Ambientes Hiperídia de Aprendizagem
Faculdade de Artes - FAARTES	Laboratório de Pesquisa de Mediação Tecnológica em Educação e Saúde
	Laboratório/centro de Documentação e Memória da Cultura na Amazônia
	Laboratório de Cerâmica
	Laboratório de Práticas Interpretativas e Performances musicais
	Laboratório e estúdio de Gravação e Mixagem
	Laboratório de Musicologia/educação Musical
	Laboratório de Linguagem Sonora
	Laboratório de Linguagem Visual
	Laboratório de Serigrafia
	Laboratório de Pintura
	Laboratório de Práticas Pedagógicas em Artes Visuais
Faculdade de Ciências Agrárias - FCA	Laboratório de Escultura
	Laboratório de Ciências de Plantas Daninhas
	Laboratório de Ictiologia
	Laboratório de Geotecnologias
	Laboratório de Plantas Medicinais e Industriais
	Laboratório de Agrimensura
	Laboratório de Tecnologia do Pescado
	Laboratório de Gestão Florestal / Ambiental
	Laboratório de Gênese e Mineralogia de Solos
	Laboratório de Avaliações e Perícias Florestais/Ambientais
	Laboratório de Preservação da Madeira
	Laboratório de Nutrição Animal
	Laboratório de Forragicultura e Pastagens
Laboratório de Genética Vegetal	

	Laboratório de Microbiologia Agrícola e Filopatologia
	Laboratório de Princípios Bioativos de Origem Microbiana
	Laboratório de Liminologia e Recursos Hídricos
	Laboratório de Biotecnologia e Fisiologia de Organismos Aquáticos
	Laboratório de Bioenergia
	Laboratório de Anatomia e Fisiologia Animal
	Laboratório de Exploração Florestal
	Fertilidade do Solo e Análise de Planta
	Laboratório de Pesca e Máquinas e Motores
	Laboratório de Ecologia Pesqueira
	Laboratório de Botânica Agroflorestal
	Laboratório de Entomologia e Acarologia
	Laboratório de Tecnologia do Pescado 2
	Laboratório de Estruturas e Construções/Secagem de Madeiras
	Laboratório Multitemático
	Laboratório de Microbiologia de Alimentos
	Laboratório de Microbiologia
	Laboratório de Microscopia
	Laboratório de Biodegradação
	Sala de Esterilização
	Laboratório de Sanidade de Animais Aquáticos
	Laboratório de Aquicultura
	Laboratório de Economia, Administração e Legislação Pesqueira
	Laboratório de Engenharia para Aquicultura, Desenho e Topografia
	Laboratórios de Inovações Tecnológicas para Aquicultura
	Laboratório de Matérias Primas Aquícolas
	Laboratório de Tecnologia de Pesca
	Laboratório de Animais Silvestres
	Laboratório de Abelhas
	Laboratório de Tecnologia de Sementes I
	Laboratório de Propagação de Plantas
	Laboratório de Genética de Plantas
	Laboratório de Microbiologia e Parasitologia Animal
	Laboratório dos Princípios Bioativos de origem Microbiana
Faculdade de Medicina - FM	Laboratório de Dor, Neuromodulação e Reabilitação
	Laboratório de Saúde Baseada em Evidências
Faculdade de Odontologia - FAO	Laboratório de Pesquisa- FAO
	Laboratório de Atividades Biológicas em Fitoterapia na Odontologia
Faculdade de Psicologia - FAPSI	Laboratório de Investigação em Ciências Cognitivas
	Laboratório de Psicologia Experimental, Neurociência e Comportamento
	Laboratório de Pesquisa em Desenvolvimento Humano e Educação
	Laboratório de Avaliação Psicológica do Amazonas
	Laboratório de Psicologia, Trabalho e Saúde
	Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário
	Laboratório de Psicologia Fenomenológico-Existencial
	Laboratório de Psicopatologia Sujeito e Singularidade
	Laboratório de Psicologia, Saúde e Sociedade na Amazônia
	Laboratório de Psicanálise Clínica e Criação
Faculdade de Ciências Farmacêuticas - FCF	Laboratório de Atividade Biológica
	Laboratório de Bromatologia
	Laboratório de Análises Especializadas em Biologia Molecular
	Laboratório de Inovação e Desenvolvimento em Tecnologia Farmacêutica
	Laboratório de Química de Produtos Naturais
	Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Cosméticos
	Laboratório de Microbiologia de Alimentos
	Laboratório de Enzimologia

	Laboratório Especial de Toxicologia
	Laboratório do Núcleo de Estudos em Farmacocinética
	Laboratório de Imagem e Biologia Celular
	Laboratório de Tecnologia Farmacêutica
	Laboratório de Fitoquímica e Semissíntese
	Laboratório de Bacteriologia Clínica
	Laboratório de Micologia
	Laboratório de Farmacognosia e Farmacobotânica
	Laboratório de Farmacotécnica
	Laboratório de Pesquisa e Diagnóstico
	Laboratório de Hematologia Clínica
	Laboratório de Parasitologia Clínica
	Laboratório de Citologia Clínica
	Laboratório de Imunologia e Virologia Clínica
	Sala de Esterilização
	Sala de Coleção de Culturas Microbiológicas
	Laboratório de Informática
	Laboratório de Bioquímica Clínica
	Planta Piloto de Tecnologia de Alimentos
	Sala de Microscopia 1 e 2
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Laboratório de Mapeamento de Competências
Faculdade de Letras - FLET	Laboratório de pesquisa em Didática da Literatura e Formação de Professores
	Lab. de Pesq. sobre Form. de Prof., Plurilinguismo e Políticas Linguísticas
Faculdade de Tecnologia - FT	Laboratório de Processamento de Materiais Cerâmicos
	Laboratório de Análise de Usabilidade e Interface
	Laboratório de Metrologia
	Laboratório de Oficina Mecânica
	Laboratório de Usinagem
	Laboratório de Máquinas Elétricas
	Laboratório de Produção Gráfica
	Laboratório de Comunicação Visual e Vídeo
	Laboratório de Desenvolvimento de Produtos
	Laboratório de Processos Gráficos
	Laboratório de Representação Tridimensional
	Laboratório Transportar
	Laboratório Marcenaria
	Laboratório de Hidráulica e Hidrologia
	Laboratório de Materiais da Amazônia e Compósitos
	Laboratório de Controle de Qualidade
	Laboratório de Processos
	Laboratório de Soldagem
	Laboratório de Sistemas Mecânico e Controle
	Laboratório de Acionamento Hidráulico e Pneumática
	Laboratório de Termociência
	Laboratório de Conforto Ambiental
	Laboratório de Processamento de Materiais Tecnológicos
ICB - Instituto de Ciências Biológicas	Laboratório de Histologia Funcional
	Coleção de Culturas DPUA (Micoteca DPUA)
	Laboratório de Seqüenciamento de DNA
	Laboratório De Citogenômica Animal
	Laboratório De Evolução Aplicada
	Laboratório de Proteômica
	Coleção de Tecidos de Genética Animal
	Laboratório de Evolução e Genética Animal
	Laboratório de Análises Genômicas e Evolutivas
	Laboratório de Genética de Microorganismos

	Laboratório de Biologia Molecular
	Laboratório de morfologia funcional
	Laboratório e coleção didática de zoologia
	Laboratório de morfologia humana e comparada
	Laboratório multidisciplinar de morfologia - LAMM
	Coleção zoológica prof. Paulo Bührnhein
	Herbário da Universidade Federal do Amazonas
	Laboratório de Processamento de Dados Genéticos
	Laboratório Didático II
	Laboratório Didático I
	Laboratório de Pesquisa em Biologia e do Desenvolvimento
	Laboratório Didático de Biologia do Desenvolvimento
	Laboratório Didático de Biologia Celular e Microscopia
	Núcleo de Atividades Integradas
	Laboratório de Pesquisa em Microbiologia
	Laboratório de Morfologia Quantitativa
	Laboratório Didático de Histologia e Microscopia
	Laboratório de Anatomia Humana Topografia I
	Laboratório de Anatomia Humana Topografia II
	Laboratório de Anatomia Comparada e Neuroanatomia
	Laboratório de Fundamentos da Anatomia
	Laboratório Científico de Zoologia
	Laboratório Didático de Zoologia
	Coleção Didática de Zoologia
	Laboratório de Taxonomia e Ecologia de Invertebrados
	Laboratório de Sistemática de Insetos
	Laboratório de Ecologia de Comunidades
	Laboratório de Taxinomia e Ecologia de Anfíbios e Répteis
	Laboratório de Manejo de Faunas
	Laboratório de Ixodologia
	Laboratório de Biogeografia e Ecologia de Aves
	Laboratório de Ilustração Biológica
	Laboratório de Anatomia Vegetal
Instituto de Ciências Exatas - ICE	Laboratório de Estatística
	Laboratório de Preparação e Caracterização de Geomateriais
	Laboratório de Águas Subterrâneas
	Laboratório Intermediário de Geocronologia
	Laboratório de Técnicas Mineralógicas
	Laboratório de Química Ambiental
	Laboratório de Pesquisas e Ensaio de Combustíveis
	Laboratório de Pesquisa em Química Inorgânica
	Laboratório de Sensores Gasosos
	Laboratório de Polímeros Nanoestruturados
	Laboratório de Nanotecnologia em Produtos Naturais
	Laboratório de Óptica de Materiais
	Laboratório de Materiais
	Laboratório de Modelagem e Simulação Computacional
	Laboratório de Física Computacional de Alto Desempenho
	Laboratório de Cromatografia
	Laboratório de Cromatografia Q-BiomA
	LABORATÓRIO DE ELETROQUÍMICA E ENERGIA
	Laboratório de Geofísica
	Laboratório de Produtos Naturais
	Laboratório de Ensino de Matemática
	Laboratório de Matemática Aplicada
	Laboratório de Química Teórica e Computacional

	Laboratório de Química Analítica	
	Laboratório de Físico-Química	
Instituto de Computação – ICOMP	Banco de Dados e Recuperação de Informação	
	Sistemas Inteligentes	
	Robótica Educacional	
	Redes de Computadores e Multimídia	
	Computação Móvel e Ubíqua	
	Sistemas Embarcados	
	Tecnologias Emergentes e Segurança de Sistemas	
	Visão Computacional e Robótica	
	Robótica	
	Computação Inteligente e Autônoma	
	Otimização, Algoritmos e Complexidade Computacional	
	Engenharia de Software	
	Usabilidade e Engenharia de Software	
		Laboratório de Estudo de Gênero
Inst. de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS	Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento	
	Núcleo de Estudos e Pesquisas de Cidades na Amazônia Brasileira	
	Laboratório de Potamologia Amazônica	
	Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia	
	Laboratório de Planejamento e Gestão do Território na Amazônia	
	Laboratório de Estudos Panamazônicos, Pesquisa e Intervenção Social	
	Núcleo de Estudos em Gênero, Famílias, Conflitos e Sexualidade	
	NAURBE - Cidades, culturas populares e Patrimônios	
	Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidades e Interseccionalidades	
	Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena	
	Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia	
	Laboratório de Pesquisas Avançadas em Jornalismo na e sobre a Amazônia	
	Laboratório de Análise e Tratamento de Sedimentos e Solos	
	Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais	
	Laboratório de Estudos de História Cultural	
	Laboratório de História da Imprensa	
	Laboratório de História Oral e audiovisual da Amazônia	
	Laboratório de N-Linguagens	
	Laboratório de Prática de Ensino de Geografia	
	Laboratório de Geografia Física	
	Laboratório de Geografia Humana	
	Laboratório/Observatório de Estudos Interdisciplinares	
	Laboratório de Estudos Prospectivos e Teoria Social Crítica	
	Laboratório de Pesquisas e Estudos de Inovação, Gestão e Trabalho Contemporâneo	
	Laboratório de Monit. Inventário e Registro do Imag. Artístico, Lingua. e Mídia	
	Laboratório de Políticas Públicas e Tecnologias Sociais	
	Laboratório de Dinâmicas Demográficas Migrações Internas e Internacionais	
	Laboratório de Hidrogeografia, Climatologia e Análise Ambiental da Amazônia	
	Laboratório de Estudos sobre Trabalho e Ditadura	
	Laboratório de Antropologia da Vida, Ecologia e Política	
	Laboratório de Estudos em Comportamento e Racionalidade Política	
	Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia - ICET	Laboratório de Preparo de Amostras e Análises
		Laboratório de Pesquisa em Computação II
Laboratório de Pesquisa em Computação I		
Laboratório de Pesquisa em Computação II		
Laboratório Multiusuário do ICET		
Laboratório Gestão, Empreendedorismo e Desenvolvimento		
Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ	Laboratório de Pedagogia	
	Laboratório de administração	
	Laboratório de serviço social	

	Laboratório de estudos e pesquisas em produção e nutrição de aves e suínos
	Laboratório de artes digitais
	Laboratório de crítica de mídia do Amazonas
	Laboratório de estudos de linguagens da Amazônia
	Laboratório de anatomia humana
	Laboratório de cinesiologia e biomecânica
	Laboratório de práticas esportivas, coletivas e ginásticas (ginásio poliesportivo)
	Laboratório de práticas motoras
	Laboratório de fisiologia humana e fisiologia do exercício
	Laboratório de cineantropometria
	Laboratório de Solos
	Laboratório de Nutrição Animal
	Laboratório de Anatomia Animal
	Laboratório de Biotecnologia
	Laboratório de Microbiologia, Histologia e Fisiologia
	Laboratório de Química-ICSEZ
	Laboratório de Zoobotânico
	Laboratório de Aquicultura
	Laboratório de Máquinas e Mecanização
	Laboratório de Videodifusão
	Laboratório de Matemática Pura e Aplicada
	Laboratório de Videodifusão
	Laboratório de Formas Tridimensionais
Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente - IEAA	Laboratório de Solos e Nutrição de Plantas
	Laboratório de Software
	Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira
	Laboratório de Hidrometeorologia
	Laboratório de Avaliação Psicopedagógica, Educacional, Social Histórico-Cultural
	Laboratório de Pedobiologia
	Laboratório de Química Orgânica
	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas
	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia
Instituto de Natureza e Cultura - INC	Laboratório de Microbiologia
	Laboratório de Biologia Celular
	Laboratório de Química Orgânica
	Laboratório de Química Inorgânica
	Laboratório de Química Analítica
	Laboratório de Química Geral
	Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Educação no Campo
	Laboratório de Etnologia
	Laboratório de Antropologia
	Laboratório de Administração do Instituto de Natureza e Cultura
	Laboratório de Línguas
	Laboratório de Práticas Pedagógicas em Educação Infantil
	Laboratório de Botânica Agrícola e Florestal
	Laboratório de Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas
	Laboratório de Física
	Laboratório de Experimentação em Ciências Agrárias
	Laboratório de Entomologia
Instituto de Saúde e Biotecnologia - ISB	Laboratório de Química Analítica e Físico-química
	Laboratório de Cultura de Tecidos Vegetais
	Núcleo de Epidemiologia e Saúde Coletiva do Médio Solimões
	Grupo de Pesquisa Saúde e Desempenho Humano
Museu Amazônico	Laboratório de Arqueologia
TOTAL DE LABORATÓRIOS	361

9.4 Recursos tecnológicos e de audiovisual

9.4.1 Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Eletrônica e da Informação (CETELI)

Criação

O CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA ELETRÔNICA E DA INFORMAÇÃO – CETELI é um Órgão Suplementar da Universidade Federal do Amazonas, instituído pela Resolução 004/2005, de 10 de março de 2005, do Conselho de Administração da UFAM, homologada pela Resolução 015/2005 do Conselho Universitário da UFAM, de 28 de julho de 2005. Enquadra-se, para fins de credenciamento, conforme o previsto nos incisos I, II e III do art. 27 do Decreto n.º 5.906 de 2006, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.

Modelo de Gestão

Tendo em vista a origem dos recursos financeiros, os projetos desenvolvidos no CETELI enquadram-se em duas modalidades: projetos financiados por agências de fomento governamentais e projetos financiados por empresas privadas, com recursos da lei de informática, através do credenciamento do CETELI no CAPDA (Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia) e CATI (Comitê da Área de Tecnologia da Informação).

Os projetos financiados por agências de fomento governamentais, como CNPq, FAPEAM e FINEP, seguem o modelo de gestão proposto pelas próprias agências, que incluem: cronogramas com metas específicas a serem alcançadas, elaboração de relatórios semestrais e elaboração de relatório final.

Os projetos financiados pela iniciativa são regidos pela assinatura de um convênio tripartite: Empresa, UFAM e Fundação de Apoio Institucional.

No texto do projeto, estão incluídos: um documento de especificação de requisitos, contendo todas as especificações funcionais e não funcionais, o qual é assinado tanto pelo coordenador do projeto como por um representante da empresa; a metodologia segundo a qual o projeto será executado; um cronograma de etapas e metas a serem cumpridos, que permite o acompanhamento do projeto por parte da empresa e um orçamento dos gastos a serem realizados no projeto, com os desembolsos previstos.

Ao final do projeto entrega-se ao cliente um termo de avaliação onde o mesmo atribui conceitos a diversos itens, incluindo o atendimento as especificações feitas, a satisfação com o prazo de desenvolvimento, etc. Esse documento faz parte da política de qualidade do CETELI e serve de realimentação para o desenvolvimento de futuros projetos.

Missão e Objetivos

Missão:

Promover a pesquisa, o desenvolvimento científico e tecnológico e a formação de recursos humanos na Amazônia, buscando a excelência nas áreas de Tecnologia Eletrônica, da Informação e Automação.

Objetivos:

Promover a pesquisa e o desenvolvimento de aplicações nas áreas de Tecnologia Eletrônica, da Informação e Automação, contribuindo com o desenvolvimento tecnológico da Amazônia.

Buscar continuamente a sustentabilidade e a satisfação dos clientes.

Ampliar a formação avançada de Recursos Humanos nas áreas de atuação.

Promover a participação e realização de eventos, cursos de atualização e intercâmbios tecnológicos nas áreas de atuação.

Envolver todos os colaboradores no processo de melhoria contínua.

Promover programas de Integração Social.

9.4.2 Centro de Educação a Distância – CED

O Centro de Educação a Distância (CED), da Universidade Federal do Amazonas, diretamente vinculado à Reitoria, criado através da Resolução nº 008/2006 CONSAD, 15/03/2006 e homologado pela Resolução nº 081/2007 – CONSUNI, 30/11/2007.

São objetivos do Centro de Educação a Distância - CED:

- a) Coordenar ações de educação a distância (EaD) na UFAM, planejando e acompanhando com as Unidades Acadêmicas, Coordenações de Curso e Coordenações dos Polos UAB, a oferta de Cursos de Graduação, Pós-graduação e Extensão.
- b) Desenvolver as Políticas de EaD propostas pelo governo federal junto a UFAM;
- c) Manter relacionamento junto ao MEC, Secretarias Estaduais e Municipais e demais Instituições com vistas à elaboração, articulação e execução de projetos no âmbito de EaD;
- d) Implantar e explorar as interfaces entre a comunicação, as tecnologias da informação, o mundo do trabalho e a educação;
- e) Desenvolver, implantar e manter projetos de informatização e recursos computacionais e suporte pedagógico/comunicativo;
- f) Produzir material instrucional em diversas mídias utilizando Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTD) no processo educacional;
- g) Criar e manter pesquisas e laboratórios voltados às Novas Tecnologias Digitais de Comunicação - NTD - e/ou a EaD;
- h) Promover eventos de socialização de conhecimentos e articulação institucional em EaD, de fomento às Novas Tecnologias Digitais de Comunicação (NTD) com ênfase na convergência entre as modalidades de ensino presencial e a distância;
- i) Estimular e promover a realização de consultoria técnica, de programas de capacitação, bem como, no atendimento a solicitações de órgãos e instituições, com ênfase, em planejamento de políticas e programas de formação de docentes em EaD;
- j) Colaborar com as Unidades Acadêmicas da UFAM, especialmente, em atividades interdisciplinares de EaD e do ensino semipresencial.
- k) Realizar ações que possibilitem o intercâmbio cultural e tecnológico com as demais universidades e outras Instituições, promovendo a EaD;
- l) Oferecer cursos de extensão, formação inicial e continuada em nível de graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

Para concretizar seus objetivos, o CED promoverá ações nas linhas de ensino, pesquisa e extensão e inovação focados em EaD.

Tem-se como visão ao longo dos próximos cinco anos:

- a) Tornar-se referência em ações acadêmicas pautadas no uso de recursos tecnológicos digitais para promoção de uma educação aberta e flexível por meio de cursos na modalidade a distância, incluindo aqueles de curta duração, de graduação e de pós-graduação.
- b) Constituir-se como centro de suporte e produção de material didático e demais mídias

voltadas para a promoção do ensino, pesquisa, extensão e inovação nos cursos da UFAM, sejam eles na modalidade a distância, ou de ações virtualizadas de cursos presenciais.

Em 2022 o Centro de Educação a Distância, em parceria com as Unidades Acadêmicas, está com os seguintes cursos em ofertas vigentes:

- a) Bacharelado em Administração
- b) Bacharelado em Administração Pública
- c) Bacharelado em Biblioteconomia
- d) Especialização em Ensino de Matemática no Ensino Médio.
- e) Licenciatura em Artes Visuais
- f) Licenciatura em Ciências Agrárias
- g) Licenciatura em Ciências Biológicas
- h) Licenciatura em Educação Física
- i) Licenciatura em Música

Até 2024 há previsão da oferta de mais 1440 vagas distribuídas entre os cursos:

- a) Especialização em Educação Física Escolar.
- b) Especialização em Tecnologias Digitais para o Ensino Básico
- c) Licenciatura em Artes Visuais
- d) Licenciatura em Ciências Agrárias
- e) Licenciatura em Ciências Biológicas
- f) Licenciatura em Educação Física
- g) Licenciatura em Química
- h) Licenciatura em Música

A UFAM por meio dos cursos a distância está presente em 25 municípios e quatro estados da Região Norte (Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia) em parceria com os Polos de apoio presencial da UAB. Considerando os polos dos cursos ativos em 2022 e aqueles que iniciarão até 2024, a UFAM estará presente nos seguintes municípios:

- a) Acrelândia (AC)
- b) Amajari (RR)
- c) Ariquemes (RO)
- d) Brasiléia (AC)
- e) Caracaraí (RR)
- f) Caroebe (RR)
- g) Coari (AM)
- h) Cruzeiro do Sul (AC)
- i) Itacoatiara (AM)
- j) Lábrea (AM)
- k) Manacapuru (AM)
- l) Manaus (AM)
- m) Maués (AM)

- n) Mucajaí (RR)
- o) Parintins (AM)
- p) Porto Velho (RO)
- q) Presidente Figueiredo (AM)
- r) Rio Branco (AC)
- s) Rorainópolis (RR)
- t) Santa Isabel do Rio Negro (AM)
- u) São Luiz do Anauá (RR)
- v) São Luiz do Anauá (RR)
- w) Tabatinga (AM)
- x) Tefé (AM)
- y) Xapuri (AC)

Em 2022 foi aprovado o Programa de Extensão do CED, com o nome de “Escola de Formação do Centro de Educação a Distância”, se destacando como uma ação inovadora, em que será possível o desenvolvimento de ações de extensão a distância a todos os cursos EAD da UFAM. O programa atenderá também toda a demanda de capacitação interna e externa, inicial e continuada de Professores, Tutores, aluno e comunidade externa, para atuarem em ações educacionais que envolva a participação direta ou indireta do CED.

Para os próximos anos o CED implementará a plataforma MOOC/CED, para oferta de cursos de curta duração para formação complementar a toda comunidade externa, com cursos autoinstrucional e de fluxo contínuo, desenvolvidos pelo corpo docente da UFAM das mais diversas áreas.

9.4.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem da Telessaúde

A Gerência Multidisciplinar de Telessaúde da Universidade Federal do Amazonas (GMTS/UFAM), órgão complementar da UFAM, vinculada à Reitoria e criada pela Resolução N.011/2014 do Conselho de Administração (CONSAD) teve uma ostensiva atuação no atual cenário da pandemia.

A GMTS atuou nas seguintes frentes:

1. **RUTE** - é um projeto coordenado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e integrado ao programa Telessaúde Brasil Redes, usamos como estratégia de capacitação e atualização da qual contribuiu para a melhoria na qualificação dos profissionais, através do desenvolvimento de inovações na área de educação em saúde. Um bom exemplo da integração entre as iniciativas de Telessaúde promovida pela RUTE e que facilita e estimula o avanço das Pesquisas Colaborativas são os chamados Grupos de Interesse Especial (SIG's, sigla em inglês). Os SIG's atuam em áreas como Enfermagem, Cardiologia, Psiquiatria, Oftalmologia e Dermatologia, dentre outras. SIGS traz impactos científicos, tecnológicos, econômicos e sociais para os serviços de saúde já existentes, permitindo a adoção de medidas simples e de baixo custo, como a implantação de sistemas de análise de imagens médicas com diagnósticos remotos, que pode contribuir muito para diminuir a carência de especialistas, além de proporcionar treinamento e capacitação de profissionais da área médica sem deslocamento para os centros de referência.
2. **MÍDIAS SOCIAIS**: A telessaúde da UFAM teve a preocupação em informar a população sobre o novo vírus e os riscos à saúde apresentados pela COVID-19 assim como mostrar medidas importantes de proteção ou precaução padrão. Informações precisas, confiáveis e livre de "Fake News" possibilitando que a população obtivesse decisões conscientes e

adotassem comportamentos positivos para proteger-se a si e seus entes queridos das doenças e complicações causada pelo novo coronavírus. Todas as atividades desenvolvidas foram baseadas em evidências científicas ou extraídas de sites oficiais com o objetivo de manter a população informada. Logo os serviços ofertados através das tecnologias vieram dar respostas rápidas, seguras às questões e lidar com esses desafios tornando preponderantes para aprimorar o combate à doença e seus efeitos em meio a UFAM. Com o objetivo de informar sobre a Covid-19 para a população e mitigar a curva de casos, foram feitas ações e postagens nas redes sociais Twitter, Instagram e Facebook. Tais mídias sociais foram um ferramenta importante de combate e tiveram expressivo crescimento e engajamento durante esse período.

3. **REALIZAÇÃO DE LIVES** - Foi realizado diversas lives com profissionais: Frente a situação de pandemia foi desenhado estratégia de realização de lives com profissionais (médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos e outros) nas redes sociais e YouTube.
4. **SERVIÇO DE CHATBOT:** A partir da necessidade de comunicação da Telessaúde e população em geral, foi implantado um sistema de mensagens eletrônicas no whatsapp (chatbot) de caráter informativo e de acesso a vários serviços oferecidos pela Telessaúde.
5. **CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PODCAST :** Essa estratégia foi dividida em 3 eixos tais quais são: grupo base, coordenação e edição. Todos os participantes do grupo-base desenvolveram atividades de criação de roteiro e discussão em grupo. Além disso, notou-se que os demais eixos tiveram atribuições específicas durante a consolidação do programa. Os coordenadores foram responsáveis pela organização da estrutura do grupo com foco no cumprimento de prazos; gerência de demandas espontâneas e revisão dos textos criados para o roteiro a fim de garantir a qualidade do material a ser divulgado nos episódios. O grupo da Edição, em específico, desempenhou um papel fundamental para cada episódio, utilizando de ferramentas digitais de edição de áudio para formatar os arquivos que compuseram cada pauta. Ademais, essa equipe foi responsável pela manutenção técnica do podcast na Plataforma *Anchor*, software que permite a hospedagem do programa e sua disponibilização online. Com isso, foi possível observar que além das atividades que foram realizadas por todo o grupo, os demais eixos de trabalho também desenvolveram atividades específicas que mereceram ser contabilizadas no quadro de distribuição de carga horária.
6. **TELECONSULTAS:** As Teleconsultas multiprofissional foram oferecidas para população nas áreas de Psicologia, Fisioterapia, Enfermagem, Nutrição, Educação Física e Serviço Social. O serviço foi amplamente usado e foi uma importante estratégia para atendimento da população. A ação foi fruto de parceria entre o Programa de Residência Multiprofissional da UFAM e a Telessaúde.
7. **Programa de Extensão em Saúde Digital da Universidade Federal do Amazonas - UFAM :** Devido a necessidade de ações de combate ao covid-19 da promoção a saúde, prevenção de doenças e combate a *fake news*, o trabalho da telessaúde tornou-se grande parte de extensão logo apresentamos a PROEXT a proposta (23105.005469/2022-86) está sendo avaliado pela câmara técnica da PROEXT sua formalização, mas que gerou ótimos resultados tendo visto a participação dos alunos nas diversas ações de combate ao Covid-19 desenvolvido pela Telessaúde.

9.5 Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais (Decreto no 5.296/04 e Decreto no 5.773/06)

A rotina educativa prevista para os níveis mais básicos da educação brasileira revela situações de avanço nas expectativas de apoio a alunos com deficiência nos últimos anos. Não é difícil prever também que, quando há resultados positivos de formação educacional de pessoas com deficiência nos níveis mais básicos, há um aumento e transformação da rotina educativa nos níveis mais superiores consequentemente.

A universidade que se deseja deve atender a todos e compreender amplamente sua função social, assumindo seu compromisso diante da nova realidade. Assim, deve possuir espaço físico e virtual para uma realidade crescente; ou seja, o aumento de pessoas com deficiência nas salas universitárias.

Como escrito no Decreto nº 7.611 de 2011, Art. 5, parágrafo 2º, inciso VII: “O apoio técnico e financeiro de que trata o caput contemplará as seguintes ações [...] VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior”. Na aplicação do discurso legislativo acima citado, a UFAM conta com o apoio de uma Comissão de Inclusão e Acessibilidade instituída em outubro de 2010 com a intenção de promover ações deliberativas para o cumprimento dos parâmetros que viabilizam a acessibilidade nos variados aspectos da rotina universitária do campus e extensões.

A institucionalização dessa Comissão ensejou a instituição de uma nova política de apoio à pessoa com deficiência, voltada a professores, alunos e servidores. A Comissão de Inclusão e Acessibilidade (CIA) permitiu, dentre tantas deliberações, a criação do Espaço Universitário de Apoio ao Servidor, Professor e Aluno com Deficiência – EUAPOIO.

Figura 30 Logo da Comissão e Núcleo de Acessibilidade



São objetivos da Comissão:

- a) oportunizar o convívio entre pessoas assistidas;
- b) promover ações de sensibilização entre servidores e alunos;
- c) dispor de recursos e equipamentos de apoio pedagógico que facilitem ou equalizem as condições de acesso à informação aos conteúdos escolares;
- d) oferecer apoio técnico capacitado ao atendimento educacional especializado;
- e) constituir imprensa em Braille;
- f) editar vídeos adaptados à leitura visual de surdos;
- g) promover tradução e interpretação de eventos de concurso para as modalidades específicas de cada situação de deficiência;
- h) prestar consultoria às iniciativas de ampliação predial nos moldes previstos nas normas técnicas vigentes;
- i) eliminar barreiras entre professores e alunos por meio de diálogo e propostas de adaptação dentro dos departamentos de ensino e pesquisa, e
- j) participar efetivamente das decisões pertinentes à condição de estudo dentro dos conselhos universitários.

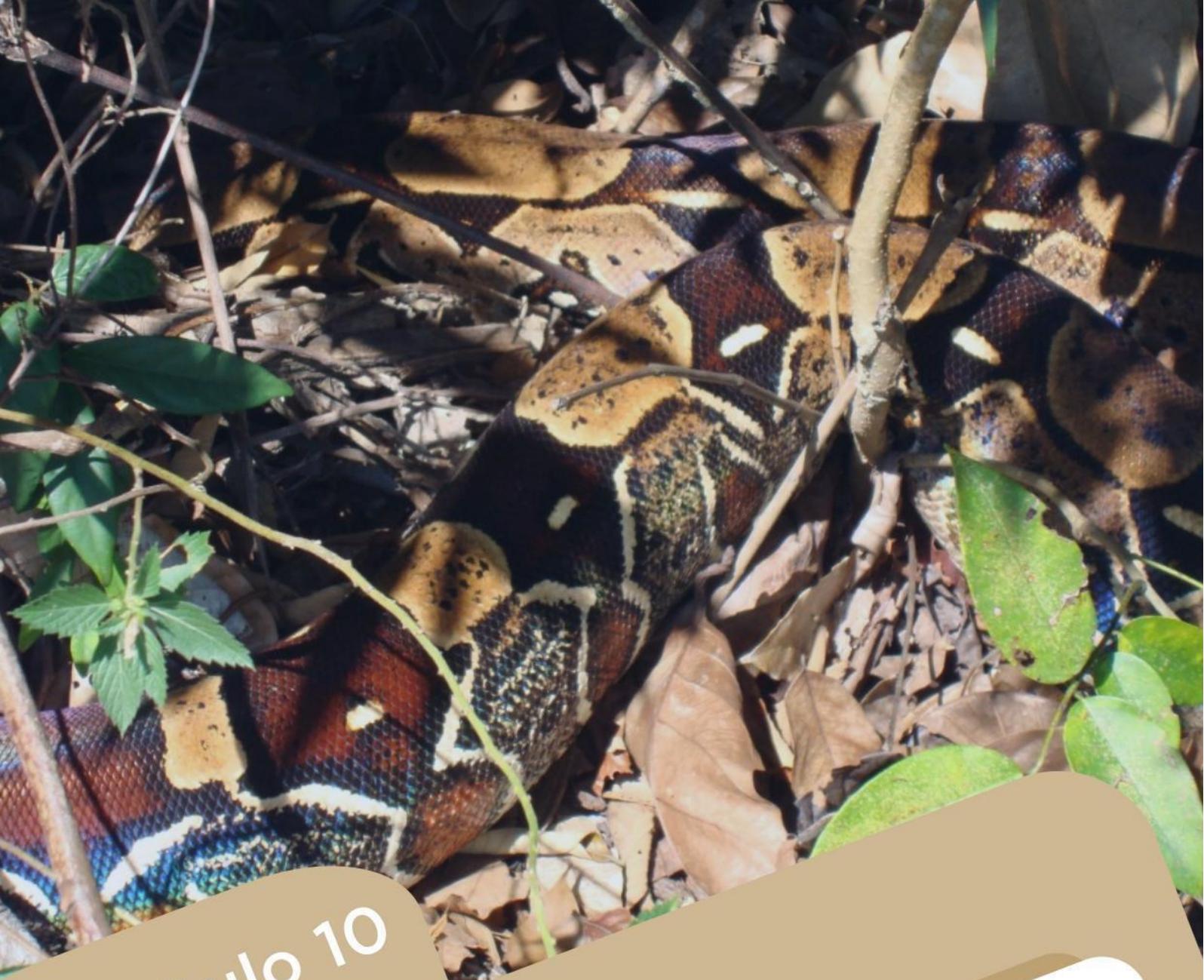
9.6 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI

Existe a previsão de expansão da infraestrutura da Universidade, mediante a realização de obras que estão em fase de elaboração de projeto ou com projeto já concluído. Esta é uma atribuição do Departamento de Engenharia da Prefeitura do Campus, envolvendo profissionais de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Tais projetos são elencados a seguir:

Quadro 134 Projetos de ampliação da infraestrutura da UFAM

Nº	Projetos / Obras / Reformas / Até 2025
1	Prefeitura do Campus / Nova Sede e CTIC
2	Pista de caminhada / Ciclovia / Campus Universitário – Manaus
3	Subestação de 69.000 Setor Sul
4	Construção do Bloco 9 do Instituto de Ciências Exatas no Campus da UFAM
5	Revitalização do Complexo e Construção do Bloco E da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia Setor Sul
6	Construção do Bloco do Instituto de Computação - ICOMP 3
7	Reforma de Laboratório em Benjamin Constant
8	Reforma do Laboratório 209 do Curso de Engenharia Mecânica da Faculdade de Tecnologia
9	Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM)
10	Biblioteca Setor Sul
11	Arquivo do Setor Norte
12	Biotério Central
13	Bloco 4 no Campus da UFAM em Parintins
14	Residência Universitária de Humaitá
15	Residência Universitária de Coari
16	Sala do CPPAD – Humaitá
17	Prédio da Faculdade de Medicina – Campus Saúde / Centro
18	Museu Amazônico (Restauração)
19	Reforma FACED
20	Reforma da Biblioteca Central
21	Bloco da Faculdade de Psicologia - Setor Sul
22	Infraestrutura do Setor Sul / Urbanização / Passarelas / Abrigo - ônibus
23	Reforma e Ampliação do Almojarifado
24	Reforma CAUA I e II
25	Biblioteca do Setor Norte
26	Bloco da Odontologia - Setor Sul
27	Vias periféricas do Campus Universitário - Manaus
28	Bloco da Biotecnologia – Setor Sul
29	Bloco da Faculdade de Arquitetura / FT
30	Bloco TIB CETELI

3 1	Bloco 2 da Faculdade de Direito
3 2	Laboratório de Sementes Humaitá
3 3	Bloco de Salas de Aula do IFCHS
3 4	Educação Física – Parintins
3 5	Restaurante Universitário Setor Sul
3 6	Restaurantes Universitários nos Campi do Interior
3 7	Bloco de Salas de Professores da FES
3 8	Bloco de Laboratórios da FT
3 9	Bloco da Medicina em Coari
4 0	Reforma do Almoxarifado do Departamento de Materiais (DEMAT)
4 1	Recuperação de Prédios Históricos
4 2	Construção do Bloco 3 da Faculdade de Ciências Agrárias no Setor Sul
4 3	Construção do Museu Amazônico – Setor Sul
4 4	Construção do Centro de Convenções Eulálio Chaves
4 5	Bloco 2 do Campus 2 do ICET
4 6	Bloco 3 do Campus 2 do ICET
4 7	Laboratório da Faculdade de Tecnologia
4 8	Laboratório da Faculdade de Odontologia
4 9	Construção das bibliotecas dos Campi
5 0	Construção da Biblioteca Central
5 1	Revitalização da Fazenda Experimental – UFAM
5 2	Construção de 2 (dois) blocos de sala de aula – Campi Coari
5 3	Revitalização da Fazenda Experimental – UFAM
5 4	Construção de 2 (dois) blocos de sala de aula – Campi Coari
5 5	Construção do Bloco 02 da FIC
5 6	Construção do Bloco 03 da FCA
5 7	Construção do Bloco do CAM
5 8	Construção do Bloco da Química
5 9	Construção do Bloco 03 do ICB



Capítulo 10

Avaliação e
Acompanhamento do
Desenvolvimento
Institucional

CAPÍTULO 10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei Nº. 10.861/2004, impõe a prática da avaliação institucional como política nacional que assume caráter sistêmico, sistemático e externo, o que lhe atribui um “poder fático”, isto é: um fato que se impõe e se institui como um campo de referência, de significação e de obrigação ver (CURY, 2003, p. 13).

Nesta perspectiva, o processo de autoavaliação da Universidade Federal do Amazonas tem sua realização coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, em articulação com as Pró-Reitorias, os órgãos Suplementares e as Comissões Setoriais de Avaliação instituídas nas Unidades Acadêmicas.

O sistema de avaliação das Universidades Brasileiras é extremamente importante por seu caráter de política nacional, por sua inédita característica de avaliação integrada que articula de forma permanente e obrigatória os processos externos e internos da avaliação das instituições de educação superior (AVALIES), avaliação dos cursos de graduação (ACG) e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

A AVALIES está concebida como avaliação construtiva e formativa, que visa à sustentação da qualidade social da Educação Superior e se realiza com base nas diretrizes estabelecidas pelo SINAES, coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

Como parte integrante desse Sistema Nacional de Avaliação, a Universidade Federal do Amazonas criou e regulamentou sua Comissão Própria de Avaliação – CPA, por meio da Portaria Nº. 983/2004 de 14 de junho, em atendimento à legislação vigente.

Ao instituir-se, como a instância própria para o desenvolvimento do processo avaliativo interno da UFAM, a CPA articulou a organização e designação de Comissões Setoriais de Avaliação que atuam internamente no âmbito das Unidades Acadêmicas. Por conseguinte, a Portaria Nº. 2077 de 24 de junho de 2019, designou as Comissões Setoriais de Avaliação, atualmente em atividade, enquanto a Portaria Nº. 2543 de 09 de agosto de 2019, regulamenta a CPA para um novo mandato de 02 (dois) anos.

A CPA, tendo presente o dever dos órgãos e entidades públicas de promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações para o interesse coletivo ou geral, apresenta este Manual, para que a comunidade universitária e os novos membros da CPA disponham de informações gerais sobre o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amazonas, realizado sob sua responsabilidade. O qual deve servir como um guia à própria CPA, às Comissões Setoriais de Avaliação, às Coordenações de Cursos e aos Núcleos Docentes Estruturantes - NDE que atuam nas Unidades Acadêmicas.

10.1.1 O que é a CPA/UFAM?

A Comissão Própria de Avaliação é uma Comissão de representantes da comunidade acadêmica formada por docentes, técnico-administrativos e discentes da Universidade Federal do Amazonas. Obrigatoriamente tem de assegurar a participação de representantes da Sociedade Civil Organizada (SCO), conforme determina a diretriz I, art. 11 da Lei Nº 10.861/2004, de 30 de abril de 2004. Conforme determina esta Lei, tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição (autoavaliação), de sistematização e de prestação das informações da UFAM solicitadas pelo INEP/MEC.

A CPA/UFAM criada desde 2004, foi regulamentada pela Portaria Nº. 983, de 14 de junho de 2004, em obediência ao prazo estabelecido nesse Art. 11. A CPA/UFAM integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e nos termos da diretriz II do artigo 11, desenvolve sua atuação com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na UFAM, no âmbito de sua competência legal.

Na sua composição, conforme a Lei Nº. 10.861/2004, que instituiu o SINAES, mantém o equilíbrio que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e de representantes da sociedade civil organizada.

A fim de apoiar suas atividades, a CPA conta com as Comissões Setoriais de Avaliação – CSA constituídas nas Unidades Acadêmicas, além dos Colegiados de Curso e dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE de cada curso.

10.1.2 Atribuições da CPA/UFAM.

1. Elaborar, programar e desenvolver o sistema de avaliação institucional na UFAM, conforme o projeto da avaliação institucional e a política nacional da avaliação;
2. Assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil na realização do Projeto da avaliação, na sua operacionalização e na divulgação da análise dos resultados;
3. Criar condições para que a avaliação esteja integrada na dinâmica institucional, assegurando a interlocução com segmentos e setores institucionais de interesse do processo avaliativo;
4. Elaborar, coordenar e supervisionar a logística da aplicação de instrumentos avaliativos;
5. Acompanhar o desenvolvimento do processo de avaliação nas Unidades Acadêmicas e demais setores da Instituição;
6. Definir procedimentos de organização e de análise de dados;
7. Processar, analisar e interpretar as informações coletadas;
8. Encaminhar providências que assegurem o cumprimento de coleta, processamento, análise e divulgação de informações;
9. Elaborar relatórios (parcial e final) e postar o relatório anual no sistema e-MEC, no prazo estabelecido na lei;
10. Apresentar sistematicamente análises de resultados e possíveis encaminhamentos à Direção para apreciação;
11. Coordenar processo de reflexão e discussão sobre os resultados do trabalho avaliativo estimulando a proposição de encaminhamentos pelos diferentes setores da instituição;

Executar outras atribuições inerentes à natureza do órgão, decorrentes da legislação emitida pelo INEP/MEC;

Manter sua atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

Promover o diálogo permanente como metodologia de trabalho, para instituir por meio da comunicação formadora, a cultura da avaliação que resulte na ampla participação da comunidade no processo da autoavaliação.

O que é uma Comissão Setorial de Avaliação – CSA

A Comissão Setorial de Avaliação (CSA) é o elo entre a CPA e a Unidade Acadêmica. Seus membros estão nomeados por meio da Portaria Nº. 2077, de 24 de junho de 2019, emitida pelo Gabinete do Reitor.

A CSA auxilia a CPA na realização das avaliações internas das Unidades Acadêmicas e dos cursos em colaboração com o respectivo Núcleo Docente Estruturante. Esta subcomissão, à semelhança da CPA, deve compor-se com a participação de docentes, discentes, de técnico-administrativos educacionais (TAE) e representantes da sociedade civil organizada.

10.1.3 Atribuições da CSA

1. Conduzir os processos de avaliação internos do(s) curso(s) e da Unidade Acadêmica;
2. Planejar e operacionalizar os processos avaliativos em articulação com NDE e coordenação de curso;

3. Auxiliar/participar nos processos de avaliação externa do (s) curso(s), realizados pelo MEC/INEP;
4. Coletar dados e disponibilizar informações do curso à CPA;
5. Sistematizar e prestar informações relativas aos processos de avaliação;
6. Articular a avaliação interna dos cursos e da Unidade Acadêmica com as prioridades da CPA;
7. Elaborar relatórios sobre as avaliações realizadas nos cursos e Unidades, com pareceres e recomendações enviando-os à CPA;

10.1.4 SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES foi instituído pela Lei N°. 10.861, de 14 de abril de 2004, e fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, à qual compete estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior.

O SINAES tem como princípios fundamentais:

1. A responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
2. O reconhecimento da diversidade do sistema;
3. O respeito à identidade, missão e história das instituições;
4. A globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, considerados em sua relação orgânica;
5. A continuidade do processo avaliativo como instrumento de política educacional para cada instituição e o sistema de educação superior em seu conjunto.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. **Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)** – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 1. Avaliação interna ou autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
 2. Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES, quando da solicitação de Credenciamento ou Recredenciamento Institucional, em visita de avaliação *in loco*, obedecendo a validade do ato regulatório vigente e os prazos estabelecidos no Calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema de regulação do Ministério da Educação.

Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos e/ou dos resultados alcançados pelos cursos nos ciclos avaliativos de que participam.

Os cursos de graduação são avaliados em três dimensões:

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica;

Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial;

Dimensão 3: Infraestrutura.

Avaliação do Desempenho dos Estudantes (Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, criado pela Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004) – aplica-se aos estudantes concluintes do curso. O Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES é quem define as áreas que participarão do Exame.

O ENADE é considerado um dos pilares da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que aliado aos processos de Avaliação de Cursos e de Avaliação Institucional, constitui-se importante instrumento de aferição e de promoção da qualidade para os cursos de graduação e para as políticas de educação superior do País.

A prova avalia os participantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais de seus respectivos cursos de graduação; suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE é componente obrigatório curricular dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos da normativa publicada.

O ENADE é realizado todos os anos, aplicando-se trienalmente a cada curso, de modo a abranger, com a maior amplitude possível, as formações objeto das Diretrizes Curriculares Nacionais, da legislação de regulamentação do exercício profissional e do Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia.

O indicador de qualidade para os cursos é calculado pelo INEP, conforme os resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei Nº. 10.861, de 2004. Esse indicador de qualidade constitui o **Conceito Preliminar de Curso (CPC)**, instituído pela Portaria Normativa Nº. 4 de 05 de agosto de 2008.

O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE é normatizado pela CONAES por meio da Resolução Nº. 01, de 17 de junho de 2010 e constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento avaliativo, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Na sua constituição, o NDE conta necessariamente com membros do corpo docente do curso que, em seu meio exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

O NDE deve ser considerado não como exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso, no que diz respeito à interseção entre as dimensões do corpo docente e o Projeto Pedagógico do curso. Assim, se diferencia do Colegiado de Curso, pois este tende a ter um papel administrativo muito forte, resolvendo questões que vão desde a definição das necessidades de professores para atenderem disciplinas até a simples emissão de atestados, passando pela administração e acompanhamento do processo de matrícula (Parecer CONAES Nº. 4 – 17/06/2010).

Atribuições Acadêmicas do NDE

A CONAES definiu para o NDE por meio da RESOLUÇÃO Nº. 01, de 17 de junho de 2010, as ATRIBUIÇÕES ACADÊMICAS de:

Art. 1º.:

- Acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso;
- Deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, com liderança acadêmica reconhecida pela produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e em

outras dimensões entendidas como importantes pela instituição e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 2º.:

- . Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- I. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- II. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- III. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Processo de Avaliação

A avaliação das Instituições de Educação Superior (IES), dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes é realizada no âmbito do SINAES, nos termos da legislação aplicável.

10.1.5 Avaliação das IES

A avaliação das instituições de educação superior tem por objetivo identificar o perfil e o significado social da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e diversidade das instituições, bem como pela realização de avaliação interna e de avaliação externa.

A avaliação interna caracteriza-se como um processo de reflexão sobre a atuação da Universidade, implicando na participação de todos os segmentos acadêmicos, com vistas a se estabelecer um processo de permanente vigilância da eficácia institucional, das ações decorrentes dos processos de avaliação das políticas institucionais e sua efetiva implementação.

A CPA/UFAM, auxiliada pelas Comissões Setoriais de Avaliação - CSA, coordena o processo de autoavaliação institucional e acompanha o desenvolvimento do processo de autoavaliação dos cursos nas Unidades Acadêmicas, conduzido pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE.

Dimensões da Avaliação:

A seção destinada ao desenvolvimento do Relatório de autoavaliação atende à organização em tópicos correspondentes aos cinco Eixos definidos pela NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES Nº. 065/2014, cujo modelo agrupa dez DIMENSÕES, conforme define o Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional:

- Eixo 1: Planejamento e avaliação Institucional

Avalia:

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação;

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Avalia:

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição;

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Avalia:

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão;

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade;

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes;

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Avalia:

Dimensão 5: Políticas de Pessoal;

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição;

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira;

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Avalia:

Dimensão 7: Infraestrutura Física.

O artigo 3º. da Lei N.º 10.861 estabeleceu que a avaliação das instituições de educação superior, para atingir seus objetivos, deve ter presente cada uma das dez diferentes dimensões institucionais, investigando e relatando o seu sentido:

1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - identifica o projeto e/ou missão institucional, em termos de finalidade, compromissos, vocação e inserção regional e/ou nacional.
2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades - explicita as políticas de formação acadêmico-científica, profissional e cidadã; de construção e disseminação do conhecimento; de articulação interna, que favorece a iniciação científica e profissional de estudantes, os grupos de pesquisa e o desenvolvimento de projetos de extensão.
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação a inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural - contempla o compromisso social da instituição, enquanto portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independente da configuração jurídica da IES.
4. A comunicação com a sociedade - identifica as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal sorte que viabilize a participação ativa da comunidade na vida acadêmica, bem como se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém.
5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho - explicita as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os com planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas e com condições objetivas de trabalho.
6. A Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios - avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e projetos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas e a participação nas políticas de desenvolvimento e expansão institucional.
7. A Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação - analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da IES.
8. O Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional - considera o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados, elementos de um mesmo *continuum*, partícipes do processo de gestão da educação superior. Esta dimensão está na confluência da avaliação como processo centrado no presente

e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais.

9. As Políticas de atendimento aos estudantes - analisa as formas com que os estudantes estão sendo integrados a vida acadêmica e os programas através dos quais as IES buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil.
10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior - avalia a capacidade de gestão e administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e na obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

10.1.6 Avaliação Interna (autoavaliação)

A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

A partir da Autoavaliação é gerado um relatório anual, abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões, no qual se identificam as fragilidades e as potencialidades da UFAM, de acordo com as dez dimensões definidas pelo SINAES para a avaliação. Assim, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão dentro da instituição.

As atividades de avaliação são realizadas contemplando a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da UFAM.

10.1.7 Metodologia

A Comissão Própria de Avaliação - CPA desenvolveu o processo de avaliação interna alinhada aos objetivos e princípios do SINAES, mantendo as condições essenciais para coordenar o processo com equipe de coordenação atuante (CPA e Comissões Setoriais de Avaliações - CSAs), e estímulo à participação dos segmentos que integram a UFAM.

Deste modo, recebeu o apoio dos dirigentes da instituição, realizando por meio da plataforma *Limesurvey* (Avalies – questionarios.ufam.edu.br/), a coleta e o processamento dos dados, produzindo assim a análise e a interpretação das informações obtidas.

O *Limesurvey* serve para exportar dados para arquivos, com formato *.csv* ou *.xml*, como uma de suas possibilidades. Os questionários, anônimos, são acedidos apenas por convite, que a plataforma envia por *e-mail* ou podem ser públicos, sem acesso restrito. Esta plataforma, tem funcionalidades avançadas, ao nível das plataformas comerciais e é disponibilizada em várias línguas, incluindo o português.

O questionário fica disponível no **eCampus** para toda comunidade acadêmica durante o período de setembro - dezembro. Sendo que, no dia 01 de janeiro de cada ano acadêmico da UFAM é realizada a consolidação dos resultados da pesquisa (encaminhados pelo Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação CTIC), em termos de seu resultado geral: dados brutos em forma de tabelas, bem como gráficos para realização das análises.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA busca dar sustentabilidade à avaliação interna caracterizada como uma exigência ética e política, produzindo no seio da comunidade a reflexão sobre a atuação concreta da Universidade no contexto Amazônico, nacional e internacional.

Esta exigência orientou os esforços da CPA, em articulação com as Comissões Setoriais de Avaliação, para suscitar a participação de cada um dos segmentos da comunidade acadêmica situada nos seis campi da UFAM e demais municípios, onde são oferecidos cursos por meio de programas especiais.

O propósito da equipe se concretizou num trabalho de permanente vigilância crítica das ações decorrentes da avaliação interna e externa da UFAM.

Quanto à ferramenta acima mencionada, foi utilizada a versão *R version 3.4.3* (30/11/2017) – sendo esse *software* livre e disponível na internet.

A pluralidade de atores participantes da Comissão Própria de Avaliação garante sua representatividade e riqueza de aportes vários ao processo avaliativo.

No Apêndice usamos o seguinte programa da *Microsoft*: O *Power BI Desktop*, o qual permite criar uma coleção de consultas, conexões de dados e relatórios que podem ser facilmente compartilhados com outras pessoas.

O *Power BI Desktop* integra tecnologias comprovadas da *Microsoft* – o poderoso mecanismo de consulta, visualizações e modelagem de dados – e funciona perfeitamente com o serviço do *Power BI on-line*.

Na combinação do *Power BI Desktop* (no qual analistas e outros podem criar conexões de dados, modelos e relatórios de grande potencial analítico), com o serviço do *Power BI* (no qual os relatórios do *Power BI Desktop* podem ser compartilhados para que os usuários possam exibí-los e interagir com eles), novas informações do mundo dos dados são mais fáceis de modelar, criar, compartilhar e estender. Os analistas de dados encontraram no *Power BI Desktop* uma ferramenta poderosa, flexível e altamente acessível para se conectar com o mundo dos dados e formatá-los, criar modelos robustos e elaborar relatórios bem-estruturados (disponível no *site* do programa: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/desktop-getting-started>).



Capítulo 11

Aspectos Financeiros e
Orçamentários

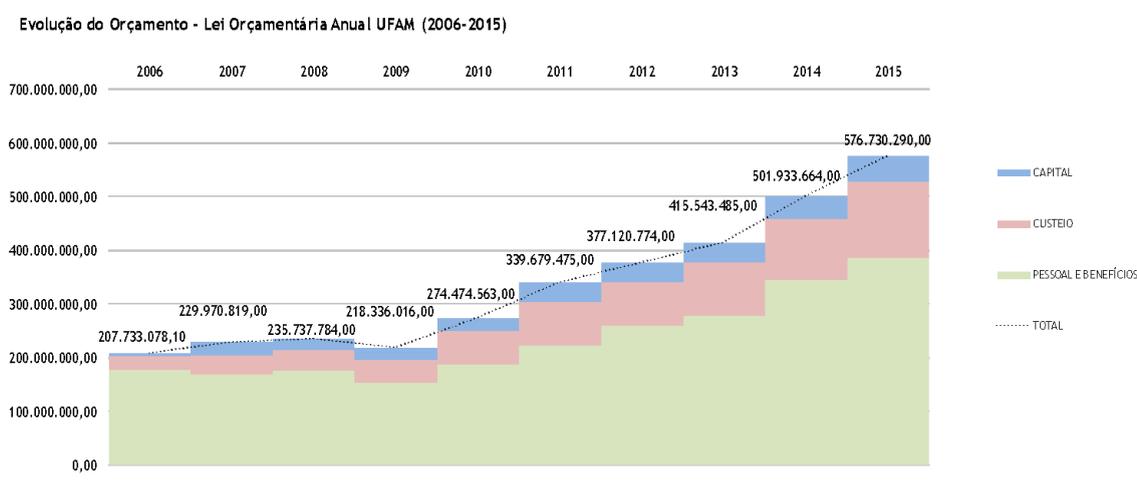
CAPÍTULO 11. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

11.1 ORÇAMENTO ANUAL – LOA

O orçamento da UFAM (Lei Orçamentária Anual – LOA), sob aspecto consolidado, origina-se de duas fontes de financiamento: (1) recursos do Tesouro Nacional - repassados diretamente pelo Ministério da Educação, (2) receitas diretamente arrecadadas - provenientes das taxas, cessão onerosa de uso do imóvel da instituição, arrecadação de convênios realizados com entidades parceiras, rendimentos de aplicações financeiras. Durante a vigência do PDI 2006-2015, o percentual médio de crescimento anual do orçamento foi de 12,47%.

Durante a vigência do PDI 2006-2015, o percentual médio de crescimento anual do orçamento foi de 12,47%, conforme execução orçamentária demonstrada no Gráfico 9:

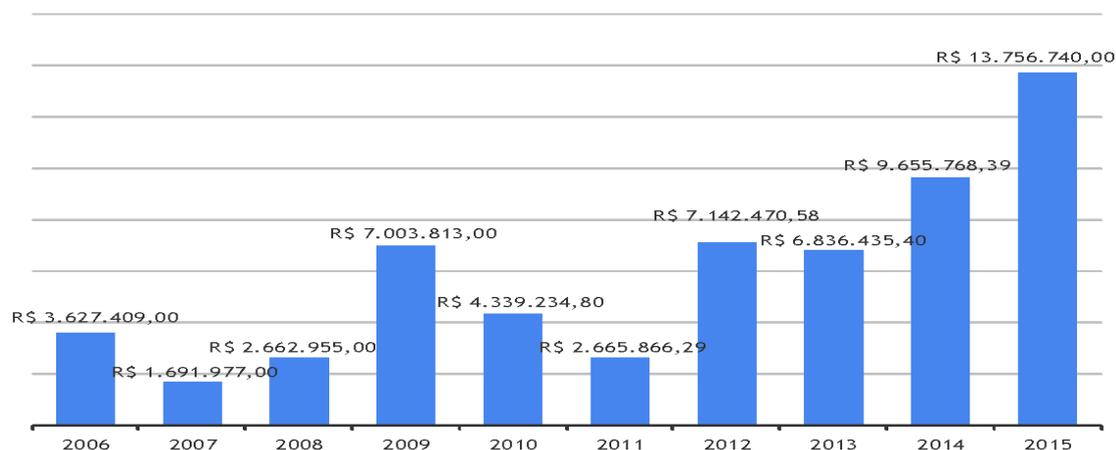
Gráfico 9 Evolução do orçamento 2006 a 2015



Fonte: PROPLAN/DO, 2015.

Com respeito à receita de recursos próprios, tem-se o seguinte gráfico demonstrativo:

Gráfico 10 Receita diretamente arrecadada 2006 a 2015

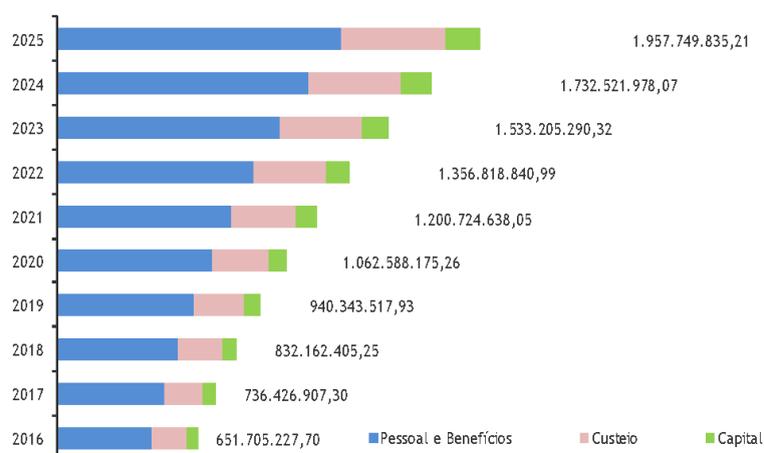


Fonte: PROPLAN/DO, 2015. Gráfico foi construído na época da elaboração deste PDI 2016-2025 com base na: Dotação Inicial, ou na Receita Arrecadada do Exercício e considerado, em alguns anos, o somatório das fontes de recursos próprios (50, 80 e 81), e em outros anos apenas a fonte 50.

11.2 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: 2016-2025

Para o próximo ciclo, a previsão orçamentária foi efetuada com base na média do percentual de crescimento do período do PDI anterior (2006-2015), estimando-se um crescimento médio de 13%, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 11 Previsão orçamentária 2016 - 2025



Fonte: PROPLAN/DO, 2015.

Apesar de ter sido estabelecido um percentual linear de crescimento de 13% anual para o orçamento do período do PDI 2016 – 2025, observa-se que, quando comparada a previsão orçamentária inicial com a Lei Orçamentária Anual – LOA dos exercícios de 2016 a 2021, esta foi menor que a prevista, conforme Gráfico 12:

Gráfico 12 Previsão Orçamentária PDI versus LOA 2016 – 2021



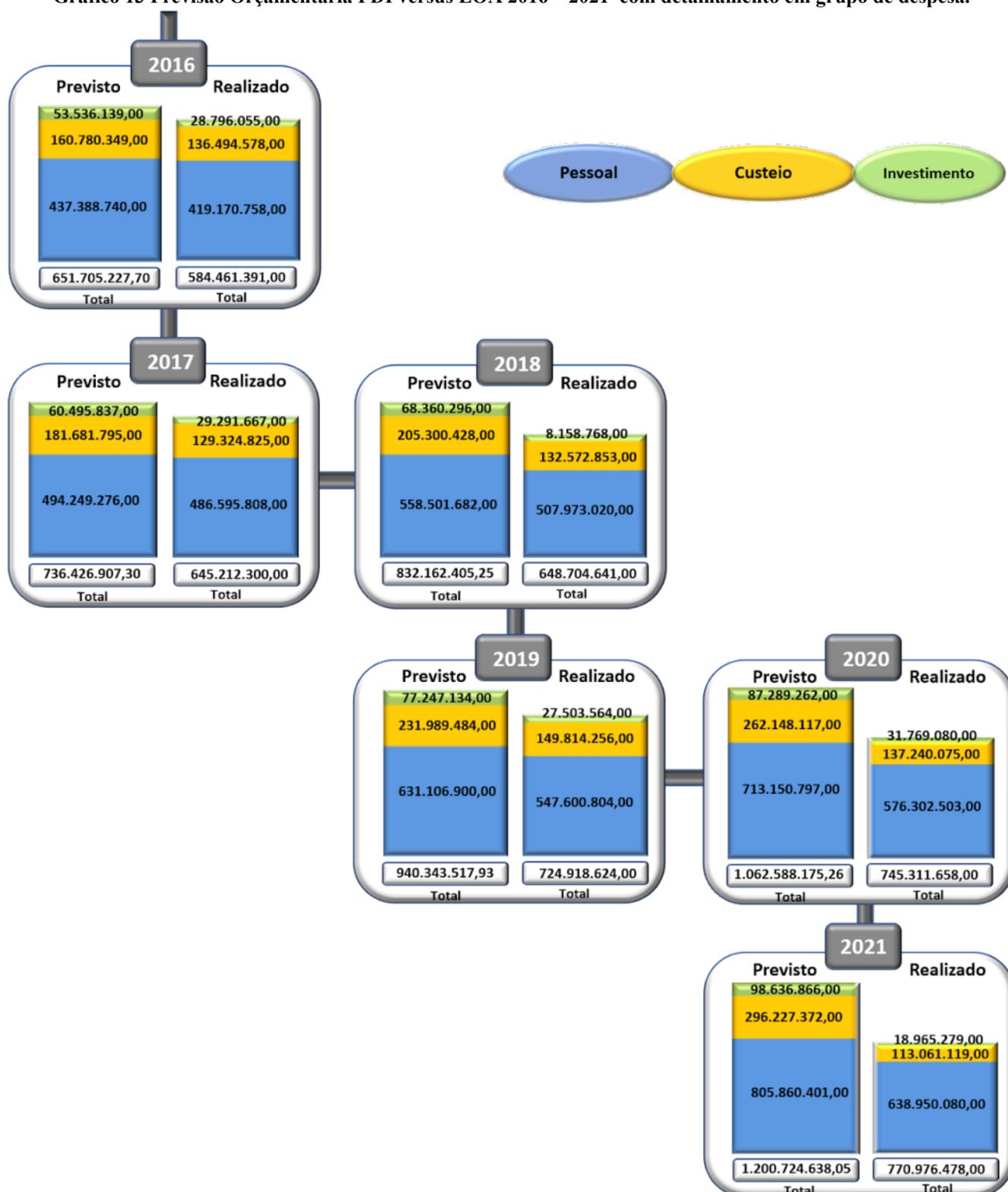
Fonte: PROPLAN/DO, 2021. LOA's publicadas pelo Congresso Nacional.

A previsão realizada em 2015 baseou-se em um crescimento médio de 13% ao ano, no entanto; a LOA da UFAM não alcançou o patamar de crescimento previsto para o período de 2016 a 2021. Uma das razões para este efeito foi o advento da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que

instituiu um Novo Regime Fiscal no país a partir de 2017 (limitando o crescimento das despesas públicas durante 20 anos), outro fator foi o cenário atual de crise econômica agravada pela pandemia da COVID-19.

A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, efetivou uma mudança constitucional que instituiu um Novo Regime Fiscal (NRF) no país. Este NRF particiona o orçamento da União em partes independentes, sendo uma delas o Poder Executivo, que inclui o Ministério da Educação (MEC). Nesse regime fiscal, a partir de 2018, até o ano de 2036, o orçamento do Poder Executivo não poderá ser reajustado por percentuais acima da inflação do ano anterior. No contexto do Poder Executivo o orçamento do MEC poderá ser reajustado acima da inflação, desde que os outros organismos desse Poder tenham reajustes abaixo da inflação. (AMARAL, 2017).

Gráfico 13 Previsão Orçamentária PDI versus LOA 2016 – 2021 com detalhamento em grupo de despesa.



Fonte: PROPLAN/DO, 2021.

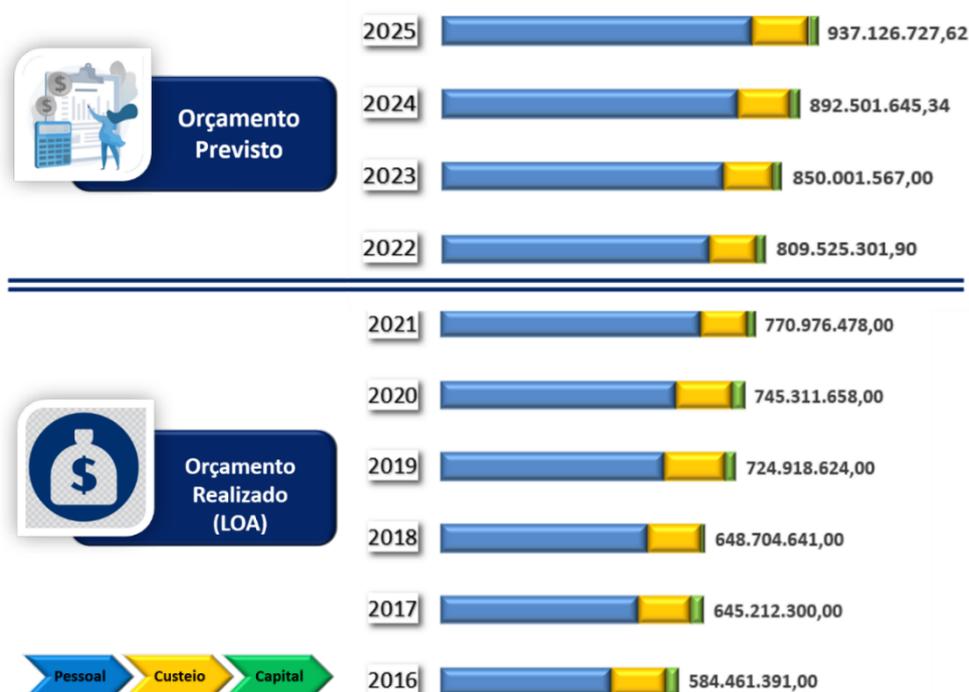
Observa-se no Gráfico 13 que, nos exercícios de 2018 e 2021, houve reduções acentuadas na dotação orçamentária para investimentos. Na LOA 2018, por exemplo, houve uma redução de 72% se comparado à LOA 2017, de forma semelhante aconteceu na LOA 2021, com uma redução de 40,3% em relação ao valor disponibilizado na LOA 2020. Parte da redução de investimentos de 2021 ocorreu devido a veto parcial sofrido no Projeto de Lei nº 28, de 2020 – CN (LOA 2021), que afetou diretamente a execução das despesas de investimento da Instituição.

Em relação a dotação orçamentária de custeio, observa-se que, apesar do aumento de 13% ocorrido na LOA 2019 se comparado ao ano anterior, houve reduções relevantes nos exercícios seguintes (2020 e 2021). Na LOA 2020, por exemplo, a dotação orçamentária foi 8,39% menor se comparado à LOA 2019. Já na LOA 2021, ocorreu uma redução ainda maior, diminuindo em 17,62% a dotação orçamentária de custeio se comparada à LOA 2020, e quando comparado à LOA 2019, tem-se uma redução no orçamento de custeio de 24,53%.

11.3 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - REVISADA

Diante dos fatos ocorridos durante a vigência do PDI 2016-2025, que impactaram diretamente na LOA dos últimos anos, a Previsão Orçamentária foi ajustada, com base nas LOA publicadas dos últimos 6 anos (2016 a 2021), considerando um crescimento médio anual de 5% para os anos seguintes, uma tendência de crescimento mais próxima da realidade até o final do PDI vigente.

Gráfico 14 Ajuste da Previsão Orçamentária Revisada 2022 – 2025



Fonte: PROPLAN/DO, 2021.

O cenário de reduções nas dotações orçamentárias ocorridas no período de vigência do PDI (2016-2025) foi reforçado em virtude de contingenciamentos adotados pelo Governo Federal, além das reduções diretas ocorridas nas dotações das LOA's, como por exemplo: a publicação de Decretos de Contingenciamentos de Despesas, limitando os valores autorizados na LOA e postergando a execução de despesas programadas; foi instituído o orçamento condicionado nos anos de 2020 e 2021, onde parte do orçamento foi alocado na Unidade Orçamentária 93247 (11% em 2020 e 46% em 2021), passando a depender de aprovação legislativa para sua liberação.

11.4 POLÍTICA DE CONCESSÃO DE DOTAÇÃO

Concernente à alocação de recursos aos projetos detalhados no Capítulo 3, esta poderá ser efetuada por meio da técnica de planejamento financeiro denominada ‘Orçamento Base Zero (OBZ)’, uma abordagem para planejamento e orçamentação cujas principais características são: análise, revisão e avaliação de todas as despesas propostas e não apenas das solicitações que ultrapassam o nível de gasto já existente; e que todos os programas devem ser justificados cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário. (RAZA, 2010) *apud* (CUNHA, SOARES, & LIMA, 2010).

A mencionada técnica inverte a lógica tradicional do processo de orçamentação, posto que no modo tradicional os gestores de Departamentos justificam apenas as variações em relação aos anos anteriores, enquanto no OBZ, cada item do orçamento precisa ser aprovado e não apenas as alterações em relação ao ano anterior. Portanto, envolve não só a análise das necessidades estratégicas da instituição, mas também da função de cada despesa.

Entre as vantagens apresentadas para a utilização da referida técnica, está a possibilidade da alocação eficiente dos recursos, permitindo encontrar um melhor custo *versus* benefício, visto que, conforme já mencionado, para elaborar o OBZ é necessário analisar cada despesa, como ela é feita, quando é feita, elaborar premissas e designar responsáveis pelo gerenciamento da despesa (BATISTA, 2007) *apud* (CUNHA, SOARES, & LIMA, 2010). Ademais, o OBZ auxilia a detectar orçamentos inflacionados, aumenta a motivação do quadro de pessoal, a comunicação e coordenação dentro da organização, além de identificar e eliminar processos obsoletos.

Assim, considerando que os sistemas orçamentários eficazes viabilizam um sistema de planejamento e controle, bem como, que o planejamento efetuado na UFAM contempla a fixação de objetivos e a elaboração de orçamentos para alcançá-los, a aplicação do OBZ poderá proporcionar uma alocação eficiente de recursos aos projetos listados neste Plano, permitindo encontrar um melhor custo *versus* benefício no processo de orçamentação.

Bibliografia

- AMARAL, N. C. (2017). Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024). *Revista Brasileira de Educação*, 22(71). Acesso em 11 de 06 de 2018, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000400200&script=sci_abstract&tlng=pt
- BATISTA, A. d. (2007). O Orçamento Base Zero (OBZ), O Controle de Custos e a Redução de Despesas nas Empresas: Agro Industrial Yamakawa e Agro Industrial NovaAndradina. In: A. S. CUNHA, T. C. SOARES, & C. R. LIMA, *ORÇAMENTO BASE ZERO: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES*. Botucatu: Unesp.
- BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Constituição (1988). Brasília: Centro Gráfico.
- BRASIL. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. BRASIL, Senado Federal, Brasília.
- BRASIL. (2016). *Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências*. Acesso em 11 de 06 de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- BRASIL, (2020). Decreto nº 10.531 de outubro de 2020. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Acesso em 31 de maio de 2022, disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.531-de-26-de-outubro-de-2020-285019495>.
- CUNHA, A. S., SOARES, T. C., & LIMA, C. R. (2010). *Orçamento base zero: um estudo nas universidades catarinenses. Pensamento Contemporâneo em Administração* (Vol. 4). Rio de Janeiro.
- CURY, C. R. (2003). *Estágio supervisionado na formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A.
- DELORS, J. (2002). Os quatro pilares da educação. In: D. M. UNESCO, *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI* (10 ed., pp. 89-102). São Paulo: Cortez.
- FORPROEX. (13 de 07 de 2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Acesso em 29 de 11 de 2014, disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>
- (2005). Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: M. A. Oliveira (Ed.), *Gestão Educacional: Novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis: Vozes.
- KOTLER, P. (1975). *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas.
- LIMA, M. d. (2004). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- MORIN, E. (1921). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento* (3 ed.). (E. Jacobina, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PIMENTA, S. G., & LIMA, M. d. (2004). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- RAZA, C. (2010). Orçamento Base Zero: Modismo ou Necessidade. In: A. S. CUNHA, T. C. Soares, & C. R. Lima, *ORÇAMENTO BASE ZERO: UM ESTUDO NAS UNIVERSIDADES CATARINENSES*. Aracaju: Fiscolegis.
- SENGE, P. (1999). *A dança das mudanças*. Rio de Janeiro: Campus.
- TRIGUEIRO, D. (06 de 1974). Fenomenologia do processo educativo. *INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 60(134), 140-172.

ANEXOS

- ANEXO A. [POLÍTICA DE EXTENSÃO](#)
- ANEXO B. [NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE DE PESQUISA](#)
- ANEXO C. [POLÍTICA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELLECTUAL](#)
- ANEXO D. [POLÍTICA AMBIENTAL](#)
- ANEXO E. [POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS](#)